



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Pollyana Dourado dos Santos

**A CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA PARA OS  
ESTUDOS DO JORNALISMO**

Florianópolis  
Janeiro de 2020

Pollyana Dourado dos Santos

**A CONTRIBUIÇÃO DA PERSPECTIVA PÓS-ESTRUTURALISTA AOS ESTUDOS  
DO JORNALISMO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, na Linha de Pesquisa 02 “Tecnologia, linguagem e inovação no jornalismo”, do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Dra. Cárilda Emerim

Florianópolis  
Janeiro de 2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Santos, Pollyana Dourado dos  
A contribuição da perspectiva pós-estruturalista para os  
estudos em jornalismo / Pollyana Dourado dos Santos ;  
orientadora, Cárilda Emerim, 2020.  
235 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós  
Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. Teorias do Jornalismo . 3. Objeto de  
estudo do Jornalismo. 4. Pós-estruturalismo. 5. Michel  
Foucault. I. Emerim, Cárilda. II. Universidade Federal de  
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.  
III. Título.

Pollyana Dourado dos Santos

A contribuição da perspectiva pós-estruturalista para os estudos do jornalismo

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dione Oliveira Moura, Dr.(a)

Universidade de Brasília (UnB)

Prof.(a) Daiane Bertasso Ribeiro, Dr.(a)

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Eduardo Barreto Vianna Meditsch, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Doutor em Jornalismo.

---

Coordenação do Programa

---

Prof.(a) Cárilda Emerim, Dr.(a)

Orientador(a)

Florianópolis, 2020.

Dedico este trabalho à minha mãe, Nazaré Dourado Souza dos Santos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por muitas vezes não ter perdido a dimensão do certo e do errado, do que é ser humano e desumano e, principalmente, por acreditar em uma vida além do plano material.

A Universidade Federal de Santa Catarina, seu corpo docente, direção e administração do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo.

À Coordenação de Apoio à Pesquisa (Capes).

À minha orientadora, Cárilda Emerim, por ter me demonstrado com sua vivência que é possível reconstruir as relações sociais. O discernimento e a tranquilidade demonstrados desde nossa primeira reunião de orientação me possibilitaram a conclusão desta pesquisa.

Ao corpo docente e discente da Universidade Federal de Santa Catarina, que mesmo com diferenças significativas, conseguimos estabelecer e ressignificar relações de trabalho e convívio em um espaço geográfico peculiar.

À Valci Zuculoto, Daiane Bertasso, Eduardo Meditsch, Leslie Sedrez e Gislene Silva por toda compreensão, parcimônia, alegria e interação construída durante o convívio em Florianópolis.

Aos servidores da Biblioteca Universitária da Ufsc, que se constituíram como os meus amigos mais atenciosos nos anos de 2015 a 2019, cuja comunicação foi transmitida de inúmeras formas e que, sem dúvida, me fizeram uma pessoa independente, forte, transparente e alegre.

Aos familiares que me protegeram e aos que cuidaram da minha mãe em seu tratamento, foi por ter este apoio que consegui chegar até aqui. De maneira específica agradeço à Maria Ferreira de Souza por todo cuidado, zelo, dedicação e paciência nos momentos mais complicados de nossas vidas.

## RESUMO

Considerando o jornalismo um dispositivo da modernidade que reflete as relações de saber e poder de uma determinada sociedade, esta pesquisa apresenta uma proposta de contribuição da perspectiva pós-estruturalista para os estudos do jornalismo com o objetivo de subsidiar o percurso de legitimação da teoria do jornalismo como um saber autônomo, com um olhar mais plural e democrático. Para tanto, problematiza questões que refletem a construção do objeto de estudo do jornalismo e suas matrizes epistêmicas, tendo como referencial teórico o pensamento foucaultiano, o conceito de desconstrução que operacionaliza os procedimentos metodológicos para entender as teorias do jornalismo à luz dos pressupostos da perspectiva pós-estruturalista. Parte-se da análise do pensamento de Otto Groth, Adelmo Genro Filho, Eduardo Meditsch e Gislene Silva, que ajudam a problematizar a tensão entre a condição de ciência social aplicada e as dificuldades encontradas no percurso de consolidação das teorias do jornalismo enquanto saber autônomo. O objetivo é apresentar a contribuição que a teoria pós-estruturalista pode trazer aos estudos do jornalismo. A pesquisa comprova que o pós-estruturalismo pode contribuir para uma perspectiva das relações de poder contidas na definição dos objetos de estudo do jornalismo.

**Palavras-chave:** Teorias do Jornalismo. Objeto de estudo do Jornalismo. Pós-estruturalismo. Interdisciplinaridade. Michel Foucault.

## ABSTRACT

Considering journalism as a device of modernity that reflects the relations of knowledge and power of a given society, this research presents a proposal to contribute from the poststructuralist perspective to journalism studies in order to support the legitimation path of journalism theory as autonomous knowledge, with a more plural and democratic look. To this end, it problematizes issues that reflect the construction of the object of study of journalism and its epistemic matrices, having Foucault's thought as the theoretical framework, the concept of deconstruction that operationalizes the methodological procedures to understand the theories of journalism in the light of the assumptions of the post perspective. structuralist. It is based on the analysis of the thought of Otto Groth, Adelmo Genro Filho, Eduardo Meditsch and Gislene Silva, who help to problematize the tension between the condition of applied social science and the difficulties encountered in consolidating the theories of journalism. while know standalone. The aim is to present the contribution that poststructuralist theory can make to journalism studies. The research proves that poststructuralism can contribute to a perspective of the power relations contained in the definition of journalism's objects of study.

**Keywords:** Journalism theories. Object of study of Journalism. Poststructuralism. Interdisciplinarity. Michel Foucault.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 O PENSAMENTO FOUCAULTIANO E O PÓS ESTRUTURALISMO.....</b>	<b>12</b>
1.1 DE COMO SE FORMAM OS CONCEITOS: OS PRESSUPOSTOS DE FOUCAULT.....	12
1.2 ESTRUTURALISMO E PÓS-ESTRUTURALISMO A PARTIR DO PENSAMENTO FOUCAULTIANO.....	29
1.3 A ARQUEOLOGIA DE FOUCAULT E SUAS RUPTURAS.....	55
1.4 SOBRE OS EIXOS DE SABER E PODER: BOURDIEU/FOUCAULT.....	79
<b>2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO ENQUANTO CAMPO DE PESQUISA CIENTÍFICA.....</b>	<b>89</b>
2.1 AS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO E A INFLUÊNCIA DO FUNCIONALISMO.....	104
2.2 A TEORIA DO JORNALISMO COMO SUBÁREA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	130
2.3 O JORNALISMO COMO DISCURSO: A VERDADE COMO UM CONCEITO PERMANENTE NOS OBJETOS DE ESTUDO DO JORNALISMO.....	154
<b>3 CONTRIBUIÇÕES PARA UM OLHAR PÓS-ESTRUTURALISTA NA PESQUISA EM JORNALISMO.....</b>	<b>158</b>
3.1 O JORNALISMO COMO DISPOSITIVO DE SABER/PODER DA MODERNIDADE.....	174
3.2 ADELMO GENRO FILHO: UM PÓS-ESTRUTURALISTA?.....	202
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>220</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>225</b>

## INTRODUÇÃO

Comunicação ou jornalismo? Comunicação e jornalismo. Jornalismo é comunicação. Estes são um dos motivos, dúvidas, dilemas e problemas que incentivaram esta pesquisa sobre o campo científico do jornalismo. Muito motivada pelas consequências sociais, culturais e de classe geradas pelo fim da exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista, tem-se aqui alguns insights sobre o que pode ser considerado como objeto de estudo do jornalismo, sua dificuldade de apreensão, de delimitação; reflexões sobre a desvalorização da profissão e a consequente deslegitimação tanto do saber teórico produzido pelos jornalistas no campo científico quanto no profissional.

Há uma discussão muito intensa sobre Comunicação e Jornalismo, tensionando as relações que se estabelecem entre ambos campos de estudos. Se por um lado alguns acreditam que o jornalismo é comunicação, por outro, alguns entendem o jornalismo como um campo autônomo e, outros ainda, como parte de um processo comunicacional intrínseco e dependente da comunicação. Esta discussão sugere pensar, também, sobre a pesquisa científica, a perspectiva teórica/metodológica bem como o próprio objeto de estudo do jornalismo. Esta foi uma questão fundamental que motivou o desenvolvimento desta investigação. Aliadas a esta perspectiva teórica, o contexto sociocultural que o campo do jornalismo profissional vem enfrentando nos últimos anos, não somente pelas questões geradas pelo fim da exigência do diploma para o exercício da profissão, mas, também, pela desvalorização e precarização da atividade e a desarticulação de redações trocando o profissional formado em Jornalismo por computadores e processos de produção digitais. Nesta direção, preocupa-se esta conjuntura pode afetar ou não o desenvolvimento do saber teórico produzido pelos jornalistas no campo científico, mesmo se assumindo que jornalismo é uma forma de conhecimento específico dentro do campo da comunicação.

Ao entender que comunicação é partilha, troca, simbiose e diálogo (WOLTON, 2004, p. 30), propôs-se desenvolver uma pesquisa que trouxesse para o debate acadêmico as tensões existentes na produção teórica do jornalismo, suas principais contribuições enquanto ciência social aplicada, bem como os principais desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores do campo científico do jornalismo, a luz de uma perspectiva teórica interdisciplinar: o pós-estruturalismo. Por compreender que o jornalismo pode ser delimitado enquanto um saber específico dentro do campo maior da comunicação, optou-se por um Programa de Pós-Graduação que compreende a importância de uma teoria mais aprofundada do que a simples

adequação das teorias da comunicação para ler o jornalismo. Tendo em vista ainda que o Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem sido, historicamente, referência como protagonista na luta pelo reconhecimento da especificidade dos estudos em jornalismo, do ponto de vista do Curso de Graduação, também pioneiro nos estudos de uma teoria específica para o jornalismo e pela exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista. Assim, esta pesquisa quer contribuir para fortalecer o campo de estudos do jornalismo bem como ser parte de argumentos positivos para a valorização da profissão no mercado de trabalho e na sociedade civil organizada.

A pesquisa em questão parte de alguns elementos conceituais da perspectiva pós-estruturalista para pensar o campo científico do jornalismo: sua teoria, seus objetos de estudo e as formas de abordagem, compreendendo que o jornalismo é, primeiro, um discurso e funciona como um dispositivo da modernidade. O problema de pesquisa consiste em responder quais as contribuições que a perspectiva pós-estruturalista pode trazer para os estudos do jornalismo com a premissa de que há especificidades mais significativas para compreender os fenômenos jornalísticos. Por identificarmos no jornalismo uma especificidade teórica é que o objetivo geral é o de apresentar possibilidades dessas contribuições com vistas a demonstrar alternativas que possam potencializar e fortalecer o desenvolvimento científico do campo. Partindo desse objetivo central, estabelecem-se os objetivos específicos que são: contextualizar o pensamento foucaultiano e o pós-estruturalismo; problematizar a institucionalização do Jornalismo enquanto campo de pesquisa científica, a partir de Bourdieu e Foucault; analisar a condição do jornalismo enquanto objeto de estudo e refletir, do ponto de vista, epistemológico, os resultados das contribuições da perspectiva pós-estruturalista aos estudos em jornalismo.

Para tanto, recorre-se, fundamentalmente, aos pressupostos de Michel de Foucault (1972; 1979; 1988; 1996; 2001; 2011) e Derrida (2004; 2009), no campo da perspectiva pós-estruturalista, compreendendo o jornalismo como um dispositivo<sup>1</sup> que elabora sentidos, que é responsável por influenciar os padrões de consumo e identidades, para problematizar como o campo do jornalismo pode construir com mais eficácia seu objeto de estudo em diálogo com as teorias sociais. Para contemplar o objeto de estudo, articulou-se alguns autores que ajudam a consolidar o campo de estudos do jornalismo como um conhecimento específico tais como Silva (2009), Meditsch (2010), Groth (2011) e Genro Filho (2012) e autores que contribuem

---

<sup>1</sup> O conceito de dispositivo aqui assumido é o proposto por Foucault, que será descrito e conceituado no item 3.1, do capítulo 3.

para pensar o campo da comunicação como Braga (2001), Cornu (1994) e Wolton (2004; 2009; 2011; 2012). Como perspectiva metodológica, trabalha-se com a perspectiva da desconstrução (DERRIDA, 2004) para construir um percurso de análise que permita alcançar o objetivo central.

O primeiro capítulo constitui-se em uma reflexão do pensamento foucaultiano sobre o que ele entende por epistemologia, estruturalismo, pós-estruturalismo, formação discursiva, os eixos do saber e do poder, a construção dos objetos de estudo científicos e a discussão com o conceito de campo em Bourdieu (2004) em diálogo com a perspectiva crítica de Foucault sobre a luta pela legitimação científica.

O segundo capítulo contextualiza e reflete o campo científico do jornalismo iniciando por uma revisão bibliográfica sobre a formação de algumas vertentes da Teoria da Comunicação, sobretudo da teoria funcionalista, o lugar da teoria do jornalismo no campo da comunicação, o objeto de estudo do jornalismo e o jornalismo compreendido como discurso, encaminhando a perspectiva de estudo sobre as relações do jornalismo com o pós-estruturalismo.

O terceiro capítulo encerra com alguns apontamentos sobre o que entende-se como pensamento pós-estruturalista para uma pesquisa em jornalismo iniciando com a compreensão de que o jornalismo é um dispositivo da modernidade a partir do conceito de dispositivo em Foucault (1979) e realiza-se uma síntese sobre os principais objetivos e considerações finais das potencialidades e restrições das contribuições do pensamento pós-estruturalista para a pesquisa e os estudos em jornalismo.

O quarto e último capítulo desenvolve-se uma síntese dos aspectos mais significativos que a perspectiva pós-estruturalista proporciona para a pesquisa científica em jornalismo.

## 1 O PENSAMENTO FOUCAULTIANO E O PÓS-ESTRUTURALISMO

### 1.1 DE COMO SE FORMAM OS CONCEITOS: OS PRESSUPOSTOS DE FOUCAULT

Como um dos principais críticos do pensamento moderno, Foucault (1972) estabelece o conceito de formações discursivas para descrever os momentos de rupturas e continuidades de determinados discursos. O autor discute a ciência como um discurso e não como verdade absoluta dos fatos. É por este motivo que ele é considerado a-histórico porque ele, de certa forma, estabelece uma ruptura com determinada “espiteme” considerada revolucionária e com os postulados do pensamento cartesiano como sinônimo de progresso. Em Foucault (1979) há um corte epistemológico nas formas de enxergar o poder do Estado e das instituições, o que desestrutura as categorias principais do marxismo, como a de modo de produção, forças produtivas e relações de produção. Colocar em discussão a compreensão da história do pensamento humano a partir das relações de poder é um rompimento com o determinismo econômico. A ideia de poder ultrapassa, nesse sentido, com o fundamento principal do marxismo: a esperança de que a revolução proletária, motivada pelas ideias revolucionárias do materialismo histórico, levaria a um estágio de sociedade sem Estado e sem desigualdades econômicas.

Quando Foucault diz que todos exercem poder através de suas práticas discursivas, ele automaticamente descarta a necessidade da revolução proletária como condição de emancipação humana. De certa forma, Foucault relativiza tanto o poder do Estado quanto dos proletários, por isso é considerado o pensador niilista da pós-modernidade, por não ter delimitado um marco regulatório da revolução armada e nem se propôs a montar um manual da revolução socialista como fez Marx e Engels (1998). Foucault junto com Lyotard (2004) vão ser considerados os pensadores mais relativistas e pós-modernos porque compreendem o homem a partir das relações de poder materializadas na linguagem<sup>2</sup> e não através de um determinismo econômico.

---

<sup>2</sup> Desde o seu início, o jogo de linguagem apresenta o problema de sua própria legitimidade, como em Platão. Este não é o lugar de se fazer a exegese das passagens dos *Diálogos* em que a pragmática da ciência coloca-se explicitamente como tema ou implicitamente como pressuposto. O jogo do diálogo, com suas exigências específicas, a resume, incluindo em si mesmo a dupla função de pesquisa e ensino. Reencontramos aqui algumas regras anteriormente enumeradas: a argumentação unicamente com fins de consenso (homologia), a unicidade do referente como garantia da possibilidade de chegar a um acordo, a paridade dos participantes, e mesmo o reconhecimento indireto que se trata de um jogo e não de um destino, visto que dele encontram-se excluídos todos aqueles que não aceitam suas regras, por fraqueza ou por insensibilidade. (LYOTARD, 2004, p. 52).

É possível perceber a influência foucaultiana em Lyotard (2004): ambos compreendem que a ciência desenvolveu-se muito mais voltada para legitimar determinadas formações discursivas/poderes historicamente instituídos, do que para descobrir a verdade. Há um pessimismo forte em relação ao pensamento moderno tanto em Foucault como em Lyotard (mesmo que este demonstre que os jogos de linguagem prevê uma ciência que consegue promover o diálogo), pois entendem a pós-modernidade como um período de desilusão e de consequências da modernidade, não se crê mais em quase nada porque tudo parece ter dado errado. Este é o pessimismo e liquidez do pensamento pós-moderno.

Foucault (1972) discute como a humanidade é movida e move-se a partir das formações discursivas ocidentais consolidadas no século XX. Nesse sentido, a ideia de formação discursiva e dos aparelhos ideológicos do Estado de Althusser (GREGOLIN, 2004) dialogam. Só que, para Althusser (1987), o sujeito é condicionado por estes aparelhos (igreja e escola, por exemplo) e pelas condições estruturais e econômicas. Já Foucault (1979) enxerga as possibilidades de superação destas formações discursivas que o aprisionam, por isso ele conceitua o poder como uma microfísica, em multifacetados feixes heterogêneos. É uma tentativa de mostrar as possibilidades de negar um “poder que se pretende macro” como o das estruturas ou das formações discursivas que compõem modos de ser, saber e viver. Por esse motivo é que ele considera que todos pensam e reagem diante das opressões. Mesmo que os dispositivos de controle sobre o corpo dos sujeitos (biopolítica), como a escola, o Estado, a Igreja e o partido político, busquem apontar e controlar o certo e o errado, os sujeitos não se movem de forma adestrada diante deles, o autor acredita em um processo de empoderamento dos sujeitos. É neste ponto que Foucault dá vida aos sujeitos, e, portanto, rompe com o pressuposto principal do estruturalismo que enxergava o sujeito/trabalhador como vítima ou destinado às estruturas formadas pelos aparelhos ideológicos do Estado.

O conceito de ideologia em Althusser (1987) (oriundo da ideia de Marx como falsa consciência da classe burguesa) dialoga com a proposta de formações discursivas em Foucault (1972). Contudo, Foucault estuda estas formações discursivas, construídas historicamente, desde os gregos até o pensamento moderno, para mostrar suas fragilidades, suas fissuras, o momento em que os sujeitos conseguem viver e libertar-se destas estruturas que se pretendem totalizadoras. De certa forma, ele tenta dizer que os sujeitos conseguem processos de empoderamento diante dos regimes disciplinares.

É importante compreender, contudo, que o momento de escrita em Foucault (1972; 1992) é um momento de amplo descrédito do movimento socialista pela experiência na Rússia

e na Alemanha Oriental. Toda a crítica que ele produz ao marxismo é oriunda deste momento de “desilusão” com o “socialismo real” (GREGOLIN, 2004), pois o pragmatismo marxista não havia funcionado. Então, Foucault, de certa forma, vai estudar como as formações discursivas da história do pensamento ocidental se constituíram como saber hegemônico, identificando como este saber constrói os dispositivos de controle da sociedade. Nesse contexto, ele é considerado um “pós-estruturalista” por enxergar as contradições, os momentos de fragilidades na operacionalização dessas formações discursivas no mundo ocidental e negar que a única leitura válida de sociedade é a das estruturas econômicas, então, ele propõe que se estabeleça um olhar, uma leitura, a partir das relações de poder em que os enunciados são possíveis de existirem.

Foucault não nega suas raízes no pensamento marxista, mas não desiste de realizar críticas à esta perspectiva teórica, uma vez que o marxismo promoveu não apenas uma história feita pela visão dos trabalhadores explorados, mas também porque praticou exclusões e impôs padrões que o próprio marxismo criticava na ciência positivista de Comte. O que diferencia Althusser (1987) de Foucault é que o primeiro acredita que, através do marxismo, a classe trabalhadora pode alcançar a “libertação da humanidade” realizando uma revolução socialista, feita pelo proletariado, e Foucault enxerga os processos de empoderamento de forma individual, em que cada sujeito é capaz de construir e exercer seus “poderes”, provavelmente, localizado a partir de tudo que viveu com as fragilidades do partido comunista francês, como relata Gregolin (2004).

Partindo desses esclarecimentos teóricos sobre o marxismo e o pós-estruturalismo, entende-se que compreender o jornalismo a partir de suas relações de poder (FOUCAULT, 1979) e enquanto prática discursiva (FOUCAULT, 1972) nos leva a entender como se formam e consolidam os discursos: “o que se descreveu sob o nome de formação discursiva foram, em sentido estrito, grupos de enunciados” (FOUCAULT, 1972, p. 144). As formações discursivas são as unidades discursivas que obedecem a uma mesma regra de formação, quando se tem um ou vários enunciados obedecendo a um mesmo regime discursivo, tem-se uma formação discursiva. A unidade discursiva é o que possibilita a delimitação de determinada formação discursiva. Quando se diz que o trabalhador é explorado no capitalismo, tem-se uma formação discursiva: é uma leitura marxista em relação à condição de sujeito, trabalho e capital. Logo, para identificar uma formação discursiva, tem-se que compreender à quais regras de formação seus enunciados obedecem.

O trabalho de Foucault sobre o discurso visou entender como as práticas contemporâneas que orientam as pessoas se tornaram possíveis e poderosas. A partir dali ele rastreou 'genealogias' de discursos e as práticas que eles orientam no que tange às condições históricas de sua produção. (LEE; PETERSON, 2015, p. 193).

Para os autores, Foucault necessita estudar os discursos para compreender as suas relações de poder dentro das suas condições históricas. A proposta de Foucault ao tentar compreender o poder dos discursos era de encontrar, nos mais variados períodos históricos, como esses discursos apresentavam suas regularidades e como eles se materializavam naquilo que Foucault (1972) chamou de práticas discursivas. Assim, como Gregolin (2003) afirma, a proposta de Foucault era de compreender o poder dos discursos na formação de identidades.

Esta pesquisa compreende que o jornalismo precisa ser refletido como mais um dos discursos que regem a "ordem" da sociedade considerada "pós-moderna", que conduz um estoque de assuntos para serem selecionados como de interesse público. Neste sentido, entende-se o discurso como o "conjunto dos enunciados que provém de um mesmo sistema de formação" (FOUCAULT, 1972, p. 135). Com sistema de formação, Foucault (1972) nos informa sobre a necessidade de compreender cada discurso dentro de sua unidade, de sua relação dialógica. O discurso é aquele enunciado que pode ser dito em determinado tempo e espaço, é aquilo que é permitido ser dito em determinado contexto.

As formações discursivas representam a unidade de determinado objeto de estudo, quando um objeto de estudo obedecer a um mesmo regime discursivo e obedecer a uma mesma unidade de regras de formação, diz-se que temos uma formação discursiva. Formações discursivas, como o próprio autor refere-se, não se trata de um conceito universal que dê conta de desvendar e denunciar todos os problemas da sociedade, é apenas uma estratégia de leitura desenvolvida por Foucault. Torna-se necessário reafirmar que Foucault não enxergava que o seu conceito de formações discursivas pudesse responder à todas as exigências conceituais que os objetos estudados apresentavam. Ele estabelece um posicionamento sensato e até modesto diante da limitação de seus conceitos. Foucault não quis criar "um modelo de análise do discurso", até porque todo o seu empreendimento filosófico está justamente em criticar o poder que os "modelos", os sistemas de pensamento e metodologias exerceram sobre os sujeitos e sobre o saber científico. Seria contraditório a todos os seus escritos enxergar em Foucault um modelo de análise do discurso ou de teoria/metodologia para simplesmente ser aplicada a determinado objeto empírico; o que o autor faz é desmistificar o poder dos discursos que se pretendem hegemônicos de uma ciência que quer dar fórmulas e colocar em



“fôrmas” teorias e metodologias para explicar a complexidade do mundo. Por esse motivo é que Foucault compreende os discursos sempre como um campo de forças heterogêneas e repletos de lacunas. Mesmo que eles se pretendam hegemônicos, e Foucault reconhece que existem discursos que se sobrepõem a outros, eles são passíveis de desconstrução e reconstrução. É isto que ele tenta explicar nas entrevistas de Foucault (1979): todos exercem poder, o poder não se dá de forma vertical e hegemônica, os sujeitos podem construir autonomias diante dos poderes e é aqui que ele passa a ser compreendido como um pós-estruturalista, ao enxergar vida e autoria dos sujeitos e a não entregar-se ao império das compreensões do mundo a partir de uma leitura das estruturas sociais desprovidas de subjetividades e corpos.

No caso em que se pudesse descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante de dispersão, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, como ‘ciência’, ‘ideologia’, ‘teoria’ ou ‘domínio de objetividade’. Chamar-se-á regras de formação às condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma repartição discursiva dada. (FOUCAULT, 1972, p. 51-52).

A partir de Foucault (1972), entende-se que uma formação discursiva é estabelecida a partir da identificação de uma regra de formação existente em determinada unidade discursiva. Esta unidade é composta por regras de formação estabelecida pelas condições de existência de determinados discursos, uma sentença ou afirmação sobre determinado tema em um objeto de estudo a partir de determinada condição histórica. Para que determinado enunciado exista, outros são silenciados. Compreende-se que um dos conceitos que Foucault mais operacionaliza para refletir sobre a crítica da modernidade é o de formações discursivas. Estas formações discursivas representam para Foucault este conjunto de enunciados, construídos historicamente, a partir de determinadas condições de enunciação, que buscam definir e conceituar determinados temas. No trecho citado, Foucault faz questão de dizer que com o conceito de formações discursivas não quer criar uma “teoria” ou uma “ciência”, mas que seria um gesto interpretativo para compreender como se deram as regularidades discursivas sobre o saber científico que estuda a loucura, a medicina, entre outros aspectos.

Ao formular o conceito de formações discursivas, o autor busca mostrar as regularidades e dispersões que estes discursos apresentam em determinado momento histórico, por isso em Foucault (1988; 1984; 1985) ele denuncia os poderes ou as formações discursivas que definem os modos e usos dos corpos. O conceito de formações discursivas é utilizado por Foucault para criticar os sistemas de pensamento, as formas de construção dos regimes de verdade criados pelo discurso da modernidade.

Ao empreender o conceito de formações discursivas, Foucault (1972) materializa de forma mais intensa um processo de ruptura epistemológica no campo da história dos sistemas de pensamento, ele busca desconstruir os tratados e imposições científicas que disciplinam as subjetivações dos sujeitos da modernidade. Logo, compreende-se que ele inicia a busca por um tipo de ciência, um saber que mais liberte do que oprima, por isso ele denuncia as formações discursivas que aprisionam os sujeitos, que buscam construir padrões hegemônicos de identidade e posicionamento político. Neste sentido, o conceito de formações discursivas serve para identificar os regimes de verdades empreendidos no discurso que funcionam para engendrar disciplinas de opressão e submissão da sociedade a determinados regimes políticos, administrativos, religiosos, morais, entre outros.

A reflexão de Foucault evidencia como as práticas discursivas se materializam para disciplinarizar as subjetivações do sujeito, ele afirma que as relações de poder empreendidas a partir de determinadas formações discursivas se visualizam nas instituições, no comportamento e nas identidades. Aqui o autor compreende que os discursos são práticas discursivas<sup>3</sup> que estabelecem o certo e o errado a partir de suas regras de formação, por isso, o autor afirma que nem tudo pode ser dito a todo tempo e é por este fato que ele compreende que o discurso é aquilo que pode ser dito em determinado tempo e espaço. Ao falar sempre em regras de formação dos discursos, Foucault demonstra que esta atitude além de ser um enfrentamento com os linguistas sobre as regras de formações do significante e do significado a partir de Saussure<sup>4</sup>, há aqui a reafirmação de que todos os discursos obedecem aos ditos

---

<sup>3</sup> “O pensamento, isso existe além e aquém dos sistemas e dos edifícios do discurso. É alguma coisa que às vezes se esconde, mas sempre anima os comportamentos cotidianos. Há sempre um pouco de pensamento, mesmo nas instituições mais bobas, há sempre pensamento, mesmo nos hábitos mudos.” (FOUCAULT; ÉRIBON, 2010, p. 356).

<sup>4</sup> Foucault vai romper com o estruturalismo porque realiza uma leitura contextual no que diz respeito ao ato de nomear os signos. O signo “revista” quando compreendido enquanto significante (elemento material do signo) só possui o conceito ou o significado “revista”, de acordo com Foucault, não apenas por uma imposição social como pensou Saussure, mas pelas relações de poder que este signo estabeleceu, historicamente, em sociedade. É nesse sentido que Foucault rompe com o estruturalismo: ele compreende as relações sociais a partir de relações de poder e não apenas a partir das estruturas impostas pelo império do significante (GREGOLIN, 2004).

“socialmente aceitos” como coerentes, adequados, corretos e, portanto, considerados como verdade. É esta vontade de verdade que Foucault (1988) denuncia do discurso científico da modernidade como verdade absoluta sobre a complexidade do mundo e da humanidade. É uma crítica aos poderes de padronização do saber científico que excluiu todos os outros saberes, como os saberes indígenas, enquanto sistemas de conhecimento válidos para a sociedade.

Foucault vai romper com o estruturalismo porque realiza uma leitura contextual com a relação de nomear os signos. O signo casa quando compreendido enquanto significante (elemento material do signo) só possui o conceito ou o significado casa, de acordo com Foucault, não apenas por uma imposição social como pensou Saussure, mas pelas relações de poder que este signo estabeleceu historicamente em sociedade. É nesse sentido que Foucault rompe com o estruturalismo: ele compreende as relações sociais a partir de relações de poder e não apenas a partir das estruturas impostas pelo império do significante como afirma Gregolin (2004).

Nesse contexto, cabe discutir como se formam esses sistemas de pensamento:

Por sistema de formação, é preciso, pois, compreender um feixe complexo de relações que funcionam como regra: prescreve o que deve ser relacionado em uma prática discursiva, para que esta se refira a tal ou qual objeto, para que ponha em jogo tal ou qual enunciação, para que utilize tal ou qual conceito, para que organize tal ou qual estratégia. Definir em sua individualidade singular um sistema de formação é caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática. (FOUCAULT, 1972, p. 91-92).

Quando um sistema de formação obedece a uma mesma prática discursiva ou unidade discursiva, e quando se tem um conjunto de enunciados que obedecem a uma mesma linha de pensamento, diz-se que tem-se uma formação discursiva. Foucault, no trecho citado, descreve o que ele entende por sistema de formação: é a unidade discursiva que constitui determinado conhecimento. Foucault (1972) preocupa-se em descrever os motivos que o levaram a definir os sistemas de formação, porque são eles que justificam a necessidade de delimitar teoricamente as distinções entre formações discursivas e formações ideológicas, distinguindo, assim, o seu pensamento do marxismo. Logo, é a partir de Foucault (1972) que surge a necessidade de explicar o que ele compreendia por estudo das epistemes em suas palestras realizadas no Collège de France demonstrando o que isso o diferenciava de autores consagrados no âmbito acadêmico como Canguilhem e Bachelard.

Para compreendermos melhor como se estabelece um sistema de formação, tomemos o exemplo do preconceito referente às relações de gênero, tal sistema de formação não foi criado somente por uma instituição, por uma sociedade específica ou pelo saber religioso fornecido pelas diversas denominações. O preconceito de gênero foi construído historicamente, em diversos momentos e lugares por sistemas de pensamento que sempre compreenderam a mulher como um ser inferior e essas compreensões se materializaram em diversas formas, até chegar ao ponto de naturalizar a inferiorização da mulher nos diversos âmbitos da sociedade. A religião, o Estado, a medicina, a ciência e o próprio sujeito do sexo masculino contribuíram para este sistema de formação (a mulher como um ser frágil) e estes conceitos se materializam até hoje nas diversas instâncias sociais. Basta que comecemos a observar onde as mulheres atuam, quais cargos elas se situam e qual seu lugar na política. São estas formações discursivas que Foucault buscou explicar, como uma dispersão de saberes heterogêneos, vindo das mais diversas instituições, que criam e estabelecem as regularidades discursivas, os rituais da palavra acerca de determinado objeto, por isso que em seus últimos escritos Foucault dedica-se a mostrar como esses sistemas de pensamento ou essas formações discursivas se formaram desde o pensamento clássico grego.

Sob esse aspecto, Foucault discute como foi construída a genealogia dos saberes, sobre quais estruturas e condições a ciência formulou suas regras de formação. Nesse sentido, compreender o jornalismo como discurso é entender as regras de formação em que se constroem as notícias. Foucault pensa sobre as condições que permitem que os discursos apareçam, formando, assim, um conjunto de enunciados que são produzidos e propagados a partir de determinados contextos históricos, políticos, econômicos, culturais e cabe ao analista da língua compreender em que condições tais discursos são possíveis de se fazer existir e porque outros não o são. Para que tal discurso possa ser propagado, é necessário que ele faça parte de um conjunto de regras que em determinado contexto está em vigor, por isso que para Foucault, a ordem do discurso deve ser pensada como mecanismo de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas.

O conceito de formação discursiva em Foucault (1972):

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que para o tempo e o enregela por décadas ou séculos; ela determina uma regularidade própria a processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, de transformações, de mutações e de processos. Não uma forma intemporal, mas um quadro de correspondência entre diversas séries temporais. (FOUCAULT, 1972, p. 92).

No trecho citado, Foucault identifica as formações discursivas com uma unidade discursiva que obedece a uma mesma regra de formação em determinado tempo histórico. O objetivo do autor é tentar identificar as formações discursivas a um conceito localizado em determinado tempo e espaço, toda teoria só pode ser compreendida na sua condição temporal, cultural e histórica. Logo, ao tentar identificar as formações discursivas do pensamento ocidental, Foucault em todas as suas obras analisa as mutações que essa sociedade sofreu, sobretudo, quando ele trabalha com temas específicos como a loucura, a medicina e a sexualidade. Esse quadro de correspondências descritas pelo autor refere-se aos pontos congruentes entre determinado enunciado e o conjunto discursivo do qual faz parte.

Foucault (1972) ao pensar as formações discursivas como um conjunto de enunciados que podem ser ditos em determinado tempo e espaço, e não outro, contribuiu para pensarmos a construção dos acontecimentos não de forma factual, mas a partir de uma longa duração como propõe Volvelle (LE GOFF, 1990). É importante frisar que Foucault herda conceitos empreendidos pelos Annales, sobretudo, ao pensar em história dos sistemas de pensamento a partir da longa duração e não como ideologia ou teoria dissociada de determinada prática discursiva. Para Foucault (1972), os discursos só existem enquanto práticas discursivas: o machismo é uma formação discursiva que se materializa nos mais variados lares e vai para as capas de jornais.

Sobre sua vinculação ao pensamento de Marc Bloch, Michel Volvelle e Philippe Ariès, principalmente, Foucault se posiciona de forma peculiar em seus últimos trabalhos. Foucault (2010) se posiciona de forma um tanto radical sobre o tanto que ele busca se afastar de filiações, agremiações e, principalmente, de como ele tenta se afastar de várias categorias do marxismo, entre elas e de forma mais intensa, em relação ao conceito de ideologia como sinônimo de falsa consciência. Sobre este aspecto, tem-se:

Na primeira aula do curso de 1982-1983 intitulado *Le gouvernement de soi et des autres*, embora distinguindo a história das mentalidades e uma história das representações, reafirma querer distanciar-se desses “dois métodos” que, implícita ou explicitamente, fazem referência à ideologia ou às suas funções de transposição. (IRRERA, 2018, p.161).

Irrera (2018) traz uma abordagem que além de complexa, é polêmica. Uma vez que Foucault (1972) produz toda sua obra para construir uma crítica ao conceito de história das ideias e, para isto, ele enfatiza os problemas criados por Canguilhem e Bachelard que realizam uma história a partir da descrição das passagens de tempo presente na descrição da

história das teorias, parece-nos complicado pensar no francês Foucault distanciando-se de toda sua vertente de pensamento oriunda dos Annales. Desde Foucault (1997) que tem-se uma materialização da história das mentalidades e sua cristalização dá-se, sem dúvida, com suas obras finais. Foucault (1988;1984;1985) são os resquícios de uma trajetória de vida de um autor que, incansavelmente, enunciou que a mentalidade preconceituosa, desumana e destruidora da humanidade permanece através dos tempos ou do que Volvelle (1998) chamou de história da longa duração. Há ainda, de forma mais específica, uma permanente construção de uma indústria da morte tão bem enfatizada por Hobsbawn (1995). Então, percebe-se a necessidade que Foucault encontra no final de sua vida em enfatizar a importância de reivindicar sua própria identidade, sobretudo, a identidade teórica, ao não se filiar à nenhuma escola teórica e, assim, comprovar que não tinha pretensão de criar nenhuma teoria, mas de enunciar como o poder se exerce, como ele se transforma da tortura à libertação de subjetivações construídas por um conjunto de códigos e normas de cientificidade e de comportamento.

A esses dois métodos Foucault contrapõe o seu próprio, aquele de uma “história do pensamento”, uma análise dos “campos de experiência” nos quais se articulam entre si “as formas de um poder possível, as matrizes normativas de comportamento e os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis”. (IRRERA, 2018, p.162).

A história de Foucault, segundo Irrera (2018), não seria das ideias, nem das mentalidades, mas do pensamento associada às formas de vivência/experiência. Percebemos que no trecho acima, Irrera (2018) é transparente ao expressar o objetivo de Foucault ao criar para si algo que o distanciasse do positivismo, do marxismo e ainda de suas primeiras formações discursivas, materializadas nos escritos de Marc Bloch, Lucien Febvre e de forma mais consistente em Le Goff (1979). O autor acima nos conduz a vários momentos da trajetória acadêmica de Foucault, uma vez que em Foucault (1972) é possível identificarmos uma forte influência da história das mentalidades. O que já não é possível enxergar no Foucault de **O governo de si e dos outros**. É necessário, portanto, enfatizar que Foucault não nega a história das mentalidades, mas procura deixar claro que as afirmações de Foucault (1972) precisavam ser complexificadas, sobretudo no que diz respeito às formações discursivas não se submeterem à uma teoria, metodologia ou referir-se a um simples neologismo da década de 1970. Por que Foucault não se afasta conceitualmente da história

das mentalidades mesmo dizendo que tem este objetivo? “Os fatos de mentalidade apareceram-lhes ao mesmo tempo menores, exagerando os aspectos arcaicos e retrógrados do passado, e difíceis de demonstrar, não científicos, pouco suscetíveis de um tratamento matemático” (ARIÈS, 1998, p.158). Eis o objetivo da história das mentalidades: demonstrar como determinadas formas de pensar permanecem, sobretudo, de forma atemporal nas mais diversas sociedades. Foi o que Foucault (1988;1984;1985) fez demonstrando que os valores morais defendidos desde o período clássico ainda permanecem nos discursos mais modernos possíveis, como ele demonstra, especificamente, em Foucault (1988).

Os temas trabalhados pelos historiadores das mentalidades são os mesmos desenvolvidos por Foucault, por isso, mesmo que o autor tenha informado que gostaria de se afastar tanto da história das mentalidades como da das representações, percebe-se toda sua trajetória de pesquisa pautada nos parâmetros estabelecidos a partir da segunda geração dos Annales (ARIÈS, 1998, p.157).

Os temas frequentados pelos primeiros foram os que eram preparados pela história econômica e demográfica: a vida do trabalhador, a família, as idades da vida, a educação, o sexo, a morte, isto é, as zonas que se acham nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura. As publicações sobre esses temas, inimagináveis há mais de cinquenta anos, constituem hoje um conjunto coerente e uma vasta biblioteca. É o primeiro domínio conquistado pela história das mentalidades. (ARIÈS, 1998, p.169).

Percebe-se que os temas descritos acima podem ser percebidos nas obras de Foucault: a vida do trabalhador é descrita em *Vigiar e Punir*, em que o carcerário vigia e controla o comportamento dos presos; a família pode ser percebida em todas as descrições tanto contidas no “Uso dos prazeres” como em o “O cuidado de si”; a educação pode ser visualizada em toda obra, a mais polêmica, e a que mais estabelece fronteiras entre marxistas e pós-estruturalistas – “A arqueologia do saber”. Então, é notório o quanto Foucault se constitui a partir das formações discursivas do contexto histórico vivenciado em 1929 tanto nos Estados Unidos quanto na França.

O que dizem os historiadores das mentalidades sobre Foucault?

Michel Foucault, um de nossos melhores historiadores; no entanto, ele é filósofo, e foi da filosofia à história sem passar pelo purgatório da psicologia ou de outras ciências humanas, refúgios (provisórios) dos filósofos da sua geração. Ele teria podido, como outros metafísicos ou especialistas de ciências humanas, situar suas pesquisas na sincronia ou no anacronismo e constituir um sistema conceitual fora do tempo ou numa duração feita sob medida, estranha à experiência do dia-a-dia. Ao

contrário, ele quis que sua obra fosse uma história, a história dos poderes modernos no momento em que eles se mesclam aos saberes, desde o fim do século XVII, quando penetram na sociedade como o sangue irriga o corpo. O empirismo dos historiadores permitiu que esse filósofo, que na verdade continuou sendo filósofo, escapasse da univocidade dos sistemas (e, quem sabe, das filosofias?) e apreendesse a extraordinária diversidade. Nascido filósofo, para permanecer filósofo ele se tornou historiador, pelo movimento de seu pensamento, por motivos bastante diferentes dos que hoje asseguram a popularidade da história das mentalidades. (ARIÈS, 1998, p.163).

Ariès (1998) afirma que Foucault viveu tudo que escreveu e antes até de “tornar científico” seu discurso sobre os temas que trabalhou. No trecho citado, Ariès (1998) informa sobre as causas mais significativas que distanciavam Michel Foucault dos historiadores, independente de qual formação discursiva este estivesse vinculado: Foucault compreendia que cabe ao cientista explicar as desigualdades, desde às de origem material até as mais simbólicas possíveis. Este objetivo de Foucault o transformou em um dos cientistas mais censurados na história da pesquisa científica. Logo, percebe-se que para constituir-se uma referência de ruptura com os extremismos do período clássico à modernidade, ele teve que sentir na pele os efeitos das crueldades humanas, desde o credo da explicação da chuva torrencial como sendo castigo divino até à expansão da indústria da morte trabalhada por Hobsbawn (1995).

Retornando à situação das peculiaridades que Foucault ressaltou, Irrera (2018) faz questão de destacar como Althusser e Foucault compreendiam o conceito de ideologia:

Com relação a Althusser, trata-se de precisar como o caráter produtivo da ideologia pode ser conciliado com o funcionamento da norma; já no que concerne a Foucault, trata-se de mostrar que o seu esforço para libertar-se da ideologia o conduz à contradições sem saída. (IRRERA, 2018, p.167).

Ao enfatizar qual o objetivo tanto de Althusser quanto de Foucault ao trabalharem o conceito de ideologia, Irrera (2018) nos leva a pensarmos no esforço que Foucault (1972) fez para nos dizer que o poder é mais eficaz do que o dinheiro, em outras palavras, o poder é algo que se exerce e que pode ser percebido para além das condições econômicas em que determinado sujeito se encontra.

Logo depois do livro, Foucault esclarecerá a diferença entre os dois: enquanto, para Althusser, Marx teria efetuado um corte epistemológico, ele nega que isso tenha existido no campo da economia política. E continuará defendendo que o discurso econômico de Marx revela as regras de formação dos discursos científicos do século



XIX. Ao mesmo tempo, parece amenizar a discordância ao considerar as possibilidades tanto de Marx ter introduzido um corte radical na consciência histórica e política dos homens quanto de a teoria marxista ter inaugurado um campo epistemológico inteiramente novo. Foucault ainda ressaltará, no início dos anos 1970, época de sua entrada para o Collège de France, que a crítica de *As palavras e as coisas* se dirige ao humanismo marxista, o que exclui Althusser. Além disso, reconhecerá a importância dele por ter lutado corajosamente contra a reconciliação de Marx e do cientista e teólogo jesuíta Teilhard de Chardin, e por ter libertado a interpretação marxista do humanismo, do hegelianismo e da fenomenologia. (MACHADO, 2017, p.20).

Mais uma vez os leitores de Foucault enfatizam que o marxismo entendeu o conceito de ideologia não apenas como falsa consciência, mas, sobretudo, como uma justificativa para a revolução socialista a partir da ditadura do proletariado. Há, claramente, uma tentativa de perpetuar Marx como o responsável pela grande revolução social mesmo que toda sua teoria e metodologia legitimem os padrões positivistas de produção científica. Contudo, Machado (2018) afirma que o objetivo de Foucault, sobretudo em relação ao conceito de formação discursiva em detrimento ao de formação ideológica, não era essencialmente à Althusser, mas sim ao quanto o marxismo enfatizava o culto ao “ser humano” em relação a todo o resto. O antropocentrismo materializado na intensificação do egoísmo desenvolvido na modernidade, fizeram com que Foucault se tornasse um pensador que busca reduzir o egoísmo dos seres humanos, bem como da sua relação imperialista com a natureza e tudo que nela habita. Machado (2018) ressalta o ponto que promoveu os maiores conflitos entre Foucault e Sartre: Foucault tem como objetivo criticar todo o humanismo enaltecido desde o discurso da revolução francesa, bem como do discurso de progresso desenvolvido pela modernidade do qual o marxismo também usufruiu e defendeu tanto quanto o positivismo.

Retornando ao conceito de formação discursiva, entende-se quais eram as metas de Foucault: explicar o que ele entendia por arqueologia e arquivo. Com estes dois conceitos ele não busca encontrar a origem dos sistemas de pensamento, mas suas continuidades, as regras que constituem, continuamente, determinada prática discursiva em uma perspectiva de longa duração, por isso ele é considerado por Wood (1999), entre outros, como um pensador a-histórico: ele rompe com a ideia de evolução progressiva no desenvolvimento histórico. Logo, entende-se que as formações discursivas possibilitam uma demarcação arqueológica dos sistemas de pensamento que proporcionam compreender as construções de sentidos empreendidas no discurso jornalístico, por exemplo. Para refletir com certo cuidado essas questões, torna-se necessário pensar ainda em que aspectos a análise das formações discursivas podem contribuir para pensarmos a elaboração do objeto de estudo do jornalismo,

por isso é importante compreender o que Foucault (1972) quer com a explicação das formações discursivas e com a análise da língua.

Trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (FOUCAULT, 1972, p. 39-40).

Ao dizer que a análise da língua precisa compreender o discurso na estreiteza do seu acontecimento, Foucault refere-se à necessidade compreender os discursos a partir do contexto em que ele é enunciado: tempo, espaço, condição de enunciação, portanto, sua historicidade (não a do pensamento positivista, mas uma historicidade permeada de fissuras, continuidades e rupturas). Hall (2016) detém-se em explicar em que aspectos o pensamento foucaultiano traz uma proposta pós-estruturalista para compreender a história dos sistemas de pensamento: “Longe de aceitar as continuidades trans-históricas das quais os historiadores são tão orgulhosos, Foucault acreditava que mais significativas são as quebras, rupturas e discontinuidades radicais de um período para outro, entre uma formação discursiva e outra” (Hall, 2016, p. 85). Neste sentido, em muito influenciou pensadores como Le Goff (1979) que dedicou-se a analisar as permanências e rupturas do período que foi considerado de “tempo das trevas”. Lá onde a historiografia tradicional só enxergava atraso e retrocesso, Le Goff (1979) compreendeu os séculos XII, XIII, XIV e XV como períodos em que foi possível produzir saberes considerados válidos para o desenvolvimento científico do XVI, por exemplo, além de identificar as formações discursivas que legitimaram o “espírito do capitalismo” como em Le Goff (2004). O medievalista, então, materializa o conceito de genealogia e formações discursivas na sua análise sobre a historiografia ocidental positivista.

É nesse aspecto que Foucault (1972) compreende o conceito de genealogia: “Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-los no jogo de sua instância” (FOUCAULT, 1972, p. 36). A preocupação de Foucault (1972) reside em identificar as regras de formação dos sistemas de pensamento ou como Hall (2016, p. 78) afirma, ele busca identificar os jogos de poder materializados pela linguagem: “Mesmo que a linguagem, de algum jeito, ‘fale sobre nós’, também é importante notar que em certos momentos históricos algumas pessoas têm mais poder para falar sobre determinados assuntos do que outras”. É sob este aspecto que Foucault (1972) pensa em posições de sujeito e entende o discurso como um espaço de disputa de posições de poder. Os espaços dos ditos

estão empreendidos também pelos não ditos, por um vir a ser interrompido pelas relações de poder. É a partir de um estudo sobre a identificação de formações discursivas que reside a preocupação de Foucault (1972): como proposta de compreender as relações de poder criadas no Ocidente dentro dos sistemas de pensamento. Foucault (1972) pensa em construir não uma história das ideias (linear, evolutiva e que demarca com datas e fatos o seu progresso), mas dos sistemas de pensamento enquanto disputas pelos locais de fala: como o saber científico constrói seus regimes de verdade; suas continuidades e rupturas dentro do que ele considera como limiar de cientificidade e de epistemologização; as regras de formação que definem o que é e o que não é objeto de estudo em determinado campo do saber.

Como ele mesmo disse, ‘relações de poder, não relações de sentido’ eram sua preocupação principal. Os objetos particulares da atenção de Foucault eram as várias disciplinas do conhecimento nas ciências humanas e sociais – o que ele chamou ‘as ciências sociais subjetivadoras’. Essas adquiriram um papel cada vez mais proeminente e influente na cultura moderna e são, em várias instâncias, consideradas como os discursos que, como a religião em tempos passados, nos darão a ‘verdade’ sobre o conhecimento. (HALL, 2016, p. 78-79).

O objeto de estudo que Foucault destina grande parte do seu tempo a refletir com todos os seus referenciais, sobretudo, quando se destina a realizar uma crítica da modernidade, são as relações de poder. Desde seu primeiro trabalho Foucault busca romper com uma história linear dos conceitos, das ideias ou uma história política como muitos o entendem, o autor realiza, sobretudo, uma história das relações de poder que definem o doente e o são em relação à loucura, por exemplo. Tudo isto é tema que delimita a arqueologia como uma possibilidade não de construir uma história linear dos saberes, mas de pensar o conhecimento a partir de suas continuidades e quebras de perspectivas. Para isto, ele propõe uma arqueologia do saber que compreendesse como, historicamente, determinados discursos se legitimaram em detrimento de outros; como a ciência conseguiu, através do método empirista e cartesiano, consolidar seus regimes de verdade e historicidade do Ocidente ao resto do mundo. E, por fim, como essas formações discursivas constroem as subjetivações (GREGOLIN, 2004): como os discursos não se dissociam das práticas discursivas (a medicina diz como você deve comer, se comportar, cuidar da sua saúde e do seu corpo, construindo, assim subjetivações tanto fisiológicas quanto culturais).

De forma mais delimitada, Foucault (1972, p. 35) define o discurso como “conjunto dos enunciados que provém de um mesmo sistema de formação: é assim que poderei falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso

psiquiátrico”. O discurso como um enunciado que faz parte de uma formação. São dois termos que parecem o mesmo, mas possuem diferenças: enquanto as formações discursivas representam o conjunto de enunciados que se repetem e, portanto, é identificável a partir da repetição de determinados enunciados; o discurso é a linguagem em curso, ele é tanto linguístico como materializado nas práticas sociais, ele é singular. A diferença principal entre formação discursiva e discurso em Foucault (1972) refere-se ao grau de expansão, formação discursiva representa uma série de saberes que fazem parte de uma mesma unidade discursiva; já o discurso representa a materialização de determinado enunciado. Foucault não pensa o discurso a partir da interpretação dos sentidos para simples compreensão, mas das relações de poder em que eles puderam ser enunciados, sobretudo, quando elas possuem o poder de matar, torturar, entre outros aspectos. Para Hall (2016, p. 80), Foucault entende “o discurso como um sistema de representação”.

O discurso, argumenta Foucault, constrói o assunto. Ele define e produz os objetos do nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em prática e usadas para regular a conduta dos outros. Assim como o discurso ‘rege’ certas formas de falar sobre um assunto, definindo um modo de falar, escrever ou se dirigir a esse tema de forma aceitável e inteligível, então também, por definição, ele “exclui”, limita e restringe outros modos. (HALL, 2016, p. 80).

Hall (2016) afirma que o discurso é a materialização das formas de compreender as relações de poder, são os discursos que estabelecem os objetos do conhecimento: todo saber estabelece um regime de verdade que pode estabelecer uma unidade formadora dos objetos de estudo de determinado saber. Para Hall (2016), o discurso não constitui um simples texto ou prática, é ele quem define o “teor” dos objetos do conhecimento, é o discurso que estabelece as relações de poder entre ciência e mercado, teoria e empiria, rico e pobre, entre outros binômios.

É possível ainda entendermos as formações discursivas como pensou Pêcheux (GREGOLIN, 2004), como *ideologia*. Contudo, tal perspectiva diverge epistemologicamente do pensamento foucaultiano. Enquanto Pêcheux pensou uma análise do discurso a partir do paradigma marxista, Foucault (1972) rompe com esta tradição e constrói o conceito de formações discursivas a partir da identificação das regras de formação que constroem as teorias científicas e não da interpretação ideológica voltada para a política partidária. Foucault foi bem criticado por demarcar uma análise das relações de poder com certo caráter relativista, contudo, em Foucault (2001) há uma delimitação do que o autor mais considera

como tortura: as regras de educação e adestramento escolar, as imposições arbitrárias dos saberes médicos subordinados às questões políticas, entre outros. É neste sentido que ele inova ao pensar a crítica da modernidade: tenta dar poder aos sujeitos mesmo dentro de um sistema que busca ser hegemônico e opressor. Foucault (1972) estabelece fronteiras consideradas por alguns pouco nítidas, mas que podem ser percebidas, entre formações discursivas e formações ideológicas e é basicamente essa reflexão junto com as críticas que ele produz em Foucault (1979) que o fazem um pensador pós-estruturalista bem distante do pensamento marxista, até mesmo dos culturalistas como pode ser percebido na crítica que ele recebe de Chartier (1991): formação discursiva está relacionada à um conjunto de saberes que pertencem a uma mesma regra de formação; enquanto formação ideológica refere-se também à um saber ou teoria pertencente a determinada filosofia ou visão de mundo. Foucault (1972) diz que formação discursiva pode ser identificada, enquanto Pêcheux, como podemos perceber em Gregolin (2004), entende que formação ideológica é uma questão de posicionamento político partidário. Foucault (1972), basicamente, aposta em uma necessária identificação das formações discursivas ou um distanciamento epistêmico para o exercício da leitura dos discursos ou da análise da língua como ele se refere no texto.

O filósofo francês não negava a existência das classes, mas se opunha fortemente a esse poderoso elemento de reducionismo econômico ou de classes na teoria marxista da ideologia. Em segundo lugar, ele argumentou que o marxismo tendia a contrastar as ‘distorções’ do conhecimento burguês com suas próprias reivindicações de ‘verdade’ – a ciência marxista. Foucault, por sua vez, não acreditava que alguma forma de pensamento pudesse reivindicar uma absoluta verdade, fora do jogo do discurso. Todas as formas de pensamento políticas e sociais, ele acreditava, caíam, inevitavelmente, na interação entre conhecimento e poder. (HALL, 2016, p. 87).

Uma das principais críticas ao pensamento foucaultiano é sobre ele não ter apontado um caminho pragmático para resolver os problemas sociais que ele identificou a partir das relações de poder nos discursos. Isto foi motivo de polêmica desde sua primeira obra até a última. Em nenhum momento se propôs a criar uma teoria ou metodologia que servisse de guia para a revolução partidária como fez Marx e Engels (1998; 2004). Descreveu em suas obras finais, como Foucault (1979; 2001; 1988; 1984; 1985), o quão desprovido de razão são as tentativas pragmáticas/utilitaristas dos postulados de uma ciência pautada no racionalismo tecnicista, instrumental e cartesiano. E é nesse sentido que ele se constitui a maior referência quando se pensa no neologismo “pós-estruturalismo”, pois a partir do seu pensamento se pôde materializar o quão frágil são os determinismos econômicos e políticos que permearam a

pragmática do materialismo histórico dialético presente em autores como Harneck (1983)<sup>5</sup>, Althusser (1987), entre outros. Hall (2016, p. 17) faz questão de enfatizar que Foucault não negou a existência da desigualdade de classes porque o autor busca uma interação maior entre o culturalismo e o pós-estruturalismo, tendo em vista que em essência, ambos ainda partilham muito mais diálogos do que confrontos. Na sequência, propõem-se trabalhar a delimitação do que Foucault compreendeu por estruturalismo, pós-estruturalismo, desconstrução e epistemologia.

## 1.2 ESTRUTURALISMO E PÓS-ESTRUTURALISMO A PARTIR DO PENSAMENTO FOUCAULTIANO

Estruturar é colocar em ordem, definir as bases. A estrutura é um princípio equilibrante, aquilo que classifica, define, delimita, nomeia. Ao pensarmos no que seria o conceito de estruturalismo, referimo-nos, sempre, a uma teoria que deu suporte e que construiu os alicerces do pensamento científico. É a filosofia que objetivou em seu extremo as consequências da modernidade através das relações humanas. Se tivermos como parâmetro uma segunda fase do estruturalismo, vivenciada, sobretudo, a partir das duas grandes guerras, podemos visualizar uma tentativa de manter uma filosofia materialista em seu ápice de desumanização. A ciência política nomeou-a de liberalismo, capitalismo e, em seguida, neoliberalismo, aquilo que podemos quantificar pelo número de mortos na Alemanha de 1918 e em Hiroshima e Nagasaki em 1945 (HOBSBAWN, 1995).

Quando nos propomos compreender o que seria o estruturalismo, nos conduzimos a refletir sobre o sistema de pensamento que definiu Apolo como o equilíbrio e Dionísio como o desequilíbrio (ARANHA, 1995). O pensamento estruturalista foi capaz não só de delimitar o certo e o errado, mas de nos envolver em uma busca excessiva pela perfeição, por extinguir todo erro, doença, desvio, debilidade e deficiência de todo o convívio social. Ao definir como determinante os parâmetros econômicos como explicação, causa e justificativa para explicar as teorias sociais e os problemas humanos, essa teoria construiu formações discursivas que

---

<sup>5</sup> A autora em questão, influenciada pelo pensamento Althusseriano, fez da filosofia marxista uma teoria pragmática da ciência social, pautada no estruturalismo e no determinismo econômico para definir a cientificidade do materialismo histórico e dialético. Contudo, torna-se salutar evidenciar que os atuais leitores de Marx já romperam em demasia com alguns posicionamentos deterministas de uma leitura inicial do autor: Raymond Williams, Donna Haraway, entre outros. Estes últimos focaram na essência marxista, que é a de pensar uma ciência vista pelo lado dos oprimidos, uma história vista de baixo para produzir uma ciência de caráter social, cultural e inclusiva.

legitimam extremos como o de entender que a questão material é definidora na explicação das desigualdades sociais e históricas.

O que me surpreende no que se chamou de movimento estruturalista na França e na Europa Ocidental por volta dos anos 1960 é que ele era um eco do esforço realizado em certos países do Leste, e em particular na Tchecoslováquia, para se libertar do dogmatismo marxista. E, por volta dos anos 1955 ou 1960, enquanto em um país como a Tchecoslováquia a velha tradição do formalismo europeu do pré-guerra estava renascendo, viu-se surgir quase ao mesmo tempo na Europa Ocidental o que se chamou de estruturalismo – do meu ponto de vista, uma nova forma, uma nova modalidade desse pensamento, dessa pesquisa formalista. Eis como eu situaria o fenômeno estruturalista, relocalizando-o nessa grande corrente do pensamento formal. (FOUCAULT; RAULET, 2013, p. 323).

O estruturalismo é representado pela tradição do formalismo europeu, pela compreensão de que é o estudo das estruturas sociais que pode contemplar uma explicação das relações materiais de produção e suas disfunções. Foucault (2013) é conduzido, de forma intensa, a definir e estabelecer as arestas sobre o conceito de estruturalismo e, conseqüentemente, de pós-estruturalismo. Assim como o conceito de formação discursiva, delimitado de certa forma um pouco positivista em Foucault (1972; 2013) nos quais o autor é levado a explicar, categoricamente, o que seria o estruturalismo. “No que se refere ao que foi o estruturalismo, não somente – o que é normal – nenhum dos atores desse movimento, mas também nenhum daqueles que, por vontade ou à força, receberam a etiqueta de estruturalista sabiam exatamente do que se tratava”. (FOUCAULT, 2013, p. 322).

Não sei qual o sentido que os alemães dão à modernidade. Sei que os americanos programaram um seminário do qual participaria Habermas e no qual eu também estaria e sei que Habermas propôs como tema a modernidade. Sinto-me embaraçado porque não vejo claramente o que isso quer dizer, nem mesmo – pouco importa a palavra, sempre se pode usar uma etiqueta arbitrária – qual o tipo de problema que é visado através dessa palavra ou o que haveria de comum entre pessoas chamadas pós-modernas. Enquanto percebo, claramente, que atrás do que se chamou de estruturalismo, havia um certo problema, que era em geral o do sujeito e o do remanejamento do sujeito, não vejo, nos chamados pós-modernos ou pós-estruturalistas, que tipo de problema lhes seria comum. (FOUCAULT; RAULET, 2013, p. 329).

No trecho citado, o autor tenta alertar que existem diferenças significativas entre o conceito de modernidade, de pós-modernidade, de estruturalismo e de pós-estruturalismo, mas é perceptível ainda o tanto que ele evita “encaixotar” ou “etiquetar” a sua produção científica, tanto pelo impacto que Foucault (1997) teve no Collège de France, como para justificar os pontos mais significativos de sua obra: a delimitação do que seria uma formação discursiva.

“[...] um estruturalismo que concerniria a nós, nossa cultura, nosso mundo atual, o conjunto das relações práticas ou teóricas que definem nossa modernidade.” (FOUCAULT; RAULET, 2013, p. 59). O pensamento estruturalista faz parte de um conjunto de códigos e normas que criaram teorias para o desenvolvimento da sociedade em nome do “discurso da modernidade ou do progresso”, mas também foi a propulsora de teorias e métodos que ensinaram a persuadir a sociedade pela retórica tecnológica. É importante compreendermos que para as ciências humanas, o estruturalismo é representado pela análise da sociedade a partir de suas estruturas sociais, enquanto o estruturalismo na linguística diz respeito ao desenvolvimento das ideias de Saussure (no que diz respeito ao caráter arbitrário do signo) e ao desenvolvimento das teorias de Lévi-Strauss (1966) que define que as estruturas linguísticas são oriundas das relações econômicas, sociais e culturais desenvolvidas em determinada sociedade.

[...] podemos dizer que se pesquisam as formas, o sistema, tentamos fazer ressaltar as correlações lógicas que podem existir entre um grande número de elementos pertencendo a uma língua, a uma ideologia (como nas análises de Althusser), a uma sociedade (como em Lévi-Strauss) ou a diferentes campos de conhecimento, no que eu próprio trabalhei. De modo geral, poderíamos descrever o estruturalismo como a busca de estruturas lógicas por toda parte onde elas puderam produzir-se. (FOUCAULT; LINDUNG, 2011, p. 160).

Aqui tem-se um dos momentos mais esclarecedores do que o autor entende por estruturalismo, toda pesquisa que ficou concentrada em descrever, analisar, dissecar o sistema, excluindo, conseqüentemente, a relação de poder estabelecida entre os sujeitos. Para Foucault e Lindug (2011), por exemplo, ao estudar o sistema capitalista, Marx não o produziu em relação ao sujeito, no máximo ele compreendeu o conceito de relações de produção ao proletariado, ou seja, o fez em relação à uma categoria, classe, entre outros. O sujeito com vida, história, pertencente à um tempo e espaço você só encontrará na crítica aos conceitos cruciais do marxismo, sobretudo, o de dividir a história por modo de produção. É apenas a partir de 1929, com a criação da Revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale* que a influência estruturalista vai sendo desconstruída tanto no positivismo quanto no marxismo ortodoxo. O estruturalismo pode, então, ser compreendido como a vertente de pensamento que conduziu a escrita científica a dar nome às coisas, a categorizar os objetos de estudo, a objetificar as relações humanas. Sobre o estruturalismo, tem-se:

O método estrutural do qual nos servimos hoje, ao contrário daquele que corria o risco de vida, fala de uma linguagem da segurança, instala-se em um vocabulário que se ajusta ao máximo às dificuldades, no sentido cartesiano do termo, partindo do



mais simples para chegar ao mais complexo: a análise, escreve Descartes, é a verdadeira via pela qual alguma coisa foi metodicamente inventada e dá a ver como os efeitos dependem das causas. Há, nesta atitude, um desejo de compreensão definitiva do texto, a partir de um repertório de *topoi* que sustém a intelegibilidade de todas as palavras, com o que se procura banir o acaso, decifrar uma legalidade dissimulada sob a aparência do fortuito – a superfície do texto; onde os ingênuos só veem fatos diversos, acontecimentos amontoados, a leitura estrutural permite discernir a significação, uma estrutura. Em outras palavras, o estruturalismo não lida com a história ou com a noção de sujeito, mas com uma essencialidade do texto. É assim que Althusser, por exemplo, escreveu: ‘A história é um processo sem sujeito’. (MATOS, 2004, p. 199).

Olgária Matos (2004) refere-se ao estruturalismo como o método cartesiano aplicado à pesquisa científica, ou seja, a análise das estruturas do texto, da sociedade ou de que se pretende analisar. O método estrutural procura descrever as estruturas econômicas e políticas de determinado lugar. De acordo com a autora, é uma análise que não prevê ou não prioriza a existência dos sujeitos sociais, mas realiza um levantamento sobre as estruturas que estamentam determinado espaço. Essa história sem sujeito defendida pelo estruturalismo é marca da ciência instrumental que o Ocidente tratou de expandir para o resto do mundo.

É também perante a possibilidade da palavra e, sempre, já dentro dela, a repetição finalmente confessada, finalmente alargada às dimensões da cultura mundial, de uma surpresa sem medida comum com qualquer outra e com a qual se agitou aquilo que se costuma denominar pensamento ocidental, esse pensamento cujo destino consiste muito simplesmente em aumentar o seu domínio à medida que o Oriente diminui o seu. (DERRIDA, 2009, p. 08-09).

Derrida (2009) enuncia um dos aspectos fundamentais quando se pensa na perspectiva pós-estruturalista: desconstruir as regras de formação dos sistemas de pensamento do Ocidente. Este tem sido o principal objetivo da perspectiva considerada como de ruptura com o estruturalismo. O pós-estruturalismo, sobretudo, a partir dos escritos de Foucault e Derrida procuram desconstruir o racionalismo do mundo ocidental, no que diz respeito às formas de compreender a sociedade, a ciência e sua relação com os sujeitos. Derrida (2009) procura associar seu pensamento, principalmente quando se refere ao conceito de diferença, à uma negação das dicotomias ocidentais, dos padrões de comportamento que dizem o que é certo e errado, aos valores que excluem uma série de sujeitos sociais. Para o autor, a essência do estruturalismo seria a de estabelecer parâmetros exatos, materialmente comprovados pela pesquisa empírica, sobre as características gerais de determinada sociedade, é a teoria que permite compreender a sociedade de uma forma neutra, matemática e que contemple a “coluna vertebral” de determinado tempo e espaço. É nesta direção que enfatiza a importância

de se compreender o estruturalismo dentro da palavra, dentro da materialidade que ela constitui e do seu domínio específico.

Há hábitos mentais que estão começando a desaparecer e cujos traços só são encontrados como limites em certas mentes petrificadas: hábito de acreditar que a história deve ser uma longa narrativa linear, às vezes ligada por crises; hábito de acreditar que a descoberta da causalidade é o *nec plus ultra* da análise histórica; hábito de acreditar que existe uma hierarquia das determinações indo da causalidade material mais estrita à mais ou menos vacilante da liberdade humana. Quanto ao estruturalismo, ele é um método de análise, uma tentativa de leitura, uma colocação em relação, uma tentativa de constituição de uma rede geral de elementos. (FOUCAULT; FELLOUS, 2013, p. 61).

Foucault (2013) consegue ser mais sintético ao delimitar o que o estruturalismo tende a estabelecer como parâmetro para a ciência, na medida em que ele informa que o estruturalismo acredita que a História deve ser uma “narrativa linear”, ele delimita características fundamentais do discurso positivista de pensar a história. Um discurso, portanto, presente tanto na divisão clássica da história em temporalidades que evoluem sem cessar quanto em modos de produção que realizam a mesma trajetória. Aquilo que a ciência positivista delimitou como História Geral ou História Mundial, diz respeito à capacidade da ciência histórica de tratar de temas de interesse universal: uma história geral nos moldes positivistas é aquela capaz de realizar recortes no tempo e no espaço de temas que interessam tanto ao europeu quanto aos índios isolados na Amazônia. É sobre esse poder de delimitar as estruturas econômicas, ou pelo menos pela busca de uma totalidade e universalidade, que se caracteriza o discurso estruturalista que foi utilizado como método investigativo das mais variadas sociedades. Um exemplo muito comum da influência do estruturalismo na historiografia brasileira é utilizar o conceito de modo de produção feudal para interpretar o processo de ocupação/delimitação das capitâneas hereditárias no Brasil (CAMPOS; CLARO, 2010, p.34), como se neste espaço tivéssemos vivenciado a mesma história europeia do período conhecido por medieval. O pensamento estruturalista, com sua tentativa de universalidade, interpretou a história tanto da África quanto a dos Estados Unidos a partir de um conceito universal conhecido como modo de produção, este conceito, bem como suas características específicas, serviu para interpretar as mais diversas sociedades, por mais diferentes que elas fossem e, principalmente, mesmo que elas não tivessem quase nada em comum com a sociedade alemã de Marx e Engels. É sobre este aspecto que reside a principal característica do pensamento estruturalista no discurso científico: o uso de um único conceito

ou de um conceito universal como sendo suficiente para identificar, diagnosticar e delimitar as características de determinado tempo e espaço.

Dessa forma, o estruturalismo positivista foi a fase fundadora do discurso evolutivo para explicar a sociedade, tendo como princípio fundamental a delimitação das características políticas e econômicas das sociedades. Já o que se entende por pós-estruturalismo a partir de Foucault, é um movimento que busca modificar os parâmetros de compreensão da ciência e de sua ação em sociedade.

O que não é absolutamente derridiano nos estudos culturais é a essencialização de seus objetos, as oposições binárias (homem-mulher, branco-negro, colonizador-colonizado), as conclusões apresentadas como sentidos plenos, verdadeiros, dogmáticos e moralizantes, enquanto a desconstrução é uma crítica infinita, um deslocamento, uma abertura de horizonte, um adiamento (diferimento) constante da conclusão, da Verdade. (MOISÉS-PERRONE, 2004, p. 229).

Neste recorte a autora destaca a utilização de Derrida como sendo autor dos estudos culturais, em outras palavras, ela não delimita diferenças significativas quanto ao uso central do conceito de classe que é chave para o marxismo tradicional e para os culturalistas. Enquanto o pós-estruturalismo de Derrida não comporta essa dimensão por negar essa perspectiva para uma leitura das diferenças entre os sujeitos, um conceito bem mais amplo do que apenas uma diferença de classe social. Ao invés de linear, retilíneo e provedor de uma ordem cósmica, o pós-estruturalismo inaugura uma possibilidade de pensar diferente ou a partir do conceito de *différance* em Derrida. É a possibilidade de aceitar aquilo que até então era considerado erro, senso comum, sem método, sem critério, fora do lugar como objeto de estudo e sem perspectiva teórica nos limiares de cientificidade. Contudo, há ainda muita dificuldade em diferenciar quando os autores tentam descrever o que seria próprio dos estudos culturais, do pós-estruturalismo, da pós-modernidade e do pós-modernismo.

Nas universidades, implantaram-se os estudos culturais em suas várias vertentes: feminismo, estudos de gênero, estudos de etnia, estudos pós-coloniais, neomarxismo. Na plataforma de cada uma dessas vertentes se encontram teóricos franceses: Foucault, por sua crítica ao poder, à ordem dos discursos e à defesa dos vários 'outros' (da loucura, da sexualidade). Deleuze, pela ênfase na diferença e suas propostas anarquistas, Barthes, pela sua crítica das mitologias veiculadas na cultura de massa, nas imagens da publicidade. Derrida pela proposta de descentramento. Lyotard, pelo anúncio do 'fim dos grandes relatos'. (MOISÉS-PERRONE, 2004, p. 219).

A autora acima não descreve pontos cruciais, por exemplo, das diferenças conceituais significantes entre os estudos culturais e o pós-estruturalismo, explica ainda que o feminismo e o pensamento de autores como Foucault, Derrida e Deleuze estão inseridos em uma “vertente dos estudos culturais”, demonstrando poucos critérios na simples categorização e inserção de autores tão diversos que compõem os paradigmas desenvolvidos após 1945. Grande parte da falta de delimitação das diferenças se dá porque ambos nasceram de um movimento de crítica ao positivismo e ao estruturalismo a partir da década de 70 no mundo ocidental. Contudo, torna-se necessário evidenciar que os estudos culturais possuem uma matriz muito forte ainda no marxismo, sobretudo, com nomes como Thompson (1987 a, b, c), Raymond Williams, entre outros. Já o que se conhece como “pós-estruturalismo”, é, em grande medida, representado por autores como Foucault, Derrida e Joan Scott, que são autores que criticam conceitos e formas de leitura do mundo pautados no pensamento marxista. Foucault (1979; 2012; 2013) enumera uma série de críticas ao marxismo e ao culto dos marxistas em relação à sua revolução a partir da práxis revolucionária; Scott (1998) critica em demasia Thompson porque seu conceito de experiência nega as relações políticas entre as classes sociais. Scott (1998; 2012) é uma das leitoras de Derrida que dão subsídio à teoria queer<sup>6</sup> e à ruptura do conceito de gênero como uma categoria binarista. Nesse sentido, percebe-se que não é possível, simplesmente, encaixar estudos culturais e pós-estruturalismo todos em um mesmo paradigma porque seus representantes possuem posicionamentos teóricos bem distintos e, grande parte deles, ganharam notoriedade pela crítica que fizeram

---

<sup>6</sup> O termo *queer* é uma apropriação radical de uma palavra normalmente usada para insultar e ofender e que, ao ser apropriada, torna-se resistente a definições fáceis. A construção (ainda, e em constante, elaboração) do significado alternativo e positivo de *queer* se fez, a princípio, em um contexto específico das lutas dos movimentos gay, lésbico e feminista nos Estados Unidos e das reflexões dos correlatos grupos acadêmicos. Tal contexto pode ser resumido como as crises internas dos movimentos pautados pela política da identidade, a recepção do pós-estruturalismo por intelectuais feministas, gays e lésbicas e a epidemia do vírus HIV ao longo da década de 1980. Essa tensa mistura resultou em críticas radicais à possibilidade de identidades essencializadas de sexo e de gênero, abrindo espaço para uma categoria mais abrangente, elástica e atenta às práticas e aos grupos até então relegados a segundo plano. A teórica feminista E. Sedgwick caracteriza o *queer* como indistinguível e instável, sendo essas características, conforme pontuam diversos autores, a fonte de seu poder crítico. Judith Butler argumenta que essa categoria levanta questões acerca do *status* de força e oposição, de estabilidade e variabilidade dentro do campo do gênero, que, segundo seu entender, como se verá a seguir, é performativo. Diante das crises dos movimentos identitários surgidos ao longo da década de 1970 (por exemplo, o movimento da liberação gay), o *queer* construiu-se como a ferramenta para uma problematização construtivista de qualquer termo alegadamente universal. Ao mesmo tempo, o *queer* apresentou-se como uma nova possibilidade de identidade, todavia sem pretensões de representar qualquer essência dos que o reivindicam. O *queer*, portanto, recusa a definição e a estabilidade, é transitivo, múltiplo e avesso à assimilação. Recusando-se a aceitar a existência do sujeito (ou de sujeitos femininos, gays e lésbicos) como pressuposto, a teoria *queer* pretende realizar a desconstrução dessa categoria, defendendo a instabilidade e a indeterminação de todas as identidades sexuadas e generificadas. (ROCHA, 2014, p.509-510).

uns aos outros. Perrone-Moisés (2004) realiza uma diferença em relação ao pensamento de Lyotard (2004): ela o considera pós-moderno, mas afirma que Derrida é pós-estruturalista sem ser niilista como Lyotard.

Há na perspectiva pós-estruturalista uma ampliação não apenas dos objetos de estudos, mas, sobretudo, das formas de analisá-los. “[...] a consciência estruturalista é a consciência pura e simples como pensamento do passado, isto é, do fato em geral. Reflexão sobre o realizado, o constituído, o construído”. (DERRIDA, 2009, p. 04). Um dos exemplos de tentativa de ruptura com o discurso de um passado linear e acabado é a iniciativa dos *Annales* em 1929: ampliam a noção de documento histórico e das abordagens do objeto de estudo da história. Uma iniciativa que não se limita às novas perspectivas para atender ao mercado de consumo das editoras, mas representa uma ruptura com determinada perspectiva teórica que legitimou as razões econômicas como as principais causadoras das desigualdades sociais e a construção de uma lógica dominadora e exploradora do mundo ocidental sob o resto do mundo.

Não opomos aqui, num simples movimento de balanço, de equilíbrio ou de destruição, a duração e o espaço, a qualidade e a quantidade, a força e a forma, a profundidade do sentido ou do valor e a superfície das figuras. Muito pelo contrário. Contra essa simples alternativa, contra a simples escolha de um dos termos ou de uma das séries, pensamos que é preciso procurar novos conceitos, uma economia que escape a esse sistema de oposições. Esta economia não seria uma energética da força pura e uniforme. As diferenças consideradas seriam ao mesmo tempo diferenças de lugares e diferenças de força. (DERRIDA, 2009, p. 26).

A ideia de pós-estruturalismo é oriunda de um processo de ruptura epistemológica vivenciado pelas teorias sociais a partir da metade do século XX. O período em questão é referenciado por vários movimentos sociais, políticos e intelectuais que reivindicavam uma nova abordagem teórica para pensar as questões trabalhadas pelas ciências humanas. O princípio clássico do pensamento estruturalista já não atendia aos anseios de uma sociedade complexa que vivia várias transformações tecnológicas e dos modos de compreender a humanidade. Princípios como conhecimento universal, progresso, racionalismo instrumental, tornaram-se cada vez mais criticados nas esferas relatadas acima. O neologismo em questão (pós-estruturalismo) trata-se de um conceito que reivindica uma ciência compreendida a partir de discontinuidades, fragmentos e constituído por feixes de poder. Sugere, ainda, que passemos a pensar as questões sociais para além da proposta estruturalista que leu a história da humanidade a partir de suas estruturas econômicas e políticas como sendo superiores às outras dimensões: social, cultural, entre outras.

Derrida (2009) questiona sobre a estratégia arqueológica de Foucault (1997) ao propor, ironicamente, uma história da loucura nos “moldes” estruturalistas que buscaram montar um mapa institucional de saberes psiquiátricos sobre o que é a loucura e o louco, explicando sua origem, causa e efeito. Uma história da loucura pela perspectiva estruturalista seria elaborada a partir de uma genealogia, no sentido enciclopédico clássico, montando um histórico evolutivo desde a origem até a contemporaneidade sobre os aspectos socioeconômicos da loucura.

Sobre a importância de Foucault (1997) para compreender o conceito de pós-estruturalismo e de desconstrução se dão pelos seguintes aspectos: ela é a primeira obra que marca uma ruptura da explicação da sociedade a partir das estruturas econômicas e políticas que tanto o marxismo ortodoxo quanto o positivismo fizeram; e a *História da Loucura* foucaultiana traz não apenas um novo objeto de estudo para a história, mas também traz uma nova abordagem. Em Foucault (1997) tem-se a loucura como um objeto de estudo produzido a partir da condição histórica, política e social do sujeito que é classificado como louco, o autor traz para a discussão científica que a categorização do sujeito como “louco” se dava a partir das relações de poder que este estabelece em sociedade. Desta forma, Foucault (1997) rompe com a simples categorização da loucura como uma doença mental definida por disfunções biológicas.

Foucault (1979), influenciado pelo movimento dos Annales no que diz respeito à ruptura com a noção de progresso e linearidade do tempo histórico, produz o que ele considera a “voz da própria loucura”. Ao não produzir uma “origem explicativa/fundadora” do fato loucura, Foucault (1997) pretende incomodar os pressupostos estruturalistas e materialistas que construíram classicamente a história dos sistemas de pensamento. Como toda primeira obra possui o “ar de incômodo”, Foucault (1997) não foi diferente, e Derrida (2009) detalha alguns destes incômodos. O principal deles foi questionar o estatuto de “ciência” legitimado pelo método cartesiano de produzir a história: escolhe o fato – verifica – analisa – deduz. Ou, pelo método marxista: **tese – antítese – síntese**. Em outras palavras: o problema sendo analisado a partir da lógica da: **causa – sintoma ou efeito – consequência**. Foucault (1997) tenta mostrar como as formações discursivas se constituíram e legitimaram historicamente para definir padrões de normalidade. A tensão inaugural de Foucault (1997) foi por ter aberto um espaço para pensar o tema loucura ou qualquer outro elemento desagregador, como construções sociais legitimadas pela ciência clássica.

Contudo, ao afirmar que estaria dando voz à própria loucura, Foucault (1997) constrói para si um cenário que o coloca diante de críticas, sobretudo, de Derrida (2009) que afirma que mesmo não querendo fazer História, enquanto ciência legitimada pelos historiadores, ele também faz História. Derrida (2009) materializa sua crítica baseado no que o próprio Foucault (1972) afirma: quando se excluem determinadas formações discursivas, automaticamente, se criam novas. O que Foucault, desde os seus primeiros trabalhos, busca demonstrar, são as relações de poder existentes na delimitação dos objetos de estudo, seus métodos e técnicas: “Parece-me que se o que se quer é fazer a história de certos tipos de discurso, portadores de saber, não se pode não levar em conta as relações de poder que existem na sociedade na qual esse discurso funciona.” (FOUCAULT, 2012, p. 50). Ele busca estabelecer como se legitima e se exclui determinadas regras de formação que definem o que é saber científico e aquilo que não “funciona” como saber científico. Seguindo o exercício de autocrítica de Foucault, Derrida (2009) assume a perspectiva pós-estruturalista e desenvolve com mais tempo o trabalho desenvolvido por Foucault no final do século XX.

[...] não seria possível interrogar algumas pressuposições filosóficas e metodológicas dessa história da loucura? Algumas somente, porque o empreendimento de Foucault é rico em demasia, aponta para direções demais para se deixar preceder por um método ou mesmo por uma filosofia, no sentido tradicional da palavra. É verdade, como o diz Foucault, como o confessa Foucault citando Pascal, só se pode falar da loucura em relação à razão. (DERRIDA, 2009, p. 46).

No trecho citado, Derrida (2009) traduz o que Foucault (1972) pensa sobre as formações discursivas: as relações de poder que definem as condições de enunciação, só se pode pensar em loucura em relação à razão. No trecho acima percebemos como Derrida (2001;2009) realiza todo o seu trabalho a partir de um gesto questionador diante do trabalho de Michel Foucault: mesmo tentando romper com qualquer parâmetro de produção científica no âmbito de doutrinas, teorias, metodologias e métodos, Foucault (1997) produziu sim uma outra história, em que é possível dimensionar o impacto dessa produção, principalmente, no que diz respeito à abordagem desenvolvida na investigação de determinado objeto de pesquisa. Derrida (2009) traduz o principal objetivo de Foucault desde o seu primeiro livro: investigar como se dão os discursos que se legitimam e os que são interrompidos, o objetivo principal era demonstrar como determinadas “verdades” se estabelecem e Derrida (2009) demonstra isto através do exemplo da *História da Loucura* de Foucault.

Meu problema não é estudar a história das ideias em sua evolução, mas, sobretudo, ver debaixo das ideias como puderam surgir tais ou tais objetos como objetos possíveis de conhecimento. Por que, por exemplo, a loucura tornou-se, em um dado momento, um objeto de conhecimento correspondendo a um certo tipo de conhecimento. Usando a palavra ‘arqueologia’ em vez de ‘história’, eu quis marcar essa decalagem entre as ideias sobre a loucura e a constituição da loucura como objeto. (FOUCAULT; RAULET, 2013, p. 335).

Foucault (1997) tenta demonstrar como o conceito de loucura foi criado muito mais para legitimar os que são saudáveis do que para tratar a loucura a partir de sua história linear e datada, por isso o autor discute tanto sobre dispositivos que funcionam para estabelecer o processo de disciplinarização dos corpos em Foucault (2001): há uma arqueologia dos sistemas de pensamento que legitimaram as práticas de docilização dos corpos nas prisões e em Foucault (1998) como se construíram as clínicas psiquiátricas como forma de isolar o “louco” e o “defeituoso” do convívio em sociedade. Em Foucault (2013) percebe-se que o autor tenta esclarecer a diferença entre uma história da loucura feita a partir da teoria positivista e em que aspectos a sua irônica “História da Loucura” se distingue de uma história das ideias evolutivas sobre a loucura, por isso tanta insistência em recusar-se a ser considerado um “historiador das ideias”. Ao informar que sua arqueologia entende a loucura como um objeto de estudo, Foucault (2013) especifica características da arqueologia: ela, diferente da história, se preocuparia em mapear como determinadas formações discursivas se legitimam como discurso científico e outras não, como o poder é exercido através de classificações arbitrárias como ciência *x* senso comum. Foucault (2013) explica que seu objetivo era demonstrar as regras de formação que definiam, sobretudo, o conceito de verdade e razão para desconstruir o discurso da modernidade.

Ao escrever uma história da loucura, Foucault quis – e esse é todo o preço, mas também a impossibilidade mesma de seu livro – escrever uma história da própria loucura. Ela própria. Da própria loucura. Quer dizer, devolvendo-lhe a palavra. Foucault quis que a loucura fosse o sujeito de seu livro; o sujeito em todos os sentidos da palavra: o tema de seu livro e o sujeito falante, o autor de seu livro, a loucura falando de si. Escrever a história da própria loucura a partir de seu próprio instante, de sua própria instância, e não na linguagem da razão, na linguagem da psiquiatria sobre a loucura. (DERRIDA, 2009, p. 48).

Com Foucault (1997) inauguram-se nas ciências humanas várias noções relacionadas à abordagem do objeto de pesquisa, seus métodos e teorias. A proposta de “dar voz” ou de fornecer voz aos excluídos promove, sem dúvida, uma desconstrução epistêmica nas ciências humanas e este é o principal fator do incômodo gerado por toda a obra do autor. Mesmo que



críticos como Spivak (2010) questionem o local de fala de Foucault (homem, branco, europeu, de classe média alta, professor do Collège de France), a iniciativa de Foucault não passou e nem passa despercebida em todas as disciplinas das ciências humanas. O trajeto de uma história marxista a uma história vista de baixo (SHARPE,1992), sem dúvida, passa pelo legado que Foucault (1997) nos deixou: os conflitos sociais se expandem muito mais por questões simbólicas, dos padrões morais de comportamento, do que, essencialmente, pelas questões econômicas.

Escrevi meu primeiro livro quando estava terminando minha vida de estudante, por volta dos anos 1956-1960. Ele não é um livro freudiano, nem estruturalista, nem marxista. Ora, ocorre que eu havia lido Nietzsche em 1953 e, por mais curioso que isso pareça, nessa perspectiva de interrogação sobre a história do saber, a história da razão: como é possível fazer a história de uma racionalidade. Este era o problema do século XIX. (FOUCAULT; RAULET, 2013, p. 327).

A partir do trecho citado, percebe-se que desde o início de sua trajetória profissional, Foucault (1997) constrói sua arquitetura de saberes não para responder aos anseios da sociedade pós-guerra, e é por isso que a palavra que traduz seu princípio investigativo é o “como” e não o “porque”, mas para identificar as formações discursivas que legitimavam determinados objetos de estudos e excluía outros. É com o objetivo de estabelecer recortes com a história da racionalidade ocidental que Foucault (1972) propõe uma arqueologia de como os saberes se constituem, como eles definem padrões de comportamento e como absorvemos subjetividades oriundas do discurso científico.

Foucault (1972) tenta esclarecer através do conceito de arquivo em que consiste a diferença do conceito de genealogia para o positivismo e em que consiste este conceito para Nietzsche e, conseqüentemente, apropriado por Foucault como um eixo norteador: como determinada regra de formação alcança o último limiar que seria o da formalização do saber. Mesmo se recusando a considerar-se um “inventor de métodos e teorias”, Foucault (1997; 1972) constitui-se um referencial quando se pensa em romper com os totalitarismos constantes vivenciados em todo o século XX. É nesse sentido que podemos pensar em uma perspectiva e não em uma teoria, para sermos fiel ao propósito foucaultiano, quando nos propomos a pensar em pós-estruturalismo, desconstrução e diferença.

Quis fazer uma história das ciências não a referindo à história das ciências, à universalidade dos conhecimentos, mas, ao contrário, à singularidade histórica e geográfica do saber. Esse Ocidente era um punhado de homens no final da Idade

Média e era, ainda, um punhado de homens no século XVI e XVII. Será que hoje o Ocidente não engoliu tudo? Será que, afinal, de certa maneira, em certos casos sob o modo da submissão, em outros, ao contrário, sob o modo da apropriação, em outros ainda sob o modo do conflito, o mundo inteiro não se pôs à escuta dessas formas de saber? O marxismo faz parte, e quanto!, desse saber tal como ele foi concebido no Ocidente. Como poderia ele se tornar um instrumento de análise e, sobretudo, um instrumento de luta e mesmo de luta contra o Ocidente? (FOUCAULT; HASUMI, 2012a, p. 56-57).

Percebe-se que Foucault (2012a) refere-se ao marxismo como também fazendo parte de um movimento de colonização dos saberes, o autor entende que tanto o positivismo de Comte quanto o materialismo histórico e dialético de Marx conduziram a comunidade científica global a obedecer determinadas regras de formação, à certa ordem de discursos que são considerados válidos e outros não. Para Foucault (2012a), o marxismo, sobretudo, o determinismo econômico, fizeram parte das estratégias e justificativas de dominação que o mundo ocidental realizou sobre o “resto”. E é sob este aspecto que Foucault (2012a) pergunta a Hasumi (2012a) de que forma o marxismo poderia funcionar, exatamente, para aquilo que propõe a sua essência, quando é que o marxismo vai, de fato, lutar contra as minorias sociais e não apenas em favor da classe trabalhadora<sup>7</sup>? Muito mais sofrido é a vida de um mendigo do que, de fato, a vida de um trabalhador da fábrica do século XVII e XVIII, fato este que o marxismo não enxergou ou simplesmente classificou como “escória da humanidade” através da nomenclatura “exército de reserva”. São estas lacunas do marxismo que Foucault procura evidenciar em toda sua trajetória acadêmica.

O século XIX nos prometera que no dia em que os problemas econômicos se resolvessem todos os efeitos de poder suplementar excessivo estariam resolvidos. O século XX descobriu o contrário: podem-se resolver todos os problemas econômicos que se quiser, os excessos do poder permanecem. (FOUCAULT; HASUMI, 2012b, p. 220).

O trecho recortado demonstra um dos momentos mais explícitos em que o autor se distancia do marxismo: quando define que o maior problema da sociedade não é o da desigualdade econômica, mas o do excesso de poder. É a partir desta perspectiva que muitos autores acabam concordando com Foucault e o que permite com que surjam teorias mais flexíveis e até radicais com toda a “cultura marxista”. A partir da década de 1970, começam a

---

<sup>7</sup> O proletariado que surge com e contra a burguesia tem características específicas que o tornam desde o nascedouro uma classe destinada à revolução, pois sua existência já é marcada por esta luta (2011). “De todas as classes que hoje se opõem à burguesia apenas o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária” (ENGELS; MARX, 2011, p. 52). É assim, porquanto, seus interesses diretos são o contraposto dos interesses do capital. (SILVA, 2017, p. 85).

surgir o que hoje conhecemos por Teoria Queer, uma teoria que busca romper com a heteronormatividade, com o binarismo para a classificação das relações entre gêneros, com a cultura patriarcal e que abole a ideia de gênero para definir a orientação sexual. É também a partir das críticas realizadas por Foucault que começam a surgir movimentos sociais cada vez mais segmentados: o movimento negro, movimento feminista, movimento LGBT, entre outros.

Em Foucault (1972) há uma desconstrução das epistemes do saber científico hegemônico, presente também na discussão de Santos (1989) em que o autor propõe que valorizemos os saberes do dito “senso comum”. Sobre esse aspecto, relembra Derrida (2009, p. 49): “Cortou-se a palavra à loucura: A linguagem da psiquiatria, que é monólogo da razão sobre a loucura, só pôde estabelecer-se sobre um tal silêncio. Eu não quis fazer a história dessa linguagem; antes a arqueologia desse silêncio”. Não se trata simplesmente de dar voz a um sistema de pensamento que excluiu todo aquele que não se encaixasse no padrão ocidental de comportamento, a eficácia do trabalho de Foucault encontra-se no que ele considera como uma arqueologia dos saberes, no detalhamento de como a arquitetura dos sistemas de pensamento foram produzidas para excluir muito mais do que para promover a emancipação social. Nesse sentido, torna-se necessário compreender em que reside a compreensão arqueológica de Foucault que deu fundamento para pensar em epistemologia a partir da desconstrução de sua genealogia:

A tese de que o progresso é um componente essencial da ciência é comum a vários epistemólogos e historiadores da ciência que, como Canguilhem, privilegiam em suas análises o aspecto conceitual. Podemos encontrá-la em Bachelard, autor do qual Canguilhem mais se aproxima, esta é uma tese fundamental: ‘Para o pensamento científico, o progresso é demonstrado, é demonstrável, sua demonstração é mesmo um elemento pedagógico indispensável para o desenvolvimento da cultura científica. Em outras palavras, o progresso é a própria dinâmica da cultura científica e é essa dinâmica que a história das ciências deve descrever’. Não há dúvida de que a ciência, como dinamismo, como processo, é marcada, para Bachelard e Canguilhem, pelo progresso, mas é preciso, antes de tudo, saber em que sentido se pode falar de progresso quando se trata de ciência. (MACHADO, 2006, p. 27).

Ao compreender a complexidade da ideia de progresso, Machado (2006) trabalha com uma das principais contribuições do pensamento de Michel Foucault para o que entendemos como perspectiva pós-estruturalista: o racionalismo instrumental não conseguiu atender todas as demandas do “progresso científico”, uma vez que junto com os avanços científicos que levaram o “homem” à lua, também construíram e jogaram duas bombas atômicas,

desnecessariamente, mesmo quando o conflito bélico da Segunda Guerra já havia terminado em 1945. Logo, o que Machado (2006) nos propõe a pensar a partir do pensamento foucaultiano é justamente sobre os impactos do discurso da modernidade, exatamente esse discurso do progresso como sinônimo de desenvolvimento técnico e científico. O renascimento e o iluminismo foram movimentos culturais que estimularam a sociedade a compreender a história sempre de forma evolutiva, como se após toda guerra alcançaríamos uma sociedade mais desenvolvida. Quando Foucault (1972) escreve sobre uma arqueologia dos saberes ele enuncia uma série de elementos que serviram para desconstruir uma história que ele considerou das ideias criadas por Canguilhem. Contudo, há que se observar que essa história das ideias que Foucault (1972) tenta se distanciar não está relacionada com a ruptura que os *Annales* produziram em relação ao materialismo histórico no que diz respeito a compreender o objeto de pesquisa da história para além da luta de classes. Quando Foucault (1972) critica a história das ideias de Canguilhem, ele se refere ao aspecto enfatizado por Machado (2006): uma história dos saberes precisaria não produzir uma descrição linear, com uma perspectiva de evolução das teorias, que demonstrasse um discurso da evolução da ciência sem produzir uma autocrítica ou sem evidenciar as relações de poder em que esses objetos de estudo estabeleceram em sociedade. Foucault (1972) se distancia do discurso do progresso emitido na história do conhecimento e propõe que não há necessidade do “resgate” histórico, mas de demonstrar como os sistemas de pensamento estabeleceram as relações de poder e exclusão em sociedade.

O estruturalismo é, precisamente, uma atividade teórica que existe apenas no interior de determinados domínios. É uma certa maneira de analisar as coisas. Portanto, não pode haver uma teoria geral do estruturalismo. Apenas se podem indicar obras que provocaram modificações importantes em um domínio particular ou simultaneamente em vários domínios. (FOUCAULT; FELLOUS, 2013, p.62).

Foucault não começa seus primeiros trabalhos pesquisando, diretamente, o pensamento estruturalista, isto só vai ganhar força quando ele escreve Foucault (1992; 1972), quando ele dirige suas críticas ao estruturalismo tanto de Saussure quanto de Claude Lévis Strauss. É a partir da crítica aos linguistas que tentaram separar uma análise da língua das relações de poder que esta estabelece que Foucault inicia uma crítica ao pensamento estruturalista. À Claude Lévis Strauss (1996), Foucault (1972) critica a tentativa de realizar uma história das populações indígenas brasileiras, tendo em vista sua compreensão da

necessidade não da escrita da história, há muito já realizada, mas de uma arqueologia que denunciasses como determinadas formações discursivas permanecem vivas anos à fio, como a de que as tribos indígenas representam a barbárie. Claude Lévis Strauss (1996) também procura fazer uma “história das minorias”, contudo, o método ainda é pautado no estruturalismo, sendo este autor um dos maiores representantes desta vertente teórica. Então, o estruturalismo passa a ser criticado tanto em relação aos linguistas quanto aos historiadores, por isso a crítica bem forte de Foucault (1972) tanto à Bachelard quanto à Canguilhem – a simples descrição de uma suposta evolução ocorrida na história das ideias não corresponde ao que Foucault (1972) entende por história dos sistemas de pensamento a partir de uma arqueologia dos saberes e poderes. A proposta de Foucault (1972) é compreender a epistemologia a partir de uma ruptura com determinada forma de pensar, por isso sua relação tão delicada com os Annales e com a história das mentalidades: “Sob a designação de história das mentalidades ou de psicologia histórica, delimitava-se um domínio de pesquisa, distinto tanto da velha história das ideias quanto da das conjunturas e estruturas”. (CHARTIER, 1991, p.174).

Foucault (1972) tenta problematizar a história das ideias, cujo objetivo principal era de investigar se havia a possibilidade de realizar uma “historicidade da razão” e se podemos realizar uma história da verdade. Foucault desde os seus primeiros escritos é considerado um “estruturalista” por não buscar realizar a história de um indivíduo em si, mas de uma coletividade. Desta forma, o autor se distancia um pouco da micro história mesmo escrevendo Foucault (1977), em que o autor se delonga na análise dos processos que incriminam Pierre Rivière e mesmo que sua trajetória acadêmica tenha se tornado uma luta pela autonomia dos sujeitos diante dos mais variados dispositivos. Em outras palavras, Foucault (1972) ao invés de realizar uma descrição da “história de si”, ele constrói uma análise de experiências coletivas, de forma mais específica, ele realiza uma análise das formações discursivas, mas isto não é o suficiente para que seus escritos se constituam a partir do postulado estruturalista. Então, torna-se necessário delimitar em que consiste, de forma específica, o estruturalismo para Foucault (2013, p.61): “o hábito de acreditar que a história deve ser uma longa narrativa linear; plus ultra da análise histórica; hábito de acreditar que existe uma hierarquia das determinações indo da causalidade material mais estrita à aurora mais ou menos vacilante da liberdade humana”. Logo, percebe-se que o que Foucault (2013) entende por estruturalismo está relacionado ao método cartesiano, sobretudo referente a crença de que um levantamento

quantitativo da conjuntura econômica de determinada sociedade é o suficiente para descrever as razões de suas desigualdades.

“A ruptura que possibilita o nascimento de um conceito também é, como na perspectiva propriamente bachelardiana, a passagem de uma noção pré-científica a um conceito científico ou de um conhecimento comum a um conhecimento científico” (MACHADO, 2006, p. 35). É, sobretudo, essa distinção entre o que é ciência do que não é ciência que estabelece as relações de poder na construção do saber. Foucault (1972) não criticou a ideia de ciência, mas as exclusões que ela criou ao definir que o único saber que contém a verdade é o científico e que tudo que não é ciência não é saber e, portanto, não é válido. Foucault (1972) não faz um estudo do que seria “pré-ciência” a uma teoria científica, mas fala dos vários limiares pelos quais cada discurso passa até alcançar seu limiar de formalização. O empirismo científico, através do método investigativo baseado no racionalismo instrumental, foi capaz de produzir saberes que funcionam em determinados aspectos para o desenvolvimento humano, mas que também é utilizado para estabelecer desigualdades sociais. Considerar que só a empiria ou o saber científico são habilitados para explicar os problemas sociais produziu e produz um eixo divisor entre ricos e pobres, entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, entre objetivos e subjetivos, entre neutros e parciais, etc. O objetivo de Foucault (1972) é mostrar como essas formações discursivas foram se legitimando, historicamente, nos sistemas de pensamento do mundo ocidental. Uma vez que o autor compreende os discursos de saber construídos a partir das relações de poder, o racional e o irracional são definidos também por uma ordem dos discursos, por processos de enunciação e censura. É neste dinamismo e disputas pelo poder que se define o que é e o que não é científico.

As regras de elaboração da investigação científica são definidas pelo que Foucault (1972) chama de regras de formação, enfim, por um conjunto de saberes legitimados pelos poderes. As classificações, categorizações, descrições e definições não são construídas aleatoriamente ou de forma naturais. Não há um “espírito espontâneo” que estimula a produção do saber, a ciência é um produto do discurso da modernidade, de uma mentalidade desenvolvida na Europa do século XVI que enxergou nesse tipo de discurso uma possibilidade de expandir seus modos de ser e viver em sociedade. Em toda sua produção esse autor buscou demonstrar como os discursos de saber são definidos politicamente, não há ciência abstrata que se materializa somente para o bem comum. Os conteúdos científicos e seus objetos de estudo são formulados também para o exercício do poder, para o acúmulo de

capital, para a definição de dinâmicas de dominação e subordinação, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do que Hobsbawm (1995) chama de indústria da morte.

Quando Foucault (1972) propõe uma arqueologia dos saberes a partir de uma análise de como determinadas regras de formação se estabelecem historicamente, ele está negando um emaranhado de objetos de estudos que foram construídos a partir dos parâmetros da ciência clássica: a taxonomização das teorias sociais como forma de garantir a racionalidade e cientificidade dos conteúdos produzidos por um saber que não era exato. Em outras palavras, é uma crítica ao método investigativo de Descartes que previa o resultado objetivo, neutro e exato, e é nesse sentido que Foucault (1972) entende a arqueologia como algo que mapeia os sistemas de pensamento a partir das suas condições históricas de enunciação. O ponto que Foucault (1972) almeja atingir é o da adaptação do método científico utilizado nas ciências exatas e biológicas para o estudo das ciências sociais, a maior crítica é à perspectiva comtiana da física social. Darwin, por exemplo, não construiu a teoria da seleção natural das espécies de forma espontânea e sem objetivos políticos. Quando ele diz que só os mais aptos vão sobreviver, ele justifica as desigualdades sociais por uma questão de adaptação e não de oportunidades. Essa perspectiva também é utilizada nas teorias sociais, o positivismo elabora todo o arcabouço de objetos de estudo que visam comprovar esta hipótese, por isso seu principal objetivo é estabelecer a ordem social apaziguando os conflitos de classe na busca de favorecer os mais ricos. O marxismo faz exatamente o oposto: constrói um conjunto de teorias para dizer que o poder deve ficar sob a égide da classe trabalhadora através da revolução. Enfim, Foucault (1972) busca informar que essas formações discursivas existentes no discurso científico se dão a partir das relações de poder e não de um estudo investigativo neutro, objetivo e que vise o bem comum. Foucault (1972) informa que os discursos são construções sociais do poder que estabelecem verdades de acordo com os interesses de grupos, por isso a ciência não pode ser simplesmente pensada como uma verdade absoluta, ela é sempre contextual. Sua fase genealógica revela como os poderes constroem suas redes de controle e vigilância para manter suas formações discursivas em ação.

Foucault em toda sua obra rompe com a lógica do determinismo econômico e inaugura uma leitura das teorias sociais a partir das relações de poder. Uma categoria que engloba todos os sujeitos sociais: pobre, rico, classe média, mendigo, mulher, homem, homossexuais, transexuais, negro, branco, índio, pardo, europeu, asiático; enfim, quando se pensa em relações de poder abre-se inúmeras possibilidades para se pensar em marcadores sociais. Foucault não definiu um marcador como o mais predominante, mas também não negou que as

desigualdades de classe fossem menos importantes, por isso ele insiste tanto no conceito de formações discursivas para se chegar em Foucault (2011), que se torna um dos pontos fundamentais da sua fase genealógica. É a partir dessa obra que o autor inaugura a materialização do conceito de dispositivo e também onde começa a materializar o conceito de genealogia, um estudo de **como** e não de **quando** se iniciou os processos de disciplinarização dos sistemas de pensamento e de como ele busca estudar o processo de normatização da formação dos objetos de estudo. Nesse sentido, entende-se que Foucault (1972; 1979; 2011) reafirma que as relações de poder existentes na formação dos sistemas de pensamento residem em uma pragmática belicosa, por isso a necessidade de compreender os poderes a partir de uma identificação arqueológica e entendido a partir de micropoderes.

[...] para Foucault, o problema – ao mesmo tempo político, ético, social e filosófico – que se nos coloca na modernidade não é o de tentar libertar o indivíduo do Estado e das suas instituições, mas o de libertá-lo das representações de individualização criadas pelo poder globalizador. (GREGOLIN, 2004, p. 138).

De acordo com Gregolin (2004), a principal preocupação de Foucault ao destinar tanto tempo e trabalho para compreender os discursos reside no poder que eles possuem de subjetivar as identidades e aquilo que nos tornamos, por isso Foucault (1972; 2001) dedica-se a conceituar em que consiste a arqueologia do saber: é uma proposta de mostrar como o saber científico ocidental moderno se estabeleceu como saber excludente durante séculos sem buscar uma origem da essência dessas desigualdades, mas mostrando como ela se estabeleceu durante a história. Foucault, em nenhum momento, propõe uma revolução armada, mas as propostas de desconstrução dos sistemas de pensamento do discurso da modernidade em muito contribuíram para que se elaborassem teorias que libertam sujeitos, identidades e ciências das amarras impostas pelo poder capitalista. Quando Foucault reflete sobre as regras de formação que legitimam os saberes e exclui outros, ele nos possibilita a pensarmos o campo de pesquisa do jornalismo como um espaço de disputa de sentidos, saberes, dizeres e práticas profissionais. É sob este estamento que constitui-se a tentativa de contribuir para a compreensão do jornalismo enquanto uma prática discursiva e não só como uma instituição que constrói a realidade e, portanto, estabelece a verdade/mentira e o certo/errado. Entende-se que o jornalismo constrói discursos sobre a realidade e não ela em si, tal qual ocorreu.

É importante, ainda, refletir sobre a crítica que é feita tanto ao conceito de estruturalismo e ainda mais ao de pós-estruturalismo realizada, sobretudo, por autores marxistas. Em Giddens (1990) temos um texto que critica o conceito tanto de estruturalismo



quanto de pós-estruturalismo. O autor não considera que esses dois conceitos sirvam de forma eficaz para explicar a sociedade uma vez que nem o primeiro e muito menos o segundo conseguiu cumprir com os objetivos propostos. Para Giddens (1990), o estruturalismo, partindo de Saussure e Lévi-Strauss, não foi muito útil para as teorias sociais por não terem subsídios suficientes para explicar as transformações de seu tempo. Em outras palavras, o autor considera que o conceito ficou muito focado na linguística e não conseguiu adentrar outros espaços das ciências humanas como a sociologia, a filosofia, a história, entre outros. Não há em Giddens (1990) uma perspectiva fora da linguística para explicar esses dois conceitos, o autor fica concentrado em Saussure para explicar o processo de transição a partir da perspectiva de Foucault, Lacan, Althusser e Derrida. Ele considera que esse processo de transição não foi evolutivo, e se foi, é questionável em relação à alguns critérios. São eles:

a) O autor não considera que houve uma “reviravolta linguística”:

Dadas as conexões entre linguística estruturalista e estruturalismo em geral, diz-se com frequência que o estruturalismo participou da ampla ‘reviravolta linguística’ que caracteriza a filosofia e a teoria social moderna. Eis aí uma conclusão falaciosa, por razões que passo agora a discutir. De um lado, as esperanças de que a linguística proporcionaria modelos gerais de procedimento, aplicáveis em uma multiplicidade de áreas, parecem hoje absolutamente deslocadas. De outro, a ‘reviravolta linguística’, ao menos em suas formas mais valorizadas, não envolve a extensão de ideias tomadas do estudo da língua para outros aspectos da atividade humana, mas antes explora a interseção entre língua e constituição de práticas sociais. Aqui, as considerações relevantes dizem respeito tanto à crítica da linguística estruturalista, como a abordagem à análise da língua em si, quanto à avaliação crítica da transferência de noções tomadas dessa versão para outras esferas de explicação da conduta humana. (GIDDENS, 1990, p. 286).

Percebe-se que o autor faz observações criteriosas em relação ao que muitos consideram como um processo de evolução do estruturalismo para o pós-estruturalismo. Giddens (1990) reflete sobre a falta de abrangência das teorias linguísticas às áreas das ciências humanas, bem como a ausência de vinculação dos estudos da língua com as práticas sociais: o isolamento da língua de seu ambiente social. No final de seu texto, no entanto, Giddens (1990) afirma que essa perspectiva pessimista é passível de crítica. Então, eis algumas delas: considera-se que houve sim, senão, uma evolução, mas pelo menos é inegável o processo de transformação social com a transição da passagem do estruturalismo para o pós-estruturalismo. Ao defender a tese da natureza arbitrária do signo, Saussure dispensa essa ligação da língua com a ideologia e é nesse aspecto que a transição de uma perspectiva estruturalista para pós-estruturalista se modifica significativamente. Giddens (1990) faz uma divisão didática entre autores estruturalistas e pós-estruturalistas e é aí que percebemos a

inegável contribuição de Foucault como a “marca” da transformação: a ideia de contexto; das condições de enunciação; bem como da leitura de como as relações de poder se manifestam e se cristalizam são, sem dúvida, aspectos que promoveram determinadas transformações sociais.

Percebe-se que há em Giddens (1990) uma vontade de considerar os conceitos de estruturalismo e pós-estruturalismo como dispensáveis, talvez porque sua visão de mundo o permita acreditar que a divisão de modo de produção feudal para modo de produção capitalista é o suficiente para explicar as transformações de forma mais eficaz pela sua abrangência “universal” ou ainda considera que seu conceito de “modernidade tardia” em Giddens (1991) constitua-se um conceito mais eficaz para traduzir o processo de colonização produzido pela Europa e EUA sobre o resto do planeta. Enfim, é inegável que a proposta de análise do discurso a partir de uma leitura contextual dos fenômenos históricos promoveu transformações sociais, talvez não tenha alcançado os objetivos em sua totalidade, mas conseguiu, minimamente, estabelecer diferenças em relação à aplicação teórica em determinadas áreas. Na linguística fica claro o quanto possibilitou uma interação entre a história, a sociologia, a filosofia, pelo menos, com a leitura das formações discursivas em Foucault. Esse é um dos aspectos que Giddens (1990) nem pronuncia em todo seu texto, prefere focar no que o pós-estruturalismo permanece igual ao estruturalismo: tanto um quanto o outro ainda consideram que a natureza do signo é arbitrária. Contudo, a perspectiva pós-estruturalista não fica inerte em suas leituras: a leitura do contexto e das condições de enunciação foram, sem dúvida, uma ruptura com o império do significante sobre o significado, o significado é individual a cada leitor com seus filtros culturais, cabe agora uma análise da língua com a visão de mundo presente nas práticas discursivas. Um outro ponto que Giddens (1990) não considera é que Foucault não entende discurso como apenas o escrito ou o oralizado, discurso é uma perspectiva em Foucault (1972) que se materializa nas mais variadas subjetivações do sujeito observadas em suas práticas cotidianas.

b) A descentralização do sujeito. Giddens (1990) considera, de forma indireta e mesmo sem citar, que em *As palavras e as coisas*, Foucault realizou uma crítica do humanismo. Foucault (1992) considera que existe uma necessidade de compreender o humano não como uma categoria universal, sem vida e apenas como um objeto de estudo da modernidade e passa a considerar o sujeito como um ser com vida e subjetividades das mais variadas como é perceptível na descrição da vida e julgamento de Pierre Rivière. Mas, para Giddens (1990), a

crítica de Foucault não promoveu a transformação social, nem tampouco revolucionou as teorias sociais.

A tese do caráter arbitrário do signo, tal qual Saussure a elaborou, tende a elidir a diferença entre textos que procuram fornecer uma descrição verídica do mundo e textos ficcionais. O valor positivo dessa elisão é o fato demonstrado, por exemplo, no tratamento sutil do uso de mecanismos figurativos nos textos científicos. Sua fraqueza se mostra quando vem à lume a questão que tem perturbado essas tradições: como vincular o texto ao mundo exterior? As tradições estruturalista e pós-estruturalista não apenas falharam na tentativa de produzir relatos de referência capazes de dar sentido às realizações científicas: elas se isolaram mais ou menos completamente do estudo da conversa cotidiana. Ora, a conversa cotidiana é nada menos que aquele meio de vida no mundo onde se entrecruzam referência e significação. (GIDDENS, 1990, p. 303).

A crítica feita por Giddens (1990) ao pós-estruturalismo, sobretudo, condiz com a realidade da instituição ciência no quesito “ensino, pesquisa e extensão”, sendo o último o menos alcançado até hoje e não há muito critério em exigir isso de uma teoria, uma vez que cabe à todas as outras a produção deste diálogo. Percebe-se um apego muito forte à crítica, principalmente à Lyotard (2004), inclusive, penso que todo esse texto é uma crítica ao conceito de jogos de linguagem.

Lyotard (2004, p. 17) define três características dos jogos de linguagem:

- a) Suas regras não se legitimam sozinhas;
- b) Só há jogos de linguagem com regras;
- c) Todo enunciado se constitui através de uma vontade de saber e uma vontade da verdade.

Com esta configuração, o que se percebe é que existem regras nos jogos de linguagem, então, eles não são simples ideologias e nem só relações de poder. Há algo de comunicativo nesses jogos, o que faz com que o autor entenda que a ciência só se legitima se tiver diálogo, em outras palavras, Lyotard (2004) ainda é mais otimista que Foucault (1972) no que concerne à linguagem, para este último, a linguagem é mais belicosa do que comunicativa, enquanto o primeiro afirma que os jogos de linguagem só existem a partir da partilha com o outro.

O povo está em debate consigo mesmo sobre o que é justo e injusto, da mesma maneira que a comunidade dos cientistas sobre o que é verdadeiro e falso; o povo acumula as leis civis, como os cientistas acumulam as leis científicas; o povo aperfeiçoa as regras do seu consenso por disposições constitucionais, como os

cientistas revisam à luz dos seus conhecimentos a produção de novos “paradigmas”. (LYOTARD, 2004, p. 55).

Então, percebe-se que Lyotard entende os jogos de linguagem de forma muito parecida com o que Foucault (1972; 1979) entende por relações de poder, em outras palavras, os problemas da sociedade podem ser explicados através dessas forças tanto institucionais quanto a dos sujeitos de forma individual. Ao explicar o que os jogos de linguagem representam para o pensamento pós-moderno, percebe-se que a crítica de Giddens (1990) se dá muito mais pela conclusão de Lyotard sobre a ciência<sup>8</sup>, do que, de fato, por considerá-lo um autor que apresenta uma apologia ao texto em detrimento às realidades sociais.

O argumento de Giddens (1990) para dizer que o pós-estruturalismo não avançou foi porque o estudo da A.D. não se adentrou em demasia nas comunicações interpessoais, focaram na análise dos discursos das instituições de poder: jornal, novela, igreja, ciência, entre outros. Em outras palavras, Giddens (1990) não considera que houve, de fato, uma valorização e emancipação social ao analisar o que mudou do estruturalismo ao pós-estruturalismo. Se considerarmos as críticas feitas pelo autor como referente também às promessas que a modernidade não cumpriu, aí sim, faz todo sentido. Contudo, afirmar que não houve transformação social ao abandonarmos a concentração em uma leitura estrutural da sociedade para uma leitura da longa duração, por exemplo, é uma análise pessimista e pouco criteriosa, uma vez que os argumentos acima já demonstraram as modificações.

O conceito de estruturalismo ganha um novo sentido quando pensamos em como ele é tratado pelas ciências da comunicação e do jornalismo. Enquanto Foucault critica o estruturalismo a partir de um viés filosófico e sociológico, as teorias da comunicação e do jornalismo trabalham-no, em sua maioria, pela perspectiva da linguística, o que acarreta em distinções significativas. Para o pensamento pós-estruturalista, o estruturalismo consiste em compreender a sociedade através de definições e categorias materiais. O estruturalismo é a teoria que engloba tanto parte do positivismo, quando divide a história pautada em aspectos de desenvolvimento material (História antiga; História medieval; História moderna; História contemporânea), quanto do marxismo ortodoxo que compreende a história pela definição dos modos como se dividiu o trabalho em cada período histórico (Modo de produção asiático; Modo de produção escravista; Modo de produção feudal; Modo de produção capitalista).

---

<sup>8</sup> “O livro de Jean-François Lyotard existe para que avaliemos até que ponto é justo e verdadeiro o seguinte enunciado: “Não se comprem cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder.” (SANTIAGO, 2004, p. 131).

Contudo, para a comunicação e para o jornalismo, o estruturalismo é visto como uma teoria evoluída, sendo comparada inclusive à teoria interacionista que envolve autores como Goffman e Katz:

A teoria estruturalista é outra teoria macrossociológica – tal como a teoria de ação política, versão de esquerda apresentada por Herman e Chomsky – que sublinha, enfaticamente, em grande parte devido à herança marxista que as duas teorias partilham, o papel dos media na reprodução da ideologia dominante. (TRAQUINA, 2004, p. 176).

Traquina (2004) entende a teoria estruturalista como sendo radical em relação aos definidores primários:

Na teoria estruturalista as fontes oficiais são encaradas como um bloco unido e uniforme; a existência de disputas entre os membros das fontes oficiais é minimizada; a estrutura dos chamados ‘definidores primários’ é encarada de uma forma atemporal e imutável; a relação entre os chamados definidores primários e os profissionais do campo jornalístico é encarada como uma relação unidirecional: os chamados definidores primários comandam a ação. Neste ponto-chave, a teoria estruturalista é criticada por um determinismo excessivo. Não há forma de conceber um espaço de manobra por parte dos jornalistas; os jornalistas nunca tomam a iniciativa, nunca desafiam os definidores primários, por exemplo, através de iniciativas como a reportagem, o jornalismo de investigação ou os furos. Segundo a teoria estruturalista, nunca há um processo de negociação antes da definição principal, encarado com um espaço de reprodução da ideologia dominante, o campo jornalístico perde o seu potencial como recurso para todos os diversos agentes sociais. (TRAQUINA, 2004, p. 181-182).

Para o campo científico do jornalismo, a partir de Traquina (2004), a teoria estruturalista tem sua base no marxismo e não, essencialmente, no racionalismo cartesiano do positivismo. Esse é um fato interessante porque o estruturalismo nos termos em que estamos trabalhando reside em uma teoria há tempos superada e que só engloba uma pequena parte do marxismo ortodoxo do século XX. Foucault em toda sua trajetória critica muito mais o fundamentalismo positivista do que a raiz desse pensamento presente também no discurso científico do marxismo. Autores como Hobsbwan (1995), por exemplo, que tem sido o maior expoente do marxismo no século XXI, já não insiste no determinismo econômico do estruturalismo, pois compreende a história por conceitos e discursos que ultrapassam a essência materialista: o conceito de indústria da morte para trabalhar o que o autor chama de “breve” século XX insere aspectos simbólicos que esse período proporcionou para o mundo como um todo. Bem diferente de compreender o século XX como um simples “modo de produção capitalista”, Hobsbawn (1995) amplia a compreensão marxista da história

trabalhando não apenas as consequências materiais das duas grandes guerras, mas também com os aspectos das mudanças de mentalidade promovidas pelas transformações pós-guerra. É importante frisar que Wolton (2004, p. 127) também entende que uma visão estruturalista da comunicação pertence aos frankfurtianos.

O estruturalismo em Marx faz parte do cerne do seu pensamento, pois ele divide a sociedade em infraestrutura e superestrutura: a primeira refere-se à estrutura material e a segunda à estrutura ideológica, em que a segunda é inferior a primeira, por isso o marxismo considera-se materialista em sua essência. Para Marx, são as condições materiais que definem as estruturas ideológicas de uma sociedade e de um sujeito, o que o coloca na condição de economicista e por isso, muitas vezes, este autor é criticado e rejeitado pelas teorias posteriores que ampliam a visão dicotômica de infraestrutura e superestrutura. Contudo, o conceito de estrutura é fundamental para que possamos compreender porque e como se constituiu a teoria estruturalista uma vez que o positivismo já era, em si, uma teoria que investigava as estruturas materiais: o marxismo estruturalista, sobretudo, em Louis Althusser (1987) e Marta Harnecker (1983), demonstraram que o racionalismo cartesiano serve tanto à ciência das “classes dominantes” quanto das “classes proletárias”.

O conceito de estrutura em Marx é inseparável do conceito de processo. Quando Marx estuda a manufatura, ao mesmo tempo em que estuda as relações de produção que a caracterizam como tal, estuda a forma em que, através das contradições internas próprias a essa estrutura, se vão preparando as condições para que o trabalho altamente especializado do operário parcelar se transforme em trabalho parcelar de uma máquina-ferramenta. Mostra, por outro lado, como o limite físico, orgânico, que implica a unidade trabalhador parcelar/meio de trabalho cai em contradição com o afã de lucro capitalista etc. Poderíamos dizer que o que Marx realiza em *O capital*, em geral, não é uma análise estrutural do modo de produção capitalista que acentua suas relações estáveis, invariáveis, mas, pelo contrário, uma análise da dinâmica de desenvolvimento deste modo de produção, de suas contradições internas, das condições de seu aparecimento. Mas embora acentue o processo, este só pode ser estudado cientificamente a partir de suas relações estruturais fundamentais que determinam o que este processo tem de específico e que o diferencia de qualquer outro processo. (HARNECKER, 1983, p. 88-89).

A partir da descrição do conceito de estrutura em Marx, percebe-se que todo seu pensamento gira em torno do que ele compreende como sendo o motor da história: a luta de classes. Como para Marx a história é a descrição do processo de como as sociedades e seus trabalhadores modificaram os modos de produção, as relações de produção e suas forças produtivas, compreende-se que todo o pensamento de Marx é baseado no estruturalismo que é, em essência, materialista. O fundamental é compreender que a teoria estruturalista só

começa a ter suas bases delineadas a partir do momento em que há uma necessidade de compreender e, portanto, como é bem característico do século XX, categorizar o que Foucault (1997) escreveu. O impacto da *História da Loucura* foi tanto, que mesmo negando qualquer rótulo para denominar seu pensamento, Foucault viu-se diante da necessidade de explicar em que teoria se “encaixava” seu pensamento. Como até antes de Foucault não se pensava em “pós-estruturalismo”, o seu pensamento foi “rotulado” dessa forma para criticar tanto o positivismo, quanto o marxismo, mas principalmente para enfatizar que as questões materiais, mesmo quando superadas, precisam ser pensadas de forma complexa, por isso a necessidade do pós-estruturalismo que valoriza a história das mentalidades, da história das mulheres, entre outros aspectos. É preciso frisar que todo o século XX é em demasia cartesiano e positivista, por isso que Foucault incomoda tanto ao escrever em 1961 algo que ainda não tinha rótulo, caixinha ou prateleira e só foi possível compreender seu pensamento como pós alguma coisa (geralmente esse prefixo se dá pela reflexão produzida pela mentalidade ocidental pós-guerra) porque Foucault não realiza uma análise do desenvolvimento econômico da sociedade que possibilitou a existência de uma história da loucura em termos das ciências médicas, tampouco trata-se de uma história das ideias sobre a loucura, refere-se, sobretudo, às condições sócio históricas que permitiram a existência das categorizações de loucura e sanidade. Logo, percebe-se que Foucault procura romper, essencialmente, com a visão binária do positivismo e do estruturalismo que conceitua a partir da delimitação de eixos dicotômicos como os das categorias aqui mencionadas.

Hasumi: Depois da publicação de *A arqueologia do saber*, muito se falou do método Foucault, mas, justamente, o senhor nunca fixou um método.

Foucault: Não. *A arqueologia do saber* não é um livro de metodologia. Não tenho um método que aplicaria, do mesmo modo, a domínios diferentes. Ao contrário, diria que é mesmo um campo de objetos, um domínio de objetos que procuro isolar, utilizando instrumentos encontrados ou forjados por mim, no exato momento em que faço minha pesquisa, mas sem privilegiar de modo algum o problema do método. Neste sentido, também não sou de modo algum estruturalista, já que os estruturalistas dos anos 1950 e 1960 tinham essencialmente como alvo definir um método que fosse, senão universalmente válido, ao menos geralmente válido para toda uma série de objetos diferentes: a linguagem, os discursos literários, os relatos míticos, a iconografia: procuro fazer aparecer essa espécie de camada, ia dizer essa interface, como dizem os técnicos modernos, a interface do saber e do poder, da verdade e do poder. É isso. Eis aí meu problema. (FOUCAULT; HASUMI, 2012b, p. 223-224).

Aqui, o autor se preocupa em especificar porque ele não se considera um autor estruturalista, mesmo que muitos o tenham colocado este rótulo pelo excesso de critérios analíticos desenvolvidos em Foucault (1972). Percebe-se, ainda, que o autor busca explicar

que o seu principal problema de pesquisa está relacionado às relações que envolvem o poder e o saber em uma perspectiva que rompe com toda a proposta de razão científica desenvolvida pela ciência moderna, por isso a negação do método cartesiano como sendo um padrão universal de produção científica. Em outras palavras, Foucault quis dizer que *A arqueologia do saber* é um livro que vem romper com o dogma do método, que não há uma regra a ser seguida para quem queira “seguir” Foucault ou realizar uma análise do discurso a partir de suas reflexões. O que o autor propõe é simplesmente uma superação da definição do problema a partir de uma análise das estruturas econômicas, sobretudo, uma ruptura com o marxismo economicista para a necessidade de uma análise que identifique as formações discursivas, pelo menos as do discurso científico. Foucault (1972) propõe uma análise que identifique as regras de formação de determinada unidade discursiva, ele sugere que se identifique como os mecanismos possibilitam o surgimento de determinado discurso e suas regularidades.

### 1.3 A ARQUEOLOGIA DE FOUCAULT E SUAS RUPTURAS

De forma sucinta, pode-se dizer que teoria diz respeito ao delineamento, ao devir, à rigidez científica e à objetivação. Já a epistemologia permite a reflexão crítica, permite problematizar o objeto de estudo, a metodologia, os métodos, bem como, as inúmeras vertentes teóricas utilizadas em cada pesquisa. É exatamente sobre este último aspecto que residem as concentrações dos estudos sobre epistemologia. É sobre esse viés que consegue-se pensar em autores que começaram a esboçar algumas reflexões sobre a epistemologia da comunicação em detrimento a história da comunicação. É pensando nestas diferenças do que se entende por teoria e epistemologia que conseguimos ver as diferentes matrizes epistêmicas das quais partem autores como Carr (1996) e White (1992). Não é objeto de estudo deste texto adentrar ao universo de estudo da história, mas os referenciais acima citados funcionam como fios e rastros como posicionou Ginzburg (2007), ao citar os indícios que nos indicam os posicionamentos teóricos de cada autor e vertente teórica. É a partir desse referencial que situa-se diferenças entre uma história da evolução das Teorias do Jornalismo como Traquina (2004) e uma reflexão epistemológica como Wolton (2004; 2011) e Cornu (1994).

Ao ler criticamente a tradição do campo da comunicação e do jornalismo, consegue-se compreender que o estudo de suas teorias, em sua maioria, foram concebidos como a memorização da cartografia evolutiva produzida pelos manuais, em detrimento de uma



reflexão sobre os poderes que as teorias podem ou não acionar em sociedade e isso nos possibilita pensar e não em decorar a linha evolutiva das teorias que estão fornecidas nos clássicos manuais. Em outras palavras, há uma forte tradição nesses dois campos de compreender como “boa teoria” ou “teoria legitimada” o manual mais bem elaborado, com maior número de informações que atendem às demandas do mercado das editoras. Poderia aqui enumerar vários deles e ser acusada de antiética, contudo, como já afirmei anteriormente, é necessário lembrar que o que objetiva-se nesta pesquisa é a construção de uma teoria mais reflexiva, menos positivista, menos maniqueísta, menos ortodoxa e mais autônoma. Nesse contexto, é que compreende-se como é necessária a reflexão sobre o conceito de epistemologia, um neologismo repleto de problematizações.

A proposta de Foucault (1972) é compreender a epistemologia a partir de uma ruptura com determinada forma de pensar, por isso sua relação tão delicada com os *Annales* e com a história das mentalidades. Foucault (1972) tenta problematizar a história das ideias, cujo objetivo principal era de investigar se havia a possibilidade de realizar uma “historicidade da razão” e se podemos realizar uma história da verdade. Foucault desde os seus primeiros escritos é considerado um “estruturalista” por não buscar realizar a história de um indivíduo em si, mas de uma coletividade. Desta forma, o autor se distancia um pouco da micro história mesmo escrevendo Foucault (1977), em que o autor se delonga na análise dos processos que incriminam Pierre Rivière e mesmo que sua trajetória acadêmica tenha se tornado uma luta pela autonomia dos sujeitos diante dos mais variados dispositivos. Em outras palavras, Foucault (1972) ao invés de realizar uma descrição da “história vivida”, ele constrói uma análise de experiências coletivas, de forma mais específica, ele realiza uma análise das formações discursivas.

É sob este parâmetro que Foucault (1972) inicia sua crítica que ele chama de arqueológica para se afastar tanto dos historiadores e linguistas positivistas e dos marxistas positivistas. É a partir dessa perspectiva que Foucault (2011) avança para a posição nietzchiana de genealogia, de uma história dos sistemas de pensamento que fosse capaz de desconstruir a lógica do racionalismo instrumental da ciência ocidental e propor, não um método ou uma teoria, mas uma arqueologia que demonstrasse como os saberes serviram para legitimar lógicas de dominação referentes às subjetivações humanas através, não de uma montagem da origem, mas de uma arquitetura que demonstrasse as formas de constituição das relações de poder. É importante evidenciar, mais uma vez, que quando Foucault (1972) estabelece um distanciamento da história das ideias ele não está referindo-se à perspectiva de

Philippe Airès (1990) quando se propõe a refletir sobre a história das mentalidades. Aliás, Foucault (1972) em muito se aproxima dessa perspectiva quando emite conceitos como os de formação discursiva, discurso e regras de formação. É sob esse aspecto que se diferencia uma história das ideias, propriamente bachelardiana, linear e positivista, de uma história das mentalidades, promovida pelo movimento dos *Annales* em 1929 que propõe compreender os modos de pensar de determinado tempo, espaço, cultura e sujeitos. É a partir desse último pressuposto teórico que Foucault (2011) estabelece que epistemologia precisa ser problematizada a partir de uma desconstrução do racionalismo instrumental: uma montagem arqueológica dos sistemas de pensamento que buscaram ser hegemônicos no pensamento ocidental a partir da identificação dos modos de pensar.

Gaston Bachelard concentrou sua pesquisa na física e na química, ciências que podemos considerar como constituintes da região, da natureza ou da matéria. Georges Canguilhem, retomando as principais categorias metodológicas da epistemologia bachelardiana, interessou-se por biologia, anatomia e fisiologia, disciplinas que denomina ciências da vida, estudando, assim, uma outra região de cientificidade. Para compreendermos a história arqueológica de Foucault podemos partir dessa constatação: todas as suas análises estão centradas no homem, isto é, formam uma grande pesquisa sobre a constituição histórica das ciências do homem na modernidade. (MACHADO, 2006, p. 08-09).

Parece-nos que a crítica feita por Foucault (1972; 1988) relaciona-se ao essencialismo com que a modernidade pensou as ciências humanas centradas, exclusivamente, na humanidade. Foucault critica o egoísmo existente no pensamento antropocêntrico, racionalista e excludente que se tornou o elemento principal das regras de formação dos sistemas de pensamento do mundo moderno. É sob este aspecto que reside a crítica de Foucault em relação aos postulados de um saber dito racional como sinônimo de científico porque obedeceu ao rigor de um método investigativo, que em sua maioria, serviu, historicamente, muito mais para excluir do que para incluir. Machado (2006) informa que toda a obra de Foucault tem como objetivo central realizar uma crítica ao discurso de evolução existente na modernidade, o autor busca desconstruir as regras de formação nos sistemas de pensamento que a modernidade criou para legitimar-se como “a idade” do progresso, sobretudo, do desenvolvimento científico. É por conta desse aspecto, que Machado (2006) afirma que a história arqueológica de Foucault é bem diferente da história dos sistemas de pensamento desenvolvidas por Bachelard e Canguilhem. Foucault (1972) propõe uma arqueologia da formação dos sistemas de pensamento, como se constituem as relações de poder que definem o que é e o que não é saber científico, enquanto a história das ideias de Bachelard e

Canguilhem nada mais fazem do que narrar a “evolução” da razão científica entre o período considerado como “idade das trevas” para o que se convencionou chamar de modernidade. Foucault realiza uma tentativa de mostrar que a razão científica é uma construção histórica, por isso só pode ser compreendida em seu contexto, e não um caminho iluminado que revela a verdade do mundo. É nesse sentido que torna-se salutar diferenciar história das ideias que Bachelard e Canguilhem fizeram de história das mentalidades trabalhadas pelos Annales porque isto possibilita a compreensão do que Foucault (2011) quis dizer ao citar o termo epistemologia e, sobretudo, no que ele tanto critica em Foucault (1972) ao rejeitar a história das ideias.

Hall (2016, p. 85) detém-se em explicar em que aspectos o pensamento foucaultiano traz uma proposta pós-estruturalista para compreender a história dos sistemas de pensamento: “Longe de aceitar as continuidades trans-históricas das quais os historiadores são tão orgulhosos, Foucault acreditava que mais significativas são as quebras, rupturas e descontinuidades radicais de um período para outro, entre uma formação discursiva e outra”. Neste sentido, em muito influenciou pensadores como Le Goff (1979) que dedicaram-se a analisar as permanências e rupturas do período que foi considerado como um “tempo das trevas” na tentativa de rotular o momento atual, século XX, como representando o que seria a prova da evolução humana. Le Goff (1979) materializa o conceito de arquivo e formações discursivas na sua análise sobre a historiografia ocidental positivista. Mas, também em muito se distanciou de autores como Marc Bloch e Lucien Febvre, autores que ainda se destinaram a produzir uma história das estruturas.

Desde Foucault (1992), tem-se uma negação da historiografia “evolutiva”, datada milimetricamente como se pudesse a partir do recorte “data e fato” dizer tudo sobre determinado objeto de estudo. Mesmo que Foucault (1992) estabeleça o recorte “Loucura na Idade Clássica”, o autor não se limita a compreender o conceito de loucura e de louco apenas neste recorte temporal, suas análises correspondem, de fato, às influências que a perspectiva da longa duração (VOLVELLE, 1998) propunha. Logo, pensar em uma análise do discurso jornalístico não nos remete a uma investigação da origem do acontecimento, tampouco de uma análise hermenêutica e semântica dos enunciados, mas da identificação das regras de formação que compõem os discursos.

Utilizo a palavra ‘arqueologia’ por duas ou três razões principais. A primeira é que é uma palavra com a qual se pode jogar. *Arche*, em grego, significa começo. Em francês, temos também a palavra arquivo, que designa a maneira como elementos discursivos foram registrados e podem ser extraídos. O termo arqueologia remete,

então, ao tipo de pesquisa que se dedica a extrair dos acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo. Uma outra razão pela qual utilizo essa palavra concerne a um objetivo que fixei para mim. Procuo reconstituir um campo histórico em sua totalidade, em todas as suas dimensões políticas, econômicas, culturais. Meu problema é encontrar a matéria que é necessária analisar, o que constitui o próprio fato do discurso. Assim, meu projeto não é o de fazer um trabalho de historiador, mas descobrir por que e como se estabelecem relações entre os acontecimentos discursivos. Se faço isso, é com o objetivo de saber o que somos hoje. Quero concentrar meu estudo no que nos acontece hoje, no que somos, no que é nossa sociedade. Penso que há, em nossa sociedade e naquilo que somos, uma dimensão histórica profunda, e, no interior desse espaço histórico, os acontecimentos discursivos que se produziram há séculos ou há anos são muito importantes. Somos inextricavelmente ligados aos acontecimentos discursivos. Em um certo sentido, não somos nada além do que aquilo que foi dito, há séculos, meses, semanas. (FOUCAULT, 2012, p. 251-252).

A arqueologia busca mapear as relações de poder existente no que Foucault (2012) chama de acontecimentos discursivos. É a partir da identificação das regras de formação que constituem determinada unidade discursiva que pode-se entender como estas formações se legitimaram enquanto enunciado. O mapeamento de como se estabelecem as formações discursivas tem o objetivo de fazer com que o sujeito entenda quem ele é e qual posição ocupa nas mais variadas instâncias de saber/poder. A preocupação de Foucault (1972) reside em identificar as regras de formação dos sistemas de pensamento ou como Hall (2016, p. 78) afirma, ele busca identificar os jogos de poder materializados pela linguagem: “Mesmo que a linguagem, de algum jeito, ‘fale sobre nós’, também é importante notar que em certos momentos históricos algumas pessoas têm mais poder para falar sobre determinados assuntos do que outras”. É sob este aspecto que Foucault (1972) pensa em posições de sujeito e entende o discurso como um espaço de disputa pelas posições de poder. É sob este viés de condição de enunciação que Foucault pensa em uma análise dos discursos: os espaços dos ditos estão empreendidos também pelos não ditos, por um vir a ser constituído pelas relações de poder.

Foucault (1972; 2011) não procura produzir uma história epistemológica ou aplicar “o método” da arqueologia, tampouco, busca trabalhar com a produção de uma história nessas duas obras. Há uma proposta que desestrutura a lógica da razão instrumental para pensar em uma produção da ciência que não se pauta no mito da neutralidade, do saber aleatório ou espontâneo. Arqueologia e as palestras do Collège de France instauram a fase mais desconstrutora de Foucault, pois ao invés de concentrar-se em traduzir seu pensamento através de um exemplo como faz em “História da Loucura”, “O nascimento da clínica” e “Vigiar e Punir”, Foucault (1972) concentra-se em uma produção politizada da ciência, em outras palavras, o autor procura materializar as estratégias de materialização dos poderes

institucionais a partir dos discursos científicos. Tenta demonstrar que a escolha, a elaboração e o recorte dos objetos de saberes são delimitações políticas e não oriundas de uma “essência” científica que teria por objetivo a emancipação e equidade social, tampouco, o cumprimento dos pressupostos iluministas de promoção do estado de bem-estar social. O que Foucault (2011) estabelece é o olhar que ele construiu sobre os discursos e como eles se legitimam como saberes científicos. Não existe uma proposta de “história epistemológica” como se esta fosse semelhante à história das ideias, da política partidária de uma cidade, dos tratados e da narrativa de guerra, enfim, não se trata de um gênero da história. O que o autor propõe como epistemologia é identificar as continuidades e descontinuidades de determinada formação dos objetos, sua dispersão e regras de formação. Não há em Foucault (1972) uma teoria da história tendo como seu subgênero o adjetivo “arqueológica”. Arqueologia dos saberes é um nome produzido pelo autor para identificar o mapeamento das estratégias discursivas e para informar que elas se dão, sempre, pelas condições de enunciação.

Ao ser considerado um dos últimos *Annales*, Foucault (2011) no capítulo 2, *Epistemologia, genealogia*, propõe uma sugestão de desconstrução do conceito clássico de epistemologia em detrimento à uma perspectiva referente a uma relação de poder construída a partir das formações dos objetos. Há em Foucault (2011) a materialização do que os primeiros *Annales* propuseram ao pensar em história das mentalidades: uma perspectiva da identificação arqueológica dos sistemas de pensamento repleta de cortes e continuidades. Logo, em Foucault (1972; 2011) a perspectiva do que seria uma epistemologia reside na diferença limítrofe entre uma história das ideias e o que ele procura produzir a partir do conceito de formação discursiva, tendo como eixo principal as relações de poder que conduzem a formação dos objetos de estudo.

História das mentalidades e não das ideias, refere-se, sobretudo, ao não condicionamento do saber a uma proposta meramente hegeliana, como se a dialética do movimento contrário das ideias fosse suficiente para a transformação social. A história das ideias ainda nos coloca diante do binômio (história material x história das ideias), contudo, história das mentalidades supera essa limitação e refere-se às formas de compreender o tempo e o espaço de determinado lugar, por exemplo, o que Ariès (1973) faz nesta obra representa a perspectiva oriunda da história das mentalidades em detrimento de uma narrativa da história política ou da história econômica. Há em Ariès (1973) um trabalho que delineia a trajetória dos *Annales* no que diz respeito aos novos objetos de estudo da história, bem como as formas

de trabalhá-lo: trata-se, especificamente, das maneiras como os sujeitos foram modificando suas formas de compreender o mundo, seus valores e seu modo de vida.

Na medida em que é influenciado pela perspectiva pós-estruturalista da história das mentalidades, Foucault (2011) entende que a epistemologia serviria para compreender as formas de cultura e pensamento de determinada época e sociedade a partir das suas relações de poder, o estudo da episteme promoveria a identificação das regras de formação que estabeleceram os enunciados de cada objeto de estudo de determinada ciência a partir do contexto em que ela está inserida. É assim que se pode falar em história da mentalidade francesa medieval a partir do que Le Goff escreve em *Para um novo conceito de Idade Média* e *A bolsa e a vida*. Logo, Foucault (2011) ao se propor conceituar a epistemologia procura referir-se a identificar as formações discursivas contidas nas teorias que legitimaram-se historicamente nos sistemas de pensamento, por isso ele compreende sua proposta como uma arqueologia e não uma ordenação linear da história das ideias que descrevesse um conjunto de teorias e métodos aplicados por cada sistema de pensamento como se esses tivessem sido elaborados aleatoriamente sem conexão com suas condições de produção.

Quando Foucault (1997) estabelece uma nova forma de pensar a loucura, ele inaugura não apenas uma outra abordagem sobre a temática, mas ele nos possibilita pensarmos em formações discursivas e é sob esse ângulo que visa-se construir algumas distinções entre teoria e epistemologia para que se compreenda a necessidade não apenas de uma revisão bibliográfica da pesquisa em jornalismo, mas da necessidade de ruptura com determinadas formações discursivas, ou, pelo menos, de informar que existem outras formas de compreender teoricamente o jornalismo que não se resume a entender a teoria do newsmaking como suficiente para investigar os mais variados objetos de estudo existentes nessa área.

Entende-se que a construção da episteme de determinado saber está vinculada às suas relações de poder e essa disputa nos estudos do jornalismo torna-se cada vez mais evidente, uma vez que o campo científico do jornalismo encontra-se em uma fase de desenvolvimento inicial diante do campo maior da comunicação. De acordo com Foucault (2008), a episteme seria:

O conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados; o modo segundo o qual, em cada uma dessas formações discursivas, se situam e se realizam as passagens à epistemologização, à cientificidade, à formalização. (FOUCAULT, 2005, p. 214).

De acordo com Foucault (2005), a episteme representa um conjunto de teorias, condiz com o espaço em que é possível identificar o eixo norteador das teorias. Ela é a passagem entre a esfera cognitiva da subjetividade para a objetividade científica, aquilo que Foucault (1972) informa sobre a formação discursiva que conseguiu passar do limiar de positividade ao limiar de formalização de acordo com a perspectiva de Canguilhem e Bachelard. Em cada formação discursiva presente nas diversas teorias, é possível realizar um estudo histórico sobre determinado campo do saber e realizar uma história das ciências, nisso em nada difere do trabalho de Bachelard, por exemplo. Contudo, Foucault (1972; 2011) critica o simples estudo da epistemologia como sendo a narrativa da evolução de determinada ciência como garantia de legitimação científica, sem, necessariamente, compreender que esses saberes são produzidos a partir das suas condições de enunciação.

A proposta de discutir a genealogia dos saberes e, portanto, sua episteme está relacionada a uma ruptura com uma história que possui uma essência de busca da origem como pensou a historiografia positivista utilizando como método a seguinte fórmula: descobre a origem do fato, entende o presente e muda o futuro. O que o autor propõe é uma quebra com esse paradigma de ciência sequenciada que estaria em constante evolução, que mais excluía do que construía autonomia para os seus sujeitos ou objetos de estudos. Foucault (1972) entende que a episteme pode ser compreendida como um conjunto de códigos e normas que definem determinado objeto de estudo construído a partir de seus regimes de verdade e regras de formação. Foucault (2011) entende que a episteme pode ser compreendida como uma visão de mundo construída a partir das relações de poder das mais variadas, sobretudo, sua preocupação concentrava-se na elaboração das teorias que intensificavam as lutas políticas partidárias e as mais variadas formas de exercício do poder.

A episteme funciona como uma nuvem macro que engloba as mais diferenciadas teorias, é a partir da identificação das formações discursivas que preenchem determinada teoria que conseguimos compreender o conceito de epistemologia para o autor. A epistemologia se destinaria a estudar de quais discursos são compostos cada teoria: o que diz o positivismo, o marxismo, a escola dos Annales, a escola de Frankfurt, os estruturalistas, os pós-estruturalistas, entre outros. Para Foucault (1972), a episteme funciona como a visão de mundo que cada teoria possui sobre determinada realidade, ele propõe entender a episteme como a formação discursiva que permite a existência de determinado objeto de estudo, suas metodologias, suas regras de formação e, portanto, sua angulação. “A epistemologia não é a norma da ciência porque cada ciência possui sua própria norma de julgamento. Ela não

produz os critérios de cientificidade; reflete sobre os critérios presentes nas ciências, explicita-os, elucida-os.” (MACHADO, 2006, p. 41). A epistemologia não produz os critérios de cientificidade, mas ela os identifica. Não é a epistemologia que define o que é e o que não é científico, mas os poderes que se manifestam na sociedade. A epistemologia é uma observação política das relações de poder acionadas pelas teorias.

O aspecto mais importante a ser evidenciado a partir da discussão sobre episteme refere-se ao que Foucault faz com este conceito: toda a sua obra é destinada a desconstruir a episteme dominante no mundo ocidental. Foucault desde a sua primeira obra já desconstrói a razão cartesiana, apresentando não apenas um novo objeto de estudo, até então pouco ou quase nada estudado pelos historiadores, mas ele trouxe uma nova episteme, ele desconstrói a forma de pensar a loucura pela lógica positivista e passa a compreender a loucura a partir da condição do sujeito categorizado como louco. Assim, Foucault (1997) inaugura uma nova “episteme” ou um novo olhar sobre a loucura, dando voz aos ditos doentes, deixando que a loucura falasse por si só, explicando as condições sócio-históricas que permitiram que determinado sujeito fosse classificado como louco e como são, por exemplo. Ora, então, a epistemologia em Foucault (1972) refere-se muito mais a um posicionamento político do que à uma simples conceituação referente à história das ciências. Seu objetivo não é apenas estabelecer linhas evolutivas entre o limiar de cientificidade e da epistemologização (FOUCAULT, 1972) da loucura enquanto objeto de estudo, pelo contrário, seu objetivo é desmontar como a razão científica encontra e cria justificativas para exercer poder, para eliminar vidas, para apoiar a hegemonia econômica de determinados espaços, entre outros aspectos. Então, Foucault, em toda sua obra propõe um novo ponto de partida, não mais a razão historicizante, linear, utilitarista, metódica, mas uma razão que assuma as subjetivações dos sujeitos, tanto dos que pesquisam como dos que são pesquisados, entre outros aspectos. “Para a epistemologia, a história das ciências só pode realizar seu objetivo – estabelecer a historicidade da ciência – situando-se em uma perspectiva filosófica e distinguindo-se, por conseguinte, das disciplinas propriamente históricas ou científicas.” (MACHADO, 2006, p. 07). A epistemologia além de distinguir-se de uma história linear, também promove uma maior abertura para a explicação das teorias, dos problemas metodológicos e sociais que cada teoria consegue promover.

Para Foucault (1972), a epistemologia não deveria se resumir a um estudo da ordenação das teorias dentro das análises de seus objetos empíricos. Para ele, a episteme deveria ser pensada como um regime discursivo que pode surgir em determinadas condições



de enunciação. Não há necessidade de sequenciar a história dos sistemas de pensamento em fins do século XX, pois Bachelard e Canguilhem já haviam feito. Haveria, portanto, a necessidade de pensar a episteme a partir das relações de poder que elas estabelecem, de como os saberes são definidos pelos poderes e nisso reside a principal diferença entre a história das ideias e da história das mentalidades desenvolvida pelos Annales. Pensar em episteme para Foucault é compreender as continuidades e descontinuidades de modos de pensar bem parecido com o que há em Le Goff (1979) – demonstra como o discurso iluminista, para se legitimar enquanto “movimento superior”, define a Idade Média como idade das trevas e o autor faz isso mostrando que nesse período havia sim produção de saber e desenvolvimento tecnológico só que diferente em relação ao ritmo das transformações ocorridas após a I Guerra Mundial.

A história das ideias é continuísta. Trabalha a existência de biologia no século XVIII; situa Lamarck como evolucionista, fazendo-o precursor de Darwin. Postula a existência de ciências humanas na época clássica. Faz a história das riquezas aplicando critérios retrospectivos da economia política moderna. A arqueologia crítica e pretende invalidar a visão de história que têm os historiadores das ideias. Mas isso não significa que isto constitua-se como uma negação da história. Inclusive porque essa crítica da historicidade da ciência como sendo constituída por um progresso contínuo é a retomada de uma exigência metodológica da história arqueológica, que, investigando a historicidade do nível dos conceitos, nega as pretensas continuidades estabelecidas pelas análises retrospectivas que privilegiam os temas ou teorias. (MACHADO, 2006, p. 138).

Logo, pensar em episteme, a partir de uma perspectiva foucaultiana, é compreender que o autor não pretende catalogar os saberes das teorias, mas demonstrar como esses saberes se legitimam a partir dos poderes e, sobretudo, da dependência que a ciência possui das esferas institucionais sob as quais os poderes atuam. Quando Foucault (1972) se distancia da história das ideias, ele busca se afastar tanto de uma dialética hegeliana, sob a qual se fundamenta Canguilhem e Bachelard, quanto de uma dialética materialista, sob a qual se fundamenta Althusser. A inovação de Foucault reside, justamente, em romper com esses dois extremos a partir da perspectiva das relações de poder: um ponto de vista que ultrapassa a dicotomia teoria e prática. Contudo, cabe ressaltar que a simples existência de uma história das ideias já é revolucionária, tendo em vista que desde Leopold Von Ranke até Marx, a história é pensada como uma ciência essencialmente material. Mas, Foucault (1972) não está preocupado em reconhecer o teor revolucionário dessa perspectiva em uma era da cultura material, ele quer é denunciar as formas de exclusão que a história das ideias legitimava, assim como a perspectiva positivista e a marxista/positivista, também enunciavam.

Para que não se confunda epistemologia com teoria, é importante deixar claro que a epistemologia não produz os critérios de cientificidade, mas ela os identifica. Sob o aspecto do privilégio de determinados temas ou teorias é que Foucault (1972) pensa em um estudo dos saberes por uma arqueologia, pela construção e identificação das redes de poderes que envolvem a produção da ciência. O objetivo de Foucault (1972) não é definir um método aplicativo que contemple a escola francesa de análise do discurso como fez Pêcheux. É exatamente o oposto: ele estabelece o estudo das formações discursivas pela identificação das regras de formação que definem os discursos e, conseqüentemente, esclarece as teias do poder. É em Foucault (1972) que inicia-se o desenvolvimento do seu conceito de genealogia a partir do que o autor chama de arquivo: “É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados.” (FOUCAULT, 1972, p. 162). A proposta de uma investigação da genealogia dos saberes é oriunda da noção de arquivo enquanto sistema de enunciabilidade que não precisa ser pensado a partir de uma origem ou essência, mas a partir de seus processos de quebras, continuidades e descontinuidades de determinada visão de mundo e das suas formas de legitimação dos poderes que acionam esses discursos.

Nesse contexto, cabe a seguinte indagação: para que serve o neologismo, “epistemologia”, tão em uso no âmbito acadêmico?

Foucault reitera que a episteme está voltada para a identificação das relações de poder que permitem que determinado discurso ou formação discursiva em determinada área científica apareçam, bem como seus momentos de silenciamento e interrupção. A episteme é o estudo que se faz das mais variadas regularidades discursivas presente em suas respectivas teorias. Para que não restem dúvidas, o conceito de epistemologia desenvolvido em Foucault (2001) vem justamente para estabelecer uma autocrítica dentro do campo científico e promove uma ruptura com o paradigma estruturalista e cartesiano da ciência: ao identificar a regra de formação de determinada teoria, conseqüentemente, promove-se uma reflexão sobre os objetos de estudo, as fontes de pesquisa, suas metodologias e técnicas de apreensão do objeto empírico. Sobre o conceito de epistemologia em Bachelard e também sobre o que mais o diferencia de Foucault (1972; 1992):

Sabemos que a epistemologia tem como objeto as ciências por ela investigadas a partir da constituição histórica de seus conceitos, isto é, quanto ao tipo de progresso que os caracteriza, quanto à conquista da objetividade, quanto à produção da verdade, quanto à instauração de critérios de racionalidade etc. (MACHADO, 2006, p. 138).

A história das ideias desenvolvida por Bachelard é a representante do espírito da modernidade: a necessidade de ordenar a cronologia dos saberes e elaborar um objeto de estudo que conseguisse explicar o desenvolvimento das ciências naturais como superiores às ciências sociais. É por conta deste contexto que esta pesquisa entende que o estudo da epistemologia serve tanto para evidenciar a questão do poder como fundamental e constitui-se como uma forma mais democrática para pensar a ciência, para que o jornalista não pense que o poder que ele tanto relata lhes pertence; serve para que ele produza autoconhecimento de que ele está inserido em um sistema que lhe explora e que o censura; serve, ainda, para que compreenda as relações de saber e poder sob as quais a sua profissão e identidade estão inseridas em sociedade.

Foucault, entretanto, não está interessado em estudar a ideologia da loucura. Seu objetivo é entender a distinção entre razão/desrazão como um fato histórico; é analisar as condições de aparição desse discurso, buscando algo além do fenomenológico – uma ‘estrutura’ que é da ordem do impensado. Por isso, ele vai em busca da estruturação dos saberes, das *epistemes* que funcionam como o solo de possibilidades para os saberes que coexistem em um certo momento histórico. Pressupondo que a *episteme* é a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes, anterior à ordenação do discurso estabelecido pelos critérios de cientificidade e dela independente, Foucault pretende escrever a história da loucura antes de sua apreensão pelo saber (isto é: como nossa cultura chegou a dar à doença o sentido de marginalidade?). (GREGOLIN, 2004, p. 69).

Para Gregolin (2004), Foucault tem por *episteme* o espaço em que se pode visualizar uma ordenação dos saberes, é onde se percebe a existência de determinada formação discursiva que obedece à regra de formação de determinada teoria. Foucault, ao realizar um estudo das condições de existência sobre o que se considerava loucura e sanidade, reconfigurou toda a história do sistema de pensamento porque rompeu com uma lógica positivista de compreender a loucura como uma simples doença. Foucault (1997) estabelece o critério político da condição de louco como sendo tão importante quanto as características sintomáticas da doença mental, passou-se a identificar a loucura também como uma condição histórica que a ciência insere à determinados sujeitos de acordo com suas conveniências. A partir desse estudo empírico, Foucault inaugura uma nova perspectiva de realizar a história e mesmo negando-se a afirmar que construiu uma teoria, ele assim o fez como forma de identificar determinadas relações de poder na construção de determinados objetos de estudo. Foucault (1997) também inaugura uma nova forma de trabalhar a loucura enquanto objeto de estudo: não realizou a história das origens da loucura no mundo ocidental, mas identificou as

regras de formação utilizadas para definir quem é doente e quem é sadio, o critério das condições históricas para a existência de determinados discursos foi fundamental para repensar tanto o positivismo como o marxismo como paradigma teórico das ciências sociais. Então, a partir de Foucault tem-se uma necessidade de repensar todas as teorias sociais e até o interacionismo simbólico: Foucault identifica que a construção de uma ciência se dá muito mais pelas relações de poder que elas estabelecem do que por uma necessidade de averiguar, investigar ou desenvolver, de forma interdisciplinar, determinado campo científico.

Foucault foi, sem dúvida, um dos precursores que se destinaram a criticar o discurso racionalista instrumental da ciência, da definição de seus objetos de estudo e dos usos sociais que se fizeram do progresso científico, por isso ele cria o conceito de epistemologia como uma atitude desconstrutora. A partir de vários diálogos e confrontos com Derrida, como é perceptível em Foucault e Derrida (2001), este último dá continuidade ao que Foucault elaborou desde sua primeira obra (FOUCAULT, 1997), no que se refere à uma desconstrução na episteme das ciências humanas. Nesse sentido, como o autor que mais recebeu a influência da obra de Foucault, Derrida (2004; 2009) desenvolveu de forma mais detalhada que seu mestre o conceito de desconstrução:

A desconstrução não se apresenta como um ‘método de leitura’, mas antes como uma sequência ordenada, que possui regras. Para Derrida, será precisamente a ideia de um conceito redutível ao método, que deve ser desconstruído. O método e os métodos deverão sujeitar-se à desconstrução. Considerar a desconstrução como um método suporia deixar de lado uma atividade detalhada da leitura em favor de uma ideia generalizada da dicta actividade (Cf. Madrid, 2009:110). Se a desconstrução não é um método, tão pouco se afirmará como um não-método, isto é, como abertura ao jogo livre da subjectividade arbitrária do leitor-interprete. (MENESES, 2013, p. 181).

Nos últimos dez anos, desconstrução transformou-se em uma palavra que está “na moda”, é muito utilizada tanto para o desenvolvimento da proposta de Derrida como para criticar o que o autor entende por pós-estruturalismo. De acordo com Meneses (2013), a desconstrução não é um método de análise, nem uma forma de interpretar textos, pois é contra todo o discurso do método que Derrida (2004) pensa em desconstrução. “A desconstrução será, adequadamente, a tomada em consideração do contexto.” (MENESES, 2013, p. 181). Logo, percebe-se que a desconstrução é oriunda de toda a perspectiva desenvolvida por Foucault: o discurso é um objeto de estudo constante para este autor porque a partir dele se pode analisar o contexto de cada enunciado, entende-se que a análise da língua não faz sentido algum se não houver o compromisso de traduzir as relações de poder estabelecidas

por determinado enunciado. Não há como pensar a desconstrução sem nos remetermos ao que Foucault conseguiu fazer em termos de politização da análise da língua, não existe texto sem contexto. Então, a desconstrução parte, antes de qualquer coisa, de um posicionamento político de negação da razão instrumental, dos códigos normativos do método científico, de uma simples análise sintática da frase, entre outros aspectos.

Uma ‘desconstrução’ daquilo que é mais hegemônico em filosofia deveria portanto passar pela ‘desconstrução’ da pena de morte, de tudo aquilo a que é solidária – a começar por um certo conceito de soberania -, de todos os seus alicerces. Pois, de certa maneira, foi depois de ter atingido um certo estado de segurança e de pacificação que a Europa aboliu, pretensamente por razões de princípio, a pena de morte. Atualmente, nenhum país pode entrar na Comunidade Europeia caso não suprima a pena de morte. Suponho que deveremos falar dos Estados Unidos. São essas durações (às vezes muito longas e muito curtas, de acordo com a escala escolhida) que é preciso estudar em seu emaranhamento. (DERRIDA, 2004, p. 109-110).

É possível perceber que Derrida (2004) entende que a desconstrução é uma estratégia para negar e deslegitimar o pensamento hegemônico ocidental. No trecho citado, o autor fala da pena de morte e em outros momentos (DERRIDA, 2004, p. 42-43), ele informa que a maioria dos condenados à morte são negros e pobres nos Estados Unidos. É na tentativa de romper com os totalitarismos do discurso capitalista que Derrida (2004) pensa em desconstrução não no sentido de destruir o Ocidente, mas de superar um discurso de oposições binárias que legitimam exclusões.

Para Derrida, o que deve ser continuamente desconstruído no pensamento político é a garantia de toda uma encarnação do universal no particular ou a tendência de privilegiar uma particularidade específica porque ela incorpora o universal; por exemplo, a ideia clássica do Estado. No entanto, é muito importante notar que Derrida não age assim para evitar questões políticas concretas, questões sobre o conteúdo específico das decisões políticas, mas, ao contrário, para defender o que ele chama em outro lugar, em relação a Marx, de Nova Internacional, uma forma não-estatal de intervenção na política internacional. Em resposta à própria questão leninista colocada por Derrida em sua leitura de Blanchot em *Políticas da Amizade*, ele questiona: “O que fazer?”. Pode-se dizer que o que é necessário é, como ele escreveu em *Adeus a Emmanuel Levinas*, “outra Nova Internacional, outra política das fronteiras, outra política humanitária, até que haja um compromisso humanitário que efetivamente se mantenha além dos interesses dos estados-nação” (p.176). Outro aspecto interessante de debate com Habermas poderia ser organizado a partir da necessidade do estado-nação em nosso pensamento político onde Habermas defendia, em *Direito e democracia: entre fatos e normas*, a noção de Estado constitucional<sup>9</sup>. (CRITCHLEY, 2005, p. 67-68, tradução da autora).

<sup>9</sup> No original: Pour Derrida, ce qui doit être continuellement déconstruit dans la pensée politique, c’est la garantie d’une entière incarnation de l’universel dans le particulier, ou la tendance à privilégier une particularité spécifique parce qu’elle incarne l’universel; par exemple l’idée classique de l’État. Cependant, il est très

Critchley (2005) enxerga uma possibilidade de diálogo entre Derrida e Habermas no que diz respeito ao conceito de estado-nação, ele entende que tanto a crítica de Derrida ao discurso universalista ocidental quanto a crítica que Habermas faz à noção de Estado e de democracia oriundo da crítica ao discurso da modernidade, bem como à razão instrumental, estão em constante diálogo. Contudo, o foco aqui não é em um possível diálogo entre Habermas e Derrida, mas no que o autor considera que Derrida quer desconstruir: o imperialismo norte-americano e seu discurso expansionista. O autor acima informa que Derrida propõe uma nova política humanitária com a desconstrução, então, ela não é só um conceito, mas uma prática política em defesa dos espaços e sujeitos historicamente excluídos.

De uma maneira ou de outra, aquilo que se nomeia desconstrução não tem estado ausente nos debates atuais sobre a natureza da literatura e sobre seu lugar dentro das relações de poder do mundo contemporâneo, ainda que o faça de maneira complexa e eventualmente conflitante, uma vez que, sob o mesmo rótulo ‘desconstrução’, inclui-se uma gama muito variada de autores nem sempre afinados em relação àquilo que o termo quer dizer. Do ponto de vista da tradição acadêmica americana (e em parte da brasileira), a desconstrução é geralmente interpretada como um modo de pensar o texto que questiona os postulados do estruturalismo e da nova crítica (*new criticism*), além de incomodar a boa consciência teórica da crítica marxista ortodoxa. Na medida em que esse contexto nos dá um elemento de diálogo, seria possível reconhecer algumas referências e remissões teóricas que aparecem direta ou indiretamente nas análises propostas por Derrida e que podem ser entendidas como propostas de contraponto com ideias e conceitos operatórios característicos da crítica literária nas últimas décadas. (SISCAR, 2012, p. 32).

Siscar (2012) consegue sistematizar alguns aspectos sobre o conceito de desconstrução a partir de Derrida, no entanto, nos deteremos em dois pontos para trabalharmos a problematização do conceito de epistemologia em Foucault (2011): a crítica ao estruturalismo e ao marxismo ortodoxo. A desconstrução, sobretudo, a partir de Foucault (1997), começa com o surgimento de uma nova forma de pensar os objetos de estudo das ciências humanas, principalmente da História; em seguida, o autor trabalha com conceitos muito mais amplos do

---

importante de notar que Derrida n’agit pas ainsi dans le but d’éviter les questions politiques concrètes, questions pourtant sur le contenu spécifique des décisions politiques, mais au contraire pour défendre ce qu’il appelle ailleurs, en relation avec Marx, ‘la Nouvelle Internationale’, une forme non étatique d’intervention politique internationaliste. En réponse à la question très léninienne que pose Derrida dans le cadre de la lecture qu’il propose de Blanchot dans *Politiques de l’amitié*, ‘Que faire?’, on pourrait dire que ce qui est requis, c’est, comme il l’écrit dans *Adieu à Emmanuel Levinas*, ‘un autre droit international, une autre politique des frontières, une autre politique de l’humanitaire, voire engagement humanitaire qui se tienne effectivement au-delà de l’intérêt des États-nations’ (p.176). Un autre espace de débat intéressant avec Habermas pourrais’organiser autour de la nécessité de la forme-État dans notre pensée politique, là où Habermas a défendu, dans *Droit et démocratie: entre faits et normes*, la notion d’État constitutionnel. (CRITCHLEY, 2005, p. 67-68).

que a simples luta de classes: as relações de poder possibilitam que Foucault desconstrua não apenas o determinismo econômico, como amplia a dimensão do conceito de exercício do poder. Nesse sentido, entende-se que pensar em desconstrução não permite que a investigação se inicie em Derrida criticando o estruturalismo, mas sim de Foucault e da sua *História da Loucura* criticando aspectos primários do positivismo: o binômio razão científica e senso comum.

Derrida explicita aquilo que na desconstrução se liga à desmontagem (metáfora mecânica) e à demonstração (sentido exegético da análise). Esse é seu sentido ativo, em razão do qual poderíamos dizer ‘desconstruir’ um texto, um raciocínio, uma teoria. Mas, se não se reduz à consciência ativa de um sujeito, se procura responder ao apelo do acontecimento, então há também (e ao mesmo tempo) algo de passivo que convive com o sentido anterior. (SISCAR, 2012, p. 39-40).

Há em Derrida (2001) uma tentativa de negar o caráter desconstrutor de Foucault (1997), principalmente no que diz respeito ao fato de ter dado voz à própria loucura, no sentido de ter viabilizado uma formação discursiva que negava a perspectiva positivista de se trabalhar a loucura. Foucault (1997) não apenas coloca a loucura como uma condição histórica e social dos sujeitos, como também abre novas possibilidades de se pensar a história enquanto objeto de estudo: a loucura deixa de ser apenas um binômio da sanidade; ela deixa de ser estudada apenas como uma linearidade de conceitos que remetem à uma cartografia da sua evolução enquanto doença; há não apenas um novo objeto de estudo, mas uma perspectiva colocada para a compreensão histórica até então não trabalhada (a loucura como uma questão política abriu margem para inúmeras outras compreensões de diversos objetos de estudos fincados nas margens). Então, no trecho citado, Siscar (2012) refere-se à aspectos que a obra de Derrida promoveu: a desconstrução do logocentrismo ocidental, da teoria e método positivista. Contudo, esta é uma meta alcançada não apenas por Derrida (ele é o autor mais mediatizado sob este aspecto), mas entende-se que cabe à Foucault o adjetivo de desconstrutor tanto pela consistência teórica de suas obras, pelo seu contexto histórico, como pela diversidade de temas tratados a partir da compreensão de que as desigualdades se dão, essencialmente, por relações de poder.

Interessados em seu sentido mais rigoroso, devemos concluir que a desconstrução não é um método, ‘sobretudo se se acentua nessa palavra a significação tecnicista’ (Derrida, 1998, p. 22). Independente do seu significado, parece difícil imaginar um tal método, isto é, uma formalização das soluções específicas propostas pela desconstrução, sem que antes se compreenda os caminhos (filosóficos, psicanalíticos, linguísticos, literários, artísticos) pelos quais ela vem trilhando e

ganhando forma. Se há sentido em se falar de método, é na medida em que este levou a cabo a tarefa de seguir da maneira mais cuidadosa o caminho difícil e rigoroso com que determinadas obras (ou ‘originais’) ocultam-se ao primeiro olhar. Não se deveria entender a desconstrução como uma tentativa de fixar uma maneira, um ‘estilo’ teórico, mas talvez pela consideração da singularidade de seu acontecimento, como uma forma de dirigir a atenção para um tópico particular. Esse apelo à consideração da singularidade, entretanto, não é suficiente para descrever o sentido de uma desconstrução. Como dissemos, esta não agiria somente como um movimento ativo do pensamento. Para Derrida, todo texto, inclusive a tentativa de desarticulação ativa, desconstrói-se por si mesmo, está impregnado pelo princípio desconstrutor. A desconstrução faz parte da lógica do texto, sempre singular, não é um nome que se refere a uma coisa, um método que superpõe a um texto. (SISCAR, 2012, p. 44-45).

Orientando de Foucault, Derrida não quis com a desconstrução propor uma nova teoria ou metodologia. Desconstruir o positivismo e sua abrangência, sobretudo, no marxismo estruturalista e ortodoxo (FOUCAULT, 2012), é muito mais do que propor um outro método ou teoria, constitui-se em romper com o padrão normativo da rigidez metodológica como uso arbitrário para designar o que é ciência e o que é senso comum, por exemplo. A desconstrução é uma perspectiva que olha para as margens, contra o pensamento positivista e imperialista do ocidente: Foucault e Derrida tentaram, antes de qualquer coisa, romper com as arbitrariedades do método científico, da razão ocidental, era uma luta contra as imposições desumanas da ciência cartesiana. A desconstrução refere-se, ainda, a possibilidade de compreender a ciência como um discurso, como um conjunto de saberes que precisam ser discutidos, debatidos, questionados e reformulados para que a ciência se torne, de fato, um saber que emancipe sujeitos e não apenas como um campo de disputas pelo poder.

O ‘pensamento central’ de Derrida revela uma vinculação diversa da epistemologia ou da ontologia: em seus textos, a locução *metafísica da presença* nomeia algo que nos engloba, circunscrevendo nossos possíveis; algo como uma prisão histórica do pensamento. Ele também nos ensina que não podemos deixar de pensar com referência a signos que individualizariam sem falha seus referentes ou que expressariam de maneira exata e estável uma significação controlada e supervisionada. Mas o que poderia ser visto como uma pacífica estrutura fundamental da racionalidade, em cuja fidelidade esta fica feliz por se expandir, é antes concebido como um ‘limite’ alienante: o caráter dominante ou regulador da metafísica da presença é visto como o que impede o movimento para fora do sistema, a deriva em direção a um possível, que seria, no caso, o de uma continuação da aventura humana, do acesso à perplexidade radical, do questionamento do status hierarquizante dos homens, que santifica a rigidez da prática. Noutras palavras, a metafísica da presença é outro nome da inércia social, política e histórica combatida pela inteligência francesa com o nome de capitalismo, na época em que Derrida escreve. E a desconstrução, que a estraga ou remedia no único sentido possível, é outro nome para a revolução, solenemente evocada por todos os que se engajaram de modo radical no mesmo instante. (SALANSKIS, 2015, p. 37).



Na tentativa de estabelecer o eixo central da obra de Derrida, Salanskis (2015) indica um aspecto fundamental: que Derrida considera o capitalismo como uma atrofia para o desenvolvimento e emancipação humana e que o seu principal objetivo é, através de uma outra postura política diante da ciência e da humanidade, que se possa construir um espaço menos desigual, em que se respeite as diferenças dos sujeitos e seus espaços. Salanskis (2015) informa que Derrida entende que a desconstrução é um sinônimo de negação do pensamento hegemônico, totalizador, imperialista, e que tem como objetivo desconstruir os opressores. Logo, desconstrução, segundo o autor, é sinônimo de revolução, não apenas do discurso científico, mas das práticas de sociabilidade, das políticas de relacionamento interpessoal, entre outros aspectos. A partir de Salanskis (2015), é possível perceber que Derrida é bem mais cobrado do que Foucault para mostrar uma saída para a extensão de problemas causados pelo capitalismo. Foucault ao ser acusado por muitos de conservador e estruturalista, dedicou-se a tentar explicar que seu objetivo não era produzir uma teoria que salvaria toda a humanidade, tampouco busca criar uma teoria, era apenas o seu modo de ver o mundo. Em certo sentido, Foucault culpa o “modus operandi” de buscar na educação formal a saída para os problemas sociais, Foucault (2011) em muitos momentos, afirma que todos pensam, não existe nada de “super poderoso” no pensamento que é considerado “teórico”, para ele, é necessário a ruptura da relação de poder existente entre o saber científico e os outros saberes. Nesse sentido, ele não faz como Derrida propondo que algum de seus conceitos sirvam para “a revolução”, o que demonstra o tamanho de seu pessimismo em relação à ciência e seus usos sociais.

Na verdade, para nosso autor, como vimos, as construções racionais não afastam nunca, simplesmente e sem mais, o que declaram banir: a tarefa da desconstrução é despertar a ambiguidade no dito racional, o elo com o hóspede inassimilável. Se permite denunciar o progressismo aparente, o elã de liberdade com ares de libertação do fardo obscurantista e tradicional, essa maneira de ler impede também estigmatizar de modo unívoco os textos considerados ‘reacionários’, nos quais se pretende cortar qualquer conexão com o desejo, o subversivo, o livremente insensato, etc. (SALANSKIS, 2015, p. 63).

Percebe-se que Derrida segue a mesma lógica da desconstrução foucaultiana: coloca em discussão a razão ocidental. Salanskis (2015) sugere que a desconstrução permite a existência de uma compreensão ambígua da realidade racional, é a possibilidade de compreender determinado fato tanto de um aspecto totalitário quanto democrático, por exemplo. Além de permitir que a ambiguidade do “dito racional” refira-se, ainda, as inúmeras

possibilidades de irracionalidades/desumanidades contidas no discurso científico. Derrida acaba se tornando um autor mais famoso que Foucault por ter nomeado a ação de crítica ao racionalismo cartesiano, fato que Foucault sempre fez questão de não se exceder, mesmo quando era questionado por seus entrevistadores, como é perceptível em Foucault (1972), ele afirma que não quer produzir nenhuma teoria, mas antes, destronar o império da teoria sobre as subjetividades humanas.

Uma das formas de utilizar o conceito de desconstrução na pesquisa científica é escrevendo em primeira pessoa do singular, muitos pesquisadores tentam romper com o “modus operandi” tradicional e ortodoxo de escrita científica se colocando politicamente como autor que sente e escreve sobre determinada temática. Pelas divergências expostas com Foucault em Derrida (2001), percebe-se que Derrida relega toda a importância da desconstrução não à Foucault, seu amigo e pensador mais próximo, mas à Marx, ao qual dedica uma obra inteira para comentar seus diálogos, suas fronteiras e que é por ele considerado o primeiro desconstrutor. Sobre esse aspecto, tem-se:

Derrida não esquece de proclamar uma dívida da desconstrução em relação ao marxismo. Era realmente preciso que Marx tivesse conduzido seu trabalho crítico, exibindo os andares ocultos nos edifícios representacionais e fazendo aparecer sua correspondência com relações diretamente operatórias a se abrir em face da ilusão maior: a de manter em presença o correlato do que dizemos e pensamos. Portanto, Marx deve ser saudado como pai fundador e iniciador implícito da desconstrução, como condição de possibilidade para ela, de um modo análogo, no caso, ao que se declara acerca de Freud. (SALANSKINS, 2015, p. 69).

Derrida declara Marx como o pioneiro do movimento desconstrutor por ter sido ele quem começou a romper com a história feita do ponto de vista dos vencedores ou dos grandes reis e seus feitos. Marx é o primeiro a propor uma revolução proletária não só no âmbito do sistema político, mas também da historiografia: é a partir desse momento que a história passa a ser feita pela perspectiva do proletariado, dos vencidos, dos menos favorecidos e das minorias sociais. A partir do trecho citado, percebe-se que Derrida é bem diferente de Foucault: enquanto Foucault não é nem um pouco otimista em relação à política, ao marxismo e à humanidade, Derrida nos parece ser bem mais disposto a pensar em uma “revolução” ou nova revolução, o que Foucault sempre achou pretensioso demais tendo em vista a catástrofe que foi a Revolução Russa chegando a comparar seu totalitarismo ao que Hitler fez na Alemanha.

Ao percorrer pelo que se entende por desconstrução em Derrida, tentou-se compreender como Foucault e seu amigo fizeram de sua trajetória de pesquisa uma desconstrução nos modos canônicos e imperialistas de se fazer ciência. Então, é a partir da iniciativa destes autores que esta pesquisa tentará contribuir para a elaboração de parâmetros conceituais a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, de forma específica, buscará elaborar alguns eixos temáticos que possibilitem compreender a pesquisa científica em jornalismo, antes de tudo, a partir das relações de poder.

Nesse sentido, entende-se que o campo científico do jornalismo como um todo não passou ainda pelo processo de descolonização dos saberes e que esta descolonização não é oriunda da falta de coragem ou tentativas dos jornalistas, mas do próprio sistema educacional condicionado pelas lógicas econômicas e políticas, sobretudo europeias e norte-americanas, que não permitem a existência de determinados objetos de estudos. Não é interessante para as estruturas de poder um saber pós-estruturalista para analisar o jornalismo brasileiro. Nem o estudo do jornalismo e nem sua prática conseguiram libertar-se das amarras do campo político e econômico. Quando se encontram tentativas de rupturas epistemológicas na pesquisa em jornalismo são de núcleos de pesquisas e programas de pós-graduação isolados dos grandes centros hegemônicos de pesquisa.

Não é chegado o tempo de construirmos nossas próprias categorias conceituais para tentarmos explicar como nos exploraram? Seria, no mínimo, contraditório continuarmos lutando por direito à informação pública de qualidade, que transmitam formações discursivas que contemplem a realidade específica do objeto de estudo do jornalismo, se nos mantivermos acostumados a adaptar as teorias da comunicação ao objeto empírico de um fenômeno jornalístico. Isto serve apenas como legitimidade para a colonialidade do saber. Creio que um caminho inicial para a construção de uma autonomia não apenas dos conteúdos das teorias da comunicação, mas também dos outros campos, sobretudo, do político que cerceia a possibilidade de emancipação do saber, principalmente, na América Latina. Só assim, poderemos, de fato, começar um processo de autonomia das múltiplas identidades e modos de vida.

Tem-se, ainda, uma reflexão sobre o poder que os saberes possuem de construir as subjetivações do eu que tanto Foucault (1988) nos adverte, relacionando o saber racionalista moderno à um dispositivo que busca elaborar uma vontade de verdade como vontade de poder. É neste sentido que se busca romper com um sistema de pensamento ou com formações discursivas que serviram de aporte teórico e metodológico para definir quem é

moderno/civilizado e quem é retrógrado/bárbaro. Uma ciência que serviu muito mais para excluir do que para promover emancipação humana.

Pode-se, finalmente, descrever, entre diversos discursos, relações de delimitação recíproca, cada um deles apresentando as marcas distintivas de sua singularidade pela diferenciação de seu domínio, de seus métodos, de seus instrumentos, de seu domínio de aplicação. Todo este jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um discurso dado, um certo número de enunciados: há sistematizações conceituais, encadeamentos enunciativos, grupos e organizações de objetos que teriam sido possíveis (e cuja ausência não pode ser justificada ao nível de suas regras próprias de formação), mas que são excluídos por uma constelação discursiva de um nível mais elevado e de maior expansão. (FOUCAULT, 1972, p. 83).

No trecho citado, Foucault discute como os sistemas de pensamento selecionam o que são e o que não são objetos de estudo de cada ciência. Foucault (1972) assume que existem conteúdos que são científicos, mas que as instâncias de poder no âmbito macro, não o consideram como científicos. Percebe-se, então, que o autor fala mesmo do impacto que As palavras e as coisas, assim como A história da loucura, tiveram no pensamento ocidental: grande parte dos historiadores não considera o pensamento foucaultiano como uma perspectiva teórica, tratam-no, até hoje, como um exemplo da esquizofrenia pós-guerra. Ao pensarmos esta discussão voltada para a delimitação do que seria próprio do jornalismo e do que faria parte da comunicação, temos a partir de Foucault uma breve conclusão: o saber jornalístico diante dos estudos sobre comunicação e consumo, por exemplo, recebem menos “incentivo” tanto referente à financiamentos de projetos de pesquisa quanto à própria abertura dentro de congressos de comunicação. Percebe-se, que como Foucault nos afirma, há um sistema que admite ou exclui determinados conteúdos. Ao analisar os estudos de comunicação e jornalismo no Brasil, percebe-se que o segundo encontra-se em um intenso conflito, tanto por buscar um espaço próprio na delimitação de seu objeto de estudo, quanto para construir autonomia científica. Contudo, ao visualizar o contexto em que este processo está ocorrendo no país, percebe-se que não é interessante ao sistema educacional incentivar a construção de um saber crítico ao jornalismo, porque isto interfere diretamente nos interesses do capital.

Mais uma vez percebe-se os estudos de comunicação muito mais adeptos aos discursos aceitos socialmente e nos feixes destes discursos encontram-se os silenciamentos em relação a discutir teorias e epistemologias do jornalismo. Não se trata apenas de desvalorização da profissão, trata-se, sobretudo, de uma desvalorização do próprio saber jornalístico dentro de uma sociedade que entende jornalismo como publicidade política. É um problema pensar em

jornalismo no Brasil porque isto interfere, diretamente, em uma série de interesses políticos que “admitem ou excluem” (FOUCAULT, 1972) determinados objetos de estudo. Percebe-se que discutir teoria do jornalismo no Brasil é seguir em um movimento de contracultura, em que o saber válido para o jornalismo e comunicação estão voltadas à discussão do desenvolvimento de ferramentas tecnológicas de comunicação jornalística como forma de silenciar as estratégias do capitalismo dentro da pesquisa científica. Discutir o jornalismo enquanto discurso é comprometer os interesses do capitalismo, discutir o jornalismo como um saber crítico constitui-se em um “engodo” para o atual sistema educacional.

Nesse contexto, torna-se válido refletir sobre a seleção de conteúdos para elaboração de um objeto de estudo: ele se dá a partir das relações de poder em que cada área de saber está inserida e depende, sempre, das interlocuções que estabelece entre o Estado, o mercado e a sociedade civil organizada. Não se faz ciência para emancipação humana, mas para exercer poder, para legitimar determinados saberes em funções que lhes convém o capital (LYOTARD, 2004). A ciência é constituída de práticas discursivas (FOUCAULT, 1972) que buscam definir, delimitar, recortar e ensinar a “verdade” sobre determinado objeto de estudo. É esta questão que Foucault quer problematizar ao utilizar o conceito de formação discursiva, é sobre o poder que a ciência exerceu nos sujeitos da modernidade, alterando seus modos e ritmos de vida, sua forma de compreender a humanidade e sua relação com a natureza. Pensando especificamente esta pesquisa, entende-se que Foucault contribuiu para uma discussão de crítica ao discurso da ciência moderna que estabeleceu com a natureza e com o trabalho humano uma relação de exploração, na busca de desenvolver o capitalismo. Enfim, entende-se que o pensamento pós-estruturalista resume-se a um gesto desconstrutivo. É a tentativa de romper com as lógicas dicotômicas de pensar a complexidade das vicissitudes humanas, bem como suas ciências, seus objetos de estudo, suas teorias e metodologias.

Elaborar um conjunto de saberes que identifique a perspectiva pós-estruturalista foucaultiana resume-se em desconstruir as forças de dominação, exclusão e silenciamento dos discursos não hegemônicos. A contribuição do pós-estruturalismo para as teorias sociais concentra-se não apenas em desconstruir os binarismos para compreender as relações humanas e sociais, mas em construir conhecimento que sirva para o desenvolvimento da equidade social, do reconhecimento das diferenças ao identificar determinadas regras de formação em um sistema de pensamento. O que o prefixo ‘pós’ faz no pensamento, sobretudo, de Foucault (1972) e Derrida (2009) é referir-se ao fim de uma razão instrumental voltada para um ideal científico que se preocupa em construir somente códigos especializados de

saber sem ter, necessariamente, como parâmetro fundamental, a promoção do bem comum, da justiça interpretativa das complexas realidades sociais e do respeito à diferença enquanto condição da sobrevivência humana. Sobre a ciência moderna, Lyotard (2004) afirma que ela esteve com seus objetivos voltados mais para uma demanda de legitimação da ordem dos poderes e instituições que os representam do que para a emancipação humana.

O Estado e/ou a empresa abandonam o relato de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. Não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder. (LYOTARD, 2004, p. 83).

Desde os enunciados da revolução francesa (liberdade, igualdade e fraternidade) até as formas mais atuais de desenvolvimento, progresso e evolução, via desenvolvimento científico, vivenciadas a partir do século XXI com um processo da globalização e midiaticização das informações, tem-se uma relação de poder muito mais voltada ao poderio econômico, político e cultural do que ao desenvolvimento social. O discurso de democracia e aldeia global, que muitas vezes são propagadas com o desenvolvimento das tecnologias de informação, nem sempre condizem com a realidade econômica de países que Giddens (1991) considera que passaram e passam por um processo de modernidade tardia.

Ao pensar no conceito de poder (FOUCAULT, 2001) do jornalismo, se compreende que este é produzido discursivamente, o jornalismo constitui-se em uma das várias formas de traduzir o que se considera importante e de interesse público e torna-se um objeto de estudo a ser pensado de forma pulverizada. O jornalismo e suas relações de poder são pares indissociáveis. Quem são os heróis, os vilões, parecem partir da perspectiva de quem os coordena, dos que definem seu conselho editorial.

Com essas reflexões, Foucault propõe desconstruir as epistemologias dominantes do saber científico que se encarregaram não só de padronizar sistemas de pensamentos, mas, principalmente, estabelecer os códigos de subjetivações (GREGOLIN, 2004) pelos dispositivos de controle da sociedade moderna. É por reivindicar uma nova forma de ciência que o pensamento foucaultiano é tão utilizado e tão criticado, porque ele não critica os fundamentos apenas da medicina positivista/clássica; Foucault critica todo o sistema de pensamento moderno, sobretudo, da história dos sistemas de pensamento, buscando reivindicar novos saberes, saberes que mais libertem do que oprimam os sujeitos. Esta reivindicação vai ser mais evidenciada em *Microfísica do poder* (1979) do que na *Arqueologia*

do saber (1972), pois ao compreender o poder como redes micro individualizadas, ele reconhece o poder de todos os sujeitos tanto de legitimar quanto de deslegitimar os poderes instituídos. Ao discutir o panóptico<sup>10</sup> de Jeremy Bentham, Foucault (1979) conclui que todos vigiam a todos, o que rompe com a ideia de um poder absoluto do Estado sobre os sujeitos, mas ele compreende as múltiplas formas de expansão e propagação de formações discursivas que limitam o que se pode e o que se deve dizer em determinado tempo e espaço.

M.F.: Já o olhar vai exigir pouca despesa. Sem necessitar de armas, violências físicas, coações materiais. Apenas um olhar. Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar, a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá esta vigilância sobre e contra si mesmo. Fórmula maravilhosa: um poder contínuo e de custo irrisório. Quando Bentham pensa tê-la descoberto, ele pensa ser o ovo de Colombo na ordem da política, uma fórmula exatamente inversa daquela do poder monárquico. Na verdade, nas técnicas de poder desenvolvidas na época moderna, o olhar teve uma grande importância, mas, como eu disse, está longe de ser a única e mesmo a principal instrumentação colocada em prática.

J.-P.B.: Entretanto, não se percebe o espaço organizado da forma como Bentham preconiza, pode ser utilizado por qualquer um, além daqueles que estão na torre central ou que a visitam. Tem-se a impressão de estar na presença de um mundo infernal do qual ninguém pode escapar, tanto os que olham quanto os que são olhados.

M.F.: Sem dúvida é o que há de diabólico nesta ideia assim como em todas as suas concretizações. Não se tem uma força que seria inteiramente dada a alguém e que este alguém exercerá isoladamente, totalmente sobre os outros; é uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce. Isto me parece ser a característica das sociedades que se instauram no século XIX. O poder não é substancialmente identificado com um indivíduo que possuiria ou que o exerceria devido a seu nascimento; ele torna-se uma maquinaria de que ninguém é titular. Logicamente, nesta máquina ninguém ocupa o mesmo lugar, alguns lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. (FOUCAULT, 1979, p. 218-219).

Ao trabalhar “O olho do poder”, Foucault (1979) discute sobre a “política do olhar” desenvolvida a partir da cultura prisional, de como o sistema carcerário fiscaliza os condenados: a torre que do mais alto ponto consegue enxergar todos e o vigia nunca é visto pelos prisioneiros. É a partir desta metáfora que o autor desenvolve a interpretação de que o poder não é absoluto, mesmo sem poder ver quem o prendeu e quem o vigia, o preso pode resistir até ao mais rígido sistema de poder. Partindo desta compreensão, têm-se que o autor compreende que pensar o poder em termos de jurisdição e constituição é algo limitado, fraco e muito pouco diz sobre as tecnologias do exercício do poder ou dos dispositivos que

---

<sup>10</sup> O panopticon é mais ou menos a forma do “castelo” (torre cercada de muralha) utilizada paradoxalmente para criar um espaço de legibilidade detalhada. (FOUCAULT, 1979, p. 217).

permitem que o poder seja executado. A política do olhar, desenvolvida tanto com a modernização dos espaços quanto com a mudança de mentalidade acumulada pelos habitantes que vivem pós-segunda revolução industrial, é muito mais complexa do que a simples equação réu → condenado. “O poder é mais complicado, muito mais denso e difuso que um conjunto de leis ou um aparelho de Estado.” (FOUCAULT, 1979, p. 221). Percebe-se, então, que o autor quer dimensionar o poder não de maneira universal, mas a partir da compreensão de que ele se divide em mínimas partículas e é exercido por todos os sujeitos de forma consciente ou inconsciente.

Mesmo que Foucault não tenha se dedicado especificamente ao jornalismo, compreende-se que este é um dispositivo da modernidade<sup>11</sup>, que constrói, legitima e propaga formas de ver o mundo, ele transmite uma série de formações discursivas. Logo, entende-se o jornalismo como um dispositivo propagador de formas de compreender e dar a ver o mundo em sociedade. Por isto, compreender o jornalismo como um discurso é buscar compreender as regras de formação de seus enunciados, é compreendê-los não apenas como instrumento propagador de informações, mas de posicionamento político diante dos fatos narrados, de um instrumento criador de memórias e histórias que legitimam determinadas formações discursivas e excluem outras.

Dessa forma, este capítulo buscou problematizar a compreensão de epistemologia a partir do estudo arqueológico de Foucault (1972) que visava não realizar uma análise da língua através de um “resgate histórico”, mas da identificação das formações discursivas. É por isso que Foucault é considerado um autor mais “neutro” que Althusser e Pêcheux, pois ao invés de analisar a formação discursiva como formação ideológica, Foucault (1972) entende a necessidade de identificar as regras de formação das unidades discursivas para perceber quais delas exercem um poder opressor e qual trabalha para desenvolver um poder libertador no que diz respeito às subjetivações dos sujeitos. Trabalhar o conceito de epistemologia em diálogo com a proposta de desconstrução contidas em Michel Foucault e Jacques Derrida é uma tentativa de delimitar o que um estudo epistemológico possui em detrimento de uma análise de determinado objeto empírico baseado em determinada metodologia de pesquisa em Jornalismo, por exemplo.

#### 1.4 SOBRE OS EIXOS DE SABER E PODER: BOURDIEU/FOUCAULT

---

<sup>11</sup> Sobre o conceito de dispositivo em Foucault, este trabalho desenvolverá no capítulo 3, item 3.1.



A proposta da discussão anterior foi a de delimitar os conceitos norteadores da perspectiva teórica a qual esta pesquisa parte. Neste capítulo, o objetivo é percorrer os caminhos que instituíram o jornalismo como um campo de pesquisa científica prevendo as possibilidades e restrições sobre a sua especificidade. Diante do que foi discutido aqui, principalmente sobre as críticas feitas ao marxismo ortodoxo e ao positivismo como um todo, tornou-se necessário diferenciar alguns conceitos e autores cujas definições são utilizados sem uma diferenciação, por exemplo, há durante todo o texto uma menção ao conceito de campo da comunicação ou campo científico do jornalismo sem uma definição do que é campo científico, campo da comunicação, campo científico do jornalismo e campo do jornalismo. Por este motivo, compreende-se como necessário delimitar o conceito de campo em Bourdieu e explicar porque ele é utilizado para trabalhar as questões de legitimidade e a falta dela no campo científico do jornalismo para que o leitor não compreenda que Foucault diz a mesma coisa que Bourdieu e também para enfatizar que mesmo com suas diferenças, há sim bastante diálogo entre os dois autores.

Entende-se que o campo científico do jornalismo é uma área ainda recente diante de campos consolidados como o da sociologia, da história, entre outros. Contudo, o jornalismo é estudado enquanto objeto empírico há tempos, basicamente desde o surgimento de todas as ciências humanas e das ciências sociais aplicadas. Recentemente é que autores como Silva (2009a) e Meditsch (2010) vão reivindicar a concentração da pesquisa em jornalismo a partir da delimitação não apenas do objeto empírico, mas, sobretudo, do objeto de estudo no campo científico do jornalismo. Superando as divergências teóricas entre os dois autores citados no que diz respeito à Groth (2012), delimitando a perspectiva foucaultiana da autora, sobram uma constatação necessária que traz o diálogo entre Foucault (2011) e Bourdieu (1983): as relações de poder identificadas por Foucault (2011) para consolidar um saber enquanto ciência estão cada vez mais intensas nas lutas sociais.

A censura não é a mesma como denunciou Bourdieu (1983) e as relações entre os campos sociais, políticos e econômicos não são mais de tanta dependência como no século passado. Contudo, esta necessidade ainda existe e se refaz de acordo com o contexto e as condições de enunciação dos discursos e das interdições. Ora, trata-se nada mais, nada menos, dos poderes que os saberes acionam sobre a sociedade e em se tratando da pesquisa em jornalismo isso torna-se cada vez mais complexo por conta das relações que este estabeleceu com a sociedade. Diante deste aspecto, um trabalho clássico de Bourdieu nos revela a

preocupação que o autor junto com Chamboredon e Paseron tiveram em refletir sobre o surgimento e o desenvolvimento da sociologia enquanto saber científico:

As advertências contra a contaminação da sociologia pela sociologia espontânea não passariam de exorcismos verbais se não fossem acompanhadas por um esforço feito no sentido de fornecer à vigilância epistemológica as armas indispensáveis para evitar a contaminação das noções pelas prenoções. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASERON, 2007, p. 32).

Percebam que Bourdieu, Chamboredon e Paseron (2007) compreendem que existe um eixo de delimitação entre o científico o não-científico que perpassa justamente pelo que Habermas considera por razão instrumental<sup>12</sup> ou racionalismo não-humanizado ou mecanicista. O que Nietzsche chamou de humano, demasiado humano ou o que Foucault tentou amenizar nomeando simplesmente de relações de saber e poder na tentativa de ser mais técnico e menos sentimental que Nietzsche e Habermas, por exemplo. O fato é que há no marxismo um racionalismo cartesiano bem parecido com tudo o que eles tanto criticam e isso é perceptível em vários trechos das análises sobre a formação dos objetos de estudo. Há, tanto em Marx quanto em Bourdieu, Chamboredon e Paseron um método cartesiano para se legitimar enquanto saber válido, algo bem parecido com que se percebe em autores como Leopold Von Ranke, entre outros. É a partir desse tipo de racionalismo que mesmo com o discurso de negação das desigualdades sociais, acabam realizando inúmeras incoerências da forma que analisam as outras linhas teóricas. A pergunta que fica é: em que aspectos o marxismo veio contribuir para uma ciência não-instrumental?

A linguagem sociológica que, até mesmo em suas utilizações mais controladas, recorre sempre a palavras do léxico comum tomado em uma acepção rigorosa e sistemática e que, por esse fato, equívoca desde que deixa de se dirigir unicamente aos especialistas, presta-se, mais do que qualquer outra, a utilizações fraudulentas: os jogos de polissemia, permitidos pela afinidade invisível entre os conceitos mais

---

<sup>12</sup> A razão instrumental para Habermas (2003) seria aquela desenvolvida durante o desenvolvimento das duas grandes revoluções industriais que desembocaram no movimento ludista em 1812, por exemplo. Seria uma razão pautada na exatidão e certeza do discurso científico dissociada de uma compreensão contextual de cada situação. Em detrimento de uma razão à serviço do desenvolvimento do capitalismo como único sentido, Habermas propõe uma razão comunicativa: “Habermas crítica o paradigma kantiano de subjetividade e propõe uma filosofia da comunicação baseada em um viés linguístico que promove a transição da reflexão monológica para a elaboração dialógica das verdades práticas. Esta mudança de paradigma lança sobre novos fundamentos a compreensão que se tem da razão, do ser humano e da sociedade, deixa de lado o paradigma da consciência e propõe que a racionalidade não depende diretamente do sujeito, mas da intersubjetividade que, por sua vez, pressupõe necessariamente a comunicação.” (ROSSETI, 2010, p. 04). Percebe-se que Habermas nega a subjetividade como parâmetro para definir o que é justo ou injusto, assim como para definir o que seria racional ou irracional. Contra polaridades como estas, Habermas (2003) sugere um agir comunicativo como saída equilibrada para o julgamento de determinado processo jurídico, por exemplo.

depurados e os esquemas comuns, favorecem o duplo sentido e os mal-entendidos cúmplices que garantem ao duplo jogo profético suas audiências múltiplas e, por vezes, contraditórias. Se, como afirma Bachelard, ‘todo químico deve combater em si o alquimista’, assim também todo sociólogo deve combater em si próprio o profeta social que, segundo as exigências de seu público, é obrigado a encarnar. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASERON, 2007, p. 37).

Quando pensamos no papel social dos escritos de Marx, sobretudo, quando ele elabora Marx e Engels (1998) encontramos ali uma arquitetura profética sobre uma sociedade ideal, imaginada por um sonhador da realização de uma transformação do sistema capitalista para o comunista. Os autores projetaram uma revolução proletária para se alcançar um modo de produção socialista e, enfim, um mundo feliz e sem injustiças, nomeado de comunismo. Aqui também é perceptível o quão profético foram Marx e Engels e toda a crítica feita à sociologia, sobretudo dos clássicos comtianos aos escritos de Marx, Engels e seus leitores. A sociologia ou as ciências sociais foram construídas pela necessidade que o sistema capitalista construiu de explicar as contradições que ele mesmo criou. Logo, é uma ciência que já nasceu com o objetivo de “apaziguar, normalizar, amenizar, tranquilizar, informar, domesticar” a humanidade ao avisar que o caos construído pelo capital “é normal” e justificado pelo darwinismo social. A sociologia veio ainda para nos fornecer pesquisas empíricas informando o número de jornalistas que foram mortos pela ditadura militar, em pleno século XXI, pela censura, tanto dos que se dizem da direita como dos que se dizem da “esquerda”. A sociologia surgiu, justamente, para informar aos outros campos que estamos todos em guerra. E é nesse sentido que torna-se importante frisar a importância de separar, conceitualmente, ciência social de ciência social aplicada. Torna-se mais significativo delimitar o que define uma ciência da informação de uma ciência da comunicação para que possamos compreender as dificuldades de se definir o que são teorias do jornalismo diante do que se produziu em teorias da comunicação.

Pelo fato de que, no momento da observação ou experimentação, o sociólogo estabelece uma relação com o objeto que, enquanto relação social, nunca é puro conhecimento, os dados apresentam-se-lhe como configurações vivas, singulares e, em poucas palavras, humanas demais, que tendem a se impor como estruturas do objeto. (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASERON, 2007, p. 24).

Os autores informam, sob um viés marxista, que tanto o objeto de pesquisa (empírica + teórica) recortado pelo sociólogo é construído a partir das relações sociais como a constituição do objeto de estudo não é dada, mas estabelecida pelas condições de produção.

Bem parecido com o que Foucault (1972) informa sobre a constituição dos objetos que são delineados a partir de determinadas formações discursivas. Não há objeto de estudo neutro ou puramente científico. Todo objeto de estudo, tanto para o marxismo clássico como para o pós-estruturalismo, é construído a partir das condições de enunciação desses discursos, só é ciência aquilo que as relações econômicas, sociais, políticas e culturais permitem. No campo científico do jornalismo esta condição precisa ser bem esclarecida, uma vez que é uma área de estudos recentes e que ainda não se consolidou enquanto saber científico, para que se compreenda as condições concentradas de censura não apenas nas redações dos jornais, mas, sobretudo, na pesquisa científica. Para que o leitor da pesquisa em jornalismo compreenda que as debilidades teóricas não residem apenas na falha dos pesquisadores por ingerência institucional do campo, entre outros aspectos, mas, sobretudo, pelas condições de interdição das formações discursivas impostas ao campo científico.

Quando os eventos científicos dividem os grupos de pesquisa e apresentação de trabalhos por gêneros, tipos, formatos, meios de comunicação, conceitos específicos de determinada matriz epistêmica, eles não dividem apenas simples taxonomias, grupos de afinidades temáticas, recortam-se objetos de estudo definidos pelas condições de produção estabelecidas pelas relações de poder. É importante recorrer a pesquisas como as de Foucault (1972; 2001) e Bourdieu (1983) quando informam que a formação dos objetos de estudo se dão por essas condições de enunciação do discurso científico e não por força aleatória, natural, organizativa, entre outras justificativas de cunho pedagógico como, formalmente, usa-se para justificar a “organização” das estruturas do saber científico do campo da comunicação e do jornalismo. É conveniente ao capitalismo permanecer com a taxonomia dos estudos dos meios e negligenciar a necessidade de um estudo de comunicação social, permanecendo assim, com um estudo de comunicação para as “massas”, ensinado com os clássicos manuais repletos de um conteúdo linear de teorias pasteurizadas pelo discurso norte-americano de produção da ciência.

É comum ainda encontrarmos uma maior legitimação de metodologias tradicionais como a análise de conteúdo, que em grande parte, resume-se a contar palavras (ORLANDI, 2009) em um jornal, por exemplo, do que a de pesquisas que complexificam a pesquisa através da análise de discurso<sup>13</sup> a partir de um referencial das relações de poder, por exemplo.

---

<sup>13</sup> Sobre este aspecto é necessário informar a existência de algumas pesquisas que conseguem realizar uma análise de conteúdo de uma maneira que ultrapassa a sua utilização clássica de contar palavras. Em Leal e Antunes (2011) tem-se uma revisão conceitual do que é e de para que serve a análise de conteúdo em uma investigação científica sobre o acontecimento jornalístico.

É sobre este aspecto que Foucault (1972) critica a busca de saber, meramente, para atingir os limiares de cientificidade como se estes fossem a garantia de legitimidade teórica.

A problematização do que se entende por metodologia, método e suas respectivas “aplicações” não se limitam a escolher uma metodologia consolidada e adequar o objeto empírico do jornalismo (ou da comunicação) à alguns dos procedimentos metodológicos já existentes nas ciências sociais. Não trata-se apenas de identificar ou impor o que é e o que não é objeto de estudo da comunicação ou do jornalismo como reivindica Ferrara (2003), mas de estabelecer vínculos de reflexão entre duas áreas de saber que parecem ser a mesma, mas não são e que estão um pouco distantes de estabelecerem uma relação de diálogo. Comunicação e jornalismo além de não consolidarem-se no campo teórico das ciências sociais, ainda não conseguiram estabelecer uma condição dialógica nem entre eles. Há uma intensa disputa na formação dos objetos de estudo quando os jornalistas se destinam a pensar o campo específico do jornalismo diante do que se produziu no campo da comunicação, o que dificulta ainda mais a consolidação do campo epistêmico das duas áreas de saber.

É interessante ressaltar que a falta de autonomia epistêmica não é imposta pela “clássica” justificativa: o peso da censura do sistema capitalista. Uma vez que até os mais palacianos revolucionários censuram e promovem uma autocensura em um campo recente de pesquisa, ficando cada vez mais idealista pensar nos pressupostos de Bourdieu (1983) e nos de Foucault (1972) quando criticam o racionalismo cartesiano e seu *modus operandi*. Traduzindo: a esquerda quando chegou ao poder conseguiu realizar absurdos no campo científico bem parecidos com os conservadores da direita, a censura foi uma prática corriqueira neste universo, além de outras práticas copiadas com bastante veemência. Sobre esse aspecto, torna-se salutar evidenciar o que Foucault (2010) pensa sobre a relação entre a teoria marxista e sua vinculação com a sociedade:

Visto que o marxismo só funcionou como a expressão de um partido político, resulta que diferentes problemas importantes que se produziram na sociedade real foram varridos dos horizontes políticos. A necessidade de fazer ascender à superfície todos esses problemas se faz sentir. Aos partidos e discursos marxistas tradicionais fazia falta a faculdade de levar em consideração todos esses problemas que são, por exemplo, aqueles da medicina, da sexualidade, da razão e da loucura. Por outro lado, para reduzir as modalidades de poder ligadas ao marxismo como expressão de um partido político, será preciso confrontar todos esses novos problemas que acabo de levantar, quer dizer, medicina, sexualidade, razão, loucura ou revoltas. Os partidos políticos têm a tendência de ignorar esses movimentos sociais e mesmo de enfraquecer sua força. Desse ponto de vista, a importância de todos esses movimentos é clara para mim. Todos esses movimentos se manifestam entre os intelectuais, entre os estudantes, entre os prisioneiros, no que chamamos de *Lumpenproletariat*. Não que eu reconheça um valor absoluto em seus movimentos,

mas creio, entretanto, que é possível, no plano ao mesmo tempo lógico e político, recuperar o que foi monopolizado pelo marxismo e os partidos políticos. Além disso, quando pensamos nas atividades críticas que se desenvolvem, cotidianamente, nos países do Leste da Europa, a necessidade de acabar com o marxismo parece-me evidente, seja na União Soviética ou em outros lugares. Em outros termos, vemos lá o elemento que permite ultrapassar o marxismo como filosofia de Estado. (FOUCAULT, 2010, p.193-194).

No trecho acima, o autor discute pontos cruciais para compreendermos a constituição do pensamento foucaultiano: o marxismo associado, em sua essência, à concepção de uma sociedade organizada por partidos políticos; por conta dessa vinculação, o marxismo se legitimou como sendo a teoria que mais descrevia uma sociedade sob a lógica do determinismo econômico; e, em consequência dos dois pontos destacados, a teoria marxista explicava toda a complexidade humana através da luta de classes divididas em duas categorias bem distintas (os donos dos meios de produção x os proletários que precisam vender a sua força produtiva – o seu trabalho associado aos objetos materiais que podem ser utilizados neste processo). É por conta desse eixo totalitário que Foucault (2010) afirma ser necessário o fim do marxismo, uma vez que este reduz tudo e todos à simples relações econômicas e materiais. O autor estabelece como uma necessidade superar o pensamento marxista porque compreende a ciência como algo que precisa ser trabalhada para além das relações econômicas e é por isso que ele descreve todos os outros objetos de estudo que o marxismo considera como superficial, de pouca importância e que, sequer, constituem-se objetos de estudo. Para a ciência marxista, só é objeto de estudo aquilo que possibilita evidenciar as relações econômicas e de trabalho de determinada sociedade, em que todos os problemas sociais, por mais complexos que se constituam, podem e devem ser explicados pelo que Marx considera como motor da história, ou seja, a luta de classes. Contudo, é necessário informar que Foucault jamais negou a existência da desigualdade econômica, tampouco informou ou defendeu que não era preciso superá-la, o autor apenas informou que não dá para reduzir todos os problemas à somente este tipo de desigualdade. Na concepção do autor, existem outras desigualdades tão ou mais cruéis que a econômica e que também definem as relações de poder. No campo científico do jornalismo, tem-se uma reflexão que nos inspira na crítica ao determinismo: “Berger e Luckmann, como Adelmo, rejeitam um uso doutrinário das ideias marxistas na ciência”. (MEDITSCH, 2010b).

Logo, neste sentido, considera-se, mais uma vez, a necessidade de compreendermos a sociedade e o campo científico não mais de forma dicotômica entre bons e maus ou esquerda

e direita, mas através de micropoderes como sugere Foucault (1979). Todos exercem poderes e todos sofrem influência dos poderes que os outros exercem em sociedade, o que não significa que não há desigualdade social, longe disso, só há aqui uma compreensão de que não há como elaborar uma teoria identificando ou selecionando os “certos” e os “errados”, entre outros absurdos gerados e expandidos em demasia no século XX.

Se os metodólogos estão mais atentos às regras que devem reger a manipulação de categorias já constituídas do que às operações que permitem constituí-las é porque o problema da construção do objeto nunca pode ser resolvido de antemão e uma vez por todas, quer se trate de dividir uma população em categorias sociais, faixas etárias ou de remuneração. Pelo fato de que toda taxonomia implica uma teoria, opera-se necessariamente uma divisão inconsciente de suas escolhas em função de uma teoria inconsciente, isto é, quase sempre de uma ideologia. (BOURDIEU; CHAMBOREDOM; PASERON, 2007, p. 61).

O trecho citado revela de forma bem explícita todo o pensamento foucaultiano sobre formações discursivas e aqui percebemos o diálogo significativo entre este autor e Bourdieu, Chamboredom e Paseron (2007), uma vez que todos eles tratam da formação dos objetos de estudo a partir de determinados contextos. Quando os autores informam que toda a escolha de determinado objeto de estudo é inconsciente em função de uma teoria também inconsciente, eles nos informam que a ideologia é uma escolha inconsciente, tendo em vista que a utilizamos como se fosse a definição mais importante e subjetiva que um pesquisador realiza em sua trajetória de vida. Dizer que a ideologia é algo mais complexo do que se identificar com determinada “ideologia” ou “formação discursiva” é entender que toda decisão tomada a partir, unicamente, da sua ideologia, tende a negar todas as outras formas de compreender a sociedade, possibilitando ainda erros mais graves do que apenas ser acusado de “subjetivo”. Reconhece-se, porém, um eixo em comum entre uma perspectiva pós-estruturalista e marxista a partir das relações de poder que visam desconstruir o eixo das desigualdades sociais.

Na busca de romper um pouco com uma interpretação que nos leve a uma proposta metafísica, reconheceremos um eixo em comum entre uma perspectiva pós-estruturalista e marxista a partir das relações de poder que visam desconstruir o eixo das desigualdades sociais. O pós-estruturalismo tem como um dos objetivos romper com o determinismo econômico como essência explicativa para todas as mazelas sociais. Foucault e todo o movimento pós-estruturalista não se deram, sobretudo a partir de 1929, para legitimar o neoliberalismo como uma história segmentada como acusam aqueles que defendem o marxismo fundamentalista, tal como Wood (1999), mas para romper com o dogmatismo da divisão da história por um estruturalismo desconectado das múltiplas realidades em que cada

contexto exige. Nessa perspectiva de explicar em que consiste as principais diferenças entre o marxismo e o pós-estruturalismo, tem-se:

**Jacques-Derrida:** Depois da Segunda Guerra Mundial, a resistência ao pensamento francês foi mais forte e mais viva na Alemanha, e ainda hoje é, mais do que o contrário.

**Elisabeth Roudinesco:** Está pensando na maneira como a obra de Heidegger foi reintroduzida na França por Jean Beaufret, ao passo que sua leitura estava de certo modo banida da Alemanha em virtude de sua colaboração com o nazismo?

**Jacques-Derrida:** Estou pensando na reação de Jürgen Habermas. Inicialmente ele se apaixonou, com tanto desconhecimento quanto com violência, pelo que interpretava como um neoconservadorismo francês (Foucault, Lyotard, eu próprio). O discurso filosófico da modernidade desenvolve abundantemente suas críticas contra meu trabalho, sobretudo a partir de leituras norte-americanas. Achei-as mais que injustas e respondi a isso aqui e ali, sobretudo em *Limited Inc*. Mas tudo isso é um pouco passado, até mesmo ultrapassado, nós nos explicamos até certo ponto, felizmente de modo bastante amistoso. Um seminário nos reuniu em Frankfurt junho passado, depois de um encontro em Paris. Nossas escolhas políticas, sobretudo quanto à Europa, não raro são vizinhas, aliadas, quando não profundamente idênticas, manifestando-se como tais em diversas ocasiões públicas. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 28-29).

No trecho citado há um diálogo entre uma historiadora e Derrida no que diz respeito às acusações que os principais filósofos do pós-estruturalismo enfrentaram, sobretudo, da acusação de serem uma “nova face” do liberalismo e do conservadorismo por terem feito as críticas problematizadas acima ao marxismo. Foucault foi o autor mais atacado, tanto por Habermas, representando aqui a voz da Escola de Frankfurt em fins do século XX e início do XXI, quanto por historiadores que entenderam a escrita de Foucault como uma simples metalinguagem com a tentativa de deslegitimar a ciência, sobretudo, a história como reveladora da verdade dos fatos, por isso é não só acusado de a-histórico como de relativista, logo a-político. Nesse sentido, Derrida (2004) considera que as críticas, sobretudo de Habermas, foram feitas permeadas tanto de negação ao pensamento francês como de defesa a um marxismo. No trecho citado, Derrida (2004) faz questão de negar que sua escrita se constitua como relativista e neoconservadora e é nesse aspecto que percebemos o quanto ainda há de distanciamento entre o que se considera pós-estruturalismo (Foucault e Derrida principalmente) com o que se entende por um marxismo revisitado ou estudos culturais.

São fatores desta ordem que movem o que Le Goff (1990) considera como movimento dos Annales e não Escola dos Annales, um discurso bem diferente que tem como objetivo transformar não apenas o rumo da história, mas a própria ideia de história, de mundo e de humanidade. Na pesquisa em jornalismo, tem-se a crítica à segmentação e, sobretudo, a desconstrução dos estudos da comunicação como estudo dos meios (BRAGA, 2001):



perspectiva que em muito legitimou o objeto de estudo do jornalismo como sendo o mais objetivo e adequado possível ao dividi-lo em instrumentos de comunicação social. Entendendo, dessa forma, que pesquisar jornalismo era um simples exercício de analisar o jornalismo segmentado pelos mais variados meios de comunicação, o que nos leva a compreender a formação das clássicas disciplinas consideradas “tecnicistas” nos cursos de jornalismo: radiojornalismo, telejornalismo e jornalismo on-line.

Apesar de alguns pontos em diálogo existentes entre Bourdieu e Foucault, torna-se necessário entender alguns aspectos que os distanciam, bem como a “base” teórica de qual partem cada autor.

Há, de um lado, os que sustentam que, para compreender a literatura ou a filosofia, basta ler os textos. Para os defensores desse fetichismo do texto autonomizado que floresceu na França com a semiologia e que refloresce hoje em todos os lugares do mundo com o que se chama de pós-modernismo, o texto é o alfa e o ômega e nada mais há para ser conhecido, quer se trate de um texto filosófico, de um código jurídico ou de um poema, a não ser a letra do texto. Esquematizo um pouco, mas bem pouco. Em oposição, uma outra tradição, frequentemente representada por pessoas que se filiam ao marxismo, que é relacionar o texto ao contexto e propõe-se a interpretar as obras colocando-as em relação com o mundo social ou o mundo econômico. (BOURDIEU, 2004, p. 19).

A partir do trecho citado, percebe-se que Bourdieu faz questão de diferenciar a “operacionalização teórica” daquilo que se considera pós-modernismo com o marxismo: Bourdieu deixa bem nítido que para ele os pós-modernos possuem uma perspectiva conservadora, quase um “neopositivismo” como bem problematiza Featherstone (1995) ao enfatizar as divergências entre Jameson<sup>14</sup> e Lyotard. Pelo que há descrito acima, parece-nos que a pós-modernidade analisa a sociedade, meramente, pela performance do texto e ignora tudo que está ao seu redor. Dessa forma, em nada condiz o pensamento pós-moderno definido por Bourdieu (2004) com o que Foucault (1972) propõe como análise da língua ou leitura da

---

<sup>14</sup> O recorte em questão demonstra qual o rizoma teórico do qual parte Jameson quando critica o desenvolvimento do capitalismo: “O pós-modernismo é percebido antes como um aprofundamento das tendências antinômicas do modernismo, com o desejo, o instintivo e o prazer liberados para levar a lógica modernista a suas últimas consequências, exacerbando as tensões estruturais da sociedade e a disjunção dos domínios (Bell, 1980). Jameson (1984 a) também usa pós-modernismo para designar a cultura, no sentido amplo, e fala em pós-modernismo como uma lógica cultural ou dominante cultural que conduz à transformação da esfera cultural na sociedade contemporânea. Embora Jameson mostre alguma relutância em adotar a concepção de periodização que admite uma reviravolta e uma transformação súbitas de todos os aspectos da cultura, ele acompanha Mandel (1975) e associa a etapa modernista ao capitalismo monopolista e o pós-modernismo ao capitalismo tardio posterior à Segunda Guerra Mundial. Isso sugere que Jameson usa uma forma do modelo base-superestrutura. (FEATHERSTONE, 1995, p.26).

sociedade a partir de conceitos como discurso, formação discursiva, arquivo, entre outros aspectos, que enfatizam uma leitura do texto a partir da condição de enunciação, em outras palavras, é do contexto político que Foucault tanto alerta para que uma análise da língua não se dissocie. Foi por conta desse tipo de crítica que Foucault quis se afastar das nomenclaturas e das categorizações que tentavam “encaixá-lo” dentro de determinada corrente teórica. É com muito cuidado e especificando cada situação que entende-se nesta pesquisa que o pensamento de Foucault tanto se aproxima de um pós-estruturalismo, sobretudo, pelo que há em Foucault (2013) sobre o conceito de estruturalismo que alguns autores conseguem relacioná-lo ao pensamento de ruptura com esta teoria. É a partir desses posicionamentos teóricos encontrados em Bourdieu (2004) que, sobretudo, Foucault (1979) expõe as entranhas de seu objetivo: demonstrar que o marxismo não foi tão revolucionário quanto projetou e cometeu erros irreparáveis na história.

Durante muito tempo acreditei que aquilo de que eu corria atrás era uma espécie de análise dos saberes e dos conhecimentos, tais como podem existir em uma sociedade e dos conhecimentos, tais como podem existir em uma sociedade como a nossa: o que se sabe da loucura, o que se sabe da doença, o que se sabe do mundo, da vida? Ora, não creio que esse era meu problema. Meu verdadeiro problema é aquele que, aliás, atualmente, é o problema de todo mundo: o do poder. Penso que é preciso se reportar aos anos 1960, ao que se passava naquele momento, digamos em 1955, já que foi por volta de 1955 que comecei a trabalhar. No fundo havia duas grandes heranças históricas do século XX que não haviam sido assimiladas, e para as quais não se tinha instrumento de análise. Essas duas heranças negras eram o fascismo e o stalinismo. De fato, o século XIX encontrara, como problema mais importante, o da miséria, o da exploração econômica, o da formação de uma riqueza, o do capital, a partir da miséria daqueles mesmos que produziam a riqueza. Este formidável escândalo suscitara a reflexão de economistas e de historiadores que tentaram resolvê-lo, justificá-lo como podiam e, no coração de tudo isso, o marxismo. Penso que, ao menos na Europa ocidental – talvez também no Japão –, quer dizer, nos países desenvolvidos, industrialmente desenvolvidos, não foi tanto o problema da miséria que se apresentava quanto o problema do excesso de poder. Houve regimes, fossem capitalistas, que era o caso do fascismo, fossem socialistas ou se dizendo socialistas, que era o caso do stalinismo, nos quais o excesso de poder do aparelho de Estado, da burocracia, e diria igualmente dos indivíduos uns com os outros, constituía alguma coisa de absolutamente revoltante quanto a miséria no século XIX. (FOUCAULT, 2012, p. 219-220).

É necessário desconstruir a perspectiva messiânica do marxismo uma vez que os registros históricos demonstram o quão assassino, perseguidor e censurador o governo stalinista foi em nome de um “Estado Socialista” e de uma idealizada “Revolução Proletária”, que de revolução teve muito pouco, uma vez que o trabalhador revolucionário se constituía e

se constitui até hoje, apenas o que é filiado aos partidos de base marxista, stalinista e trotskista. Podemos, então, entender o que mais incomodava Foucault dentro do domínio da teoria marxista no ambiente científico: “Qualquer que fosse a situação, o Partido podia invocar a teoria de Marx como sendo a única verdade” (FOUCAULT, 2010, p.206). O autor em muito sofreu ao vivenciar, aos treze anos de idade, o início da Segunda Guerra Mundial (1939) e em sua fase adulta perceber que os países que restaram com o regime socialista tinham praticado o que tanto criticavam. Foucault nunca aceitou que todas as relações de poder girassem em torno de uma relação econômica associada ao poder dos partidos políticos, o que mais motivou o trabalho deste autor foi tentar separar a classificação científica da lógica político partidária. É sob este aspecto que ele propõe uma análise da língua não para definir dominadores e dominados, se a oração é subordinada objetiva indireta ou subordinada objetiva direta; ou pobre e rico, mas para demonstrar como os sistemas de pensamento exercem o poder.

Nesse sentido, entende-se que muito menos do que a vontade de fazer uma revolução, os governos ditos “socialistas” jamais conseguiram ser, de fato, socialistas, o que existiu foram gestões que se caracterizaram como um simples projeto de tomada de poder e exercício das mesmas injustiças das quais tanto criticavam. A única diferença é que no “socialismo” de Stalin estabeleceu-se um capitalismo de Estado, uma vez que este não conseguiu estabelecer os postulados mínimos do que Marx chama de “fase intermediária” para o comunismo. É a partir da vivência nesse contexto político que Foucault (1972) estabelece fronteiras nítidas com a utilização do marxismo como justificativa para práticas totalitárias.

Não vejo quem – na direita ou na esquerda – poderia ter colocado este problema do poder. Pela direita, estava somente colocado em termos de constituição, de soberania, etc., portanto, em termos jurídicos; e, pelo marxismo, em termos de aparelho do Estado. Ninguém se preocupava com a forma como ele se exercia concretamente e em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e suas táticas. Contentava-se em denunciá-lo no ‘outro’, no adversário, de uma maneira ao mesmo tempo polêmica e global: o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada. (FOUCAULT, 1979, p. 06).

No trecho citado, Foucault (1979) busca dizer que muito pouco se pesquisou os mecanismos do poder, como ele era exercido, os dispositivos que atuavam para o exercício do poder. Quando Foucault (1979) afirma que, para o marxismo, o poder só era entendido como

aparelho do Estado ele está informando que o marxismo de Althusser (1987) em muito contribuiu para compreender o poder como sendo exercido a partir de um eixo vertical: só existe o Estado (acima) e os que estão subordinados a ele (abaixo). O que Foucault (1979) busca demonstrar é que sua concepção de poder reside em demonstrar como ele é pulverizado, em que muitos governam a si, aos outros e ao próprio Estado e que não é somente o Estado que exerce o poder. Em outras palavras, Foucault (1979) demonstra mais uma vez sua ruptura com uma visão de mundo marxista assim como faz em suas últimas entrevistas:

Minhas formulações sobre Marx suscitaram, com efeito, um certo número de reações. Quis dizer coisas demais nas poucas frases em que falei do marxismo. De todo modo, há algumas coisas que deveria ter dito de modo mais claro. Em minha opinião, Marx procedeu como muitos fundadores de ciências ou de tipos de discursos: ele utilizou um conceito existente no interior de um discurso já constituído. A partir desse conceito, formou regras para esse discurso já constituído, deslocou-o, transformando-o em fundamento de uma análise e de um tipo de discurso totalmente outro. Ele extraiu a noção de mais-valia diretamente das análises de David Ricardo, em que essa noção se encontrava praticamente em filigrana – e, nesse sentido, Marx é um ricardiano –, e apoiou nesse conceito uma análise social e histórica que lhe permitiu definir os fundamentos ou as formas mais gerais da história da sociedade ocidental e das sociedades industriais do século XIX. (FOUCAULT; MERQUIOR; ROUANET, 2011, p. 202-203).

Mais uma vez percebe-se o grau de renúncia ao marxismo, uma vez que Foucault, no trecho citado, refere-se, especificamente, ao conceito de dialética que Marx apreendeu de Hegel e o interpretou de maneira inversa: para Marx, a dialética é o movimento dos contrários em que o mundo material determinam as ideias. Ainda, no trecho citado, Foucault também realiza críticas à Marx pela adaptação do conceito de mais valia do liberalismo, por isso em muitos momentos Foucault entende o marxismo como fundamentado em um racionalismo cartesiano. Nesse sentido, torna-se pertinente enfatizar que Foucault se afasta do marxismo pela sua forma dicotômica de compreender as relações de poder: para Marx só existem duas classes que movem a história (os donos dos meios de produção e os proletários). É por conta dessa perspectiva que o militante maoísta (Victor) confronta Foucault (1979) em relação à existência de uma plebe não proletarizada, pois para Marx, a plebe não proletarizada só existe enquanto exército de reserva, não realiza a revolução e, portanto, não tem vida na obra de Marx.

A política, segundo Foucault, não é uma prática do *arcana imperii*; não é o enredo

permanente de trágicos complôs e conspirações obscuras. A sua opacidade é decifrável seguindo sagazmente os planos plurais das táticas discursivas, nas quais o saber-poder opera como cimento unificando fragmentos dispersos. (VACCARO, 2018, p. 347-348).

Vaccaro refere-se à ruptura que o pensamento foucaultiano faz em relação à visão binária que o marxismo realiza da luta de classes: os burgueses e os proletariados. Vaccaro (2018) ainda exemplifica que Foucault entende que o poder se exerce nas relações de saber e poder, tornando-se, portanto, de domínio de variáveis, imensuráveis e dinâmicos, a política é vivenciada e exercida por todos e em níveis distintos de acordo com a relação de poder que cada um estabelece em sociedade, independente da sua condição de classe.

Mas, afinal de contas, convenhamos, Marx não teria dito completamente tudo o que se deve pensar nos dias de hoje sobre o Estado; convenhamos que, com os instrumentos dados por ele, se poderia refletir sobre uma realidade histórica e fazer progredir a análise, não somente em seu conteúdo, mas em suas formas, em seus instrumentos. Isso me parece válido. Mas não preciso ter certeza de que Marx previu a necessidade de transformar o Estado desde o começo do processo revolucionário; não preciso ter certeza de que ele tenha dito isso para me convencer de que é necessário. A análise da realidade histórica cabe a mim. Portanto, a primeira crítica que faço a esses marxistas é a desconfiança no que diz respeito ao material histórico, à realidade histórica com a qual eles têm de se haver, e o respeito infinito que têm pelo texto, o que os acorrenta necessariamente à tradição acadêmica da explicação de texto. Eles se fecham no academicismo exatamente por causa de seu respeito ao texto de Marx. Eis aí minha primeira crítica. Minha segunda crítica está ligada a isso. Ela concerne à história. Acho que, nisso também, um certo número de marxistas está de tal forma preso ao cânone, às regras que eles acreditaram extrair dos textos de Marx, que não são capazes de fazer uma análise histórica independente. (FOUCAULT, 2012, p. 48-49).

No trecho citado percebe-se o teor de divergência que Foucault tinha do marxismo. Em muito se deve à relação estabelecida com o partido comunista francês (GREGOLIN, 2004): sempre estabeleceu sérias divergências por conta da ortodoxia referente ao cumprimento das regras e passos estabelecidos por Marx e Engels (1998). Nota-se que Foucault (2012) estabelece pontos específicos da crítica ao pensamento de Marx que, sem dúvida, o fazem um autor de fronteira, que rompe uma série de paradigmas: o primeiro refere-se ao fato de os marxistas darem mais legitimidade ao texto de Marx e Engels (1998a) do que a realidade vivida; e o segundo diz respeito à responsabilidade deixada somente aos autores da análise histórica. Em síntese, Foucault (2012) quer dizer que não basta ser um intérprete de Marx, é necessário criar sua própria teoria, fato este que faz com que os marxistas não

considerem o que Foucault escreve como ciência, mas como ensaio, entre outras nomenclaturas. Citou-se os recortes acima para mostrar em quais aspectos, de fato, Foucault diverge do marxismo e porque seu pensamento é motivo de tanta reviravolta não apenas na França, mas tanto no pensamento científico ocidental quanto oriental. É necessário estabelecer esses pontos de tensão e divergência para que se possa identificar o local de fala dos autores e conseguirmos perceber que há diálogo sim entre o que Foucault pensa sobre as relações de poder entre a ciência e os sujeitos com o que Bourdieu pensa sobre o poder simbólico do campo científico. Contudo, há que se frisar, sobretudo, as principais distinções e críticas feitas por Foucault à Marx e Engels.

Há alguns momentos do pensamento de Bourdieu (2009) em que ele demonstra suas raízes no pensamento marxista ortodoxo: todos os conceitos que ele trabalha (campo e habitus principalmente) revela que o autor pensa a sociedade a partir do conceito de superestrutura e infraestrutura em Marx e Engels (HARNECKER, 1983).

Somente uma análise estrutural dos sistemas de relações que definem um determinado estado do campo intelectual pode imprimir eficácia e verdade à análise estatística, fornecendo-lhe os princípios de uma seleção dos fatos capaz de levar em conta suas propriedades mais pertinentes, isto é, suas propriedades de posição. (BOURDIEU, 2009, p. 186).

A análise estrutural descrita está relacionada à toda forma como o marxismo interpretou a sociedade: uma análise das estruturas econômicas e sociais, analisando as lutas de classes, a história política, bem como a lógica positivista da história dos heróis. A diferença é que o marxismo fez uma “história dos vencidos”, enquanto o positivismo clássico fez uma “história dos vencedores”. Contudo, a análise estrutural acima descrita pertence tanto ao positivismo quanto ao marxismo: ambos trabalham com uma análise das estruturas econômicas e sociais e é exatamente nesse ponto que Foucault (1997) rompe com este modus operandi na medida em que analisa a história de uma condição social de censura de determinado sujeito para trabalhar as relações de poder impostas pela medicina moderna.

Na definição do conceito de habitus, Bourdieu (2009) é ainda mais enfático em sua posição sobre o que representa a análise das estruturas:

[...] sistema de disposições inconscientes que constitui o produto da interiorização das estruturas objetivas e que, enquanto lugar geométrico dos determinismos objetivos e de uma determinação, do futuro objetivo e das esperanças subjetivas,

tende a produzir práticas e, por esta via, carreiras objetivamente ajustadas às estruturas objetivas. (BOURDIEU, 2009, p. 201-202).

A partir do trecho citado, percebe-se que o autor afirma que o *habitus* de determinada profissão, carreira ou identidade é condição básica para construir uma carreira profissional. O autor permite que identifiquemos que ele entende o conceito de *habitus* a partir de uma análise estrutural da sociedade, ele só pensa nesses conceitos para compreender as relações de desigualdades de classes, por isso o uso do conceito de *habitus* é tão comum na pesquisa de sociologia da profissão do jornalista: é nele que os jornalistas se fincam enquanto categoria para estabelecer uma linguagem própria, um objeto de estudo próprio, e assim, delimitarem suas teorias.

Para Marx, é a estrutura econômica que determina o grau de autonomia relativa das estruturas ideológicas. Bourdieu recusa, entretanto, a dicotomia econômico e não-econômico (*Esquise d'une théorie de la pratique*) e defende a teoria das práticas econômicas como um caso particular de uma ciência geral da economia das práticas, capaz de tratar todas elas como práticas econômicas voltadas para maximizar o lucro, tanto material quanto simbólico. É uma espécie de teoria da economia simbólica, portanto. Para Bourdieu, a relação entre as estruturas (econômica) e as práticas sociais se dá através do *habitus* (cultura ou competência cultural), 'conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social', demarcando o limite de uma consciência passível de ser mobilizada por grupos ou classes. Tais esquemas (ou *habitus* de classe) é que demarcam o campo de sentido em que operam as relações de força. (STEINBERGER, 2005, p. 216).

O trecho citado reafirma a dedução feita anteriormente: o conceito de *habitus* é produzido a partir de uma análise das estruturas econômicas de determinada sociedade, mesmo que Bourdieu amplie a noção de capital para além da esfera econômica, ele permanece dependente de uma análise das estruturas e, principalmente, continua compactuando com Marx sobre a supremacia da infraestrutura sob a superestrutura. Então, como se percebe, *habitus* é um conceito utilizado muito pelos leitores de Bourdieu como algo mais "sofisticado" para valorizar determinada identidade profissional ou para explicar determinada luta de classes como se ele representasse uma superação do determinismo econômico, contudo, percebe-se que as análises feitas a partir desse conceito ainda estão fincadas nos princípios do materialismo marxista.

Para a pesquisa em questão, o importante é frisar as diferenças teóricas existentes entre o conceito de campo em Bourdieu (2004) e o que Foucault (1972) discute sobre os limiares de

cientificidade e epistemologização a serem alcançados por determinada teoria. Um conceito não se contrapõe ao outro, pelo contrário, a crítica que Bourdieu (2004) realiza em relação aos usos da ciência, bem como a luta pela autonomia epistêmica é bem parecido com a tentativa de Foucault de “destituir” o império do discurso científico sob os demais discursos, bem como da necessidade de compreender que todo discurso científico é também político.

Foucault (2005) após descrever o que ele entende por ideologia se propõem a delimitar diferentes limiares e sua cronologia para tentar explicar como a história epistemológica entende a ciência e seus graus de legitimidade:

O momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia, o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação dos enunciados, ou ainda, o momento em que esse sistema se transforma, poderá ser chamado de limiar de positividade. Quando um conjunto de enunciados se delinea, pretende fazer valer normas de verificação e de coerência e o fato de que exerce, em relação ao saber, uma função dominante (modelo, crítica ou verificação), diremos que a formação discursiva transpõe um limiar de epistemologização. Quando uma figura epistemológica, assim delineada, obedece a um certo número de critérios formais, quando seus enunciados não respondem somente a regras arqueológicas de formação, mas, além disso, a certas leis de construção das proposições, diremos que ela transpõe um limiar de cientificidade. Enfim, quando esse discurso científico, por sua vez, puder definir os axiomas que lhe são necessários, os elementos que usa, as estruturas proposicionais que lhe são legítimas e as transformações que aceita, quando puder assim desenvolver, a partir de si mesmo, o edifício formal que constitui, diremos que transpõe o limiar da formalização. (FOUCAULT, 2005, p. 209).

Foucault (2005) informa que esta não é uma escala evolutiva de alcance dos patamares de legitimação científica que determinado objeto de estudo deve alcançar. O autor descreve que se alcança primeiro o limiar de positividade para depois atingir o de cientificidade. Mas, o fato que importa neste recorte acima é que Foucault (2005) refere-se aos limiares quando ele quer descrever a história epistemológica proposta por Gaston Bachelard e Canguilhem.

Trata-se de saber, por exemplo, como um conceito – carregado ainda de metáforas ou de conteúdos imaginários – se purificou e pôde assumir status e função de conceito científico; de saber como uma região de experiência, já demarcada, já parcialmente articulada, mas ainda atravessada por utilizações práticas imediatas ou valorizações efetivas, pôde constituir-se em um domínio científico; de saber, de modo mais geral, como uma ciência se estabeleceu acima e contra um nível pré-científico que, ao mesmo tempo, a preparava e resistia a seu avanço, e como pôde transpor os obstáculos e as limitações que ainda se lhe opunham. G. Bachelard e G. Canguilhem apresentaram os modelos dessa história. Ela não tem necessidade, como a análise recorrencial, de se situar no próprio interior da ciência, de recolocar todos os seus episódios no edifício por ela constituído, e de contar sua formalização



no vocabulário formal que é, hoje, o seu: como, aliás, ela o poderia, já que mostra do que a ciência se libertou e tudo que teve de abandonar para atingir o limiar de cientificidade. Por isso mesmo, essa descrição toma por norma a ciência constituída; a história que ela conta é necessariamente escandida pela oposição verdade e erro, racional e irracional, obstáculo e fecundidade, pureza e impureza, científico e não científico. Trata-se de uma história epistemológica das ciências. (FOUCAULT, 2005, p. 212-213).

Percebe-se que Foucault (2005) define que aqueles vários estágios pelo qual determinada teoria ou conceito precisa alcançar para chegar ao seu grau de formalização é oriundo de uma perspectiva positivista de ciência. Por que não faria sentido associar o pensamento de Foucault com a disposição daqueles níveis de legitimidade científica? Porque Foucault (2005) escreve sobre os discursos e as formações discursivas, justamente, para informar que eles são oriundos das relações de poder: para ele, todos esses estágios não representam graus de mérito, competência, verificabilidade ou comprovação científicas, mas de relações de poder. É nesse sentido que Foucault (2005) vai informar que a única ciência que atingiu automaticamente do limiar de positividade ao de formalização, passando por todos os outros limiares automaticamente, foi a matemática: a ciência mais capaz de comprovar seu grau de veracidade de forma cartesiana e racional. Logo, Foucault (2005) informa que esses graus de legitimidade científica são criados por uma ciência cartesiana que opõe o certo ao errado, a verdade ao erro, entre outras dicotomias, por isso ele descreve esses limiares para explicar a lógica cartesiana de ciência que pautou Bachelard e Canguilhem, autores que a ele se opõem ao realizar uma arqueologia dos saberes e não uma história das ciências ou história evolutiva do saber científico. A necessidade de especificar os pontos acima sobre o que Foucault pensa sobre o saber científico se deu na medida em que o pensamento de Bourdieu (2004) se dá muito no sentido de valorizar uma distinção entre o que seria o saber científico e uma “sociologia espontânea” como eles bem frisam em Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007). Para Foucault, não há essa preocupação de definir o que é ciência e o que não é ciência, porque para o autor a ciência é apenas um discurso como tantos outros e é sob este aspecto que percebe-se Bourdieu ainda muito concentrado na ortodoxia positivista, em busca de legitimidade acadêmica dos pares, percorrendo o mesmo caminho que Marx fez tentando transformar seu pensamento em ciência através de um método que em nada condizia com as suas formações discursivas: enquanto Marx pregava a revolução proletária ele também o fazia através do método cartesiano, o que configurou grande parte de suas contradições e lacunas teóricas.

Em Bourdieu, o conceito de campo serve para que o autor enfatize as relações de poder existentes dentro de uma determinada área de pesquisa, de um objeto de estudo, entre outros quando ele refere-se ao campo científico. Para o autor, existem vários campos: o campo jornalístico, dos escritores, o artístico, o científico, entre outros. Bourdieu não cria o conceito de campo apenas para enfatizar as disputas por poder dentro da ciência, mas busca também demonstrar que cada campo possui suas especificidades, seus valores e sua importância social.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. E uma das grandes questões que surgirão a propósito dos campos (ou subcampos) científicos será precisamente acerca do grau de autonomia que eles usufruem. Uma das diferenças relativamente simples, mas nem sempre fácil de medir, de quantificar, entre os diferentes campos científicos, isso que se chamam as disciplinas, estará, de fato, em seu grau de autonomia. (BOURDIEU, 2004, p. 20-21).

Esta pesquisa se deterá a tentar compreender a importância do conceito de campo científico em Bourdieu, já que grande parte do objetivo aqui é discutir como determinadas epistemes se sobrepõem à outras, de como determinadas teorias se consolidam e outras são facilmente abandonadas, para podermos pensar nas causas que levam, por exemplo, ao campo científico do jornalismo não possuir uma teoria pós-estruturalista: se determinado pesquisador do campo necessitar realizar uma pesquisa que tenha o jornalismo como objeto de estudo a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, deparar-se-à com a estranha falta de bibliografias diante de um excesso de pesquisas pautadas em teorias funcionalistas e nas teorias marxistas. Nesse sentido é que entende-se a importância de problematizar o conceito de campo científico em Bourdieu (2004):

Todo campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças. Pode-se, num primeiro momento, descrever um espaço científico ou um espaço religioso como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação. (BOURDIEU, 2004, p. 23).

Percebe-se que o autor considera o campo científico como sendo tanto físico quanto simbólico, por isso ele escreve tanto sobre o poder simbólico que o campo científico possui e

fala ainda sobre o capital científico, que seria o valor atribuído à ciência pela sociedade, pelos cientistas e pela cultura como um todo. Capital, nessa situação, refere-se ao poder que se materializa em financiamento, locais de publicação (o qualis das revistas científicas define muito o tipo de pesquisador), locais de trabalho (há universidades que são bem disputadas em concursos públicos, outras nem tanto), entre outros aspectos. Para Bourdieu (2004), o campo científico é marcado pelas relações de força entre seus agentes: cada teoria, bem como cada objeto de estudo disputa locais de fala e legitimidade diante de públicos específicos ou em dimensão universal. Há em Bourdieu uma necessidade de construir o conceito de campo para delimitar determinado grupo de pessoas com valores, características, profissão, em outras palavras, determinada “tribo” que possuem todos esses itens em comum para demonstrar que em todos eles há disputa por poder, por posição social, por poder econômico, entre outros aspectos. É nesse sentido que ele constrói os conceitos de capital econômico, capital social, capital simbólico e capital cultural.

Os pesquisadores ou as pesquisas dominantes definem o que é, num dado momento do tempo, o conjunto de objetos importantes, isto é, o conjunto das questões que importam para os pesquisadores, sobre as quais eles vão concentrar seus esforços e, se assim posso dizer, ‘compensar’, determinando uma concentração de esforços de pesquisa. (BOURDIEU, 2004, p. 25).

No trecho citado há muito diálogo com o que Foucault (1972) escreve sobre a definição do que é e do que não é um objeto de estudo para determinada ciência: seus conteúdos ou discursos são sempre definidos pelos seus especialistas a partir das relações de poder que eles estabelecem entre eles e entre eles e a sociedade. Bourdieu é um autor que ultrapassa alguns posicionamentos, digamos, simplistas, do marxismo proposto nos escritos de Marx. O conceito de capital, por exemplo, é um indício de que Bourdieu não era “tão marxista” assim: em Marx, capital refere-se, sempre, ao modo de produção, refere-se à forma como determinada sociedade desenvolve seu sistema político-administrativo que enfatiza, sobretudo, a economia; em Bourdieu, há uma ampliação da noção de capital, pois refere-se à uma diversidade de valores, não necessariamente econômico, desenvolvido por pessoas, grupo de pessoas (uma tribo) ou pela sociedade. A noção de capital simbólico ou poder simbólico faz de Bourdieu um autor possível de ser colocado em diálogo com Foucault justamente por produzir uma leitura mais “aberta”, menos determinista digamos assim, de algumas categorias clássicas do marxismo: o capital simbólico em muito pode ser comparado

com a microfísica do poder de Foucault (1979) tendo em vista que refere-se às mais variadas formas de poder, independente da sua relação ou não com o viés econômico.

Devido às várias particularidades existentes na recente constituição da comunicação enquanto área do conhecimento científico e pelo fato de ter escrito algumas páginas sobre o campo jornalístico, Bourdieu é um autor bastante utilizado para embasar teoricamente as discussões sobre epistemologia, sobre a crítica do saber instrumental, entre outros aspectos. Quiroga (2003) é um dos autores que trabalha com o conceito de episteme para discutir questões da interdisciplinaridade e autonomia teórica no campo da comunicação. Para isto, o autor recorre ao conceito de campo em Bourdieu (2004) para tentar descrever como se constitui uma disciplina científica, suas limitações, bem como suas relações de poder:

O conceito de campo é híbrido. Sua natureza resulta da constituição desse universo intermediário entre texto e contexto cujo diagrama incorpora tanto o mundo social e todas as determinações a que esse está sujeito como o conjunto de competências ou atributos específicos que, embora influenciado pelos primeiros, não necessariamente lhes diz respeito. A concepção resulta do amálgama das ciências naturais com aquelas outras que caracterizam as ciências sociais, isto é, um espaço social, ao modo da física porque é um campo de forças, criado por agentes e instituições, cujas lutas e embates se realizam com intuito de preservá-lo ou modificá-lo, segundo a posição com a qual cada membro do grupo daquela área se encontra envolvido. Revestidos de relações de poder, de lucros, monopólios, estratégias e interesses específicos, os campos sociais são criados por agentes e instituições e só por intermédio de seus posicionamentos e desígnios objetivos pode construir sua armação. Sua composição só pode ser compreendida a partir da observação e do entendimento desses lugares de fala, isto é, das posições que ocupa cada membro dentro dessa estrutura da qual faz parte. Significa que não há campo social sem agentes e instituições, como também a própria virtude e o alcance das questões por ele colocadas dependem da tomada de posição dos que aí se encontram em condição de reciprocidade. (QUIROGA, 2003, p. 102-103).

Quiroga (2003) informa que Bourdieu (2004) utiliza o conceito de campo para reivindicar que a ciência não pode ser interpretada como “pura” e nem como “escrava”, há uma reivindicação de Bourdieu por uma autonomia epistêmica com plena consciência de que cada posicionamento teórico é também político, o que explica todas as relações de poder estabelecidas pelos seus agentes como descreve o autor no trecho citado. Percebe-se, ainda, que Bourdieu (2004) insiste no conceito de campo para delimitar características em comum de determinada profissão, ofício, mas, sobretudo, para unir esses sujeitos dentro de uma classe que luta por legitimidade, no campo científico, no campo cultural, no campo jornalístico, entre outros. É nesse sentido que ele decide escrever algumas linhas sobre o campo

jornalístico:

Assim como o campo político e o campo econômico, e muito mais que o campo científico, artístico ou literário ou mesmo jurídico, o campo jornalístico está permanentemente sujeito à prova dos veredictos do mercado, através da sanção, direta, da clientela ou, indireta, do índice de audiência (ainda que a ajuda do Estado possa assegurar certa independência com relação às pressões imediatas do mercado). (BOURDIEU, 1997, p. 106).

Nota-se que o autor refere-se aos campos sempre para referir-se às relações de poder em que eles se inserem, bem como para demonstrar seus graus de autonomia e de dependência de outros campos ou do Estado. Outro fator importante de frisar é que Bourdieu é tão impregnado no seu tempo que quase todos os seus conceitos giram em torno da palavra “capital”, como já foi frisado anteriormente, ele amplia o conceito de capital em Marx e não o empreende apenas como sistema político ou modo de produção. Ainda é necessário explicar que esse campo jornalístico ao qual Bourdieu refere-se diz respeito ao campo profissional do jornalismo como Silva (2009 b) explica, detalhadamente, as diferenças entre o campo profissional, o campo acadêmico, o campo científico e o campo epistêmico do jornalismo, cada um com suas especificidades, locais de fala e acionando poderes distintos.

É a partir dessas diferenças entre os campos que tentar-se-á explicar a complexidade do conceito de capital desenvolvido por Bourdieu (2001).

Todo tipo de capital (econômico, cultural, social) tende (em graus diferentes) a funcionar como capital simbólico (de modo que talvez valesse mais a pena falar, a rigor, em efeitos simbólicos do capital) quando alcança um reconhecimento explícito ou prático, o de um habitus estruturado segundo as mesmas estruturas do espaço em que foi engendrado. Em outros termos, o capital simbólico (a honra masculina das sociedades mediterrâneas, a honorabilidade do notável ou do mandarim chinês, o prestígio do escritor renomado etc.) não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital quando é desconhecida enquanto capital, enquanto força, poder ou capacidade de exploração (atual ou potencial), portanto reconhecida como legítima. Mais precisamente, o capital existe e age como capital simbólico (proporcionando ganhos – como diz, por exemplo, a constatação-preceito, *honesty is the best policy*) na relação com um habitus predisposto a percebê-lo como signo e como signo de importância, isto é, a conhecê-lo e a reconhecê-lo em função de estruturas cognitivas aptas e tendentes a lhe conceder o reconhecimento pelo fato de estarem em harmonia com o que ele é. Produto da transfiguração de uma relação de força em relação de sentido, o capital simbólico nos livra da insignificância, como ausência de importância e de sentido. (BOURDIEU, 2001, p. 295-296).

Entende-se, então, que o conceito de capital simbólico ou poder simbólico está

relacionado ao reconhecimento social, à honra, à legitimidade, refere-se ao que o sujeito representa a partir do poder que possui, não refere-se, necessariamente, ao poder econômico, mas também não está isento dele. Bourdieu era tão consciente da força do poder econômico que relacionou até conceitos mais flexíveis como o poder simbólico à ideia de capital: ele realmente era um sujeito incomodado com o espaço em que vivia e enxerga a justificativa econômica como explicação para quase todas as injustiças do mundo.

Adentrando de forma mais específica nos problemas gerados pelo uso e desuso do conceito de campo e campo jornalístico em Bourdieu, percebe-se que Bourdieu (1997; 2004) trabalha com o conceito de campo para demonstrar as relações de trabalho que permeiam determinado grupo profissional, logo, entende-se que seu objetivo é enfatizar as lutas de classes e pelo poder existente em cada espaço específico que ele denomina como campo.

O campo que eu estou oferecendo para análise é uma forma expandida do que é comumente chamado de mundo político, o microcosmo político. A palavra microcosmo de alguma forma sugere que o universo político, com suas instituições (as partes), suas regras de funcionamento, seus agentes selecionados de acordo com certos procedimentos eleitorais, etc., é um mundo autônomo, um microcosmo. O microcosmo político é uma espécie de pequeno universo apanhado nas leis de funcionamento do universo maior, mas, no entanto, dotado de uma autonomia relativa dentro desse universo e obedecendo às suas próprias leis, seu próprio *nomos* - em uma palavra, autônomo. (BOURDIEU, 2005, p. 31-32)<sup>15</sup>.

É sob este aspecto acima, o de entender o campo como microrganismo político, individual e autônomo que se torna necessária a discussão sobre o conceito de campo em Bourdieu (2004; 2005): o campo é apenas para conduzir profissionais a montarem organizações científicas, grupos de pesquisa ou sindicatos profissionais? Bourdieu (2005) informa que o campo jornalístico sofre de restrições profissionais pela sua relativa autonomia diante dos campos econômico e político, o que nos conduz a entendermos porque as teorias do jornalismo são, facilmente, identificadas como teorias das notícias como pode ser percebidas em textos como Traquina (2004;2005) e Sousa (2002). As perguntas em questão

---

<sup>15</sup>The field that I am thus offering for analysis is an expanded form of what is ordinarily called the political world, the political micro cosm. The word microcosm goes some way to suggest that the political universe, with its institutions (the parties), its rules of functioning, its agents selected in accordance with certain (electoral) procedures, etc., is an autonomous world, a microcosm set within the social macrocosm. The political microcosm is a kind of small universe caught up in the laws of functioning of the larger universe, but nonetheless endowed with a relative autonomy within that universe and obeying its own laws, its own *nomos* - in a word, autonomous. (BOURDIEU, 2005, p. 31-32).

referem-se, justamente, aos objetivos de Bourdieu ao enfatizar tanto o conceito de campo. No campo científico do jornalismo, o conceito de campo em Bourdieu em muito funcionou para legitimar as pesquisas que concentram-se em investigar as práticas jornalísticas de determinado veículo de comunicação e o conceito de campo serve como subsídio teórico para as mesmas. Contudo, muito pouco se avança em termos de objeto de estudo do jornalismo como alerta Silva (2009b):

É problemático, então, também na investigação do jornalismo, tratar de questões epistemológicas recorrendo à sociologia da ciência, pensando que o conceito de campo jornalístico de Bourdieu possa responder pela episteme do jornalismo. Nem tampouco a combinação dos dois conceitos, campo jornalístico e campo científico, atende às lacunas do campo jornalístico em sua perspectiva epistemológica. Quadro que se complica, nas pesquisas, com o uso também indiscriminado do conceito de campo jornalístico como campo profissional, este último claramente um entre outros campos sociais. ‘Optando por uma abordagem propriamente sociológica, deslocam a questão do conhecimento pela do poder e não vêm nada mais que a luta fratricida pela conquista do reconhecimento, do status e do poder’ (Martino, 2007: 25). Quando se trata de pensar a produção do conhecimento em jornalismo, deveríamos nos voltar mais criteriosamente para os conceitos de campo científico-acadêmico até chegar ao campo epistêmico, trabalhando na margem da autonomia epistemológica frente às dependências político-institucionais do campo científico, de maneira a investir no capital intelectual-cognitivo tanto quanto se vem investindo no capital político-institucional (Bourdieu, 2004). (SILVA, 2009b, p. 201).

A partir da reflexão teórica feita acima, percebe-se que houve uma fácil adequação do que Bourdieu (2004; 2005) compreendeu por campo, campo científico, campo acadêmico e campo do jornalismo para embasar teoricamente a necessidade de pesquisas que envolvem a prática profissional e, na academia, a prática institucional, em outras palavras, serviu para justificar teoricamente a formação de grupos de pesquisa sobre a identidade jornalística. Contudo, o que Silva (2009b) alerta é sobre a simples conceituação de campo a partir de Bourdieu e, logo em seguida, extensos relatos sobre o fenômeno jornalístico ou relatos da prática profissional e um extenso silêncio e vazio teórico sobre o estudo do jornalismo. Além da falta de preocupação em diferenciar as relações de poder e atuação que cada campo desses exerce: o campo profissional, o campo científico, o campo acadêmico e o campo epistêmico. É comum nas pesquisas em jornalismo encontrarmos pesquisadores conceituam um ou outro termo das teorias da notícia, geralmente, critérios de noticiabilidade ou valores notícia, e, em seguida, desenvolvem e concluem toda a pesquisa com extensos relatos sobre o objeto empírico como é possível perceber em Fernandes (2011). É nesse sentido que questiona-se

para que tem sido utilizado o conceito de campo e de campo do jornalismo na pesquisa em jornalismo. Considerando este tipo de “fragilidade”, é preciso traçar as semelhanças e diferenças entre as perspectivas teóricas do jornalismo e da comunicação para aprofundar a investigação sobre o campo.



## 2 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO ENQUANTO CAMPO DE PESQUISA CIENTÍFICA

### 2.1 AS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO E A INFLUÊNCIA DO FUNCIONALISMO

O objetivo deste item é refletir sobre o que as teorias da comunicação representam para as teorias do jornalismo, para isso realizar-se-á uma reflexão sobre a influência do funcionalismo na pesquisa científica e no ensino da comunicação enquanto área de saber. É necessário, contudo, explicar em que consiste a Teoria da Comunicação, bem como o conceito de comunicação para começarmos uma problematização mais consistente sobre o campo científico e específico do jornalismo. Tal item será elaborado por compreender-se que não há como pensar teoricamente o Jornalismo sem qualquer diálogo com o campo científico da comunicação.

Os estudos da comunicação focaram-se, desde meados do século XX, sobretudo, após 1945, nos efeitos que o teor persuasivo da comunicação de massa exerceu em sociedade. Klapper (1978) enfatiza a necessidade de relativizar o poder dos meios de comunicação de massa ainda no século XX, contudo, até hoje, em pleno XXI, tanto as teorias funcionalistas quanto a perspectiva dos frankfurtianos, persistem em considerar o poder dos meios de comunicação de massa mais atuantes do que, de fato, eles conseguem agir. Poucos autores do campo da comunicação social possuem uma análise que relativiza o teor persuasivo dos meios de comunicação. Geralmente, por atuarem junto aos meios, os pesquisadores da comunicação tendem a supervalorizar o poder dos meios, como se as decisões mais complexas dos três poderes dependessem do julgamento realizado pelos meios de comunicação de massa.

Com relação à persuasão, temos sustentado que os media não são, apesar de tudo, tão terrivelmente poderosos, mas não obstante temos informado sobre seus êxitos impressionantes em causas tão variadas como a promoção da intolerância religiosa, a venda de bônus de guerra e a crença no sistema norte-americano. (KLAPPER, 1978, p. 163).

O autor acima identifica 11 fatores que podem definir o que, de fato, determina ou influencia no efeito da comunicação de massa, indo desde a organização contextual da produção da mensagem até às diretrizes de ações das instituições que delegam os poderes da comunicação. O autor procura contextualizar o cenário de fins do século XX da pesquisa em comunicação e concentra-se, sobretudo, em enfatizar que a perspectiva funcionalista proposta

pela teoria matemática, que resumia-se a perguntar “quem diz o quê para quem”, há muito tinha sido considerada limitada.

É necessário levar em consideração que Klapper (1978) foi orientado de Lazarsfeld que desenvolveu a teoria dos efeitos limitados dos meios, ele é oriundo de uma teoria da comunicação que rompeu com a perspectiva otimista que o behaviorismo assumido por Lasswell tinha afirmado logo após o resultado visualizados a partir dos efeitos das primeiras propagandas de guerra após 1914. Dessa forma, é possível compreender como Klapper (1978) pensa em uma teoria da comunicação tanto a partir da comunicação em dois níveis, e no texto ele fala de vários outros fatores que podem interferir nos efeitos, quanto na limitação que a comunicação conhecida como “de massa” possui a partir do século XX. O autor acima junto com Lazarsfeld vão compreender que a mídia e o jornalismo não possuem tanto poder persuasivo quanto previa a teoria hipodérmica ou agulha hipodérmica como classificam De Fleur e Ball-Rokeach (1993).

Há ainda que contextualizar que o próprio conceito “comunicação de massa” é um conceito construído no contexto das duas grandes guerras, ele é produzido em congruência com as interpretações da linguagem da economia keynesiana que precisava traduzir o ritmo frenético do capitalismo. O termo comunicação de massa vem dialogar com o ritmo da produção em série das mercadorias das lojas de departamento, logo, é preciso compreender que as pesquisas sobre os efeitos dessa comunicação estão imersas nessa condição sócio histórica.

A palavra comunicação, na verdade, será usada aqui num sentido muito amplo, de forma a incluir todos os procedimentos pelos quais uma mente pode influenciar outra. Embora a linguagem empregada com frequência se referirá, especificamente, à comunicação da fala, praticamente tudo que será dito se aplica, de igual forma, à música, às imagens e a uma variedade de outros métodos de transmissão de informações. (WEAVER, 1978, p. 25).

Para um dos representantes da teoria matemática da comunicação, a comunicação refere-se, essencialmente, aos procedimentos de influência de um emissor até um respectivo receptor: a comunicação era estudada a partir da sua capacidade de modificar determinada forma de pensar e de transformar certa realidade, sendo medida pelos índices de audiência que o produto comunicacional possuía. A teoria matemática da comunicação é utilizada para compreender como o funcionalismo foi se estruturando teoricamente: o modelo de Shannon (fonte de informação – transmissor – canal – receptor – destino), foi o princípio sobre o qual

as teorias da comunicação e o conceito de comunicação começou a ser pensado: foi necessário passar por este estudo que mede a eficácia da transmissão da informação, sendo calculada pela ausência ou presença de ruído, até o seu destino para que houvesse uma materialidade a ser pesquisada no início da pesquisa em comunicação.

À primeira vista, pode parecer inconvenientemente limitado sugerir que o objetivo de toda comunicação é influenciar a conduta do receptor, mas, como qualquer definição razoavelmente ampla de conduta, fica claro que a comunicação ou influencia a conduta ou não tem qualquer efeito perceptível e comprovável. (WEAVER, 1978, p. 26).

A Teoria Matemática da comunicação serviu para fundamentar tecnicamente como a informação era transmitida e se havia alcançado seu objetivo que era influenciar o destinatário. Percebe-se que Shannon e Weaver pensaram em uma teoria altamente racional que conseguisse explicar em que consiste a comunicação a partir do fim da II Guerra Mundial, a preocupação deles era com a eficácia da transmissão da informação, por isso que o nome de sua teoria é voltado para o entendimento da “matemática” da produção e transmissão das mensagens.

Precisamos ter em mente que, na teoria matemática da comunicação, preocupamo-nos não com o significado de mensagens individuais, mas com toda a natureza estatística da fonte de informação. Assim, não é de surpreender que a capacidade de um canal de comunicação deva ser descrita em termos de quantidade de informação que ele pode transmitir, ou melhor, em termos de sua capacidade de transmitir aquilo que é produzido a partir de uma fonte de informação dada. (WEAVER, 1978, p.30).

A partir do trecho citado, percebe-se que a Teoria Matemática foi construída para medir tecnologicamente a eficácia do envio e recebimento da mensagem e não tinha muita preocupação com significado que determinada mensagem teria na vida dos sujeitos, a proposta era medir a eficácia do processo de produção e envio de informações em um âmbito universal. Em outras palavras, o início dos estudos da comunicação necessitou racionalizar, matematicamente, o quanto de conteúdo da mensagem foi enviado e recebido sem a presença de ruído ou problema no transporte da mensagem. A proposta era medir o quanto aquela mensagem foi recebida, sendo avaliada a partir dos efeitos que ela tinha conseguido produzir. Percebe-se que Weaver (1978) deixa claro que o objetivo da teoria matemática é quantificar a eficácia da mensagem em níveis técnicos, porém, sua conclusão acaba por ser em um nível do

impacto da mensagem. É a partir desse primeiro modelo de pensar a comunicação que a Teoria Funcionalista vai desenvolver as teorias de persuasão como a Teoria da Bala Mágica.

Pelos dados que fornece, uma informação aumenta os conhecimentos do seu destinatário. Pode então ser definida como a medida da redução da incerteza que pode existir sobre o estado de uma parte do universo (o que se passa no lugar emissor) por intermédio de uma mensagem. Foi nesta aceção que Ralph W.L. Hartley a considerou, quando em 1928 lançou as primeiras bases de uma ciência matemática da informação. O princípio baseava-se no modo binário. Este sistema permite, como o compreendeu Leibniz e segundo um encadeamento de probabilidades equivalentes, responder a todas as perguntas com sim ou não – resposta que basta, por convenção e a fim de ter os sinais mais simples possíveis, substituir pelos algarismos 1 e 0. É esta a origem da informática. Este princípio foi desenvolvido por Warren Weaver e Claude Shannon na sua Teoria Matemática da Comunicação. Estes dois investigadores, cientistas, interessaram-se exclusivamente pelos aspectos quantitativos dos sinais da comunicação, logo pelos elementos técnicos (Shannon era engenheiro dos laboratórios Bell e discípulo do matemático Norbert Wiener, fundador da cibernética). Encararam, no entanto, outros desenvolvimentos. Para lá da questão de saber com que exactidão os símbolos da comunicação podiam ser transmitidos, Weaver acrescentou mais duas. Com que precisão os símbolos transmitidos veiculam o significado pretendido? Com que eficácia o significado recebido influencia a orientação do sentido desejado? Esta concepção da informação como redução de incerteza só em estado embrionário contém eventuais implicações sociais e éticas. Jean-Marc Ferry salienta com razão que, face a uma comunicação verdadeira que tenha em conta uma “explicação ontológica do mundo vivido”, uma tal abordagem é claramente empobrecedora. Uma comunicação que integre a complexidade do mundo vivido é, com efeito, “refractária a toda a formalização de tipo matemático”. (CORNU, 1994, p.15-16).

Daniel Cornu e Armand Mattelard entendem que a teoria da informação foi utilizada para reduzir as incertezas de determinada informação, é uma teoria que tinha o objetivo de constatar o envio e o recebimento de determinado conteúdo. Cornu(1994) considera que para existir uma comunicação, de fato, é preciso desprender-se dos fatores matemáticos, a teoria matemática da informação não se preocupa com a comunicação, entendida aqui como um diálogo, mas sim com a eficácia do seu efeito persuasivo. É a partir desse primeiro modelo de pensar a comunicação que a Teoria Funcionalista vai desenvolver as teorias da persuasão como a Teoria da Bala Mágica.

Dada uma visão de uma natureza humana básica uniforme, com destaque para processos não-rationais, mais uma visão da ordem social como sociedade de massa, a teoria da bala mágica, baseada em mecanismos instintivos E-R (estímulo-reação) e a crença de que a mídia se compunha de poderosos recursos, parecia inteiramente válida: enunciou que estímulos poderosos eram uniformemente atendidos pelos

membros individuais da massa. Tais estímulos drenavam impulsos, emoções ou outros processos íntimos sobre os quais o indivíduo exercia escasso controle voluntário. Devido à natureza herdada desses mecanismos, cada pessoa reagia a mais ou menos uniformemente. Outrossim, haviam poucos vínculos sociais sólidos para cortar a influência de tais mecanismos porque o indivíduo se achava, psicologicamente, isolado de laços sociais robustos e de um controle social informal. Assim, o ponto de vista da bala mágica era completamente coerente com a teoria geral, tanto da sociologia quanto da psicologia, conforme desenvolvido até aquela época. Além do mais, havia o exemplo do tremendo impacto da propaganda de tempo de guerra. Esta parecia oferecer prova válida de que a mídia era poderosa exatamente da maneira tão espetacularmente descrita por Lasswell quando concluiu ser ela o ‘novo malho e bigorna da solidariedade social’. Havia, igualmente, os fatos, aparentemente, indisputáveis da propaganda de massa da época, afirmando que a mídia era capaz de convencer as pessoas a comprarem mercadorias em quantidade e variedade até então jamais sonhadas. Essa crença, aliada à convicção do grande poder, reforçou a aparente validade da teoria da bala mágica. (DE FLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 183).

O fato da comunicação mediada pela tecnologia ter sido uma das principais inovações e revoluções do século XX fez com que o cidadão fosse atingido de forma mais intensa pelo discursivo dos meios de comunicação de massa do que pela realidade social em que estava inserido. De acordo com De Fleur e Ball-Rokeach (1993), o impacto do discurso midiático era significativo pela falta de articulação social que pudesse promover uma ruptura com os mecanismos de transmissão e apreensão da informação. Como pode-se perceber no recorte citado, a Teoria da Bala Mágica serviu como uma “mão na luva” para o sistema capitalista nos moldes do início e meados do século XX: uma sociedade espectadora, sem chances, ainda, de exercer voz diante da mídia, se viu quase, “completamente”, guiada pelo discurso das novas tecnologias de informação criadas para estabelecer a comunicação durante um período também novo. A I Guerra foi o conflito mais sangrento de toda história em proporções mundiais, foi o primeiro conflito de tamanha envergadura. Então, tudo era novo, a guerra, o envolvimento da sociedade, bem como os equipamentos criados para subsidiar esse estágio de destruição em amplas proporções. É necessário frisar, sobretudo, que Lasswell adota a teoria behaviorista desenvolvida pela psicologia da educação para explicar aquele novo fenômeno da sociedade industrializada para estabelecer cada vez mais uma relação de poder torturante na sociedade. Lasswell não cria a Teoria da Bala Mágica como uma simples observação aleatória apenas com o objetivo de descrever e explicar o que estava acontecendo com a população no período, suas intenções são bem claras: a teoria serve tanto para legitimar o poder da mídia quanto para garantir que esse poder fosse cada vez maior. É lógico que a Teoria da Bala Mágica não pode servir para explicar toda a complexidade das reações dos sujeitos que vivenciaram a propaganda de guerra executada pela programação de rádio na

Inglaterra e nos Estados Unidos, por exemplo. Os filmes<sup>16</sup>, mesmo os mais bobos possíveis, mostram várias reações contrárias à guerra, bem como reações de famílias de soldados, sobretudo os norte-americanos, que criticavam o “espírito da guerra”, bem como os seus objetivos. Contudo, a Teoria da Bala Mágica possui sim seu grau de exatidão e descrição de alguns fenômenos sociais, principalmente os que estimulavam ao american way of life: o índice de consumo de bens não-duráveis após a I Guerra é significativo para explicarmos a consolidação de uma sociedade de produção e consumo em série.

É importante percebermos o contexto de criação desta teoria (início do XX-1930), é elaborada no início e desenvolvimento das duas grandes guerras mundiais, fato este que, possivelmente, explica o interesse de medir milimetricamente, se a mensagem enviada na guerra, por exemplo, havia chegado com êxito até os soldados. Após a crise da bolsa de valores de Nova York (1929), a sociedade precisava entender todas as mudanças econômicas, políticas e culturais que estavam vivendo após o término da I Guerra, o que fez com que surgisse a primeira Teoria da Comunicação com o objetivo de traduzir a função dos meios de comunicação de massa na vida das pessoas que sobreviveram à Guerra e ao período de crise financeira de proporções mundiais. Esse contexto histórico de elaboração e desenvolvimento desta teoria é fundamental para entendermos como se deu a necessidade de entender as transformações tecnológicas da época, por isso o conceito de informação é tão utilizado por Weaver (1978) como o conteúdo da mensagem e o conceito de comunicação como sendo o resultado da mensagem ou efeito. É perceptível também que se acreditava, neste período, que a maior dedicação dos emissores deveria ser em proporcionar condições tecnológicas para o envio das mensagens, já que no início do XX as limitações tecnológicas ainda existiam e quem as conseguisse superá-las, provavelmente, conseguiriam obter um maior êxito em eventuais batalhas imperialistas. É a partir desse cenário de guerra e desenvolvimento industrial que a teoria da comunicação surge: para tentar explicar para a sociedade os efeitos da comunicação de guerra e para entender todas as transformações vivenciadas pela evolução dos meios de comunicação. “Como consequência da guerra, surgiu uma crença generalizada na grande força da comunicação de massa. A mídia encarada como capaz de moldar a opinião pública e inclinar as massas para quase qualquer ponto de vista desejado pelo comunicador”. (DE FLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 181). O próprio termo massa não foi elaborado

---

<sup>16</sup> Um exemplo dessa tentativa anti-guerra pode ser visualizado em *O resgate do soldado Ryan*, uma produção cultural exibida em 1998 que objetivava mostrar o quão trágico foi a II Guerra Mundial, além de ensinar como foi construído o “espírito da guerra” no período em que os Estados Unidos lideraram como a maior potência mundial após ter entrado de forma estratégica na I Guerra e derrotado a Alemanha e Itália.

aleatoriamente, a ideia era conduzir uma comunicação que orientasse o maior número de pessoas como um rolo compressor rege uma massa de modelar. Além de representar, ainda, o processo de assujeitamento que era desejado pelos proprietários dos primeiros meios de comunicação de massa nos EUA: a proposta era tornar o sujeito cada vez mais submisso aos conteúdos dos meios de comunicação de massa.

A ideia de sociedade de massa não equivale a sociedade grande, isto é, a grandes números. Há muitas sociedades no mundo, tais como na Índia, que têm número astronômico de pessoas, mas ainda se acham mais ou menos tradicionais em sua organização. Sociedade de massa refere-se ao relacionamento existente entre indivíduos e a ordem social que os rodeia. Na sociedade de massa, segundo foi ressaltado nas teorias que examinamos: (1) os indivíduos são considerados numa situação de isolamento psicológico uns dos outros; (2) diz-se predominar a impessoalidade em suas interações com outros; (3) são considerados isentos das exigências de obrigações sociais informais forçosas. (DE FLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 177-178).

Para os autores, a sociedade de massas possui características específicas do período industrial vivenciado no século XX e uma das principais é o isolamento do indivíduo de outros sujeitos que possam estimular o diálogo sobre os problemas sociais e cada vez mais imerso em uma sociedade individualista. Sem dúvida, esses conceitos sobre a sociedade de massas se dão em um contexto de crítica que o marxismo desempenhou muito bem durante meados do XX e início do XXI. Massa, em síntese, representava um conceito em que as pessoas estavam acostumando-se com a presença dos meios de comunicação no interior da sociedade e, de forma cada vez mais constante, servindo de “alimento cultural” para os habitantes das sociedades industrializadas. Como os autores enfatizam, massa não diz respeito ao grande número de pessoas, já que durante a I Guerra o conceito concentra-se, sobretudo, nos países europeus e norte-americanos, mas ao alcance de anular as identidades mais singulares possíveis e conduzi-las à comportamentos coletivos semelhantes, a proposta era transformar o sujeito em simples “robôs” obedientes ao sistema capitalista em seu ápice de transformação.

No contexto acolhedor da universidade americana, já preparada para esta guinada pelo pragmatismo e pelo interacionismo, Lazarsfeld descarta as angústias sobre os efeitos diretos desenvolvendo toda a riqueza de uma sociologia que levará em seguida, sob o impulso de Katz, a uma análise dos ‘usos e gratificações’, estabelecendo igualmente o vínculo entre comunicação interpessoal e comunicação midiática (há superioridade da primeira sobre a segunda). (MAIGRET, 2010, p. 22).

Maigret (2010) informa que a contribuição de Lazarsfeld foi a promover uma compreensão da comunicação a partir da interação entre a vida individual dos sujeitos e os conteúdos emitidos pelos meios de comunicação de massa. A importância de Lazarsfeld e de sua teoria reside no seu afastamento do fundamentalismo de Lasswell que só conseguiu compreender uma relação de *estímulo – resposta* entre meio, mensagem e receptor. Enquanto Lazarsfeld, compreendeu a complexidade entre meio, mensagem e sociedade através dos sujeitos que recebem e multiplicam as informações, por isso ele cria a teoria tão conhecida: Two-Step-Flow ou Comunicação em dois níveis<sup>17</sup>. Lazarsfeld reconheceu a importância dos sujeitos que ele chamou de “líderes de opinião”, aquelas pessoas que possuem aquilo que Foucault (1972) chama de *ritual da palavra* ou o domínio da palavra. Em outra obra, como em Foucault (1996), ele considera como aqueles que estabelecem a ordem do discurso, aqueles que estabelecem relações de poder/saber pelas competências e habilidades materiais e imateriais estabelecidas em sociedade. Lazarsfeld compreendeu que os líderes de opinião funcionavam como filtros das informações, cabiam a eles, de certa forma, mediar as informações fornecidas pelos jornais, propagandas políticas, discursos religiosos, entre outros.

No começo de 1940, antes de a televisão estar acessível como veículo de massa, Lazarsfeld, Berelson e Gaudet conceberam um complicado projeto de pesquisa a fim de estudar o impacto nos eleitores da campanha das eleições presidenciais daquele ano divulgada em massa. A princípio, estavam interessados em como os membros de dadas categorias sociais escolheram o material da mídia relacionado com a eleição e como tal conteúdo desempenhou um papel influenciando as intenções de voto dos eleitores. (DE FLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 209).

Ainda:

A pesquisa apresentou um movimento de informação através de duas etapas básicas: primeiro, da mídia para indivíduos relativamente bem informados que, frequentemente, recebiam comunicações de massa; segundo, daquelas pessoas através de canais interpessoais para indivíduos menos expostos diretamente à mídia e que dependeram de outros para sua própria informação. Este processo de

---

<sup>17</sup> “Aqueles chamados de opinion leaders (líderes de opinião, guias ou prescritores de opinião) são colocados no centro de uma teoria da influência interpessoal, portanto da comunicação interpessoal, que lhes atribui uma importância maior que a da comunicação midiática. Os autores do People’s Choice fazem um primeiro retrato deles: os líderes de opinião, que representam um quinto da amostra, não provêm de um meio social particular, mas se distinguem pela forte atenção aos meios de informação e por sua capacidade de retradução das questões políticas na discussão diária. Desempenham, pois, um papel de intermediários ou de retransmissores no processo de informação e de decisão: o fluxo de comunicação não é unidirecional e direto, apontado apenas para o receptor; é, na verdade, em dois estágios e indireto, transitando pelo guia e depois pelo seguidor”. (MAIGRET, 2010, p.114).



comunicação foi denominado ‘fluxo de comunicação em dois tempos’. (DE FLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 212).

Percebe-se que Lazarsfeld começa seu projeto através de uma pesquisa quantitativa, sobretudo, de índice de audiências para poder em seguida realizar uma qualitativa sobre o processo de socialização das mensagens da mídia entre sujeitos que possuem relações interpessoais como amigos, parentes, vizinhos, presidentes de bairros, professores, entre outros. É importante frisar que nesse período a pesquisa com a metodologia da observação participante está em pleno vapor, fato que possibilita o instituto de Lazarsfeld a tangenciar a comunicação em dois níveis ou dois tempos com a participação do líder de opinião.

O projeto de metodologia empírica de Lazarsfeld, dominado pelas pesquisas repetidas junto à mesma amostragem de pessoas sobre os efeitos da mídia, indica uma vontade de formalização matemática dos fatos sociais. Contrasta com seus estudos anteriores, realizados na Áustria, quando se encontrava mais próximo dos ideais socialistas. No início dos anos 30, com efeito, realizara uma pesquisa sociológica sobre o desemprego na cidade austríaca de Marienthal. Recorrera então às histórias de vida, à observação participante [Lazarsfeld, Jahoda e Zeisel, 1933]. (MATTELART; MATTELART, 2006, p. 44).

Lazarsfeld promoveu uma das principais rupturas dentro das teorias da comunicação. Mesmo sendo considerado por alguns teóricos como funcionalista, Lazarsfeld deixa uma contribuição significativa para a pesquisa em comunicação por reconhecer a interferência do indivíduo e, portanto, do conceito de mediação social, no processo de interação meio e mensagem. Arraigado em princípios do positivismo e imbuído do objetivo de superar a teoria da bala mágica de Lasswell, Lazarsfeld conseguiu avançar em termos teóricos ao elaborar uma teoria de influência seletiva da mídia, subsidiando as necessidades do mercado capitalista pós-guerra com pesquisa de mercado com públicos divididos em classe, idade, raça, religião, entre outros aspectos.

Fundada inicialmente na crença da onipotência da mídia, a Mass Communication Research, na sequência, não cessará de relativizar seus efeitos sobre os receptores, jamais voltará a pôr em questão a visão instrumental que presidiu o nascimento da teoria lasswelliana [Gitlin, 1979; Piemme, 1980; Beaud, 1984]. A próxima etapa será a da teoria denominada Uses and Gratifications. (MATTELART; MATTELART, 2006, p. 54).

Lazarsfeld, sem dúvida, é um dos autores que fundamentam todo o saber comunicacional, sobretudo, por desenvolver de forma mais aguda princípios da pesquisa

administrativa, isto é, lucrou bastante com a *two-step-flow*, sem, contudo, deixar a pragmática positivista que lhe reservou um cuidado na apreensão dos dados nesse princípio de formação do campo da comunicação. Além de contribuir para o surgimento de teorias como a pós-estruturalista junto com o pensamento marxista que vão questionar tanto o poder quanto a nocividade das informações midiaticizadas na medida em que inova ao informar que os meios são tão poderosos como imaginava Laswell e os estudiosos da teoria hipodérmica.

O importante desse contexto histórico do nascimento das teorias da comunicação de massa é a influência do funcionalismo na construção do discurso tanto da “Teoria da Bala Mágica” quanto na “Two-step-flow”. Lasswell e Lazarsfeld serão os responsáveis por fundamentar todo o surgimento da pesquisa de mídia de massa em uma razão instrumental que tenta explicar a função destas novas tecnologias de informação para a sociedade em constante e rápida mutação de meados do século XX. É necessário ainda ressaltar que a contribuição da teoria hipodérmica para os estudos da comunicação de massa, sobretudo, para a pesquisa científica em jornalismo é incomparável a qualquer outra teoria: ao mesmo tempo que ela subestima o poder de ressignificar as informações que os receptores possuem, ela também serve de alerta até hoje sobre o impacto que a comunicação mediada pode ter na vida em sociedade.

Em 1933, em *Modern Theories of Development*, o biólogo Ludwig von Bertalanffy lançou as bases do que ele formaliza no pós-guerra como teoria dos sistemas. Uma teoria cujos princípios forneceram um instrumento de ação mobilizado para fins estratégicos durante a II Guerra. Bertalanffy utiliza o termo ‘função’ vinculando-o aos ‘processos vitais ou orgânicos à medida que contribuem para manutenção do organismo’. O sistemismo e o funcionalismo partilham pois um mesmo conceito fundamental, o de função, a indicar o primado do todo sobre as partes. (MATTELART; MATTELART, 2006, p. 62).

A pesquisa funcionalista constitui-se o marco regulatório de todas as outras teorias da comunicação, que mesmo abrindo mão do postulado behaviorista, poucas conseguiram romper com a perspectiva de investigar e avaliar as funções dos meios de comunicação de massa, o que comprova a dificuldade que se tem até hoje de romper com uma ciência instrumental, na medida em que a maioria das pesquisas em comunicação são feitas para otimizar determinado produto midiático. Os autores acima evidenciam que a teoria funcionalista é oriunda da Teoria dos Sistemas que tinha o objetivo de explicar como o sistema social funcionava, serviram para explicar o processo de anulação das individualidades

dos sujeitos em nome da obediência às regras do sistema capitalista, o que explica a configuração pejorativa que os movimentos ludistas ganharam pela historiografia.

A pesquisa norte-americana da primeira metade do século XX inferiu traços básicos da comunicação social: a importância do meio, a relação dos componentes sociais para produzir uma resposta perante os estímulos do contexto e a transmissão da herança social, além do reconhecimento do entretenimento como um dos traços circunstanciais de um produto de massa. Além das críticas específicas a cada modelo, outras críticas à pesquisa norte americana dessa época foram a de eliminar o conflito, simplificar as categorias de status e eliminar o fator humano no contexto estrutural. (GUARALDO, 2007, p. 20-21).

Guaraldo descreve as principais contribuições do funcionalismo norte-americano aplicado à pesquisa em comunicação na sua fase inicial: estabelecer a ordem em uma sociedade que vivenciava o caos das consequências de duas grandes guerras mundiais. Além de ter o objetivo de explicar como os meios de comunicação agiam sobre as visões de mundo das pessoas, o funcionalismo é marcado, assim como o positivismo, pela tentativa de comparar a sociedade ao organismo vivo estudado pelas ciências biológicas para tentar explicar aspectos como: desigualdades entre os sujeitos (o darwinismo social entra em voga com toda força nesse período como justificativa para explicar porque uns são pobres e outros são ricos a partir de uma justificativa da adaptação ao meio e pela força biológica); as questões das hierarquias sociais (assim como se devem respeitar uma hierarquia biológica entre um aracnídeo e um mamífero, deve-se aprender as lógicas de hierarquia, por exemplo, entre os países mais desenvolvidos tecnologicamente e os menos desenvolvidos). A metodologia dos estudos em animais é bastante utilizada também no estudo das organizações sociais (o estabelecimento de taxonomias, características, entre outros, foram adequados pela sociologia para configurar explicações sobre a nova realidade do século XX). Um ponto específico construído a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação em larga escala foi a indústria do entretenimento como forma de apaziguar os conflitos sociais e as relações de exploração do trabalhador moderno.

Wiener, que se impôs como o fundador da cibernética, não se limita às relações relativamente simples explicadas pela teoria matemática da comunicação. Seu interesse vai para as semelhanças entre mecanismos biológicos e físicos; ele funda sua reflexão no princípio da superioridade do todo sobre as partes: cada elemento de um organismo é “funcional”, deve contribuir para a manutenção da ordem biológica global como também sustenta, desde os anos 1930, a teoria dos sistemas do biólogo Ludwig von Bertalanffy. Além disso, seu objetivo é desenvolver ferramentas intelectuais necessárias à criação de máquinas de raciocinar na tradição da *Ars magna* de Raimundo Lúlio, da medicina “mecanicista” e da filosofia cartesiana e

leibniziana, que defendem a ideia de que os seres vivos seriam de algum modo máquinas. O termo cibernética, derivado do grego *kybernete*, que significa “piloto” segundo Wiener, aparece em francês em 1831, criado por A.M. Ampère para designar o estudo dos meios de governo, mas é pouco utilizado antes dos trabalhos de Wiener, que utiliza a metáfora do timoneiro de um navio formando um conjunto ou um sistema homem-leme-navio para remeter à ideia de que o ser vivo é uma cadeia complexa de relações. A cibernética se apresenta como a ciência das máquinas ou, em geral, da organização. Seu campo de aplicação é muito precisamente o dos sistemas fechados em situação de semi-ignorância. Um autômato sequencial (um relógio, um aspirador de pó) é estritamente determinista, o que satisfaz usualmente nosso desejo de eficácia: basta uma ordem, um impulso, isto é, uma informação, para fazê-lo funcionar utilmente. (MAIGRET, 2010, p. 132).

De acordo com Maigret (2010), o criador da cibernética, Norbert Wiener, foi um dos principais contribuintes para o desenvolvimento da teoria da informação associada ao estudo biológico dos seres vivos, muito parecido com o que Spencer e Comte fizeram na constituição da sociologia enquanto ciência. Percebe-se que a teoria da informação, criada inicialmente com a perspectiva da teoria matemática da comunicação, e hoje, de forma mais atualizada, com o estudo da cibernética, tiveram o objetivo de transformar o estudo da comunicação em uma ciência objetiva, neutra e quantificável, estuda-se a comunicação social a partir de uma teoria das estruturas sociais ou dos sistemas para medir o quanto determinada informação “funcionou”. Para melhor explicar a importância do funcionalismo para a pesquisa em comunicação, torna-se salutar registrar em que consiste tal vertente de pensamento a partir de várias áreas de pesquisa:

Na filosofia da mente, o funcionalismo é o sucessor moderno do behaviorismo. Seus primeiros defensores foram Putnan e Sellars, e seu princípio orientador é o de que podemos definir os estados mentais e quais os seus efeitos no comportamento. Compara-se, frequentemente, o funcionalismo às descrições de um computador, visto que, segundo o funcionalismo, as descrições mentais correspondem à descrição de uma máquina em termos de suporte lógico, descrição essa que omite o suporte físico subjacente ou a ‘realização’ do programa que a máquina está executando. Uma das principais vantagens da teoria é o fato de o funcionalismo se harmonizar com o modo como conhecemos estados mentais, os nossos e os alheios (pois este conhecimento é acerca dos efeitos desses estados no comportamento e em outros estados mentais). Tal como ocorreu com o behaviorismo, a acusação dos críticos consiste em notar que itens, estruturalmente complexos, que não possuem estados mentais, podem, no entanto, imitar as funções indicadas. (BLACKBURN, 1997, p. 163-164).

A partir do discurso de Blackburn (1997), entende-se que, para a filosofia da mente ou filosofia da linguagem, o funcionalismo representa o estudo que consegue definir os “estados mentais” e os seus efeitos no comportamento, trata-se, então, de uma teoria que explica como as pessoas apreendem credos, juízos de valor e, portanto, formam seus mapas cognitivos de

compreensão de determinado fenômeno. Percebe-se que, para os autores citados pelo enciclopedista<sup>18</sup>, o funcionalismo não recebe uma abordagem, especificamente sociológica, ele limita-se a explicar o conceito apenas pelo viés da filosofia da mente de modo mais abstrato possível: o modo como “uma mente” menos consistente, digamos assim, passa a imitar determinados comportamentos que uma mente mais “elaborada” estabelece. Contudo, o enciclopedista não fala em termos de persuasão ou relações de poder que estão inseridas na teoria funcionalista e é aí que percebemos como a filosofia da mente norte-americana constrói os discursos sobre o que eles consideram o estudo da ação e reação em termos de formação cognitiva dos sujeitos. Percebe-se, contudo, que para a sociologia, o funcionalismo é explicado a partir dos seus efeitos para uma sociedade em plena industrialização e desenvolvimento científico.

A análise estrutural-funcional, como método de investigação dos sistemas sociais, está intimamente ligada aos nomes de Parsons e Merton, sociólogos norte americanos de notável influência na educação e nos pesquisadores do Terceiro Mundo, fato que, em princípio, nos parece um paradoxo. Com efeito, reiteradas vezes, a análise estrutural-funcional foi acusada de conservadora, defensora do equilíbrio e da adaptação social, o que, segundo nosso ponto de vista, é verdadeiro. (TRIVIÑOS, 2006, p. 82).

Percebe-se, então, que o funcionalismo foi construído com o objetivo de criar um discurso capaz de estabelecer a ordem, o conformismo com a nova realidade, sobretudo, a de se conformar com a ascensão dos Estados Unidos como a maior potência mundial, fato que só se consolidou após o vencimento das batalhas tanto da I Guerra contra a Alemanha, Itália e Império Austro-húngaro, quanto da II contra Alemanha, Itália e Japão. É importante frisar que o funcionalismo está relacionado ao estruturalismo pelo estudo das estruturas sociais, o autor acima entende o funcionalismo como parte de uma leitura do estruturalismo no que diz respeito à contradição de um estudo dos sujeitos sociais. Triviños (2006) considera que a teoria funcionalista foi produzida para conformar “as massas” diante de um contexto de guerra mundial em que as desigualdades econômicas aumentaram de forma significativa. Contudo, o mesmo autor chega a afirmar que o estruturalismo foi uma corrente de pensamento que foi contra o positivismo:

---

<sup>18</sup> Mesmo compreendendo que Foucault (1972) critica o fazer ciência apenas na lógica dos enciclopedistas e dos gramáticos, entende-se a importância de utilizar fontes plurais de informação sobre o que representa o funcionalismo para as Teorias da Comunicação, torna-se necessário demonstrar como o funcionalismo é pensado na visão dos teóricos clássicos da comunicação, dos enciclopedistas e de teóricos mais atualizados, como é o exemplo de Eric Maigret.

O estruturalismo é uma abordagem científica que pretende descobrir a estrutura do fenômeno, penetrar em sua essência para determinar as suas ligações determinantes. O estruturalismo nasceu nos primeiros anos do século XX. Representou uma rejeição dos postulados positivistas e evolucionistas. Seus representantes principais estão na Linguística, com F. Saussure; na Etnologia, com Lévy Strauss; e na Psicologia, com Vigotski. Uma das figuras do estruturalismo, na disciplina psicológica, é a de Jean Piaget, célebre por suas investigações sobre a inteligência na criança. A crítica literária e a estilística europeia da década de sessenta foram fundamentalmente orientadas pelo estruturalismo. (TRIVIÑOS, 2006, p. 81).

Para Triviños, o estruturalismo é representado pelo estudo das estruturas, sobretudo, daquelas que foram feitas a partir de um viés marxista na década de 60, por isso ele entende o estruturalismo como teoria que rejeita o positivismo. Contudo, há que se ressaltar que esta pesquisa entende que tanto o estruturalismo quanto o marxismo estruturalista, fincado especificamente na figura de Louis Althusser (1987), adotam as bases do pensamento e do método positivista de análise da sociedade por estarem, essencialmente, fundamentados em um estudo das estruturas, negando a vida dos sujeitos em detrimento ao estudo das formas como a sociedade dividiu os modos de produção, as relações de produção e as forças produtivas: “A análise funcional se emprega para designar o estudo de fenômenos sociais como operações ou efeitos de estruturas sociais específicas, tais como sistemas de parentesco ou sistemas de classe.” (TRIVIÑOS, 2006, p. 84). Então, percebe-se que o funcionalismo foi construído para explicar as divisões sociais de classe na medida em que há uma ruptura nos modos de vida em relação ao consumo.

Modernamente, a teoria funcionalista, aplicável ao estudo da estrutura social e à diversidade cultural, tem por objetivo a manutenção do sistema social e a melhoria da cultura do grupo. As partes específicas da estrutura social e da cultura do grupo operam como mecanismos que satisfazem ou não os requisitos funcionais. (TRIVIÑOS, 2006, p. 84).

É importante frisar que o século XX inteiro é marcado, intensamente, pela teoria positivista de produção científica e essa condição só muda, sobretudo, a partir de Foucault ao criticar as bases do racionalismo cartesiano; o reconhecimento de uma análise da língua vinculada ao contexto social, às condições de enunciação do discurso; além de problematizar as técnicas de disciplinarização dos corpos dos sujeitos que levavam à novas formas de subjetivação. A partir do recorte acima, é possível deduzir que a teoria funcionalista foi responsável por diagnosticar as patologias sociais e a saúde de determinado grupo social através da investigação da função social que cada sujeito ocupa em determinada cultura. Torna-se necessário frisar, ainda, alguns pontos sobre o funcionalismo:

O funcionalismo pode explicar fundamentalmente os retardos e frios à adoção da mudança. A noção de disfunção, que indica que um elemento perturba a adaptação ou ajustamento de um sistema, não recoloca em questão o princípio fundamental do equilíbrio social e, portanto, do consenso, quando muito leva em conta discordâncias estruturais e recuperá-las num todo funcional segundo a hipótese de que as formas culturais persistentes têm um saldo positivo em relação com suas consequências funcionais; ignorando a origem das instituições e as determinações que as moldam, o estudo funcionalista é apenas uma descrição de sua contribuição à sociedade. (TRIVIÑOS, 2006, p. 88).

Para Triviños (2006), o funcionalismo não se destina a identificar as condições que possibilitaram que determinado discurso aparecesse na mídia, por exemplo, uma vez que não se destina a estudar o contexto histórico de determinado sistema social, bem como não se dedica a estabelecer a historicidade dos fenômenos analisados. Para o funcionalismo, a análise histórica dos fenômenos não é importante o suficiente para ser investigada. Triviños informa: “Merton afirma que a análise funcional não tem compromisso intrínseco com qualquer ideologia” (TRIVIÑOS, 2006, p. 88). Percebe-se, então, que como o funcionalismo pretende-se, essencialmente, objetivo e descritivo, não lhe cabe uma análise crítica da mídia, contudo, o autor considera a análise estrutural-funcional como sendo, dentro do estudo dos meios de comunicação, uma compreensão marxista. Provavelmente, o autor possui uma concepção “cientificista” do marxismo e fixa-se apenas na contribuição do estruturalismo, provavelmente, referente à aplicação do conceito de modo de produção, ao de infraestrutura e ao de superestrutura referente ao estudo da sociedade.

Outro autor que também informa que o funcionalismo não é adepto de informações históricas para compor sua análise é Lallement (2008):

Malinowski desempenha um papel de pioneiro na medida em que ultrapassa os dois enfoques dominantes em etnologia: o evolucionismo e o difusionismo. A primeira teoria supõe que todas as sociedades humanas se desenvolvem segundo um mesmo esquema evolutivo preestabelecido. A segunda, ao contrário, explica as transformações sociais pela difusão de inovações locais, inovações que, por contato cultural, se transmitiriam de uma sociedade para outra. No verbete ‘Anthropology’, que ele redige para a Enciclopédia Britânica (edição de 1936), Malinowski se opõe a essas duas teses e defende as virtudes do método funcionalista. Renunciando à história como princípio primeiro de explicação, Malinowski postula que uma sociedade forma um todo cujas partes desempenham uma função necessária para o equilíbrio do conjunto. Nesta perspectiva, o estudo dos fatos sociais se reduz ao estudo das suas funções. Com este intuito, Malinowski efetua uma constatação: como a natureza humana é feita de tal modo que ‘todo ser humano deve comer, respirar, dormir, reproduzir-se, eliminar seus detritos, onde quer que esteja, e seja qual for a sua civilização’ (Uma teoria científica da cultura, 1944 [ed. Francesa, 1968, p.86]), as sociedades devem, em primeiro lugar, satisfazer as necessidades naturais dos membros. Daí decorre logicamente que todo objeto, toda prática, toda crença, toda instituição, existem apenas porque cumprem uma função vital. (LALLEMENT, 2008, p. 111-112).

Apesar de concordar com Triviños (2006) sobre o caráter, essencialmente, descritivo do funcionalismo, Lallement (2008) não entende que o funcionalismo tenha surgido para romper com o positivismo, o autor informa que ele rompeu com o evolucionismo (e nisso também concorda com o autor anterior) e com o difusionismo. É importante frisar esses marcos regulatórios da teoria porque não se encontrou nenhum autor da comunicação informando que o funcionalismo se contrapunha ao positivismo, pelo contrário, autores marxistas como Armand e Michelle Martellart, por exemplo, compreendem o funcionalismo como uma teoria positivista que serviu para fundamentar tanto Lasswell como Lazarsfeld. Tal fato demonstra o quão complicado é o tema, tendo em vista que a sua simples “aplicação” ao campo da comunicação pode ter sido, meramente, superficial e serviu, apenas, para “preencher” os conteúdos dos livros clássicos de teorias da comunicação. Triviños (2006) é o único autor encontrado que considera o funcionalismo como uma teoria que rompe com os postulados do positivismo e considera suas bases marxistas por conta da influência estruturalista.

Então, de forma congruente à Maigret (2010), tendo em vista que este autor ainda acredita em alguns pontos da teoria do newsmaking, podemos citar Lyotard (2004, p. 20) que afirma que o funcionalismo entende a sociedade como um organismo que se regula automaticamente.

Para além do imenso deslocamento que conduz do pensamento de um Comte ao de um Luhmann, vislumbra-se uma mesma ideia do social: a sociedade é uma totalidade unida, uma “unicidade”. Parsons o formula claramente: “A condição mais decisiva para que uma análise dinâmica se torne boa, é de que cada problema apresente-se contínua e sistematicamente referido ao estado do sistema considerado como um todo (...). Um processo ou um conjunto de condições ou bem contribui para a manutenção (ou para o desenvolvimento) do sistema, ou bem é disfuncional prejudicando assim a integridade e a eficácia do sistema”. Ora, esta ideia é também a dos “tecnocratas”. (LYOTARD, 2004, p. 21-22).

Se há algo que consegue unir os culturalistas com os pós-estruturalistas é a crítica que ambos realizam ao positivismo e ao funcionalismo norte americano. Acima percebemos que o autor mais polêmico da pós-modernidade, Jean François-Lyotard, realiza uma crítica ao positivismo desde seu nascimento até suas metamorfoses atuais: a cibernética, neofuncionalismo ou o mais comum, neoevolucionismo. Para Lyotard (2004), o funcionalismo é a teoria que identifica as disfunções do sistema capitalista, na medida em que



realiza uma investigação das conjunturas sociais e passa a conhecer quais atividades e quais sujeitos são saudáveis para a coletividade.

No campo da comunicação, tem-se De Fleur e Ball-Rokeach (1993) colocando-se como adeptos da teoria funcionalista, para eles, estudar teoria da comunicação de massa é estudar como estes funcionam para atender às novas demandas do sistema capitalista:

Uma ‘análise funcional’, por conseguinte, focaliza algum fenômeno específico que ocorra dentro de um sistema social. A seguir, procura-se mostrar como esse fenômeno tem consequências que contribuem para a permanência do sistema como um todo. O fenômeno, é claro, pode ter influência negativa e, assim, dir-se-ia ter ‘disfunções’ antes do que ‘funções’. (DE FLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 148-149).

Os autores citados afirmam que estudar a partir de uma perspectiva “funcionalista” seria entender como determinado sistema, no caso a mídia, contribui para a manutenção e equilíbrio do sistema, por isso também entendem que os estudos da mídia devem abranger a estrutura da sociedade e não seus indivíduos e isso explica a concentração no conceito de massa: massa representa a sociedade do século XX que serviu de exemplo para a legitimação da teoria behaviorista, sujeitos sem identidade forte, cujo comportamento e gosto passam a ser moldados pelo discurso midiático, geralmente, de “mau gosto” ou baixo nível cultural.

Visto que a meta mais importante do sistema de veiculação é o lucro econômico, o sexo e a violência ou qualquer outro que atraia e prenda a atenção, é funcional na acepção de que – apesar de poder ser de mau gosto – aumenta a audiência exposta à propaganda. Em geral, quanto maior a audiência, tanto mais o produtor e o distribuidor podem cobrar da publicidade. Comerciais em horário nobre da televisão, por exemplo, custam substancialmente mais do que os exibidos durante períodos de baixa audiência, tais como bem cedo de manhã. (DE FLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 156).

A partir do parágrafo citado, entende-se que uma análise funcional pretende quantificar o quanto determinado conteúdo de mídia “funcionou” para estabelecer o desenvolvimento do capitalismo. De acordo com os autores acima, a indústria do entretenimento foi crucial para o estabelecimento da ordem no período pós-guerra como estratégia anestésica diante de um contexto de luta sangrenta e de dores imensuráveis. Percebe-se que essa teoria é bem conveniente para legitimar o poder da mídia no capitalismo: à medida que se desenvolvem as tecnologias de comunicação, transmite-se a ideia de que há evolução da sociedade a partir de uma análise das estruturas, bem como do desenvolvimento econômico e tecnológico das maiores potências mundiais. Mesmo sendo um dos textos que

mais se dedica a esquadrihar os efeitos dos meios de comunicação de massa, De Fleur e Ball-Rokeach (1993) constituem-se como um dos clássicos livros de teorias da comunicação menos sintéticos e que mais contribuem para entender em que consiste cada teoria da comunicação e quais papéis exercem em sociedade. Comparado com Wolf (2008), De Fleur e Ball-Rokeach (1993) contribuem para pensarmos de forma mais condensada e interdisciplinar as teorias da comunicação ao trazerem reflexões sobre a perspectiva sociológica dos meios, bem como um estudo, também sociológico, sobre o impacto dos mesmos em sociedade. Para Wolf (2008), a teoria funcionalista entende o sistema social como um organismo vivo, ideia oriunda do pensamento de Comte ao comparar o funcionamento da sociedade com o funcionamento biológico de um organismo vivo:

A teoria funcionalista ocupa uma posição muito precisa, que consiste em definir a problemática da mídia a partir do ponto de vista da sociedade e do seu equilíbrio, da possibilidade do funcionamento total do sistema social e da comunicação que os seus componentes lhe trazem. O campo de interesse de uma teoria dos meios de comunicação de massa não é mais definido pela dinâmica interna dos processos de comunicação, mas pela dinâmica do sistema social e pela função que as comunicações de massa nela desenvolvem. (WOLF, 2008, p. 51).

No item citado, Mauro Wolf (2008) delimita que a teoria funcionalista promove a compreensão dos meios de comunicação de massa a partir do ponto de vista da sociedade em que a comunicação ocorre, a função que determinada mensagem exerce dentro de determinado sistema político e não a partir de uma lógica específica e interna de determinado meio de comunicação. Para Wolf (2008), a teoria funcionalista entende que a mídia fornece status e poder sobre as pessoas que são traduzidas como líderes de opinião e também reforça as normas sociais, exerce uma função de delimitar os códigos de conduta socialmente aceitos.

Se a ideia inicial da comunicação como geradora de influência imediata numa relação de estímulo/reação é suplantada por uma pesquisa mais atenta aos contextos e às interações sociais dos receptores, e que descreve a eficácia da comunicação como resultado complexo de múltiplos fatores, à medida que a abordagem funcionalista se enraíza nas ciências sociais, os estudos sobre os efeitos passam da pergunta ‘o que os meios de comunicação de massa fazem às pessoas?’ Para ‘o que as pessoas fazem com os meios de comunicação de massa?’. (WOLF, 2008, p. 60).

As perguntas citadas acima demonstram como se deu a passagem de uma abordagem em que se potencializou o efeito dos meios de comunicação de massa para um período em que se reconheceu e deu poder aos sujeitos, até então, considerados apenas receptores dos produtos das comunicações de massa. As duas perguntas representam a transição do século

XX para o XXI: dos meios como extensões do homem para a ideia dos meios como produtos manipuláveis pela ação do homem. Do império da tecnologia à um processo de construção de autonomia e domínio sobre os meios de comunicação. Pela análise feita por Wolf (2008), percebe-se que as teorias da comunicação de massa passam por várias fases referentes ao desenvolvimento tecnológico dos meios e a apropriação que a sociedade faz deste desenvolvimento.

A partir dessas reflexões, falta explicar como o funcionalismo está presente no pensamento marxista que se destina a estudar o jornalismo. Há, em autores que buscam aplicar a teoria crítica nos objetos empíricos relacionados à notícia, uma perspectiva de compreender o jornalismo a partir do determinismo econômico. O problema não reside só na interpretação pautada no determinismo econômico sob a qual se destinam o jornalismo, mas ele se amplia quando nos propomos a investigar como o jornalismo foi estudado, historicamente, e nos deparamos com reflexões marxistas de denúncia das formações dos oligopólios midiáticos, mas que compreendem que as teorias do jornalismo precisam estar à serviço da prática jornalística e das exigências do mercado.

Bem ao tom do modo de produção capitalista, é interessante para o positivismo reduzir o papel da teoria à uma simples descrição de métodos e técnicas para subsidiar uma observação empírica dos meios de comunicação jornalístico. Esta é a forma mais utilitarista e “objetiva” que o capitalismo, as instituições de fomento à pesquisa e as empresas jornalísticas estabelecem ao compreender o papel da teoria: um instrumento de desenvolvimento dos modos de fazer, sem problematizar os impactos sociais que eles proporcionam. É nesse sentido que se percebe o quanto diz muito pouco sobre o objeto de estudo do jornalismo se pensarmos em teorias do jornalismo de forma muito semelhante ao que foi pensado em teorias da comunicação, pois elas serviram, em sua maioria, para legitimar o poder dos meios sobre a sociedade e para expandir a formação discursiva de que estudar comunicação é estudar a tecnologia da informação. Logo, parece-nos que além de uma teoria em desenvolvimento, a teoria do jornalismo precisa ser pensada como os autores que romperam com o funcionalismo. Quando Genro Filho (2012) critica o funcionalismo tanto da ortodoxia do marxismo quanto do positivismo em dois autores do campo científico do jornalismo, ele nos possibilita pensar as teorias do jornalismo para além da narrativa da técnica e do economicismo marxista, e nos conduz a compreender que pensar em teorias nos sugere que precisamos romper com o anseio pela legitimidade à qualquer custo dentro do campo científico e isso inclui a diferenciação,

meramente, técnica do fazer jornalístico e nos obriga a assumirmos o compromisso com a outra parte que envolve a área: a ciência social.

Ao compreender que o pensamento de Foucault (1972) sobre formações discursivas nos possibilita identificar as regras de formação dos sistemas de pensamento das teorias do jornalismo, é que começamos a entender como o autor exerce a atividade de desconstrução do racionalismo ocidental, nesta situação, do funcionalismo norte-americano e do fundamentalismo alemão, uma vez que se trabalha com este autor para problematizar o que seria o objeto de estudo do jornalismo diante do que foi delimitado como objeto de estudo da comunicação. Tendo em vista que há uma tentativa, cada vez mais visível, de tornar essa especificidade em uma área autônoma e independente dos estudos da comunicação.

Foucault (1972) e Derrida (2009) nos fornecem subsídios para refletirmos sobre o seguinte aspecto: até onde a delimitação do que seria e do que não seria o objeto de estudo do jornalismo (GROTH, 2011) contribui para sua consolidação enquanto área ou campo de conhecimento? Sugere, ainda, que pensemos não em estabelecer mais um padrão de métodos e técnicas para a aplicação das teorias nos mais variados objetos empíricos, mas de compreender que a consolidação de um campo se dá pela sua eficácia ou não dentro de uma esfera maior chamada de ciências humanas. Logo, a perspectiva pós-estruturalista tem como objetivo romper não apenas com o determinismo econômico, mas procura desconstruir a ideia de que estudar teoria é, simplesmente, memorizar o que os livros clássicos de teoria informam sobre cada uma delas. A desconstrução proposta, nesse sentido, reside no sentido de compreender que a produção teórica consiste muito mais do que enumerar e descrever o conjunto das teorias dispostas historicamente. Talvez fosse até mais sensato realizar o que Mattelart e Mattelart (2006) e em Mattelart (2002) chamam de história das teorias tanto da comunicação quanto do jornalismo do que rotular um simples compilado das teorias com análises e abstrações teóricas do autor, de “a teoria”. É bem diferente de pensar um objeto de estudo específico como fazem tantos outros pensadores da área como Genro Filho (2012); Meditsch (2012); Wolton (2011); Casadei (2012); Cornu (1994); Steinberger (2000; 2005).

É necessário informar que a proposta desta pesquisa não é considerar os clássicos de teoria do jornalismo como conhecimentos do dito senso comum, até porque respeita-se muito estes saberes e compreende-se bem a proposta de Santos (1989), a questão aqui é bem mais complexa: é não reduzir a produção teórica a uma simples adequação da exigência da prática jornalística; reivindica o fim da simples obediência às exigências do mercado consumidor das editoras, do mercado capitalista, da prática de não complexificar o pensamento jornalístico

para não produzir saberes críticos sobre tal saber como faz Wolton (2004) quando produz críticas ácidas às práticas do próprio jornalista limitado à inúmeras questões politizadas quando vai produzir, tanto jornalismo quanto ciência. O autor alerta para a necessidade de não confundir o fazer jornalismo com o fazer assessoria de imprensa.

O problema não reside nos métodos e nas técnicas positivistas para se ler a mídia jornalística, mas no silenciamento das questões sociais que envolvem a maior parte das pesquisas do campo científico da comunicação jornalística. Um pouco parecido com a prática, que constrói o discurso de acordo com os financiadores, a pesquisa parece obedecer a mesma regra: o estudo da técnica e o silenciamento dos índices que revelam as desigualdades sociais e as censuras, por exemplo. Ao pensarmos as teorias do jornalismo e no que poderia ser considerado objeto de estudo do jornalismo, é necessário compreender quais saberes podem ser enunciados e quais deles devem ser excluídos. Ao produzir uma série de teorias oriundas das teorias da comunicação, as teorias do jornalismo não só não conseguiram ainda produzir um saber autônomo como também pouco consolidaram seu campo diante das ciências sociais. Parece-nos que para trabalhar com o jornalismo, há uma tentativa em Traquina (2004; 2005) de formatar um conjunto de saberes que buscam legitimar que o ethos jornalístico tem uma teoria, mas não mostra em que, de fato, tal perspectiva o distingue dos estudos da comunicação. Entende-se, então, que as formações discursivas enunciadas em Traquina (2004; 2005) se tornam uma obra que pode ser comparada à de tantos outros clássicos de teorias da comunicação, vide: Wolf (2008) e De Fleur e Ball-Rokeach (1993). Otto Groth (2011), diferente de Traquina (2004), é um exemplo de pensador também positivista, mas que foi o primeiro a produzir o que podemos compreender por “teoria do jornalismo”: há em Groth (2011) uma concentração da problematização do que seria o objeto de estudo das teorias, e mesmo que o autor considere que a teoria do jornalismo reduza-se à um estudo dos jornais, ele foi o primeiro e o responsável por teorizar o estudo do jornalismo como estudo das notícias, das técnicas, delimitou toda a pesquisa do jornalismo ao estudo dos meios e das ferramentas.

Contudo, mesmo intensamente arraigado sob a égide do positivismo alemão, Groth (2011) é considerado o pai das teorias do jornalismo porque, pelo menos, foi o primeiro pensador a exigir o distanciamento do pensamento jornalístico das outras grandes áreas, como da sociologia, da história, da ciência política, entre outros. É sobre este aspecto que a pesquisa em questão trata: não é uma simples crítica à visão de mundo positivista, mas, sobretudo, ao “modus operandi” de produzir ciência na área do jornalismo e seus desusos sociais.

Voltando à especificidade do questionamento inicial, a teoria, realmente, deve ser um pensamento sobre a prática jornalística? Essa pergunta busca romper com a fácil conclusão do binômio teoria *versus* empiria. Historicamente, a pesquisa empírica foi utilizada como prova e materialização de determinadas formações discursivas. Contudo, esse “modus operandi” da ciência instrumental consegue subsidiar as vicissitudes humanas que envolvem o jornalismo enquanto prática social? Será mesmo que a pesquisa empírica dos jornais é suficiente para contemplar a condição de ciência social concentrada nos problemas sociais?

De forma mais específica, será que Genro Filho (2012), quando pensa o jornalismo como um conhecimento singular, nos informa que este saber deve ser pensado isoladamente? Será que há mais diálogo entre Genro Filho (2012) e Groth (2011) do que entre ele e Wolton (2011)? Parece-nos que atingir os limiares de cientificidade, dos quais Foucault (1972) tanto critica no século XX, tem sido o maior objetivo dos que se dedicaram a pensar uma teoria do jornalismo isolada das outras áreas das ciências sociais. Discutir a interdisciplinaridade não é um simples exercício de ampliar capítulos de uma pesquisa, mas reside na responsabilidade de compreender o exercício do fazer jornalístico e do fazer ciência como um direito à informação pública. Diz respeito à necessidade de reivindicar um saber democrático e não uma luta pela diferenciação ou de defesa da identidade como um simples protesto de resistência que nega as implicações sociais de se estudar uma ciência dos jornais, entendendo as outras áreas como meros “auxiliares”, como faz Groth (2011).

Sobre este aspecto, Haraway (1995) afirma que não resolve muita coisa a luta pela identidade como uma simples luta da existência ou de reivindicá-la como um ato isolado sem conexão com as múltiplas desigualdades que envolvem as identidades sociais. Em outras palavras, não basta a luta pela identidade como o simples reconhecimento da diferença. Sugere, então, que mudemos o olhar no que diz respeito à luta pelo simples registro da diferença: “A alternativa ao relativismo são saberes parciais, localizáveis” (HARAWAY<sup>19</sup>, 1995, p. 23). A autora critica, sobretudo, a simples universalização do neologismo pós-moderno para atender as demandas editoriais que prometem explicações sobre o fim dos tempos ou sobre a nova moda científica. Há uma negação da apreensão da perspectiva pós-estruturalista pelos discursos neoliberais que tentam tornar o prefixo “pós” um estímulo para o simples consumo de livros, de novas ideias, novas teorias, como se isso fosse o suficiente para ficar atualizado sobre as novas tendências das ciências sociais. A autora reivindica, com

---

<sup>19</sup> Utiliza-se o pensamento de Haraway quando ela produz uma crítica à luta em defesa da identidade apenas para estabelecer fronteiras e diferenças dissociadas de uma luta pelo fim das desigualdades sociais, mesmo sabendo que a autora considera o “marxismo como higiene mental” (HARAWAY, 1995, p. 14).

“saberes localizados”, que uma epistemologia feminista mais democrática, não se reduza a inserir o item “gênero” nos currículos escolares e acadêmicos, mas requer a responsabilidade de compreender as relações de poder que envolvem os discursos sobre o conceito de gênero nos mais variados espaços sociais. É sobre não nos conformarmos com a condição de “adendo” em todos os âmbitos sociais e não entender que o “pós” representa a manifestação da democracia e cidadania no âmbito do discurso das revoluções burguesas: as mulheres da burguesia tiveram locais de fala garantidos, mas, e as silenciadas? É sobre a responsabilidade com as questões sociais que Haraway (1995) reivindica saberes localizados e faz críticas significativas ao simples reconhecimento da diferença. É sob este aspecto que pensamos em identidade, negando-o como o simples sinônimo de diferença, mas representando a luta pelo fim das desigualdades materiais e imateriais. Sob este aspecto, torna-se significativo reconhecer as peculiaridades epistêmicas entre as perspectivas teóricas de autores como Haraway (1995) e Derrida (2009). Para isto, torna-se necessário uma breve explicação sobre o que se entende sobre *différance*.

O movimento da *différance*, na medida em que produz os diferentes, na medida em que diferencia, é, pois, a raiz comum de todas as oposições de conceitos que escandem nossa linguagem, tais como, para não tomar mais que alguns exemplos: sensível/inteligível, intuição/significação, natureza/cultura etc. (DERRIDA, 1972, p. 17)<sup>20</sup>.

A partir do trecho citado, poderíamos identificar o conceito de diferença com uma adequação aos binarismos. Contudo, ao nos concentrarmos na trajetória de Foucault, que é de onde surge grande parte da teoria de Derrida, podemos compreender que a proposta de *différance* refere-se ao reconhecimento não das dicotomias, mas da possibilidade de ser tanto sensível quanto inteligível ou de um objeto de estudo poder ser observado pela lógica, tanto da cultura quanto da natureza; diz respeito às especificidades de cada contexto, a *différance* representa em Derrida (1972) um gesto de enfrentar a realidade. É o desenvolvimento do que Foucault tanto escreveu sobre as relações de poder através de várias iniciativas: formação discursiva, discurso, regra de formação, unidade discursiva, arqueologia do saber, genealogia do poder, epistemologia, dispositivo, entre outros. A *différance* em Derrida se preocupa muito mais em reconhecer as diferenças conceituais e respeitá-las em suas multiplicidades do que

---

<sup>20</sup> [...] le mouvement de la *différance*, en tant qu’il produit les différents, en tant qu’il différencie, est donc la racine commune de toutes les oppositions de concepts qui scandent notre langage, telles que, pour ne prendre que quelques exemples: sensible/intelligible, intuition/signification, nature/culture, etc. (DERRIDA, 1972, p. 17).

manifestá-las em uma simples disputa para atingir o que Foucault (1972) considera como limiar de cientificidade. A *différance* dialogaria muito mais com Santos (1989) que considera o saber científico apenas como só mais um dos conhecimentos diante de tantos outros do que com Bourdieu; Chamboredon e Passeron (2007) ao criticar um tipo de “ciência espontânea”. A perspectiva de Derrida (1972) dialoga com Haraway (2005) por não se tratar, meramente, de considerar “falsamente” a identidade do outro e continuar enxergando-o como o abjeto de Butler (2010), mas de assumir as diferenças com a responsabilidade e compromisso de compreender o outro nas suas singularidades e especificidades.

Quando Derrida (1972) nos convida a pensar em diferença ele diz respeito à construção de uma ciência responsável com o sistema de pensamento que ela constrói, bem parecido com os saberes localizados de Haraway (2005). Quando se afirma que não basta apenas reconhecer as diferenças, refere-se justamente ao reconhecimento do campo de força ou das relações de poder das quais Foucault (1979) nos informa sobre a necessidade de nos pautarmos nas questões sociais que envolvem tais disputas, bem como suas consequências. É sob este aspecto que pensamos a pesquisa científica do jornalismo, sob a ótica da diferença, do reconhecimento das fragilidades do funcionalismo positivista e da necessidade de pensar o jornalismo a partir da perspectiva das relações de poder, compreendendo que tanto o saber quanto o fazer jornalístico constituem-se produções sociais de conhecimento, como afirma Genro Filho (2012), e precisam ser complexificadas a partir desta realidade.

O campo epistêmico do jornalismo já é em si uma nomenclatura de resistência. Mas, resistimos o quê? À dependência ao capitalismo? Ou à nossa inserção dentro do campo científico da comunicação? É sobre a responsabilidade com a verdade que beneficia os donos dos meios de produção ou é sobre a produção linear da teoria de acordo com o desenvolvimento dos meios? O que torna evidente é que é mais simples compreender a parte do “ciência social aplicada” do campo científico do jornalismo como um conhecimento que precisa ser útil ao mercado financeiro do que entendê-lo como uma ciência social, e, portanto, responsabilizando-se com as questões sociais que envolvem o consumo da informação jornalística.

Assim, torna-se necessário refletir sobre a importância de contextualizar a produção da primeira obra de Michel Foucault (1997) para compreendermos como ocorreu a consolidação do pressuposto pós-estruturalista, na tentativa de identificarmos as possíveis contribuições teóricas que a pesquisa científica do jornalismo pode construir a partir desse exercício de abstração teórica.



O estudo da medicina da época clássica retoma e aprofunda o que havia sido exposto em *História da Loucura*: a medicina clássica é uma medicina classificatória que se elabora tendo como modelo a história natural. É a ordem taxonômica da história natural que organiza o mundo da doença imprimindo-lhe uma ordem que neutraliza toda desordem através de sua classificação sistemática e hierárquica em gênero e espécie. (MACHADO, 2006, p. 88-89).

O trecho de Machado (2006) explica como a ciência médica foi construída e influenciada pelo paradigma positivista, há uma atividade de investigação para nomear o desconhecido, bem como suas características e hierarquizações em gênero e espécie. Machado (2006) explica tal trajetória para informar que antes de Foucault (1997), a história da medicina foi feita narrando essa evolução do diagnóstico e tratamento da loucura enquanto doença mental, identificando e concluindo que era apenas uma doença de origem biológica e não social. É só a partir de Foucault (1997) que a loucura passa a ser compreendida como uma estratégia dos poderes (Estado, a escola, a igreja, a ciência, a política, a família, entre outros) para censurar, perseguir e ridicularizar determinados sujeitos indesejáveis que habitavam o espaço árido e tranquilo da modernidade. A partir do que Machado (2006) delimita sobre *A História da Loucura*, podemos concluir que a medicina clássica foi responsável pela categorização dos tipos de doença, assim como a compreensão positivista dos estudos do jornalismo dividiu seu objeto de estudo em estudo dos meios através dos instrumentos tecnológicos e de seus gêneros (radiojornalismo; telejornalismo; jornalismo on-line; jornalismo informativo; jornalismo opinativo, entre outros).

A partir do exposto, podemos entender como as teorias do jornalismo foram se articulando para se legitimarem enquanto saber científico: foi preciso configurar um arsenal de características, códigos e nomenclaturas que definissem o que seria uma reflexão sobre os efeitos do jornalismo, enquanto objeto material que legitima o desenvolvimento capitalista, assim como a medicina definiu seu objeto de estudo a partir dos sintomas das doenças e não do doente.

No Brasil, sobretudo a Compós, realiza um intenso debate sobre o conceito de comunicação e sobre as teorias da comunicação em uma perspectiva que já ultrapassou o funcionalismo há algum tempo. Tem-se, de forma específica, uma problematização da comunicação a partir de seus aspectos epistemológicos, frequentemente, discute-se sobre o objeto da comunicação e seu conceito a partir de uma perspectiva crítica. Sobre as teorias da comunicação no Brasil, é possível identificar em Martino (2018) uma tese de que há transformações no que se entende por teoria da comunicação no final da década de 60 até o

fim da década de 80. O texto trata da condição de enunciação do discurso sobre o que se entende por Teoria da Comunicação e Comunicação desenvolvido por autores brasileiros entre 1969 e 1986 em livros que serviram como fonte para a execução da disciplina Teoria da Comunicação. O autor chega à conclusão de que os conteúdos dos livros não dialogam, por mais que tratem do mesmo tema. Seus discursos se justapõem: há uma lacuna no que diz respeito à abordagem do fenômeno comunicacional, mesmo que todos os autores tratem de Teoria da Comunicação / Conceito de Comunicação. Martino (2018) entende que não há interdisciplinaridade, uma vez que os assuntos dos livros só possuem em comum o fato de entenderem a comunicação como um fenômeno interacional entre seres humanos. Contudo, há uma abordagem mais focada em cada área trabalhada (psicologia, antropologia, biologia), o que dificulta a delimitação do objeto da comunicação, ou seja, há mais discussão das outras áreas do que da Comunicação enquanto campo científico.

É possível perceber que um dos objetivos de Martino (2018) é de delimitar, tanto cronologicamente quanto teoricamente, o momento em que trabalhar Teoria da Comunicação sai de um estágio mais filosófico e passa a ser tratado como um conjunto linear de teorias que convencionou-se chamar da “Comunicação”. O interessante na tese de Martino (2018) é que o autor deixa claro a existência do vazio do que seria o “objeto comunicacional” naquilo que foi configurado por Teorias da Comunicação. Há um entendimento de que o estudo das Teorias da Comunicação tratam da comunicação como fenômeno interacional, mas que não há consenso e nem diálogo no que diz respeito ao conceito de comunicação e nem do que se deve trabalhar um livro de Teoria da Comunicação. Martino (2018, p.113), considera que esse é um período em que: “O recorte do ser humano como parâmetro do fenômeno comunicacional, no entanto, não parece tornar mais nítidos os recortes nem do que é “comunicação” nem das possibilidades epistemológicas existentes para seu estudo”. Ora, para Martino (2018, p.115), a dicotomia entre a influência norte americana e a europeia é um fator que permeia os principais textos da época para dividir os estudos da comunicação em “Estudo dos Meios” e “Estudo de Semiologia/ Linguagens e Códigos do Estruturalismo Europeu”. Essa observação é fundamental para percebermos o momento em que, no Brasil, o ensino de Teoria da Comunicação se afasta de uma abordagem mais sociológica e filosófica e passa ser tecnicista com o objetivo de subsidiar o mercado acadêmico e a prática profissional.

Parece-nos, no entanto, que o fato de conceber que nas obras consideradas fundadoras utilizadas no Ensino de Teoria da Comunicação há uma abrangência do objeto de estudo

representa algo primitivo, insuficiente e até limitado. Nos parece que Martino (2018) é adepto do discurso de que a partir da formatação linear dos clássicos de Teoria da Comunicação, tem-se uma evolução do conceito de Teoria da Comunicação ou pelo menos uma delimitação mais expressiva do que seriam os conteúdos do objeto de estudo da comunicação. Contudo, o fato de nenhuma das obras analisadas não ter delimitado o que seria ou do que trataria, de fato, Teoria da Comunicação, não significa que o discurso das obras não tenham em si, seu conceito ou objetivo.

## 2.2 A TEORIA DO JORNALISMO COMO SUBÁREA DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Quando se realiza uma pesquisa científica em jornalismo a primeira questão problema que surge gira em torno do conteúdo de uma pesquisa nesta área que se diferencie de uma pesquisa na área geral da comunicação social. Para iniciarmos uma reflexão teórica sobre o campo científico do jornalismo, precisamos enumerar alguns problemas enfrentados por uma subárea de pesquisa recente, com características peculiares e que é produzida em um contexto geopolítico também singular, o que explica várias implicações tanto tecnológicas quanto teóricas. A definição do que é e como precisa ser trabalhado é a questão que mais permeia as pesquisas sobre teoria e metodologia do jornalismo.

É como se este fosse um de terreno vazio, sem outra existência senão pelo fato de que todas as disciplinas humanas e sociais tivessem alguma coisa a dizer sobre o tema. E como o tema aparece nelas todas, seria possível às vezes se encontrar para trocar seus pontos de vista específicos. (BRAGA, 2001, p. 13).

Para Braga (2001), o eixo problemático de uma pesquisa em comunicação está concentrado em sua condição de interface, o fato de a comunicação estar em constante diálogo com as ciências sociais. Para José Luiz Braga (2001) toda comunicação, midiaticizada ou não, só pode ser pensada a partir do contexto em que ela ocorre. Ao enumerar os dois enunciados acima, nos colocamos diante do segundo problema: e o jornalismo? Qual seria seu objeto de estudo? Para Groth (2011), o objeto de estudo do jornalismo estaria vinculado às quatro categorias (universalidade, atualidade, publicidade e periodicidade) referem-se à características textuais dos jornais e muito pouco nos dizem sobre as relações de poder estabelecidas pelo seu discurso, o objeto de estudo do jornalismo são os jornais, em que se

observa que não há nenhuma preocupação com a área maior a qual o jornalismo está inserido. Otto Groth entende que o jornalismo deve ser estudado pelas suas formas de existir em sociedade.

Para Groth (2011), a ciência dos jornais possui uma especificidade que se concentraria em tudo o que estivesse vinculado ao conteúdo próprio do jornal, da sua materialidade enquanto técnica. De acordo com o autor, a ciência dos jornais precisaria definir seu objeto de estudo a partir das formas dos jornais, o que explica a intensificação de estudos sobre gêneros, formatos tecnológicos e sobre as formas de se escrever nos mais diversos formatos enfatizando a técnica do lead, entre outros aspectos. O fato de considerar que é a forma do jornal que define o seu conteúdo e não o contrário revela que o autor entende que existe um padrão de produção jornalística, então, o seu conteúdo é formatado de acordo com determinado modelo.

Diferente de Groth, tem-se Silva (2009a) que define que o objeto de estudo do jornalismo além de ser imaterial, é construído historicamente por cada pesquisador e não se limita aos estudos dos meios de comunicação enquanto ferramenta tecnológica. Silva (2009a) informa que há uma trajetória histórica de delimitação do que pode ou não ser considerado conteúdo da pesquisa em jornalismo, enquanto uma proposta interdisciplinar como a de Braga (2001) possibilita a existência de objetos de estudos como mediação, midiatização, ética, discurso, entre outros; há uma contraproposta de Groth (2011) de não diálogo com as ciências sociais. Se no interior de uma pesquisa científica de jornalismo houver a necessidade de conceitos oriundos da filosofia, por exemplo, utiliza-se o conceito, mas não há uma preocupação em compreender seu contexto. A especificidade que Groth (2011) defende para uma ciência dos jornais significa uma simples ajuda e não de diálogo com a teoria filosófica, utiliza-se o conceito da ciência social como um adendo, mas todo o seu interior deve pertencer à conteúdos sobre a forma do jornal.

O posicionamento de Groth (2011) sobre o que seria o estudo dos jornais em muito dialoga com a perspectiva de Barros (2003) no que se refere aos usos da ciência da comunicação: ambos compreendem a condição da ciência social aplicada como algo benéfico para a área uma vez que entendem que o saber científico deve ser indutivo, precisa ser oriundo da prática jornalística para fazer sentido. Então, toda pesquisa precisa ter uma utilidade para o mercado de trabalho.

Respeitando a natureza plural da universidade, reconhecemos a legitimidade da defesa de seu distanciamento em relação ao mercado; mas também, de posições mais

pragmáticas, que colocam a academia a serviço das organizações, em um lugar científico integrado às estruturas e voltado a atender demandas de diferentes saberes da sociedade. (BARROS, 2003, p.234).

O autor acima defende que o saber da comunicação deve servir ao mercado de trabalho, que este conhecimento precisa subsidiar a otimização dos produtos jornalísticos das empresas de comunicação, por exemplo. Barros (2003) afirma que é benéfico a condição da Comunicação como uma ciência social aplicada, tendo em vista que esta precisa subsidiar uma transformação social para que seu saber se torne válido como ciência. O posicionamento deste autor em muito tem contribuído para que a Comunicação permaneça como sendo um saber deslegitimado no âmbito teórico, uma vez que quanto mais se confunde fazer ciência com a simples descrição de características dos produtos jornalísticos mais aumenta o eixo que estabelece o abismo entre um ensino da técnica e o ensino de uma leitura crítica dos jornais. O problema existente em defender a permanência da comunicação ou do jornalismo na condição de ciência social aplicada é que esta, historicamente, funcionou apenas para submeter a pesquisa científica aos ditames do mercado de trabalho e desenvolvimento do capitalismo. Contudo, o autor ao defender ainda que todo conhecimento científico da comunicação precisa descrever soluções pragmáticas para os problemas identificados, Barros (2003, p.234) alerta para possíveis problemas que podem existir na elaboração dessas soluções:

Já que nas ciências humanas o sujeito e o objeto de pesquisa se sobrepõem, importa ao pesquisador assumir seu papel político de intervenção na realidade, cuidando, porém, para que tudo não se converta em mero exercício de militância ou no esvaziamento da teoria em doutrinas ideológicas.

Então, a partir dos itens selecionados anteriormente, resta-nos a seguinte questão: como apreender uma metodologia própria do campo do jornalismo, mesmo que recorrendo aos aportes teóricos de outras disciplinas, sem desprender-se do que há de objetivável no campo específico da comunicação? Este tem sido um dos principais desafios da pesquisa em comunicação e, sobretudo, da pesquisa que tem o jornalismo enquanto objeto de estudo.

Ao pensar em Teoria do Jornalismo, nos parece que há uma tentativa de controlar, recortar, singularizar e dar sentido a uma área de conhecimento socialmente legitimada a partir de sua especificidade. Em uma sociedade em que todos podem ser jornalistas, seu estudo torna-se uma reivindicação pela especialização de saberes e práticas. Logo, a tentativa de segmentação do saber está relacionada com a tentativa de resistência dos jornalistas e seus

pesquisadores, uma forma de luta dentro de um sistema que o desvaloriza e o oprime. Pensando nos conceitos foucaultianos de poder (FOUCAULT, 1979), o campo científico do jornalismo se manifesta ora como estratégia de resistência, ora como tentativa de controle e construção da verdade sobre o mesmo.

Compreender o jornalismo como sendo um produto da “comunicação de massa” nos possibilita realizar a problematização de algumas de suas características: formador de opinião, ferramenta político partidária, ditador do certo e errado, entre outros. Além do próprio conceito de massa, uma vez que a comunicação ganha esta nomenclatura por ter sido produzida sob um viés da Escola de Frankfurt através de Adorno e Horkheimer. Hoje, tanto a ideia de “massa” quanto à de um jornalismo “com um poder behaviorista” estão cada vez mais em declínio. Pensando em termos de teorias do jornalismo, pode-se dizer que as teorias funcionalistas norte-americanas e a própria distinção entre cultura popular e cultura erudita, discutida pela Escola de Frankfurt, estão lentamente sendo abandonadas. O desenvolvimento das teorias sociais criadas após as duas grandes guerras, guardadas as devidas distinções teóricas, vão criticar as análises da mídia e do jornalismo que enxergavam o receptor como uma massa de manobra e sem poder de questionamentos. É nesse contexto que se discute as consequências da modernidade dentro de uma cultura da informação: sujeitos cada vez mais agentes de sua história e de seu jornalismo.

Desde o início da formação do campo da comunicação se reconhece a importância das disciplinas das ciências humanas para a construção do objeto de estudo da comunicação:

A disciplina nasceu quando tais instituições começaram a formar especialistas, em nível de doutorado, para a pesquisa científica sobre a mídia. Esses fatos são relativamente recentes (pós-Segunda Guerra Mundial). Com efeito, a discussão para saber se o estudo da comunicação de massa pode ser considerado uma disciplina, ou apenas um campo organizado frouxamente, de interesses interdisciplinares, ainda se acha em curso. (DE FLEUR; BALL-ROKEACH, 1993, p. 188).

Apesar de autores bastante conhecidos no campo da comunicação como Melvin De Fleur e Ball-Rokeach terem há tempos reconhecido a importância das ciências sociais básicas para a construção das primeiras teorias da comunicação, sobretudo, a da Bala Mágica, Traquina (2004; 2005) parece andar no sentido contrário: ao denominar as teorias do jornalismo sem nenhum vínculo com a ciência da comunicação ou com as ciências sociais. Fato este que muito explica a divisão binária, em sua maioria: pesquisadores fortemente positivistas e pesquisadores intensamente marxistas no campo científico do jornalismo.

Para pensar em teorias do jornalismo, poderíamos iniciar como Silva (2009b) propõe

realizando um exercício de construir uma análise compreensiva do jornalismo através de Genro Filho (2012): produz uma teoria do jornalismo ao entender que jornalismo é uma forma de conhecimento. Em contrapartida, tem-se Groth (2011) que entende que ciência dos jornais é o mesmo que ciência do jornalismo. Para iniciarmos uma pesquisa sobre o campo epistêmico do jornalismo, entende-se que é necessário, antes de tudo, compreender que uma teoria não se consolida pela definição do objeto empírico, mas sim pela construção dos discursos que compõem os sistemas de pensamento na elaboração dos objetos de estudo. Não há teoria do jornalismo ao adequar um objeto empírico às teorias da comunicação. Isto não diz muito sobre teoria do jornalismo, mas sim sobre teoria da comunicação aplicada ao objeto empírico da atividade jornalística e isso representa as disputas políticas e científicas existentes no campo da comunicação e do jornalismo. É nesse sentido que Santos (2012) informa que a produção científica não é nem um pouco relativa. Não é interessante para o sistema capitalista investir em pesquisas como a de Genro Filho (2012), que compreendeu o jornalismo como uma proposta de emancipação social porque isso interfere na dinâmica das desigualdades sociais.

Portanto, entende-se que pensar em teorias do jornalismo não é compreendê-lo como uma aplicação fenomênica do jornalismo às teorias da comunicação, é necessário romper com a proposta funcionalista de produção teórica que visa atender as exigências do mercado capitalista para podermos tentar consolidar grupos de pesquisa que deem subsídios teóricos e metodológicos para a construção de um campo científico consolidado e autônomo. Compreende-se, ainda, que teoria do jornalismo, tampouco, refere-se à associação do jornalismo a uma essência pura, isolada, como se os jornais fossem portadores de características exclusivas que nenhuma outra atividade social fosse capaz de produzir, como entende Groth (2011). Ao trabalharmos com uma investigação sobre a identificação dos sistemas de pensamento que definiram o que se tem por objeto de estudo no campo científico do jornalismo, objetiva-se desconstruir a perspectiva funcionalista oriunda da tradição norte-americana e com o estruturalismo europeu (marxismo ortodoxo alemão) que norteou o início das teorias do jornalismo em Groth (2011).

Portanto, entende-se que as teorias do jornalismo precisam ser produzidas, tanto por seu objeto de estudo quanto por seu objeto empírico, a partir do jornalismo e não de “empréstimo” de outra ciência, deixando cada vez mais o jornalismo como condição de habilitação e não de área do saber. Compreende-se que há uma especificidade no objeto de estudo do jornalismo como pensou Genro Filho (2012) ao entender que o jornalismo é uma

forma de conhecimento pautada no singular e nisso reside a importância de consolidar os estudos do jornalismo como uma ciência autônoma, reconhecendo a necessidade de diálogo com o campo da comunicação e com as ciências sociais, mas não como uma habilitação da comunicação ou como uma área submissa às ciências sociais. É nesse sentido que o pós-estruturalismo pode contribuir para pensar em teorias do jornalismo: ao desconstruir o funcionalismo de Groth (2011) e Lasswell, Genro Filho (2012), Foucault (1972) e Derrida (2009) exercem a atividade de autores que nos ajudam a elaborar objetos de estudos capazes de identificar o jornalismo com um potencial emancipador, além de conduzir a estudos sobre as relações sociais mediadas pelas tecnologias da informação.

É a partir dessa perspectiva teórica que podemos identificar as regras de formação dos sistemas de pensamento de obras que tem o jornalismo como objeto de estudo e não apenas como objeto empírico, tais como: Silva e Pontes (2010), em que tem-se de forma mais concentrada uma materialização de como poderíamos compreender o objeto de estudo do jornalismo a partir de eixos temáticos com uma abordagem interdisciplinar, pois os autores desenvolveram uma proposta de teoria do jornalismo a partir da construção teórica sobre o que seria o acontecimento jornalístico em comparação ao que se constitui o acontecimento histórico, mostrando suas semelhanças, diferenças e em quais aspectos a investigação de um acontecimento histórico e jornalístico promovem objetos de estudos diferenciados. É sob esse aspecto que esta pesquisa concentra-se: se existe uma especificidade do objeto de estudo do jornalismo, em que consiste?

É nesse sentido que podemos pensar em uma teoria do jornalismo com uma característica pós-estruturalista como iniciou Genro Filho (2012): ao compreender que a teoria do jornalismo não deveria se limitar a uma leitura positivista de seu objeto de estudo, o autor criticou autores tanto do funcionalismo quanto do marxismo que não romperam com a perspectiva positivista dentro da pesquisa em comunicação e essa postura fez de Genro Filho (2012) um dos autores mais polêmicos e censurados do campo.

O que se considera importante para a condução dessas reflexões é que não se coloque o saber promovido pelo jornalismo a serviço de uma razão neoliberal, que aprisione ainda mais seus estudos em questões políticas e econômicas em busca do desenvolvimento capitalista, ampliando ainda mais o eixo de exclusões sociais. Praticar o exercício da



diferença<sup>21</sup> em termos derridianos (DERRIDA, 1972), é bem mais complexo do que só deixar o subalterno falar, mas, respeitar os locais de fala de cada sujeito: jornalismo e sociedade, todos estão neste conflito de representações das diferenças.

O conceito de discurso como uma sendo uma metáfora das relações de forças possibilita pensar o jornalismo como um enunciado que engloba um contexto pulverizado do poder, o que possibilita compreender o jornalismo não apenas de uma perspectiva dicotômica (emissor versus receptor), mas amplia o escopo para enxergarmos como um campo de disputas por versões acerca do real. A ideia propagada, sobretudo, no século XX de considerar o jornalismo como “comunicação de massa” levava a compreender o jornalismo como “mediador” de uma “massa acrítica” e influenciável. Contudo, percebe-se a necessidade de repensar quais os conceitos representam de forma mais democrática o jornalismo contemporâneo.

Entender o jornalismo enquanto discurso constitui-se uma perspectiva que possibilita visualizar como se estabelecem as regras de formação (FOUCAULT, 1972) que definem o que é o que não é objeto de estudo do jornalismo; torna possível, também, entender que a ciência enquanto prática discursiva ajuda o jornalismo a relatar realidades e valores. Compreende-se, então, que é necessário pensar o jornalismo a partir de uma perspectiva derridiana, relacionada ao conceito de desconstrução e diferença (DERRIDA, 1972). Conceitos que podem promover uma base para se pensar na fronteira entre tecnologias e apropriações sociais, na medida em que se entende que compreender o jornalismo enquanto discurso pode contribuir para o debate sobre a constituição de seu campo.

Existe uma “essência natural” que defina o que é e o que não é um estudo dos jornais?

Groth (2011) acredita na necessidade de estabelecer fronteiras nítidas entre o que seria um estudo de jornalismo, do que seriam os estudos de história, sociologia e política, que utilizam os jornais como fonte. Contudo, até hoje, tais fronteiras ainda permanecem bem pouco definidas e cada vez mais se busca elaborar problemas de pesquisas voltados para o campo jornalístico a partir de uma análise empírica do jornalismo, enquanto o objeto de estudo, como Silva (2009b) afirma, encontra-se cada vez mais sem delimitação.

O estudo do jornalismo tornou-se, em sua maioria, um estudo dos meios e não das relações de poder que envolvem o eixo comunicação e sociedade. Cabe ainda ressaltar que a comunicação, enquanto produto oriundo de heterogêneas interações sociais, não deva limitar-

---

<sup>21</sup> A différence não é uma distinção, uma essência ou uma oposição, mas um movimento de espaçamento, um “devir-espaço do tempo, um ‘devir-tempo’” do espaço, uma referência à alteridade, a uma heterogeneidade que não é primordialmente oposicional. (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p. 34).

se aos estudos de profissionais da área, como se o jornalismo, a partir de sua delimitação de campo (objeto), tivesse a capacidade única de existir sem diálogo algum com as outras ciências. Muito menos se deve enxergá-lo como propõe Groth (2011), como um objeto único, específico e próprio dos jornais, tratando as contribuições de outras áreas de saber como secundárias e, dessa forma, menos importantes ou desnecessárias. Quem é que define o que é e o que não é objeto da comunicação ou do jornalismo? O que os legitimam?

Há em Groth (2011) uma afirmação deveras ortodoxa que estabelece a pesquisa em jornalismo tanto como o estudo dos jornais quanto como um saber que ele entende que precisa ser autônomo diante das ciências sociais. Contudo, tal autonomia na qual considera-se legítima, se dá a partir de uma relação de subserviência das outras ciências, as ciências sociais só auxiliam e não funcionam como ciências capazes de estabelecer o diálogo. Groth (2011) é bem enfático: a ciência dos jornais faz parte de um poder cultural desconhecido, é uma ciência que precisa das ciências sociais para ser bem estudada, mas elas são meras “funcionárias”, “auxiliares”, cabe às ciências sociais a condição de servir ao jornalismo, em uma relação de poder que além de soar desnecessária ser estabelecida, não nos parece saudável de ser propagada, uma vez que tal perspectiva nos proporciona a entender que o fato de o jornalismo ser uma ciência social aplicada geraria menos desigualdade social, por exemplo. O que é um ledô engano e inversamente proporcional, por exemplo.

A rigor, as categorias com as quais a teoria geral da ciência jornalística tem de lidar são e permanecem sendo categorias históricas ou, se quisermos, ‘relativamente históricas’, ainda que, no caso dessas categorias, se abstraia de tempo e lugar. Também a teoria da economia clássica e sua ampliação moderna são portadoras dos traços de uma época econômica bem determinada, a saber, da época econômica do capitalismo liberal; também essa teoria é – o que muitas vezes se esquece – um sistema histórico que abstrai de muitos pressupostos históricos, mas também tem, tacitamente, toda uma série de tais pressupostos. Se, assim, o elemento histórico está, indelevelmente, contido em toda teoria científica da cultura, ele impele, por outro lado, a própria pesquisa histórica para a teorização e seus resultados a levam a desvendar elementos típicos e recorrentes, tendências gerais do desenvolvimento no transcurso da história, de sorte que, dessa maneira, a história e a teoria empírica se tocam bem intimamente e, em algumas exposições, até convergem. (GROTH, 2006, p. 197-198).

Em Groth (2006) tem-se um trabalho mais voltado a configurar o que seria a ciência dos jornais e no trecho citado ele informa que suas categorias são históricas, ao mesmo tempo em que ele reivindica uma essência única e pura para os jornais, ele informa que suas categorias de análise são históricas. Tal fato torna o pensamento de Groth (2006; 2011) complexo e muitas vezes confuso por deixar bem claro a relação de poder que ele estabelece

com as ciências sociais: a de subserviência. O pensamento de Groth (2011) é, sem dúvida, um marco para o que se entende por teorias do jornalismo, mas não podemos deixar de demonstrar as lacunas que o pensador deixou e que nos perseguem até hoje: se for voltado para as questões sociais, o jornalismo tende a promover a crítica social, o que é problemático para o desenvolvimento do capitalismo. Logo, é interessante para o capitalismo que as teorias do jornalismo estejam voltadas para um estudo da operacionalização do fazer jornalístico: estuda-se a técnica para não se problematizar a ética.

Essa é uma questão que precisa ser bem esclarecida em uma pesquisa teórica em jornalismo para que não se confunda um trabalho como o de Traquina (2004; 2005) que entende o jornalismo como um quarto poder e uma reflexão crítica ao jornalismo e ao jornalista como em Wolton (2004; 2011).

Entende-se que toda pesquisa em jornalismo é uma pesquisa dos estudos comunicacionais, por isso acredita-se que o jornalismo precisa ser pensado em diálogo com a comunicação e não como um objeto isolado e aquém dos estudos das teorias da comunicação. Partindo desse pressuposto, entende-se que toda delimitação epistemológica ou dos campos, como propõe Bourdieu (2004), é sempre a de uma luta política para legitimação de pressupostos como a tentativa de “valorizar um saber” e com o campo científico do jornalismo não é diferente. Há uma tentativa de unificar o do grupo de pesquisadores em jornalismo para refletir questões de sua profissão diante de um cenário nacional de desvalorização da carreira, do saber e, sobretudo, dos princípios éticos que envolvem a profissão. Há em Meditsch (2010) uma concentração em criticar o funcionalismo norte-americano que herdamos desde as primeiras leituras das teorias da comunicação e adequamos facilmente à leitura da interpretação da ciência jornalística.

A partir desse breve mapeamento, consegue-se identificar que existe uma tentativa dos jornalistas de definir o que seria próprio do saber jornalístico, essa necessidade de delimitação de teorias e metodologias específicas leva-nos a pensar como os discursos sobre o jornalismo estão inseridos em um campo de forças como propõe Foucault (2011). A ideia dos jornalistas é construir um conjunto de saberes que os legitimem enquanto ciência (GROTH, 2011), em uma tentativa de valorizar um conhecimento que foi, historicamente, desvalorizado no contexto brasileiro. Tal fato coloca em questão uma série de condições econômicas e políticas de tais saberes: não há autonomia para os jornalistas nas redações e tampouco há para a construção de saberes que lhes seriam próprios.

Todo interesse da comunicação como objeto de pesquisa teórica reside na mescla de dois pontos de vista, valores e performances técnicas, ideal e capital, ao ponto que hoje, com a mundialização e o reino da internet, não se tem claro qual lógica a move, a dos valores ou a dos negócios, dos ideais ou a do comércio. É por isso que a comunicação é uma questão teórica e científica fundamental, mas também política e cultural, pois une de maneira inextricável as dimensões antropológicas, os ideais e as técnicas, os interesses e os valores. (WOLTON, 2011, p. 09-10).

A reflexão de Wolton (2011) nos coloca de frente com uma das abordagens sobre o jornalismo: seu objeto consiste em uma perspectiva tecnológica ou de crítica social? É um saber que se submete aos regimes do capital ou com o compromisso de desenvolver uma sociedade democrática e menos desigual? Até onde as empresas ditam o que é um saber válido para o jornalismo?

Compreende-se que as empresas de comunicação e jornalismo são as mais interessadas na pesquisa tecnológica dos jornais, tanto para definir que saberes são necessários para legitimar a prática jornalística, quanto para definir o que condiz com a linha editorial. Tal fato reflete na característica tecnológica das pesquisas: uma concentração na narrativa do fazer jornalístico acaba por camuflar os interesses das empresas jornalísticas na construção destes saberes. Enfim, entende-se que a condição do jornalismo e do fazer jornalístico na sociedade brasileira são reflexos de uma sociedade que não valoriza a importância de um jornalismo autônomo, em que se percebe que o interesse público é traduzido como interesses da lógica de mercado, dos interesses políticos partidários, entre outros.

Nesse sentido, cabe pensar na proposta de Silva (2009a) sobre a imaterialidade do objeto de estudo jornalismo: muito mais do que uma perspectiva material, de narrativa descritiva do empírico, parece-nos que o objeto de estudo do jornalismo, além de imaterial, é opaco e atende às condições dos poderes econômicos, políticos, sociais e culturais vigentes.

Devido à materialidade das manifestações empíricas do Jornalismo, tomam o objeto de estudo como algo dado, e não como uma construção conceitual. Quase sempre se faz a opção pela eleição da centralidade da técnica, meio e formação profissional – a investigação do Jornalismo para resolver problemas da prática social. E, quando se opta por uma abordagem crítica e teórica – para formular problemas e compreender este fenômeno comunicativo –, recorre-se geralmente a referenciais de outras disciplinas, e o objeto de estudo do Jornalismo, já difuso, continua não apreendido. (SILVA, 2009a, p. 02).

Parece-nos que o que tem sido aplicado nas pesquisas que delimitam o jornalismo como seu objeto de estudo, como propõe Silva (2009a), está relacionado muito mais à

discussão de uma delimitação de características dos formatos tecnológicos dos meios de comunicação do que com o de uma análise crítica sobre alguma perspectiva teórica. A ciência e o jornalismo: eles nos remetem a um local de disputa de sentidos. Logo, refletir sobre o campo de pesquisa do jornalismo nos leva a pensar em um conjunto de saberes que podem ser ditos e não outros (FOUCAULT, 1972). Pensar em teorias e epistemologias para o jornalismo nos diz que há uma comunidade que precisa selecionar um conjunto de saberes para chamar de seus e, assim, construir uma identidade científica consolidada como quer Otto Groth (2011). É possível identificar ainda que a pesquisa em jornalismo, sobretudo no Brasil, além de voltar-se para atender aos interesses muitas vezes politiqueros, como já foi citado anteriormente, funciona também para legitimar determinados índices de audiência, o que dificulta a concentração do desenvolvimento das teorias do jornalismo, não no sentido de simples delimitação identitária, mas percebe-se a falta de legitimidade teórica diante das outras ciências como a História e a Sociologia que possuem seu campo teórico solidificado dentro das ciências sociais e humanas.

A propósito dessas grandes famílias de enunciados que se impõem a nosso hábito – e que designamos como medicina, economia ou gramática – eu me perguntara em que poderiam fundar sua unidade. Em um domínio de objetos cheios, fechados, contínuos, geograficamente, bem recortados? Deparei-me, entretanto, com séries lacunares e misturadas, jogos de diferenças, de afastamentos, de substituições, de transformações. Em um tipo definido e normativo de enunciação? Mas encontrei formulações de níveis demasiado diferentes e de funções demasiado heterogêneas para poderem se ligar e se compor em uma figura única e para simular, através do tempo, além das obras individuais, uma espécie de grande texto ininterrupto. (FOUCAULT, 1972, p. 50).

Ao produzir uma desconstrução na ordem evolutiva das teorias, Foucault (1972) estabelece fronteiras com a regras da ciência tradicional francesa. As críticas feitas acima, sobretudo ao saber médico, são oriundas das novas formações discursivas propostas pelo autor: a ciência pode ser compreendida como um conjunto de códigos e normas definidas por um grupo de especialistas que exercem determinados poderes em sociedade. Foucault (1972) informa que os objetos de estudo de determinada ciência são delimitados pelas relações de poder, por isso ele é oriundo do grupo dos Annales que compreendem a história a partir da longa duração e não como uma simples datação e recorte de um fato isolado, sem contexto e sem continuidade no tempo e no espaço. O autor nos coloca diante de um contexto de reflexão sobre o que se entende por uma teoria que explica determinada área de saber. Foucault (1972) se pergunta se o que é ou não científico é definido pela conceituação, pela forma estruturada e

coerente que delimita determinado conceito, atendendo à uma razão instrumental. Então, ele deduz que ao invés de evolutiva, coerente e linear, a formação dos saberes se dá a partir das relações de poder, cuja fragmentação e lacunas se evidenciam na medida em que determinado saber é investigado em profundidade. Conclui, ainda, que o que é definido como saber científico é o que os especialistas definem a partir das relações de poder que esses conhecimentos acionam. Foucault (1972) chega à essas conclusões porque esse modelo de definir o que seria a teoria levou o saber científico a silenciar as relações de poder que englobam a elaboração desses objetos de estudo. Este é um dos objetivos de Foucault, sobretudo, quando ele passa da fase da arqueologia e estabelece o conceito de genealogia para criticar o discurso das epistemes ocidentais que pregavam uma formação discursiva de que a ciência ocidental havia vivenciado processos de evolução. Com o conceito de genealogia, Foucault (1972) não apenas nega que a história dos sistemas de pensamento precise realizar o eterno retorno da origem fundante da ciência, mas que precisaria identificar os momentos em que esta história passou por processos de rupturas, de discontinuidades, era necessário dizer em que aspectos houveram, de fato, mudanças nos modos de pensar.

Quando tentamos traduzir o pensamento de Foucault (1972) para o campo da comunicação e do jornalismo é que conseguimos entender os motivos que levaram a ciência dos jornais a definir, por exemplo, o que seria jornalismo opinativo e jornalismo informativo. São estas formações discursivas que tanto Foucault (1972) buscou desconstruir, porque elas traduziam muito bem as relações de poder que a ciência tentou estabelecer entre o que era certo e o que era errado, o justo e o injusto, etc.

Quando Silva (2009b) fala de ruptura epistemológica com a pesquisa administrativa referente ao campo epistêmico do jornalismo, o que se busca chegar é nos termos de desconstruções presentes em Foucault (1972) e Derrida (1972). Há na discussão de Silva (2009b) uma iniciativa metodológica que circula em torno de teorias que entendam as imaterialidades do objeto de estudo do jornalismo. A pergunta “*De que campo do jornalismo estamos falando?*”, não apresenta apenas as distinções entre campo científico, campo profissional e campo epistêmico a partir do pensamento de Bourdieu, a proposta teórica do artigo vai além destas questões: o próprio método argumentativo e questionador nos leva a pensarmos em outros postulados na construção de uma ciência jornalística. Uma ciência que não esteja subordinada aos ditames do mercado de comunicação jornalística, mas que seja capaz de construir um saber crítico sobre o campo científico. Acredito que este é um primeiro caminho quando se pensa em teorias que, de fato, contemplem contextos específicos, pois

romper com a pesquisa administrativa requer um reconhecimento das diferenças do olhar plural sobre os diversos fenômenos jornalísticos. Não se trata apenas de estabelecer rupturas com uma análise, exclusivamente, quantitativa, mas de desconstrução das formações discursivas. Mesmo que em Silva (2009b) não exista uma expressão teórica do pós-estruturalismo, pois a autora se posiciona em autores do pós-colonialismo (WALLENSTEIN, 1996) de forma fronteira, há na “vontade de romper” um teor de indignação que muito se assemelha com a proposta de desconstrução, guardadas as devidas proporções de cada autor.

Pensar o campo jornalístico, afastando-se da pragmática estruturalista é, antes de tudo, reconhecer o jornalismo como possibilidade de um saber crítico, liberto da “obrigatoriedade de funcionar apenas como ciência aplicada” como sinônimo de evolução científica. Em termos de pesquisa em comunicação jornalística isto já é significativo. Tanto em Genro Filho (1987) como em Silva (2009b) tem-se uma reivindicação por um saber crítico ao pensar o jornalismo enquanto objeto de estudo, cada um com suas especificidades teóricas apontam para o rompimento com a pesquisa positivista e com uma pesquisa que se constitua para e sobre o mercado capitalista.

A partir desse contexto, tem-se a seguinte indagação: o que, de fato, é objeto de estudo para a ciência dos jornais? Silva (2009b) critica a intensificação em narrativas do empírico e o silenciamento em relação às possibilidades de construções teóricas que os fenômenos jornalísticos podem proporcionar. Logo, conclui-se que só a partir da consolidação teórica do campo epistêmico do jornalismo é que se conseguirá a tão almejada autonomia científica. Assim foi com a história, com a geografia, com a sociologia e com o jornalismo não é diferente. Trata-se de uma ciência nova, sem muita legitimidade diante das outras ciências e pelo qual se luta, politicamente, pela legitimação do campo científico e esta é uma causa ligada diretamente às relações de poder em que o jornalismo no Brasil está inserido. Sobre esse aspecto, é válido refletir sobre o que se entende por teoria do jornalismo e o que se estudou historicamente como teoria da notícia:

Deveríamos localizar o conceito de notícia dentro da Teoria do Jornalismo e, depois de problematizá-lo, elegê-lo como uma categoria central, assim como Adelmo Genro Filho (1987) fez com as categorias da singularidade e da particularidade ao tratar epistemologicamente o jornalismo. Categorias clássicas do jornalismo moderno – objetividade, imparcialidade, atualidade – não atendem à complexidade do processo comunicacional – jornalístico. O mesmo ainda precisa ser feito com relação ao conceito de acontecimento jornalístico. Haveria também de se buscar recursos teóricos para explicar ou compreender a diversidade das manifestações empíricas do objeto de estudo nomeado fenômeno jornalístico. Pode parecer contraditório, mas esses enfrentamentos promovem, ao mesmo tempo, o foco no objeto de estudo do campo epistêmico e a abertura para um conceito integral de objeto, aquele que não

separa prática-produto e teoria, que trabalha a imaterialidade da matéria jornalística e a materialidade tanto do corpóreo quanto do abstrato. (SILVA, 2009b, p. 208).

Há no trecho de Silva uma reflexão sobre um dos pontos mais sensíveis ao se pensar em teorias do jornalismo: uma crítica à indistinção, feita pela perspectiva positivista, entre teoria do jornalismo e teoria da notícia. Silva (2009b) afirma que teoria do jornalismo não deve ser tratada como sinônimo de teoria das materialidades do fenômeno jornalístico, para além do estudo das notícias, as teorias do jornalismo, bem como seu objeto de estudo, precisam ter como princípios a obrigatoriedade com as questões sociais que suas análises acionam, como faz Genro Filho (2012). Tampouco o objeto de estudo do jornalismo deveria ser naturalizado como estudo da notícia relacionado a categorias de análise (universalidade, publicidade, atualidade, periodicidade) que muito pouco nos diz sobre as relações de poder que os discursos jornalísticos estabelecem. A autora distingue teoria da notícia de teoria do jornalismo: enquanto a primeira ficou concentrada em discutir se o jornalismo é neutro ou não, e aqui se encontra grande parte das pesquisas de análise do conteúdo e do discurso; a segunda busca delimitar seu objeto de estudo compreendendo que estudar o jornalismo é muito mais do que analisar a condição de produção da notícia e que envolve, sobretudo, as relações sociais que o jornalismo estabelece como se percebe com a reflexão sobre o conteúdo das pesquisas em jornalismo analisadas em Meditsch (2010). Há uma atenção tanto em Genro Filho (2012), em Meditsch (2010) quanto em Silva (2009b) de compreender que a teoria do jornalismo tem como pressuposto a emancipação social, a equidade econômica da sociedade e a produção de uma comunicação que, de fato, promova uma comunicação democrática.

Entende-se, então, que teoria do jornalismo não deve ser reduzida ao estudo das notícias, suas estruturas, características, classificação, tipos, formatos, entre outros. Mas, a teoria do jornalismo precisa ter como um princípio a justiça social, não se limitando, assim, a produzir pesquisa científica para otimizar o mercado jornalístico como ocorre com a maioria das pesquisas que se destinam a analisar as materialidades empíricas dos jornais. O que de certa forma, criticando ou concordando com seus discursos, uma pesquisa empírica sobre determinado jornal acaba por promover a própria instituição. Silva (2009 b) compreende que não basta analisar um jornal para que se produza teoria do jornalismo, porque muitas vezes dá-se como objeto de estudo do jornalismo apenas a análise do jornal, e, o desenvolvimento da da teoria, fica à mercê de outros campos do saber. Eis um dos maiores dilemas da pesquisa na área da comunicação e do jornalismo: o déficit teórico.



Objetiva-se, então, problematizar a constituição dos objetos de estudo do jornalismo a partir de eixos temáticos como fez Genro Filho (2012) ao definir o conhecimento como um dos elementos que permitem entender o conceito de jornalismo, sobretudo quando entende que o jornalismo é um conhecimento singular, há em Genro Filho (2012) uma teoria não da notícia, mas uma reflexão que perpassa pela necessidade de compreender o jornalismo como um produtor de conhecimento que atua diretamente nas relações sociais, portanto, pode servir para legitimar ou negar os poderes instituídos.

Compreende-se que o saber jornalístico precisa ter como foco o estudo do jornalismo e seus poderes e não um estudo de investigação, meramente, das características dos jornais. Existe uma significativa diferença entre o discurso da ciência dos jornais em Groth (2011) e a perspectiva de uma teoria marxista do jornalismo em Genro Filho (2012). Resumidamente, há uma necessidade de compreender que o objeto de estudo do jornalismo precisa ser pensado para além de suas materialidades que envolvem as características referentes à forma dos jornais, uma vez que sua importância reside em demasia nos efeitos imateriais ou nas relações de poder que eles acionam.

Não é interessante para o capitalismo possibilitar autonomia à área de pesquisa do jornalismo, pois isto atinge diretamente o discurso do sistema que tem como seu fundamento o lucro diante da exploração do trabalhador e, neste sentido, o jornalista e o pesquisador de jornalismo são os sujeitos mais vulneráveis diante destas relações de poder, sempre “esfumadas” pelas diversas formações discursivas do desenvolvimento tecnológico empreendidos pelo discurso da modernidade, aqui inserido em um nítido contexto explicado por Foucault (1972): o saber como poder.

Não é interessante ao capitalismo financiar pesquisas que desconstruam as lógicas do sistema, sobretudo, quando se tratam de desconstruir as múltiplas estratégias que os jornais possuem de recortes excludentes e preconceituosos da realidade. Enfim, não é interessante para o capitalismo a existência de jornalistas críticos ao sistema, porque no final das contas, o Jornal Nacional deve terminar com uma notícia otimista diante do caos político em que o país se encontra. Jornalista crítico é um problema para o sistema.

Discutir epistemes ou as epistemologias que Foucault destina-se a refletir é pensá-las em termos de formações discursivas. Cada teoria ou cada sistema de pensamento parte de determinados paradigmas considerados universais. A teoria do espelho, por exemplo, é influenciada pelo paradigma positivista, de tradição norte-americana, que compreende a pesquisa jornalística como uma proposta teórico-metodológica que atenda aos seus anseios

políticos e ao desenvolvimento da sociedade capitalista. Com a problematização sobre o conceito de discurso, Foucault (1972) quis desconstruir o ideal de “pureza científica”, de neutralidade axiológica, tentou mostrar de várias formas que os discursos se formam politicamente, por isso ele fala de discurso enquanto prática discursiva. O que Foucault quis foi desconstruir o mito de que há sistemas de pensamento ou teorias desprovidas de intencionalidades voltadas para as condições em que elas são construídas e, diferentes da própria proposta revolucionária de Marx (1998), Foucault não lutou para ser reconhecido como “teórico”, pelo contrário, seus escritos remontam para uma crítica forte ao rótulo que define o que é e o que não é científico. Sem dúvida, Foucault influenciou autores como Stuart Hall (2006), Boaventura de Sousa Santos (1989), Joan Scott (1995), Judith Butler (2010), entre outros. Hoje, a crítica inicial de Foucault ganhou desenvoltura para subsidiar pesquisas que valorizam todos os saberes e que entendem o saber científico como só mais um deles e não como o mais importante. Foucault liberta uma série de sujeitos ao afirmar que todos pensam, coisa que o materialismo histórico só deu margem e potencialidade à classe trabalhadora, quanto aos outros, considerou-os como “exército de reserva” (MARX; ENGELS, 1998).

É nesse sentido que se encontram as principais diferenças entre uma perspectiva marxista e uma perspectiva foucaultiana. Não se trata de negar as contribuições de Marx e Engels (1998), e nem Foucault faz isto, mas de especificar a postura teórica de cada um destes autores. Os interlocutores de Marx, considerados pós-coloniais como Boaventura, já ultrapassaram algumas lacunas deixadas por Marx. Nesse sentido, refere-se, sobretudo, à necessidade de não ser anacrônico, contudo, essas diferenciações não podem passar despercebidas. Após as duas grandes guerras houveram vários processos de rupturas epistemológicas dentro das teorias sociais e é preciso que o local de fala de cada uma delas se constitua de forma especificada. O marxismo lutou para ser reconhecido como ciência dentro das teorias sociais. Já o pensamento foucaultiano buscou desconstruir essas formações discursivas que apreendem para si a autoridade de definir o que é e o que não é científico, que supervalorizavam uma razão instrumental e o modelo de ciência cartesiana.

Todo este jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um discurso dado, um certo número de enunciados: há sistematizações conceituais, encadeamentos enunciativos, grupos e organizações de objetos que teriam sido possíveis (e cuja ausência não pode ser justificada ao nível de suas regras próprias de formação), mas que são excluídos por uma constelação discursiva de um nível mais elevado e de maior expansão. (FOUCAULT, 1972, p. 83).

No trecho, Foucault discute como os sistemas de pensamento selecionam o que são e o que não são objetos de estudo de cada ciência. Ao pensarmos esta discussão voltada para a delimitação do que seria próprio do jornalismo e do que faria parte da comunicação, temos a partir de Foucault uma breve conclusão: os saberes são definidos pelos poderes que eles exercem. O saber jornalístico, por exemplo, diante dos estudos sobre publicidade, recebe menos “incentivo” tanto referentes a financiamentos de projetos de pesquisa quanto à própria abertura dentro de congressos de comunicação. Percebe-se que, como Foucault nos afirma, há um sistema que admite ou exclui determinados conteúdos. Ao analisar os estudos de comunicação e jornalismo no Brasil, percebe-se que o segundo encontra-se em um intenso conflito, tanto por buscar um terreno próprio na delimitação de seu objeto de estudo, quanto para construir autonomia científica. Contudo, ao visualizar o contexto em que esse processo está ocorrendo no país, percebe-se que não é interessante ao sistema educacional incentivar a construção de um saber crítico ao jornalismo porque isso interfere diretamente nos interesses do capital. E o problema vai além, quando se fala em teorias do jornalismo dá-se como objeto a simples memorização do conjunto de teorias da comunicação do que os sociólogos da comunicação dos EUA produziram no século XX e se quer se dão ao trabalho de produzirem uma leitura crítica das teorias da comunicação, quiçá das teorias do jornalismo. É nesse contexto da pesquisa científica em jornalismo que se entende que discutir o jornalismo enquanto discurso é comprometer os interesses do capitalismo, discutir tanto o jornalismo como suas teorias é entendê-los enquanto um saber crítico que muitas vezes se constitui em um engodo para o “espírito do capitalismo”. Nesse sentido, torna-se necessário buscar compreender como os sistemas de pensamento se legitimam e como Foucault propõe sua ruptura a partir de uma análise arqueológica das relações de poder:

Em outras palavras: a descrição arqueológica dos discursos se desenrola na dimensão de uma história geral; ela procura descobrir todo o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais com as quais pode-se articular uma formação discursiva; ela tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, entretanto, um estatuto de pura idealidade e de total independência histórica; ela quer revelar o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso, que têm seus tipos próprios de historicidade e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas. (FOUCAULT, 1972, p. 202).

Dentro do conceito de arqueologia, o que torna importante para a pesquisa em jornalismo, é que ele não se refere a uma busca da origem de determinada formação

discursiva, mas busca, essencialmente, encontrar suas regras de formação. De acordo com o trecho acima, a arqueologia identifica as estratégias do exercício do poder. Uma análise arqueológica busca investigar como determinados discursos aparecem e não outros e a partir disso, estabelecer uma regularidade discursiva em suas regras de formação. A arqueologia funciona em Foucault como um mapa das relações de poder contidos nos sistemas de pensamento, ela é responsável pela análise compreensiva da formação dos sistemas de pensamento em determinado tempo e espaço. Percebe-se, ainda, que Foucault está mais preocupado em dizer o que não é uma análise arqueológica do que dizer o que, de fato, ela representa para os pensadores franceses, sobretudo, para os seguidores de Althusser (1987), para Canguilhem, para os linguistas e historiadores. A partir do parágrafo citado, percebe-se também que Foucault entende a arqueologia como uma estratégia analítica que coloca as formações discursivas como componente das materialidades da língua. Uma análise arqueológica reconhece a força das relações de poder na formação dos discursos, por isso ele compreende o discurso como práticas discursivas e não como simples ideias soltas, ideais, valores e até mesmo ideologia. Foucault (1972) busca estabelecer fronteiras com o marxismo, sobretudo com a leitura de Althusser (1987) sobre o conceito de formações discursivas: Foucault (1972) acredita em uma identificação das regras de formação e não em uma ciência de simples adequação à determinada ideologia, por isso ele insiste tanto em informar que uma análise da língua não deva ultrapassar os limites da materialidade, “não existe nada atrás da cortina”. O discurso é exatamente aquilo que se diz, não existe um real da língua e outro real da história como interpreta Orlandi (2009).

Mesmo que Foucault não tenha se dedicado especificamente ao jornalismo, compreende-se que o autor entendia o jornalismo como um dispositivo<sup>22</sup> da modernidade que constrói, legitima e propaga formas de ver o mundo, ele transmite uma série de formações discursivas. “A seleção por si só coloca o jornalismo numa posição privilegiada na tarefa disciplinar. Diríamos, então, que toda a produção jornalística gira em torno do eixo do que é importante, portanto, na visada da disciplinariedade.” (GOMES, 2003, p. 84). Entende-se o jornalismo como um dispositivo propagador de formas de compreender e dar a ver o mundo em sociedade, por isto, compreender o jornalismo como um discurso é buscar compreender as regras de formação de seus enunciados, é compreendê-los não apenas como instrumento

---

<sup>22</sup> O conceito será destrinchado no último capítulo como uma categoria analítica do pós-estruturalismo de Foucault (1979). “Mesmo que haja enfoques diferenciados, seleções e priorizações, todos esses jornais trabalham na suposição de uma linha ideal de conduta, apelam para a responsabilidade, o bem comum, a coerência, a moralidade, a punição à infração, os direitos humanos: apelam às disciplinas reforçando sua necessidade e cobrando-as nas ações do Estado.” (GOMES, 2003, p. 97).

propagador de informações, mas de um dispositivo que revela determinado posicionamento político diante dos fatos narrados, de um instrumento criador de memórias e histórias que legitimam determinadas formações discursivas e excluem outras.

Tenta-se, então, compreender que uma teoria do jornalismo pode ser pensada não apenas a partir de teorias do jornalismo tecnicistas, oriundas do funcionalismo norte-americano, mas também de teorias que não condizem com a realidade histórica de produção e propagação de um jornalismo no Brasil. Entende-se que é necessário buscar compreender a produção científica do jornalismo na América Latina como um espaço totalmente diferente dos centros globalizados do Ocidente, como Estados Unidos e Europa, além de compreender que o que se tem até hoje em teorias do jornalismo é influenciado por teóricos norte-americanos, mesmo os que criticam o funcionalismo, é necessário realizar esse mapeamento geopolítico da episteme teórica porque ele evidencia um vínculo forte com a parte da ciência aplicada que, de certa forma, limita a concentração no desenvolvimento da pesquisa teórica em jornalismo. Este é o problema quando somente importamos as teorias e forçamos a encaixá-las dentro de nossos objetos empíricos e formações discursivas para, em seguida, elaborarmos os nossos objetos de estudo. Há uma série de implicações nesse modelo ou padrão de produção científica e o primeiro deles está relacionado à colonização do saber científico. Não há aqui uma simples negação ou crítica da teoria do jornalismo norte-americano, o que torna-se necessário é mapear tal condição e formação discursiva na busca de desenvolver uma teoria do jornalismo mais democrática, entendendo que existe uma diversidade de teorias de outras vertentes teóricas e contextos sócio históricos que podem e precisam dialogar com o universo das teorias do jornalismo, sendo eles da sociologia, da história, da geografia, da filosofia e de outras ciências sociais, uma vez que o nome da área é: ciências sociais aplicadas.

O próprio objeto de estudo “jornalismo”, enquanto saber, já é, em si, um conhecimento de contracultura, pois ao sugerir uma investigação específica do jornalismo, interfere-se diretamente nas relações de poder em que a produção jornalística está imersa. Nesse sentido, busca-se compreender as redes de poder em que estão inseridas a produção discursiva da epistemologia do jornalismo, o que requer a coragem de produzir uma ruptura com o saber jornalístico hegemônico voltado para uma pesquisa administrativa, ortodoxa, funcionalista, entre outros aspectos. Tenta-se reivindicar para o jornalismo um saber crítico, que liberte os sujeitos e que não se limite a otimizar os instrumentos tecnológicos de produção e propagação da informação.

O jornalismo, assim como a publicidade, age na lógica de vender um produto, vender uma notícia, vender uma verdade. Nada é produzido aleatoriamente e sem interesses econômicos e políticos. É neste sentido que pensar em teorias para o jornalismo latino-americano torna-se um desafio: na medida em que se enfrenta a dificuldade de não enquadrar determinada teoria retirada dos livros clássicos de teorias do jornalismo e aplicar a determinado objeto empírico. Reconhecer o problema da teoria na ciência jornalística requer a coragem de identificar as fragilidades de uma ciência em desenvolvimento. Assumir o lugar em que se encontram as teorias do jornalismo é compreender a necessidade não só de legitimar o campo científico do jornalismo, mas de entender que muito mais importante do que garantir legitimidade externa no campo das ciências, torna-se necessário enfrentar os problemas que, de fato, circundam a elaboração de teorias coerentes aos seus objetos de estudo e empírico. Identificar e reconhecer as limitações teóricas que mais estagnam a pesquisa em jornalismo é não se contentar com a condição de ciência social aplicada<sup>23</sup> tendo em vista que seu objeto de estudo é imaterial (SILVA, 2009a). Nesse sentido, mesmo sendo imaterial, o objeto de estudo do jornalismo possui vestígios de materialidade: as relações de poder são exemplos deste aspecto. Portanto, o objeto de estudo do jornalismo não pode limitar-se a uma discussão do suporte tecnológico, tampouco, à caracterização do fenômeno, dos processos, da noticiabilidade e das rotinas do jornalismo.

Tentar resolver os problemas e expor os desafios da teoria do jornalismo é assumir as condições contraditórias que fazem parte da natureza do jornalismo. Não é só técnica e também não é só ideologia. Há uma complexidade de elementos que fazem parte do objeto de estudo do jornalismo. Contudo, o que se busca nesta pesquisa é enfatizar que a ideologia da tecnologia presente em grande parte nos livros clássicos de teorias do jornalismo e da comunicação, volta-se a uma discussão da técnica para não dar visibilidade às questões dos financiadores e das formações discursivas que legitimam a lógica excludente do capitalismo. Desde o surgimento dos primeiros estudos de comunicação e do jornalismo esse conflito esteve presente, mas poucos enfrentam essas questões que se consideram polêmicas no âmbito da discussão política e econômica.

---

<sup>23</sup> Compreende-se que este termo foi designado como forma de representar a ciência da comunicação e do jornalismo como ciências destinadas a servir ao mercado capitalista da informação. Nomenclaturas que dizem respeito diretamente aos interesses do mundo moderno e do sistema capitalista, negando dessa forma, a possibilidade de uma ciência emancipadora da humanidade. Em outros termos, a nomenclatura foi fornecida para definir a que serve tal ciência: apenas para subsidiar as necessidades do sistema capitalista e negar toda possibilidade de crítica social. Contudo, compreende-se que o conceito de ciência social aplicada é bem mais complexo que isso e refere-se, essencialmente, à utilização de determinada produção científica para explicar determinada realidade.

Percebe-se este fator quando se analisam as obras de teorias do jornalismo (TRAQUINA, 2004; 2005): há uma forte semelhança com o que está presente em clássicos como os de Wolf (2008) com o conteúdo que se refere às teorias da comunicação. A teoria do espelho é uma adaptação da teoria funcionalista e da compreensão behaviorista da mídia. Se formos comparar todas as outras teorias da comunicação com as das teorias do jornalismo perceberemos a significativa semelhança. É chegada a hora de enfrentar os problemas da teoria como um campo em construção e permeado de questões relacionadas à delimitação do seu objeto de estudo.

Assim, torna-se necessário realizar a seguinte pergunta: é necessário definir, milimetricamente, como propõe Groth (2011), o que é e o que não é objeto do jornalismo? Pensar somente como se deu a construção da notícia com análises sobre os critérios de noticiabilidade e os valores notícia a partir da compreensão de que a elaboração da notícia se deu a partir de um fato independente das conjunturas sociais é uma saída viável para pensarmos o campo científico do jornalismo? Em outras palavras, o campo científico do jornalismo assumirá o caráter complexo, dinâmico e interdisciplinar de seu fenômeno social? Ao analisar o discurso de Traquina (2004), percebe-se que compreender a pesquisa em jornalismo a partir da identificação de qual critério de noticiabilidade ou valor notícia parte determinado fato não nos diz muito sobre o poder de decisão dos patrocinadores, do poder político partidário, dos líderes de opinião de determinada sociedade, entre outros fatores.

A teoria do Newsmaking é pautada na obra de Reese e Shoemaker (1996) em que se analisam entrevistas de jornalistas de esquerda que foram censurados e perseguidos nos Estados Unidos por assumirem alguns posicionamentos políticos no interior de seu ofício. Reese e Shoemaker (1996) constitui-se em relatos de uma pesquisa etnográfica sobre o cotidiano das redações alicerçado com um referencial teórico marxista gramsciano utilizado para tentar compreender as dificuldades de se construir um jornalismo pautado na liberdade de imprensa. É nesse trabalho que se pode visualizar as primeiras pesquisas de Newsmaking produzida por pesquisadores de jornalismo de viés marxista que tentaram traduzir os empecilhos da profissão alicerçada com um referencial teórico pautado na visão do jornalista de redação. A extensa obra utiliza, sobretudo, o exemplo de um jornalista, MacDougall do Los Angeles Times, para explicar como funciona o processo de produção, edição e censura realizado pelo *jornalismo mainstream* ao contratarem jornalistas que possuem a ideologia de esquerda. Shoemaker e Reese (1996) constitui-se uma obra que mescla o paradigma do estudo dos efeitos de conteúdo de “mídia” (chamado na obra de Teoria da Notícia ou como é

comumente considerado por Newsmaking) com a perspectiva marxista de leitura das relações sociais que envolvem o processo de produção, circulação e efeitos das mensagens dos jornais.

A partir das reflexões feitas até aqui, é importante se não definir, pelo menos, nos perguntarmos qual o contexto da pesquisa em jornalismo dentro da área maior da comunicação. Tal proposta dá-se a partir da necessidade de produzir uma leitura crítica dos jornais e dos objetos de estudo construídos pela pesquisa em jornalismo, uma vez que isto possibilita não apenas pensar em objetos exclusivos do campo acadêmico e profissional do jornalismo, mas que contribui para a construção de novos escritos, novas epistemes e saberes bem diferentes dos que foram postulados pela tradição positivista dos estudos da comunicação a partir de Lasswell e do jornalismo a partir de Otto Groth. É notória a tentativa de construção de um campo autônomo do jornalismo dentro de um contexto em que esta atividade sempre foi tida como uma habilitação, uma especificidade dentro de alguns cursos de comunicação. O desafio de pensarmos um objeto de estudo específico para o jornalismo nos coloca em uma dupla tarefa:

- a) Reconhecer a necessidade de construir saberes que contemplem as especificidades do jornalismo enquanto objeto de estudo;
- b) Compreendê-lo como um saber inserido em um contexto maior relacionado aos estudos das comunicações sociais, sem, contudo, submetê-lo a uma condição de saber menos importante.

Estes dois pontos são suficientes para problematizar todo o contexto de produção acadêmica sobre o jornalismo: de um lado, os que consideram que estudar o jornalismo é utilizá-lo, essencialmente, como objeto empírico; de outro, os que lutam por um espaço próprio nas esferas de saber/poder que contemplem tanto a construção de um objeto empírico quanto a de um objeto de estudo próprio, autêntico e capaz de solidificar a identidade do campo de pesquisa do jornalismo. Este último tem sido o mais polêmico, pois considera a interdisciplinaridade como um problema na medida em que se exige uma leitura aprofundada não apenas sobre o cotidiano da produção das notícias, mas também de conhecimentos da sociologia e filosofia, principalmente, para poder produzir, de fato, uma pesquisa plural. A interdisciplinaridade requer uma formação não apenas tecnicista do pesquisador em jornalismo, mas se exige uma formação que também compreenda o contexto de produção das notícias. Então, o que esta pesquisa busca refletir é: até que ponto encontrar esta essência do que seria próprio do jornalismo é garantia de autonomia científica?



Percebe-se que quando a pesquisa negligencia as questões teóricas, há um menor amadurecimento sobre o desenvolvimento do jornalismo enquanto uma ciência social, uma vez que se desenvolve a pesquisa em jornalismo como uma pesquisa da ciência tecnológica e entende-se que se vive em uma dimensão de plena mediação da comunicação como alerta Machado (2014). É importante compreender a necessidade da construção de um objeto de estudo voltado não apenas para a produzir um saber para servir às empresas de comunicação, mas também, coloca-se em questão até que ponto o saber jornalístico está interessado em promover emancipação social.

Em busca de um saber próprio, o que se tem feito, na maioria das vezes, é um estudo que analisa formato e linguagem evidenciando saberes, essencialmente, voltados para as especificidades das tecnologias e linguagens que englobam o universo da produção de informações. A preocupação gira em torno de investigar as potencialidades tecnológicas do exercício informativo. Enquanto as questões sociais em que esses contextos informacionais são produzidos ficam à mercê do debate daquilo que consideram a essência dos estudos jornalísticos. Tal perspectiva é bem diferente de realizar a pesquisa do jornalismo através de perspectivas que contemplem e problematizem o contexto do objeto de estudo do jornalismo: jornalismo como forma de conhecimento, jornalismo como discurso, jornalismo como construção social de realidades, acontecimento jornalístico, entre outros.

Há uma diferença significativa em realizar estudo focado somente em formato, classificação e linguagem e realizar um estudo do jornalismo a partir de temáticas sociais que envolvem a produção jornalística. É neste ponto que a reflexão sobre a epistemologia do jornalismo torna-se crucial nesta pesquisa, pois não faria sentido algum realizar mais uma pesquisa de análise do fenômeno jornalístico e deixar de problematizar a interface que este campo necessita realizar para produzir uma leitura crítica dos jornais e, conseqüentemente, reinventar o saber jornalístico a partir dos problemas sociais emergentes.

O objetivo deste capítulo, então, é situar o local de fala da pesquisa em jornalismo diante do campo maior da comunicação para compreender a necessidade de romper com a pesquisa, essencialmente, voltada às exigências das empresas de comunicação e começar a pensar o saber jornalístico como um dispositivo de emancipação social.

“Até o século XIX, a informação confundiu-se com o seu canal. Foi a tipografia nascente que lhe deu o seu primeiro nome: a imprensa, a máquina de imprimir cuja invenção é atribuída a Gutemberg.” (CORNU, 1994, p. 17). É comum encontrarmos as pesquisas em comunicação e jornalismo voltada para o canal de sua transmissão como afirma Cornu (1994):

telejornalismo, radiojornalismo, jornalismo on-line, entre outros. Contudo, o problema não está em discutir as especificidades de cada linguagem que tais canais acabam produzindo, mas sim em transformar esta divisão no objeto de estudo central do jornalismo, como se o canal definisse a mensagem ou como se ele definisse a relação que o jornalismo estabelece com a sociedade. Enfatizar que o objeto de estudo é uma análise do gênero, tipo ou formato da informação tira o foco das questões mais voltadas para as relações de poder que envolvem a informação, transformando o grau de importância da pesquisa em jornalismo muito mais voltado às definições sobre formato do que às implicações sociais que elas constroem. Há nesta perspectiva de olhar o objeto de estudo do jornalismo com um foco, intensivo, nas transformações tecnológicas que cada canal vivenciou, percebe-se que a existência de inovações tecnológicas é mais importante do que identificação das relações de poder presente nos discursos jornalísticos. Tal perspectiva tem influência de uma tradição de pesquisa administrativa e positivista do funcionalismo norte-americano.

É necessário um saber interdisciplinar na medida em que ele possibilita uma pesquisa não só desenvolvimentista, mas também com o compromisso social. Parece-me que, assim, a tão almejada autonomia teórica pode começar a desenvolver-se em um cenário da pesquisa do século XXI: um tempo em que os parâmetros do cientificismo clássico encontram-se cada vez mais questionados, justamente, por seus processos de exclusão de saberes voltados à emancipação social. Há ainda uma outra questão quanto ao uso das teorias pós-estruturalistas, sobretudo, o uso de alguns conceitos de Foucault apenas para servir de subsídio para uma análise do discurso, apenas para “funcionar” como metodologia. Muito pouco se utiliza o pensamento de Foucault e Derrida como propostas de rupturas epistêmicas em relação ao positivismo e ao marxismo ortodoxo.

O marxismo presente em Thompson (2011) reconhece a importância da interferência do contexto quando se pensa em uma ciência comunicacional. Logo, focar em uma discussão do campo jornalístico voltado apenas ao fenômeno noticioso como começo e fim do objeto de estudo do jornalismo, enfatizando a ideologia da tecnologia presente em estudos dos formatos e suportes midiáticos, é a maneira mais segura de se consolidar o campo científico do jornalismo? Assumiremos a possibilidade de autonomia teórica na construção do campo científico do jornalismo? Em outras palavras, negaremos a interferência do sistema capitalista na construção do pensamento jornalístico?

Pensar teoricamente um campo científico, sugere a realização de um questionamento filosófico sobre o tema estudado. Sugere ainda que possamos compreender como se formam

os discursos científicos, ou, como sugere Foucault (1972), como se legitimam determinadas formações discursivas e não outras. Entendendo ainda que o questionamento epistemológico não se elabora para fechar, enquadrar, classificar e enumerar, pelo contrário, Foucault (1972) estabelece uma discussão a partir do conceito de arqueologia do saber, em seguida o de genealogia do poder, para criticar o caráter arbitrário da ciência moderna de rotular como estratégia de definir o que é e o que não é ciência. É neste sentido, que a discussão sobre epistemologias e matrizes de sentido sobre o campo científico do jornalismo podem contribuir para a construção de uma autocrítica, desconstrução da ortodoxia teórica, das barreiras referentes à falta de autonomia epistemológica, entre outros aspectos. Para não nos tornarmos uma ciência inflexível e cega diante dos problemas sociais, é necessário o processo de autorreflexão sobre o saber que buscamos construir.

Uma compreensão interna do campo jornalístico parece-nos sensata quando se pensa na necessidade de construir saberes específicos à teoria do jornalismo a partir de uma abordagem transversal: “[...] acreditamos que o conceito de interdisciplinaridade, pela sua riqueza e história de constituição nas ciências, poderá oferecer recursos analíticos úteis a esta reflexão” (FRANCISCATO, 2013, p. 4). O autor compreende a necessidade de diálogo com outras disciplinas em um viés transversal, como contribuição conceitual para estabelecer categorias de análise, mas não de forma multidisciplinar. Franciscato (2013) diferencia a ideia de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade: ao apontar o jornalismo como um saber que atravessa as ciências sociais, ele considera a necessidade de pensar o saber jornalístico de forma transversal, dialogada, mas sem perder a especificidade do objeto do jornalismo. Tal perspectiva me parece uma das mais sensatas diante do campo multidisciplinar que é a comunicação e o dos seguidores de Groth (2011) que buscam uma individualização intensiva para alcançar os limiares tradicionais da cientificidade. Na trajetória desta discussão, apresenta-se a seguir algumas propostas por outro autor que, diferente de Groth (2011), objetiva demonstrar que a relação mercado e jornalismo não evidencia a sua especificidade no aspecto teórico.

### 2.3 O JORNALISMO COMO DISCURSO: A VERDADE COMO UM CONCEITO PERMANENTE NO OBJETO DE ESTUDO DO JORNALISMO

Há um vazio e ao mesmo tempo uma enxurrada de temas quando nos propomos a identificar e delimitar os objetos de estudo de uma pesquisa em jornalismo. Partindo desta

realidade, o item em questão é uma tentativa de estabelecer o conceito de verdade como um dos eixos temáticos que mais se utiliza para uma pesquisa em jornalismo, tanto para se fazer uma pesquisa de análise de conteúdo, de discurso, quanto para problematizar quesitos teóricos relacionados à ética.

Pensar em jornalismo na América Latina nos remete a discutir as barreiras existentes entre o que é considerado válido como Teoria do Jornalismo e os conteúdos das Teorias da Comunicação, levando em consideração o contexto histórico e geográfico que este espaço representa (HARAWAY, 1995; THOMPSON, 2011; BRAGA, 2001). O objetivo deste item é problematizar categorias relacionadas ao conceito de verdade em jornalismo: neutralidade, imparcialidade, objetividade e subjetividade serão trabalhados para demonstrar as dificuldades e desafios existentes na pesquisa científica em Jornalismo.

Refletir sobre a trajetória da pesquisa científica em jornalismo torna-se necessário pela evidência das tensões entre as matrizes do saber científico desta área, vinculada, historicamente, às necessidades de atender as demandas do desenvolvimento do campo profissional do jornalismo e as implicações sociais que esta atividade acarreta. Tal condição acabou por silenciar ou ignorar a produção teórica que contemple o objeto de estudo do jornalismo, entendendo a construção deste objeto como um direito dos cidadãos, na medida em que o jornalismo pode, assim, ser cada vez mais estudado enquanto uma comunicação pública dotada de potenciais democráticos. Logo, entende-se que a reivindicação por um saber específico do jornalismo precise problematizar a dinâmica relacionada ao desenvolvimento do capitalismo e à desigualdade social promovida pelo primeiro aspecto.

Portanto, há uma necessidade de desvincular as teorias do jornalismo como sendo um adendo do que foi pensado no desenvolvimento das teorias da comunicação, criadas em grande parte no século XX para tentar explicar o efeito e o potencial que os meios de comunicação de massa tiveram no período das duas grandes guerras mundiais. Os estudos sobre o jornalismo são anteriores à formulação das teorias da comunicação como informa Schramm (1970), o que explica o fato de as primeiras pesquisas desenvolvidas por Laswell serem explicadas a partir da observação empírica do jornalismo. Há que se compreender a especificidade do jornalismo não apenas pela observação/investigação dos produtos jornalísticos sendo analisados à luz dos mesmos sistemas de pensamento e regras de formação das teorias da comunicação com o nome de teorias do jornalismo, como pode ser percebido ao se comparar os discursos das teorias funcionalistas/behavioristas analisadas e interpretadas por Wolf (2008) e da teoria do espelho analisada por Traquina (2004). Reivindicar a

especificidade do saber jornalístico apenas para analisar os produtos jornalísticos só evidencia a relação de dependência e subordinação da ciência diante do desenvolvimento capitalista, o que acaba por tornar transparente o maior interesse do desenvolvimento científico: como afirma Lyotard (2004), a ciência não se desenvolve para a emancipação humana, mas para o exercício do poder.

Entende-se, então, que a principal dificuldade para a legitimação do jornalismo no campo científico está relacionada às relações de poder em que a produção e aplicação de seus objetos de estudo estão inseridos. A queda do diploma, a desvalorização salarial do jornalista e a escassez de concursos públicos são condições sociais, econômicas e políticas que estabelecem a relação de dependência do jornalista, do fazer jornalístico, da produção científica do jornalismo com o mercado capitalista materializadas na disputa pelos maiores índices de audiência.

As teorias do jornalismo, de forma macro, refletem essas contradições e tensões. Em todas elas é possível identificar o conflito por conta de sua condição de ciência social aplicada. Constitui-se em metade ciência tecnológica (a maioria influenciada pelo funcionalismo norte-americano) e metade de análise dos efeitos da mídia (a maioria influenciada pelas teorias sociais europeias). Podemos identificar que a teoria do espelho e a teoria do gatekeeper foram criadas para contemplar e potencializar tanto o poder dos meios de comunicação quanto o dos jornalistas ao serem considerados os definidores do que é do que não é pauta. Já a teoria crítica e a teoria interacionista, por serem pautadas no marxismo, nos proporcionam uma leitura crítica dos efeitos das notícias. Esse é o contexto de produção da pesquisa em jornalismo e sob o qual reside todo o processo histórico de desvalorização da profissão.

Ao sugerirmos que existe uma necessidade de realizar uma desconstrução na pesquisa em jornalismo, estamos buscando uma ruptura nos eixos teóricos-metodológicos que guiaram esta pesquisa, principalmente no século XX, que são as teorias que buscam quantificar ou identificar de alguma forma os “efeitos dos meios de comunicação”. Em fins do século XX apostou-se muito na pesquisa quantitativa e no levantamento dos índices de audiência como garantia tanto da neutralidade, da objetividade, como da credibilidade da pesquisa científica ao realizarem um cálculo que demonstrasse qual o canal e o horário eram mais assistidos pela sociedade como forma de medir o efeito da comunicação de massa daquele período. Muitos acreditavam e defendiam que, principalmente, o índice de audiência era capaz de medir o efeito dos meios da mesma forma que se mede o efeito de um remédio injetado com uma

agulha em um paciente. Neste sentido, a desconstrução no campo científico do jornalismo sugere um exercício um pouco mais complexo: é necessário não apenas trocar a teoria ou a metodologia, mas os usos que se fazem da ciência. À quem serve uma pesquisa dos efeitos sobre os jornais de abrangência nacional em períodos eleitorais? Esta é uma pergunta que sugere que se mude não apenas a teoria x, y, ou z, mas que leva a pensar para que serve a pesquisa em jornalismo e para quais objetivos ela tem sido desenvolvida historicamente. O que Foucault (2011) propõe é uma ruptura com o paradigma positivista de ciência que mais excluía do que construía autonomia para os seus sujeitos ou objetos de estudos. E é, nesse sentido, que a proposta pós-estruturalista que possibilitou, por exemplo, a existência das teorias feministas, a teoria queer, os estudos sobre racismo, servem como subsídio para uma renovação nos referenciais teóricos da pesquisa em jornalismo.

Pensando além da dicotomia empiria/teoria, o que se objetiva nesta pesquisa é problematizar as teorias do jornalismo voltadas essencialmente para a otimização do fazer jornalístico, excluindo a possibilidade de que seu objeto de estudo esteja voltado para refletir as condições sociais de produção dos produtos jornalísticos (BRAGA, 2001), sobretudo, a insistência em negar a condição de que seus enunciados são discursos, nada mais que discursos. Tal conclusão é feita pela existência considerável de pesquisas que analisam empiricamente as notícias em detrimento das pesquisas que se destinam a realizarem uma revisão bibliográfica sobre as teorias do jornalismo, o que é bem diferente de apenas realizar um levantamento histórico sobre como surgiram as teorias do jornalismo. Revisão bibliográfica exige uma acuidade epistêmica e crítica para que, de fato, exista uma “revisão” e não apenas a narrativa de fatos e datas sobre a construção das teorias do jornalismo.

Para iniciarmos uma reflexão sobre a verdade enquanto um objeto de estudo viável para trabalhar a pesquisa em teorias do jornalismo e sobre o fazer jornalístico, torna-se necessário alguns delineamentos sobre os limites e potencialidades do conceito de verdade enquanto categoria de análise. A ideia do jornalismo como verdade é basicamente oposta à ideia de jornalismo como discurso. Entender jornalismo como discurso é compreender que o que o jornalismo faz é divulgar uma representação do real e não o real em si<sup>24</sup>. Não se discute o conceito de verdade ou mentira, mas de discurso. “[...] não se pode buscar reconstituir o real, já que ele é, sempre, uma fabricação, um efeito de sentido criado pelos discursos”

---

<sup>24</sup> Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade. Defender a ideia de que existe uma realidade ontológica oculta e que, para desvelá-la, é necessário fazer explodir falsas aparências, seria reviver um positivismo de má qualidade (CHARAUDEAU, 2010, p. 131).

(GREGOLIN, 2004, p. 12). O discurso vem para dizer justamente que não existe uma verdade absoluta, mas um dizer que se pretende hegemônico, predominante, um dizer que é mais preponderante que outro, um dizer que busca exercer poder. Logo, entender o jornalismo enquanto discurso é, justamente, desconstruir a ideia do jornalismo como porta-voz da verdade dos fatos. O jornalismo relata o seu olhar sobre os fatos e não necessariamente a verdade em si, o que não significa que o que o jornalismo divulga se constitua uma inverdade.

A verdade pode ser compreendida como um objeto de estudo constante na pesquisa em jornalismo na medida em que compreendemos que ao trabalharem o conceito de acontecimento jornalístico, por exemplo, o que é mais problematizado é, conseqüentemente, o devir de dizer a verdade presente na natureza existencial do jornalismo. Se definirmos a neutralidade axiológica como um objeto de estudo do jornalismo, também perceberemos que a existência ou não da verdade existente no produto jornalístico é que será o eixo norteador da investigação. Portanto, percebe-se que a verdade, enquanto categoria de análise, para qualquer tipo de objeto de estudo do jornalismo, é algo sempre presente e trabalhado pelos pesquisadores do jornalismo de forma consciente ou não.

A ideia de discurso supera a dicotomia verdade/mentira e passa a ampliar o debate para a verdade em questão. O jornalismo recorta a realidade e expõe a verdade que lhe convém. Todo recorte é um olhar sobre, é uma representação e não o fato em si. Logo, entende-se que ao compreender o jornalismo como um discurso, estabelece-se uma proposta teórico-metodológica que sugere interpretar o jornalismo a partir de sua principal característica: aquele que “informa/forma” opiniões, sentidos e significados acerca do fato descrito. Para Foucault (1972), a análise da língua não se remete a desvendar o encoberto ou revelar a verdade, porque o autor entende que o discurso é aquilo que está dito, é aquilo que se permite dizer em determinado tempo e espaço e não outro; mas destina-se a identificar as relações de poder que definiram as condições de enunciação de determinado discurso. A ideia não é revelar “a verdade dos fatos”, mas compreender como se formam esses ditos ou discursos, por isso ele parte da ideia de formação discursiva como proposta de analisar como esses discursos se manifestam e como apresentam as suas regularidades. Logo, Foucault entende a ciência como construtora de sentidos, ela é um dispositivo da modernidade que define inúmeras formas de interpretar o real e o autor nada mais faz do que identificar como as formações discursivas dos enunciados científicos se materializam em diversas formas de saber e poder: na escola, na igreja, no Estado, na psiquiatria, nas prisões, nos manuais de uso do corpo, entre outros.

Foucault (2014) trabalha a questão da verdade como uma aleturgia, ela sendo trabalhada não como o avesso da mentira, mas como o princípio ativo mais eficiente da ciência: a descoberta. É neste sentido que a ciência médica, as engenharias e as ciências exatas como um todo, acabam por estabelecer uma relação de poder mais forte do que as pesquisas científicas em ciências humanas, uma vez que suas descobertas ou novas teorias construídas não se pautam em argumentos numéricos, excessivamente, quantitativos.

Tratava-se de um ritual de manifestação da verdade que mantinha com o exercício do poder um certo número de relações que não podem, certamente, se reduzir à utilidade pura e simples, mesmo que o cálculo não esteja ausente dele e o que eu queria tentar apreender um pouco é a natureza das relações entre esse ritual de manifestação da verdade e o exercício do poder. (FOUCAULT, 2014, p. 07).

É possível perceber que Foucault (2014) trabalha com o conceito de verdade a partir da sua manifestação porque ele age, sempre, como manifestação das relações de poder. A partir do recorte acima, é possível compreender tanto o Foucault de *Arqueologia do saber* quanto o da aleturgia: já que o discurso é o conceito central de seu trabalho, qual seria o sentido de discutir o conceito de verdade? Há uma tentativa do autor em estabelecer alguns pontos e momentos históricos em que a verdade é trabalhada, principalmente, por fixar suas análises entre o mundo medieval e o mundo moderno. Foucault (2014) faz questão de informar que a verdade no universo cristão da medievalidade era uma verdade com uma intensidade punitiva utilizada para explicar os problemas do mundo: a tempestade, a peste negra, entre outros. Já no mundo moderno, pautado no império da ciência, do antropocentrismo e do humanismo, a verdade é utilizada para diagnosticar doenças, para desenvolver tecnologicamente a sociedade e para a expansão de um modo de vida pautado nas regras que definem os modos de ser e viver dos países mais ricos. Então, é perceptível que Foucault (2014) busca compreender como a verdade torna-se um sustentáculo do exercício do poder nos mais variados momentos históricos e como ela vai apresentando um novo sentido em cada contexto desses.

O discurso se forma, então, da tentativa de se dizer uma verdade, ou, como Foucault (1988) considera, como uma vontade de verdade, busca ser verdade para ser poder. Ao pensarmos, tanto no discurso historiográfico, quanto no discurso jornalístico, percebe-se a construção de uma linguagem que se pretende verdade, por isso que o uso de imagens com entrevistados que são autoridades, imagens que mostram o “fato como ocorreu”, são estratégias de legitimação de um discurso que se pretende verdade, que busca legitimar uns e



não outros. Assim como o historiador seleciona os documentos, o jornalista seleciona as pautas, os fatos que consideram noticiáveis a partir das suas relações de poder e não de uma cultura jornalística como propõe Traquina (2004) quando define quais são os critérios e os valores que definem o que é noticiável<sup>25</sup>.

É a partir dessa condição de existência do jornalismo, enquanto construtor de realidades, que reside a sua ligação tão forte com as teorias positivistas, por isso as teorias que buscam desconstruir a ideia do jornalismo como detentor da verdade absoluta dos fatos são, regularmente, censuradas (como as perspectivas da teoria crítica e seus sucessores), uma vez que elas possibilitam deslegitimar o local de fala do jornalismo enquanto formador e formatador de identidades. É possível, então, identificarmos os meios de comunicação como um dos dispositivos que podem influenciar ou não determinadas características da identidade dos sujeitos, então, defini-lo como o formador faz parte de uma teoria funcionalista que pretende estabelecer uma relação de poder bem nítida entre cultura e sociedade. É nesse sentido que compreender o jornalismo como um discurso torna-se fundamental para entender que a identidade de seu objeto de estudo também é construída discursivamente com o objetivo de legitimar determinados saberes, práticas, teorias e metodologias que atendam às demandas do mercado capitalista, entre outros.

O jornalismo constitui-se, então, um saber que narra o presente contínuo. As notícias são fabricadas, cotidianamente, para alimentar uma indústria da informação e esses fatos só existem quando se transformam em discurso.

Mortos são mortos, mas para que signifiquem genocídio, purificação étnica, solução final, vítimas do destino, é preciso que se insiram em discursos de intelegibilidade do destino, é preciso que se insiram em discursos de intelegibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais, para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. O acontecimento significado nasce num processo evenemencial que, como vimos, se constrói ao término de uma mimese tripla. É daí que nasce o que se convencionou chamar de ‘a notícia’. (CHARADEAU, 2010, p. 132).

A partir de Charadeau (2010), entende-se que o fato jornalístico só existe enquanto angulação, a ideia de informação sem opinião ou sem angulação não existe ou é enganosa. O

---

<sup>25</sup> A previsibilidade do esquema geral das notícias deve-se à existência de critérios de noticiabilidade, isto é, à existência de valores-notícia que os membros da tribo jornalística partilham. Podemos definir o conceito de noticiabilidade como o conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia. Assim, os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (newsworthines). (TRAQUINA, 2005, p. 61).

próprio ato de selecionar o que é e o que não é notícia ou o que é e o que não é objeto de estudo do jornalismo, já se constitui uma elaboração discursiva que revela sentidos, dizeres e poderes. O trecho citado revela que o acontecimento ou notícia só existem quando uma instituição ou sujeito (o jornal ou o jornalista) constrói uma historicidade desse acontecimento, em outras palavras, só existe o acontecimento quando os poderes selecionam/delineiam o fato jornalístico. Charaudeau (2010) afirma que só há fato se houver discurso, se alguém ou algum grupo o selecionar e colocá-lo dentro de determinado contexto. Na maioria das vezes, os definidores das notícias são os patrocinadores ou editores dos jornais.

Então não existe verdade acima dessas verdades de opinião? Talvez, mas seria preciso fazer um mergulho no inconsciente, lá onde se encontram as verdades recalçadas ou dar um salto para o além, lá onde se encontra uma verdade absoluta que só pode ser alcançada por uma palavra de revelação. (CHARAUDEAU, 2010, p. 270).

Charaudeau (2010) evidencia o conceito de verdade nas mídias: a verdade de opinião como uma verdade subjetivada. Ao trazer para o seu texto esta questão, o autor legitima toda sua escrita por compreender a mídia como discurso ao informar que esta “super verdade” ou a verdade difícil de ser assumida, reside no inconsciente, no lugar onde a razão científica não aceita, tão facilmente, que se calquem as suas conclusões. E, neste aspecto, o autor aproxima-se da discussão de discurso em Foucault (1972): o discurso sendo compreendido a partir das relações de poder do tempo e espaço em que ele é enunciado. Para se pensar em verdade na mídia ou no jornalismo, é preciso compreender os regimes de verdades que estabelecem o que pode e o que não pode ser dito pela mídia. Charaudeau (2010) fala de uma verdade presente no inconsciente, logo, a definição de verdade para o jornalismo e para a mídia encontra-se no campo de uma moral e ética coletiva. Subjetiva, essa verdade da mídia e do jornalismo se pautam no contrato de comunicação<sup>26</sup> exposto pelo autor: é a verdade que condiz às lógicas de poder/saber do contexto em que o discurso é produzido.

---

<sup>26</sup> “De maneira geral, os editorialistas – e principalmente os outros jornalistas – só podem adotar uma posição distanciada, pois, submetidos à restrição de credibilidade do contrato de comunicação, devem saber preservar sua razão diante das opiniões tendenciosas que se expressam por ocasião de tal ou qual acontecimento, e devem até manifestar certo ceticismo diante de tal ou qual explicação fácil demais ou partidária demais. Assim, o discurso do comentário jornalístico é, em princípio, marcado por uma argumentação de ponderação: uma dosagem equilibrada entre julgamento pró e julgamento contra, entre apreciação favorável e apreciação desfavorável, entre exposição de uma determinada opinião ou de uma outra (muitas vezes contrária)”. (CHARAUDEAU, 2010, p.183).

“O relato midiático constrói seu próprio real negociando com nossos imaginários” (CHARAUDEAU, 2010, p. 273). Logo, tanto em Charaudeau (2010), quanto em Foucault (1972), tem-se que os discursos se apresentam como verdades de opinião, verdades que pretendem saber para exercer o poder. Contudo, em Charaudeau (2010) não há referência alguma ao pensamento foucaultiano, o que demonstra um posicionamento teórico que busca não se associar à perspectiva de ruptura que Foucault (1972; 1992) estabeleceu para os estudos do discurso. Charaudeau e Maingueneau (2013), mesmo compartilhando de alguns conceitos foucaultianos, partem de configurações teóricas da escola francesa de discurso (Althusser, Pêcheux, Bakhtin) da qual Foucault tanto criticou e tentou estabelecer as fronteiras conceituais.

Contudo, para além das fronteiras entre esses locais de fala, cabe a seguinte reflexão de Charaudeau (2010) para pensarmos o quão polêmico é a ideia de verdade quando nos dispomos a pensar em objetos de estudo para o jornalismo e na verdade contida no próprio discurso jornalístico:

[...] é possível se perguntar o que deveria ser uma ética da responsabilidade do discurso midiático, sabendo que este discurso se inscreve num quadro pragmático de ação e influência. Para isso, é necessário que se tome consciência do contrato de ação, da margem de manobra de que dispõe esse tipo de discurso e dos efeitos que ele produz. (CHARAUDEAU, 2010, p. 271).

Charaudeau (2010) estabelece um item significativo quando nos propomos a pensar no conceito de verdade e aqui, especificamente, quando a problematizamos como uma categoria de análise constante nos mais variados objetos de estudo do jornalismo: a ética da responsabilidade do discurso midiático. O que seria essa ética da responsabilidade? Estaria relacionada à justeza interpretativa dos fatos? Estaria relacionada ao equilíbrio de vozes e sentidos dados a cada um dos agentes do discurso jornalístico? São questões como essas que fazem do conceito de verdade, do de discurso, do de neutralidade, do de objetividade e do de ética, assuntos tão complexos e polêmicos tanto da pesquisa quanto do fazer jornalístico. A responsabilidade da mídia e do jornalismo no contrato de comunicação estabelecido com a sociedade estaria voltada para a fidelidade do relato dos acontecimentos e ao atendimento às demandas de crenças dos públicos ao qual se destinam a informação. Um exemplo: para atender ao contrato de comunicação, os jornais nunca podem emitir um discurso de respeito às prostitutas, pois isto fere os valores culturais e morais da sociedade patriarcal. Logo, as

---

matérias jornalísticas relacionadas à esta temática, em sua maioria, são acompanhadas de um discurso machista que empreende a prostituta como criminosa, pecadora, entre outras características. Charaudeau (2010) informa, ainda, sobre as possibilidades de manobra do discurso jornalístico e dos efeitos que ele produz, a capacidade que o jornalismo tem de angular determinado fato de acordo com os interesses dos públicos a que se destinam.

O fato jornalístico não existe em si mesmo, ele é sempre uma construção histórica do jornalista e do jornal que o enuncia. É sob este aspecto que se voltam a maioria dos estudos, tanto da mídia, quanto do jornalismo: tenta-se racionalizar, quantificar e medir o efeito da informação. O autor enfatiza que o discurso midiático pode ser formatado para atender aos interesses do “contrato de comunicação”. Logo, pensar em discurso jornalístico ou no mercado da informação é compreender, antes de tudo, o jornalismo como um produto: só existe se puder ser vendido e para ser vendido ele deve estar à serviço de algum jogo de poder. O que o autor nos estimula a refletir é sobre a inexistência de discurso jornalístico sem contexto: todo texto é permeado pelas suas condições de enunciação.

Discutir questões tão complexas como jornalismo e verdade exige, no mínimo, cautela. Então, Cornu (1994) nos coloca diante das situações mais conflituosas e tensas dentro do campo jornalístico: como definir o que é informação e o que é opinião? Isto é possível? São questões que permeiam não só esta pesquisa que entende o jornalismo como discurso, mas está presente em todas as pesquisas que se propõem a discutir para que serve o jornalismo. “Como apreciar a verdade de uma informação, não só quanto à exatidão dos factos que relata, mas também quanto à justeza da sua interpretação, quanto à autenticidade da sua relação, sem referência ao público ao qual essa informação se destina?” (CORNU, 1994, p. 13). Neste trecho, Daniel Cornu (1994) afirma que é impossível analisar a veracidade de uma informação jornalística sem saber à qual público ela se destina, sem compreender o contexto que permitiu a existência de determinado enunciado. A partir das indagações do autor, sugiro ainda outra pergunta: é possível informar sem opinar? Ao invés de separarmos tais questões como polos dicotômicos que sugerem a ideia do bem e do mal, não seria mais sensato discutirmos como o jornalismo constrói seus regimes de verdade como sugere Foucault (1979)? Cornu (1994, p. 13) fala de “justeza da sua interpretação”. Eis um dos maiores pontos de tensão quando se propõe a pesquisar o jornalismo: a maioria das pesquisas buscam denunciar a falta de justeza na interpretação dos fatos. A teoria da ação política segundo Traquina (2004), os interacionistas simbólicos como propõem Armand e Michelle Mattelart (2006) e os estudos culturais de acordo com Wolf (2008), sobretudo, quando essas

pesquisas apresentam um viés mais social, como as que se propõem a analisar os discursos jornalísticos são pautadas no objetivo de denunciar determinadas injustiças ou desigualdades tanto sociais quanto referentes à ausência de justiça interpretativa.

A proposta de uma pesquisa voltada a entender o jornalismo enquanto discurso é de problematizar a ideia de verdade no jornalismo ou do jornalismo enquanto sinônimo de verdade. Não é novidade para nenhum sujeito do século XXI que o jornalismo forma as verdades que lhes são convenientes, o problema a ser analisado reside no seguinte aspecto: a quem serve as informações jornalísticas? Cornu (1994) afirma que a justiça da interpretação da informação só pode ser feita a partir do conhecimento do público a que se destina. Os jornais constroem seus regimes de verdade e dão sentido às informações que divulgam. Logo, pensar em jornalismo é sempre pensar nesta relação entre verdade e discurso, assim como um recorte, racionalmente, elaborado de realidades. É compreendê-lo a partir das suas relações de poder.

Verifica-se então um deslizamento da pretensão à verdade total para a imposição de um totalitarismo. A procura da verdade na informação jornalística não foge a esta tensão. Ilude-se se não tiver em consideração a complexidade das ordens de verdade que é chamada a praticar; verdade dos factos (num espírito próximo do cientista), verdade das opiniões e dos julgamentos (fundada sobre uma hermenêutica crítica), verdade das formas de expressão jornalísticas (por analogia à problemática da verdade na arte e na literatura). (CORNU, 1994, p. 321).

Cornu (1994) discute a busca da verdade como uma forma de estabelecer poder, ele discute que a aspiração à verdade enquanto unidade é uma pretensão à totalidade, à verdade una que resolveria todas as dúvidas e mentiras do mundo. No parágrafo anterior, ele afirma, justamente, que o jornalismo não está afastado desta aspiração, ao relatar a sua verdade, os jornais também ditam o certo e o errado, o bem e o mal. O autor enumera três tipos de verdade que o jornalismo pode desenvolver:

- a) A verdade dos fatos: a que se propõe como prova dos acontecimentos;
- b) A verdade das opiniões: a verdade dos juízos de valor expressos no discurso jornalístico;
- c) A verdade dos acontecimentos: a verdade materializada na linguagem jornalística.

As verdades de expressões jornalísticas das quais o autor afirma que o jornalismo finca o seu discurso se materializam em várias estratégias: o recurso de entrevistas com fontes que legitimam a “verdade” sobre determinados assuntos, a utilização de imagens e vídeos que

comprovam o relato jornalístico, o uso de documentos, enfim, são vários os recursos que a linguagem jornalística utiliza para estabelecer sua legitimidade enquanto relator dos acontecimentos.

O que coloca a questão da verdade enquanto um objeto de estudo constante na pesquisa em jornalismo é justamente quando esse segundo tipo de verdade, a que é emitida como juízo de valor, se pretende totalidade e totalitarismo. É quando essas formações discursivas presentes no jornalismo servem para ludibriar o bem comum, quando se materializam na legitimação de preconceitos, no estabelecimento do sensacionalismo, enfim, quando elas estão à serviço de estruturas de poder que muito mais excluem do que incluem. É esta motivação que nos induz a pensar o jornalismo enquanto discurso e não como prática da verdade, porque a ideia do jornalismo como verdade uma pode enganar sociedades inteiras.

Então, a partir dessas distinções que Cornu (1994) faz dos tipos de verdade, pode-se pensar na utilidade que o jornalismo possui ao funcionar como registro de acontecimentos que são definidos como de interesse público através das suas relações de poder. É sob este aspecto, enquanto verdade que se assemelha às evidências e comprovações científicas, que o jornalismo legitima a sua credibilidade. Quando um jornalismo investigativo, por exemplo, consegue cobrir um crime em flagrante, ele demonstra a sua função cidadã. Quando denuncia crimes de corrupção política com responsabilidade, apontando fatos e provas, tornando-se, de fato, um instrumento de transformação social, ele consegue servir ao bem comum e ao desenvolvimento humano.

A partir dessas considerações sobre a verdade enquanto objeto de estudo constante na pesquisa científica do jornalismo, entende-se que é necessário repensar as raízes teóricas que conduziram os estudos do jornalismo, sobretudo, as que tentaram fazer do jornalismo um dispositivo com um “super poder” ou como um quarto poder como define Traquina (2005). A pesquisa em questão tenta compreender como o jornalismo constrói os discursos sobre espaços e seus sujeitos, buscando de forma interdisciplinar, entender o jornalismo como uma ciência que precisa promover justiça social e que, portanto, não pode limitar-se a concentrar esforços para descrever o funcionamento da prática jornalística ou considerar apenas esta prática como objeto de estudo da pesquisa científica em jornalismo. As teorias também podem constituir-se, e precisam ser trabalhadas cada vez mais, como objetos de estudo do campo científico do jornalismo.

Desconstruir as epistemes excludentes contidas no campo científico do jornalismo é romper com a estrutura da pesquisa administrativa que sempre esteve voltada a aperfeiçoar o

estudo dos formatos jornalísticos e compreender seu ensino enquanto técnica. Logo, o que se objetiva é demonstrar a necessidade da existência de uma leitura crítica do jornalismo que permita compreendê-lo como um dispositivo da modernidade, enquanto instrumento dos poderes instituídos. Discutir o jornalismo na América Latina envolve uma série de questões problemáticas quanto à construção do saber: os dois objetos (a América Latina e o jornalismo) foram historicamente excluídos porque “embaraçam” os interesses políticos do capitalismo<sup>27</sup>.

“O trabalho do jornalista enfrenta hoje dificuldades evidentes. Está mais do que nunca sujeito às pressões. São as pressões tradicionais dos poderes e do dinheiro, integradas pelo sistema mediático” (CORNU, 1994, p. 26). Mais uma vez, Cornu (1994) discute questões voltadas à ética do jornalismo, ele entende que é dever do jornalismo emitir a ideia mais próxima da verdade, mas compreende, que tanto o jornalismo, quanto o jornalista, estão diante das pressões de um sistema que muitas vezes ditam as verdades que lhes convém. Contudo, o autor entende que discutir a ética do jornalismo representa uma luta dos jornalistas por um jornalismo cada vez mais justo, autônomo e em busca do bem comum.

Pensar em jornalismo enquanto discurso é pensar na capacidade que o jornalismo possui de construir conhecimento e orientar decisões dos sujeitos, por isso entender o jornalismo como um discurso é compreendê-lo dentro da função política que ele exerce em sociedade. “A política, de maneira mais perturbadora e mais sutil, mesmo em sociedades liberais, é capaz de transformar verdades de facto, inconvenientes, em opiniões, a fim de as desqualificar como discurso sobre a realidade” (CORNU, 1994, p. 330). Ora, neste trecho, mais uma vez o autor abrange um dos aspectos mais complexos e difíceis para a construção de um jornalismo autônomo: a relação de dependência com os poderes políticos e econômicos que condicionam a sua existência. Não se constroem jornais para expandir o bem comum, os jornais são instrumentos/dispositivos do discurso da modernidade que foram criados para que o sistema capitalista se desenvolvesse, então, ele é uma forma de conhecer a realidade, mas também pode funcionar como um instrumento que materializa exclusões sociais. Eles exercem poder e são estes poderes que legitimam determinadas verdades e não outras. Cornu (1994) discute, justamente, o quanto a política é responsável pela legitimidade e deslegitimidade de certas verdades ou pela “justeza interpretativa” construídas pelo jornalismo. O autor fala que a política é capaz de transformar determinada verdade em

---

<sup>27</sup> Na América-Latina, ainda que a estética pós-moderna aplicada à literatura tenha se utilizado à farta de registros da cultura massiva – evocando intertextualmente o cinema, a música popular e as telenovelas -, muito pouco se tem falado de sua relação com o jornalismo. Aparentemente, ele ocupa um lugar incômodo – comprometido com a verdade dos fatos, a objetividade da notícia e a fidelidade ao real – no panorama relativista, niilista e auto-reflexivo dos discursos da pós-modernidade. (STEINBERGER, 2001, p. 173).

opinião para deslegitimar o seu conteúdo. Além disso, nomear determinada informação como opinião é considerada uma ofensa para o jornalismo porque o discurso de modernização dessa atividade incutiu a ideia de que os jornais não podem emitir opinião.

Logo, para um jornalismo desqualificar o outro, é comum ser taxativo: não trata-se de informação, mas de opinião. Discutir o jornalismo enquanto discurso se refere, essencialmente, ao ato de desconstruir estes polos dicotômicos relacionados ao campo jornalístico, tais como: informação e opinião; objetividade e subjetividade; imparcialidade e parcialidade; teoria e empiria. A proposta de compreender o jornalismo enquanto discurso é compreender que seu objetivo final é sempre o do exercício do poder e que ele sempre apresenta todas essas características. O próprio Max Weber (LOWY, 2005) fala da impossibilidade de uma neutralidade axiológica nas ciências, quiçá no jornalismo. O discurso nesta pesquisa é entendido como a linguagem em curso, o discurso jornalístico é a materialização das relações de poder presentes em sociedade.

O enquadramento da informação provoca inevitavelmente um certo conformismo. A autocensura é então praticada, voluntária ou inconscientemente, pelos profissionais, jornalistas ou realizadores. Mas tratar-se-á ainda de objectividade? Se a objectividade é a atitude (quanto à pessoa) ou o método (quanto à abordagem) que permite relacionar a realidade com a verdade, ver 'as coisas como elas são', em nada é satisfeita por uma política de informação que só visaria o equilíbrio ou a neutralidade. A própria realidade é brutal, excessiva, conflitual. (CORNU, 1994, p. 327).

Cornu (1994) nos pergunta se ao praticarmos uma autocensura estaríamos almejando uma objetividade. O autor afirma que se a autocensura tiver como objetivo o alcance da neutralidade, ela não serviria de nada, tendo em vista que a neutralidade plena é algo inatingível. Cornu (1994) nos informa sobre a necessidade que o jornalista possui de obedecer a uma honestidade com determinados códigos de condutas exigidos pela própria instituição à qual pertence o jornalista, em outras palavras, mesmo que essa realidade se apresente complexa, ambígua, multifacetada, que a verdade se demonstre apenas como um ponto de vista, é necessário que o jornalista estabeleça uma relação equilibrada entre a descrição da realidade e a verdade, tendo em vista que disso resultará o nível de credibilidade que o jornalista estabelecerá com a sociedade. Se não, ele se quer será lido, assistido ou ouvido. Percebe-se o quão complexa é a relação entre o jornalismo com conceitos tão universais como verdade, neutralidade e objetividade. O autor nos informa que essa realidade que o jornalista precisa relatar é conflituosa, ela remete sempre à disputa de sentido, à uma versão da



realidade, o que a torna por vezes relativa ou totalitária em algumas circunstâncias. Cornu (1994) nos informa sobre os problemas com esse compromisso que o jornalismo e o jornalista possuem em relatar a realidade de acordo com a “verdade dos fatos”: o problema é quando ela se torna a verdade absoluta dos fatos. Em outras palavras, o autor chegaria a dimensionar o problema de tantos extremismos com o uso da verdade: a autocracia, a ditadura, o nazismo, o fascismo, entre outros.

As verdades, de facto, podem ser estabelecidas pela observação, por testemunhas, por documentos. Continuam a ser frágeis, dado estarem sujeitas aos assaltos da política, que é suficientemente poderosa em sociedades totalitárias para reduzir esses factos a um estado de ‘não-existência’ para a consciência colectiva: pela interdição da discussão pública e pela substituição ou falsificação de documentos. Esses assaltos apontam a imposição violenta de uma síntese política do verdadeiro, cuja força enganadora se afirma pela destruição dos factos que lhes são contrários. A política, de maneira mais perturbadora e mais subtil, mesmo em sociedades liberais, é capaz de transformar verdades, de facto, inconvenientes em opiniões, a fim de as desqualificar como discurso sobre a realidade. (CORNU, 1999, p. 330).

Cornu (1994) afirma que a política é a responsável por transformar a relação entre o jornalismo e a verdade em algo tão complexo e envolver tantos crimes (metafóricos ou não), massacres e mortes. A política é responsável por transformar a verdade em opinião. Cornu (1994) afirma que a verdade é transformada em opinião em determinados contextos políticos de acordo com as relações de poder em que estão inseridos: quem for mais forte estabelece o jogo da verdade e, portanto, do poder. É sobre esta vontade da verdade como vontade de poder que Foucault (1988) nos informa que a medicina moderna construiu, a partir da sua relação com o doente, com seu corpo, por exemplo, uma política do olhar e da investigação para descobrir a verdade. É a busca por escamotear o corpo, é essa política de investigar exaustivamente os sujeitos para descobrir todas as enfermidades, que reside a vontade da verdade como forma de controlar os corpos dos sujeitos. Até este ponto estaria tudo muito simples, o que polemiza o pensamento foucaultiano é que ele chega à conclusão, sobretudo, em fins de Foucault (1988) e Foucault (1984), que essa vontade de verdade era uma forma de dizer a verdade sobre os usos e desusos, a partir do discurso científico, utilizada muito mais para estabelecer a verdade do controle do que para libertar o homem de todas as amarras e enfermidades que lhes acometiam. Enfim, a busca da verdade, a política da verdade, a verdade como uma política de vida ou a política impossibilitando o exercício da verdade nos promovem uma complexidade de situações constantes em relação ao jornalismo, ao jornalista e à sociedade. Bem longe de serem resolvidos, esses conflitos descritos só revelam que além

de universais, o conceito de verdade, neutralidade e objetividade, além de não nos dizerem muita coisa, também não nos permitem percorrer muitos passos sem eles, não há como pensar em jornalismo, tampouco em teorias do jornalismo, sem estabelecer reflexões que tensionem tais conceitos e sua aplicabilidade nos estudos do jornalismo. Então, percebe-se que o jornalismo e jornalista constroem seus discursos tentando emitir os “dois lados da história” como forma de demonstrar seus princípios de imparcialidade e, conseqüentemente, de justeza interpretativa diante do fato descrito.

Cornu (1994), pautado em um marxismo bem delimitado em Ricoeur, Arendt, em uma leitura crítica de Habermas, entre outros, coloca-nos diante de questões nem um pouco resolvidas, não apenas sobre a ética do jornalismo, mas sobre as teorias do jornalismo, bem como sobre seu objeto de estudo. Percebam que a partir das reflexões filosóficas do autor é possível realizar associações teóricas com Foucault e problematizar o conceito de verdade a partir de uma leitura pós-estruturalista que nos promove pensar também em conceitos como o de discurso, também enunciado pelo autor no final da citação acima, como sendo utilizado como forma de deslegitimar determinado enunciado, em outras palavras, Cornu (1994) afirma que quando se quer tornar determinado enunciado como algo sem importância, denomina-se como discurso ou opinião. Ora, é possível perceber que há em Cornu (1994) uma iniciativa filosófica bem diferente de grande parte das pesquisas em jornalismo que permite realizarmos reflexões para além das fronteiras teórico-metodológicas que as áreas dos mais variados conhecimentos muitas vezes nos impõem.

No sentido comum, uma informação não é mais que isso mesmo. Não é a verdade. Uma informação reflete unicamente um aspecto, um fragmento da realidade. Sofre, está marcada pelo selo do provisório. É notícia do dia que será esquecida e talvez contraditada amanhã. Contribui, no entanto, para o aumento do saber. Inscreve-se por isso no projecto do homem que consiste em descobrir de maneira tão completa e precisa quanto possível o universo que o rodeia, a fim de reduzir a incerteza do seu meio ambiente. Repousa sobre uma hipótese prudente, deve existir algures uma verdade da realidade observada. (CORNU, 1994, p. 328-329).

Acima o autor afirma que a informação jornalística não é uma verdade absoluta, pelo contrário, ela padece por ser efêmera, mas não deixa de ser uma forma de conhecimento sobre determinada realidade. É nessa tentativa de representar a realidade que a verdade jornalística encontra toda a sua credibilidade diante de outros mecanismos do poder. Por que as pessoas quando querem descobrir se algo realmente aconteceu recorrem aos jornais? Elas buscam os jornais porque o jornalismo enquanto instituição social ainda preza por princípios éticos que

garantem a existência e a distinção diante de uma informação jornalística e uma história narrada pela telenovela, por exemplo. Ainda, de acordo com Cornu:

O facto. Mas como é possível falar de notícias puras e, mais do que isso, de factos brutos? O uso destas expressões supõe que a informação seria capaz de reproduzir a realidade, sem perdas e sem intervenção humana. Isso significaria que o jornalista como sujeito tem um papel (mera e aparentemente) passivo. Recebe e restitui os elementos da realidade que lhe são dados ou que observa. A verdade tenderia, então, para a simples reprodução da realidade ou, mais exatamente, para o seu mero reflexo. É essencialmente desta pretensa reprodução que se alimenta o culto ilusório do facto jornalístico entendido como facto bruto. (CORNU, 1994, p. 338-339).

De acordo com o recorte acima, a verdade jornalística pretende-se absoluta diante da narrativa do fato, tornando o jornalismo como um centro de documentação e investigação de fatos históricos, de investigação criminal, entre outros. Contudo, o autor é enfático em demonstrar que não existe notícia pura, mas um discurso, só se torna notícia o que alguém definiu que assim o fosse e esta seleção do fato é construída enunciando determinada verdade e excluindo outra. O trecho acima refere-se, também, à teoria do espelho: quando o autor afirma que a verdade jornalística consiste na “simples reprodução da realidade” ele informa que a teoria do espelho além de fazer parte de quase todos os conteúdos pesquisados em jornalismo, ainda não foi completamente superada tendo em vista que quando o assunto é credibilidade jornalística, esta só consegue se estabelecer a partir com a aproximação mais intensa possível de um “reflexo da realidade”. Assim:

Só porque se instala ali uma câmara, só porque esta observa, registra e difunde em contínuo, bastará isso para que a realidade se reproduza segundo as exigências de um conhecimento objectivo? A resposta é evidente e negativa. O acontecimento foi seleccionado, o momento da rodagem foi previsto, tal como a sua duração, a colocação da câmara foi escolhida entre milhares de outras possíveis. Os factos assim captados são constitutivos do acontecimento, mas não bastam, ao contrário das aparências, para o constituir. Sofrem de uma falta de contexto. (CORNU, 1994, p. 339).

Para Cornu (1994), o fato de existir um vídeo mostrando o exato momento em que ocorreu um assassinato não representa que ali esteja expressando a realidade total de determinado acontecimento, em outras palavras, o autor afirma que todo acontecimento só pode ser interpretado a partir de um contexto<sup>28</sup>. O autor expressa ainda que:

---

<sup>28</sup> “Os acontecimentos não existem, com a consistência de um objeto concreto. É necessário acrescentar que, não importa o que se diga, não existem também como um “geométral”; prefere-se afirmar que eles têm existência em si mesmos como um cubo ou uma pirâmide: nunca percebemos todas as faces de um cubo, ao mesmo tempo, só

Para existir, o facto precisa da interpretação, mas a interpretação não pode, por seu lado, dispensar os factos. Esta imbricação estreita da ordem da observação e da ordem da interpretação permite igualmente encarar a objectividade da informação de uma maneira que inclui uma e outra. A intenção de objectividade, defende Ricoeur a propósito da história, ‘não se limita à existência de um documento, como o julga um estreito positivismo. Em matéria de informação jornalística, a intenção de objectividade não se limita à observação da realidade e à crítica das fontes. Orienta igualmente a reconstrução e a interpretação dos acontecimentos. (CORNU, 1994, p. 340).

A partir dos trechos citados podemos perceber quatro itens significativos que o autor conclui:

1. A informação não é a verdade, é apenas um conteúdo;
2. Existe um culto ilusório do fato jornalístico como fato puro;
3. O fato de haver registro em uma câmera, por exemplo, não é o suficiente para que haja um fato jornalístico, é necessário a construção do fato pelo jornalismo, bem como sua contextualização;
4. Os fatos necessitam de interpretações pautadas em seus respectivos contextos. É aqui que o campo da comunicação e do jornalismo se tornam interdisciplinares porque necessitam de saberes sociais<sup>29</sup> para se completarem.

Cornu (1994), mesmo sendo um autor marxista, compreende a ideia de verdade como uma questão de interpretação ou ponto de vista e nisto dialoga com Foucault (1972) para quem a ideia de verdade nada mais é do que um discurso sobre. É importante ressaltar os locais teóricos dos autores porque eles partem de matrizes de sentidos bem distintas, mas que em algum momento nos promovem diálogos, sobretudo, quando atendem ao objetivo maior dessa pesquisa: problematizar a pesquisa em jornalismo. Não é pelo fato de compreender que a verdade é um discurso a partir de Foucault que esta pesquisa deixará de problematizar conceitos como: verdade, objetividade, imparcialidade, neutralidade. É justamente por compreender a verdade como um discurso, e aqui situando a pesquisa em um local de fala

---

temos um ponto de vista parcial; em contraposição, podemos multiplicar esses pontos de vista. Assim se passa com os acontecimentos: sua inacessível verdade integraria os inumeráveis pontos de vista tomados e teriam todos sua verdade parcial. Não é nada disso. A assimilação de um acontecimento é dúbia e mais perigosa do que cômoda”. (VEYNE, 1982, p.31).

<sup>29</sup> “Os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; a escolha de um assunto de história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los; a verdade histórica não é nem relativa, nem inacessível como uma extraordinária extrapolação de todos os pontos de vista, como um “geométral”. Os fatos não existem isoladamente, nesse sentido de que o tecido da história é o que chamaremos de uma trama, de uma mistura muito humana e muito pouco “científica” de causas materiais, de fins e de casos; de um corte de vida que o historiador tomou, segundo sua conveniência, em que os fatos têm seus laços objetivos e sua importância relativa”. (VEYNE, 1982, p.27-28).

bem específico da obra de Foucault (1972), que entende-se a necessidade de dialogar com autores como Cornu (1994) que compreendem a necessidade da justeza da interpretação quando pensam em interpretação dos acontecimentos e negam a existência de fatos neutros ou brutos. Eis um trecho em que Cornu (1994) expressa-se de forma mais significativa em diálogo com o pensamento foucaultiano:

O jornalista observa os factos, ombro a ombro. Nenhum deles apresenta na sua materialidade a exactidão nem a pureza de uma fórmula matemática. E ainda por cima, o normal do jornalismo conduz a relatar, infinitamente, menos factos directamente observados que discursos sobre esses factos. A matéria informativa já está pré-condicionada: uma declaração, um testemunho, um comunicado, uma conferência de imprensa, todos estes 'discursos sobre' impõem uma linguagem, traduzem a vontade daqueles que entregam a informação, ou consentem que lha arranquem, de continuar a controlá-la em benefício próprio. (CORNU, 1994, p. 352).

No trecho citado, Cornu (1994) afirma que os jornais não divulgam simplesmente fatos, mas discursos sobre determinados acontecimentos jornalísticos. No recorte acima, de forma bem específica, parece-nos que há um diálogo com Foucault (1972) quando afirma a existência, não de um discurso aleatório ou neutro, mas de um enunciado permeado pela formação discursiva que foi possível surgir em determinado tempo e espaço, todo discurso contém um sentido, um viés. O que Cornu (1994) afirma é que não há um relato neutro, dissociado de determinado contexto, assim como faz Foucault (1972) ao enfatizar o caráter político dos enunciados. Mais complexo ainda é pensarmos em valores como verdade e justeza interpretativa, uma vez que esta depende, sempre, do contexto em que se insere o jornal, o receptor e a sociedade.

É necessário, ainda, diferenciar em que consiste a neutralidade diante dos fatos jornalísticos e a objetividade no ato de descrição destes fatos: enquanto a neutralidade axiológica é impossível de alcançar, a objetividade jornalística precisa ser almejada, cotidianamente, pelo jornalista se ele quiser adquirir credibilidade diante do seu ofício.

A verdade, de facto, que a informação procura na actualidade, partilha a esse respeito a fragilidade da verdade de facto que é objecto da investigação histórica. Ambas são mais ou menos duramente confrontadas com a política. Exatamente quando a informação dá tais sinais de vulnerabilidade, é surpreendente que alguns jornalistas contribuam para a desestabilizar ao declararem não dar grande importância à objectividade, limitando-se a privilegiar a muito pessoal honestidade. Não sem alguma hesitação, é verdade, uma vez que se eles parecem aceitar sem exame, como um puro axioma, que "a objectividade não existe", persistem, contudo, em falar do respeito pela verdade. Se a objectividade remete para a validade da verdade do julgamento feito sobre a realidade que passa pelo olhar do observador

(ver as coisas como elas são), seria contraditório declará-la inútil ao mesmo tempo que se continuaria a admitir a existência possível de uma verdade de facto, sem a qual a informação perderia a sua razão de ser. (CORNU, 1994, p. 330).

Percebe-se que Daniel Cornu afirma que a objetividade jornalística é imprescindível para o exercício do jornalismo, em outras palavras, não há jornalismo quando divulga-se apenas “um lado da história”, o jornalismo consiste em divulgar as duas versões de interpretação de determinado fato. Na medida em que o jornalismo enuncia apenas a voz da instituição e omite a da população, deixa-se de realizar jornalismo e passa a ser feito uma simples assessoria de imprensa. O autor ainda é bem enfático ao declarar que a objetividade só é possível se houver uma descrição de um fato que realmente ocorreu. É muito comum encontrarmos nos conteúdos jornalísticos, pautas construídas pelas assessorias de imprensa, contudo, elas só deixam de ser simples releases se estiverem subsidiadas de verdades em seus conteúdos, em outras palavras, se houver ação concreta que comprove o narrado. Não funciona muito informar que o Ideb (Índice de desenvolvimento da educação básica) aumentou se o jornalismo não conseguir demonstrar em que aspectos houve, de fato, uma melhoria na qualidade do ensino da educação básica.

Enfim, apreende-se que o conceito de verdade, além de complexo, é em demasia conflituoso quando se pensa em jornalismo. Grande parte das pesquisas em jornalismo perpassam pela temática da verdade porque é a partir dela que se discute os conceitos de neutralidade e objetividade jornalística. Então, o item em questão constitui-se em uma tentativa de refletir sobre a questão da verdade como um objeto de estudo constante do jornalismo, sendo ela feita por uma abordagem positivista, marxista ou pós-estruturalista, a verdade é um tema fundamental para a pesquisa em jornalismo. Assim é possível prospectar o que constituiria, de fato, o objeto ou os objetos de estudo do jornalismo como se vêm refletindo nesta investigação. No próximo capítulo, apresenta-se uma proposta para pensar o objeto do jornalismo e, conseqüentemente, a pesquisa em jornalismo partindo dos pressupostos pós-estruturalistas.

### 3 CONTRIBUIÇÕES PARA UM OLHAR PÓS-ESTRUTURALISTA NA PESQUISA EM JORNALISMO

#### 3.1 O JORNALISMO COMO DISPOSITIVO DE SABER/PODER

O capítulo em questão constitui-se em uma iniciativa de reflexão sobre o movimento pós-estruturalista e o seu alcance em termos de emancipação social. Para isto, o item sobre o jornalismo como um dispositivo da modernidade trabalhará com a perspectiva de que o jornalismo enquanto instituição social busca coordenar e submeter os sujeitos às suas formações discursivas. Como forma de demonstrar o que se constitui como dispositivo, serão problematizadas as perspectivas de Foucault (1979) e Deleuze (1990) que se configuram como textos básicos para o conceito que passa a ser utilizado em demasia no início do século XXI.

Para iniciarmos uma reflexão sobre uma categoria analítica viável para os estudos da comunicação e não só incorporarmos mais um conceito das ciências sociais, entende-se que é necessário primeiro complexificar o conceito para ajudar a compreender melhor a pesquisa em jornalismo e o fazer jornalístico. De acordo com autores que afirmam que o jornalismo está em sua fase pós-industrial<sup>30</sup>, acredita-se que estamos passando por um momento de transformação diante da popularização de novas tecnologias. Em tempos em que a sociedade não se comporta e nem é mais vista como um receptor, mas como agente e sujeito de sua própria história e de seu jornalismo, tem-se cada vez mais questionado o papel do jornalismo no século XXI. Jornais alternativos, coletivos de mídia, perfis individuais em redes sociais, enfim, uma sociedade que decidiu que é hora de fazer seu próprio jornalismo, tem cada vez mais exposto aos veículos tradicionais que o paradigma da “isenção e da imparcialidade”, que alguns jornais defendiam por muito tempo, está cada vez mais sendo questionado. A sociedade não acredita mais em jornalismo neutro, sem interesses políticos/econômicos. Os ouvintes e leitores dos conglomerados midiáticos compreendem os respectivos locais de fala dessas empresas e estão todos os dias questionando suas posturas, tanto nas ruas como em suas páginas em redes sociais, entre outros. Contudo, o jornalismo ainda enfrenta os mesmos problemas de quando era produzido para narrar os feitos dos reis e nobres: seu problema com o regime de verdade e com seus padrões de comportamento divulgados em seus canais.

---

<sup>30</sup> ANDERSON, C. W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM*, edição Brasileira da Columbia Journalism Review, 2012, p. 30-89.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979, p. 12).

Quando Foucault (1979) fala de mecanismos e instâncias que distinguem os enunciados verdadeiros dos falsos, ele refere-se aos dispositivos que permitem definir, por exemplo, quem é o certo e quem é o errado: o código de leis. Elas definem quem é criminoso e quem é inocente, conseguem também, através de mecanismos de investigação, descobrir quem está com a verdade. É isso que Foucault entende por dispositivo, são essas estratégias que a modernidade construiu para estabelecer suas instâncias de saber/poder, são meios pelos quais o poder consegue se materializar: o discurso médico é um dispositivo da vida moderna, ele funciona para gerenciar, diagnosticar, tratar e eliminar os sujeitos considerados como “outsiders” por Elias e Scotson (2000).

O conceito de dispositivo será trabalhado neste item com o objetivo de problematizar o aspecto mediatizador, organizador e, algumas vezes, mediador do jornalismo enquanto instituição social. Então, o termo dispositivo será averiguado na tentativa de possibilitar a construção de conceitos oriundos do campo da comunicação a partir do que Braga (2018) propõe. O objetivo específico é tentar compreender como o jornalismo é utilizado como um veículo que cria padrões de comportamento, que agenda temas sociais e, algumas vezes, realiza a mediação de informações educativas, diplomáticas, entre outros aspectos. Contudo, no item em questão, também será problematizado a perspectiva de diferentes autores considerados como pós-estruturalistas ou que, pelo menos, dialogam com Michel Foucault.

Relator dos fatos, tradutor da realidade social, sintetizador dos assuntos mais importantes da atualidade, todos estes são atributos sob os quais o jornalismo se engajou, historicamente, para atender. Todas essas considerações trazem consigo um conjunto de verdades que Foucault (1972; 1979; 1996) discute, basicamente, em toda a sua trajetória. Esses conjuntos são construídos por cada sociedade e funcionam para o autor como formações discursivas. Os regimes de verdade do qual Foucault explica se materializam nos mais variados discursos, sobretudo, o da psiquiatria, o jurídico, o educacional, o religioso, entre outros. É a partir desses regimes de verdade que o jornalismo constrói suas leituras da sociedade, construindo, discursivamente (através da impessoalidade com o uso da terceira



peessoa do singular) aquilo que se pode dizer em determinado tempo/espaço e não outro (FOUCAULT, 1972). Um regime de formulação e dispersão de unidades discursivas sobre a loucura pode-se encontrar em uma série de códigos de condutas, construídos historicamente, para definir quem é louco e quem é são: quem não se adequa às normas sociais, quem enfrenta as estruturas de poder, em sua maioria, historicamente, foram colocados na categoria de loucos.

A história e o jornalismo não possuem a verdade dos fatos, mas uma verdade escolhida para representar o ocorrido. Como Paul Veyne (1982), Foucault também entende que os fatos históricos são uma construção e invenção do historiador, e por isso entende-se que o jornalismo comunga da mesma configuração. Não há fato neutro, natural ou aleatório, todo fato é uma invenção e construção dos dispositivos ou mecanismos da modernidade. É essa perspectiva que causa uma enxurrada de críticas ao pensamento foucaultiano e que acaba colocando-o em algumas reflexões como um pensador relativista, uma vez que se entende que o fato histórico é uma invenção do historiador, ele pode ser uma “mentira” ou uma versão não verdadeira.

Quando Foucault (1992) descreve a proposta das formações discursivas ele quer enfrentar o materialismo histórico dialético e o estruturalismo positivista presente também no marxismo.

O caso do marxismo é mais complexo, pois é alguma coisa que emergiu no interior do pensamento racional como ciência. Quanto a saber quais tipos de relações de poder uma sociedade dita “racional” como a sociedade ocidental consigna à ciência, isso não se reduz à ideia de que a ciência só funciona como uma soma de proposições tomadas por verdade. Ao mesmo tempo, é alguma coisa intrinsecamente ligada a toda uma série de proposições coercitivas. Quer dizer que o marxismo como ciência – na medida em que se trata de uma ciência da história da humanidade – é uma dinâmica de efeitos coercitivos, a propósito de uma certa verdade. (FOUCAULT, 1992, p. 191).

Percebe-se que no trecho acima o autor não tenta desconstruir o marxismo por uma simples implicância, tampouco por diagnosticar que esta teoria possui várias lacunas, mas porque o marxismo se contradiz na sua própria essência: como produzir uma teoria para a classe trabalhadora com os métodos da ciência burguesa? É por isso que Foucault considera o marxismo uma ciência que viabiliza muito mais efeitos coercitivos do que de transformação social, de fato. A história dos sistemas de pensamento que Foucault (1972) tanto critica refere-se ao essencialismo da matéria, do trabalho, do concreto como garantia de cientificidade, de verdade e de realidade. Foucault (1972) dá ao discurso um sentido não apenas retórico ou

ideal nos termos hegelianos, mas das práticas de exclusão e nomeia ainda as formas como as formações discursivas disciplinam e vigiam os corpos – dispositivos. Os dispositivos de saber/poder, os dispositivos de disciplinarização dos corpos, os dispositivos de coerção pelo legislativo, enfim, dispositivo como um meio pelo qual os discursos materializam as suas formas de poder. O jornalismo seria, dessa forma, um dispositivo que permite ver o mundo, que estabelece uma relação entre o público e o privado.

O jornalismo mainstream enquanto dispositivo da modernidade<sup>31</sup> pouco mudou em relação às suas características iniciais. Jornalismo como voz do poder; Jornalismo que se pretende neutro; Jornalismo como portador da verdade dos fatos; Jornalismo que se pretende como tradutor de eventos tidos como importantes e de interesse público; Jornalismo enquanto mobilizador/construtor de “opiniões públicas”. São características que podem ser visualizadas desde que se praticava um jornalismo não comercial, como as actas diurnas<sup>32</sup>, até os dias atuais.

Entende-se o jornalismo como dispositivo da modernidade a partir das seguintes características:

- a) O jornalismo como materialização do poder;
- b) Como componente dos regimes de verdade da modernidade;
- c) Discurso que sintetiza o ritmo da vida moderna;
- d) Ferramenta que traduz os anseios que determinados grupos que possuem poder econômico desejam publicizar;
- e) Parte do maquinário de construção de uma opinião de públicos. Faz par com os intelectuais e constroem condições de enunciação;
- f) Entende-se dispositivo como o exército, a escola, a sexualidade, a igreja, o jornalismo. Dispositivo enquanto ferramenta/motor que materializa os regimes de verdade.

Para Revel (2005, p. 39), o dispositivo: “Aparece em Foucault nos anos 70 e designa inicialmente os operadores materiais do poder, isto é, as técnicas, as estratégias e as formas de assujeitamento utilizadas pelo poder”. A ideia é discutir como os dispositivos operam, e no jornalismo, como este constrói seus regimes de verdade. Roberto Machado<sup>33</sup> ao refletir sobre

<sup>31</sup> Compreende-se a modernidade não como um período mais evoluído que o seu antecessor (Idade Média), mas como um período que aglomera um quadro de características referentes ao ritmo de vida impulsionado pela lógica frenética das indústrias e da vida na cidade. Pensa-se em modernidade como um período movido pelo ‘espírito do capitalismo’. (LE GOFF, 1979).

<sup>32</sup> BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

<sup>33</sup> MACHADO, Roberto. “Por uma Genealogia do Poder”. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. XIV.

o poder em Foucault entende o dispositivo enquanto ferramenta: “Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras”. Os dispositivos funcionam em Foucault como a materialização das formações discursivas nas mais diversas esferas de poder, tanto o institucional quanto na subjetivação dos sujeitos: um exemplo de dispositivos é o de controle do corpo dos sujeitos pelo Estado, ele pode ser visualizado a partir do processo de sanitização através de vacinações, prevenções, entre outros. O sistema de leis civis e morais atuam das mais variadas formas de subjetivações e comportamentos: a ética é um valor estabelecido por dispositivos jurídicos e morais que atuam diretamente no caráter do sujeito, portanto, atua diretamente em sua subjetividade. Os dispositivos, dessa forma, são os mecanismos pelos quais as formações discursivas se manifestam de forma mais expressiva.

De acordo com Sargentini (2015), na medida em que o seu conceito de discurso foi sendo utilizado pelos teóricos da Análise do Discurso, Foucault foi substituindo-o pelo de dispositivo. Provavelmente, ele não queria ver suas reflexões sendo utilizadas como aporte metodológico, já que é justamente contra a mecanicidade do método que ele tanto lutou para desconstruir ou pelo menos para dizer que quem define o que é ou não método válido é quem tem poder.

Um dispositivo emerge da rede de discursos que o sustentam e ele deve ser pensado ‘em toda a extensão de sua dispersão, em toda diversidade de suas ramificações, em toda profundidade de sua sedimentação’ (COURTINE, 2013, p. 127). O conceito de dispositivo é, portanto, pautado na noção de rede, de relações estratégicas, considerando que teórica e metodologicamente auxilia-nos a reunir a dispersão dos discursos e acompanhar as práticas discursivas que de forma ramificada produzem, em um ruído silencioso e contínuo, as transformações dos discursos que circulam na sociedade. (SARGENTINI, 2015, p. 26).

Percebe-se, então, que mais uma vez os dispositivos de Foucault são considerados como redes que atuam em sociedade. Sargentini (2015) compreende que os dispositivos são responsáveis por agrupar um conjunto de discursos, historicamente dispersões, em torno de uma formação discursiva que funciona como um denominador comum. Foucault (1988; 1984; 1985), em seus últimos escritos, refere-se à dispositivo quando quer criticar os mecanismos de controle sobre o uso do corpo, das medidas de prevenção e medicalização como política pública de sanitização (FOUCAULT, 1979), definidas pelo Estado. Logo, entende-se que Foucault refere-se à dispositivo para tratar de determinadas formas como o poder (do Estado-nação de forma mais específica) atua sobre a vida biológica da população.

Os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, em relação ao qual não existe exterior possível. Daí a importante polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro os que se encontram alijados dele. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem práticas ou relações de poder. O que significa dizer que poder é algo que se exerce, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não podem ser travadas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se estende por toda a sociedade e da qual ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força. (MACHADO, 2006, p. 171).

A partir do trecho citado, percebe-se que Machado (2006) compreende que o que Foucault (1979; 2001) entende por dispositivo está relacionado às manifestações do poder, os dispositivos exercem a função de mecanismos pelos quais os poderes se exercem, por isso, ao compreender o jornalismo como um dispositivo, estamos propondo pensá-lo não como um artefato meramente informativo, mas como um instrumento de veiculação e mediação dos saberes e poderes. A partir do trecho acima, percebe-se que o autor tenta traduzir o conceito de poder a partir de sua materialização: uma rede de dispositivos que envolvem tudo e todos. Então, percebe-se que o autor fala da possibilidade de resistência quando se refere especificamente ao conceito de poder, mas não concentra atenção em diferenciar dispositivo, sempre relacionado às consequências do uso ostensivo do poder, da noção de poder: Foucault (1979) diz que o poder não se conceitua, se exerce.

Entender que o jornalismo é um dispositivo nos permite compreender que os seus discursos são produzidos pelas condições de produção e enunciação, não são “achadas” as pautas, tampouco suas angulações. São os poderes, institucionais ou não, que definem o que é noticiável e como serão seus posicionamentos. Ao identificarmos o conceito de jornalismo com o de dispositivo, o que se quer é defini-lo como um elemento que funciona para elaboração e consolidação dos modos de ser, pensar e estar em sociedade. Negando, portanto, a fácil identificação do jornalismo como uma tecnologia moderna que apenas emancipa a condição humana. É, portanto, pensando no conceito de comunicação em uma perspectiva relacional que não podemos dar por sinônimo jornalismo e comunicação. Nem sempre o jornalismo comunica, mesmo este sendo o seu princípio fundamental. Muitas vezes, ele apenas informa, forma e conforma e é sob este aspecto que o conceito de dispositivo nos

permite compreendê-lo como um conjunto de códigos e normas, que através de sua linguagem, nos permitem conhecer a construção de realidades<sup>34</sup> e não da realidade como propõe Berger e Luckmann (1985). Jornalismo, então, refere-se aos mecanismos do poder exercido para estabelecer alguma comunicação. Percebe-se, então, que mesmo aparentemente tendo sobre si a materialização do poder, o jornalismo é incompleto sem o exercício comunicativo. Não adianta informar sem transformar, portanto, sem comunicar ou sem dialogar.

Há no conceito de dispositivo a compreensão da arquitetura estabelecida na constituição dos saberes que materializam os poderes, por isso entende-se o jornalismo como um discurso construído a partir das relações de poder e não de um *ethos* ou uma cultura jornalística, tampouco a partir de um entendimento coletivo de classe que remontaria a uma estrutura ou tópico de sua linguagem. Não é o fato de haver códigos que denotam a identidade específica do fazer jornalístico e que constroem sua identidade que define o que sai e o que não sai nos jornais. Os poderes são bem mais fortes do que a cultura profissional e, na maioria das vezes, as submetem e as condicionam.

A ideia básica de Foucault é que as relações de poder não dizem respeito fundamentalmente ao direito, nem à violência; nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas. Ninguém desconhece, por exemplo, que a difícil questão da repressão está sempre polemicamente presente em *Vigiar e Punir* e *A vontade de saber*, livros que estão constantemente querendo demonstrar que é falso definir o poder como algo que diz 'não', que impõe limites, castiga. A uma concepção negativa que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido de que seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, Foucault opõe uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão. O que suas análises quiseram mostrar é que a dominação capitalista não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. (MACHADO, 2006, p. 171-172).

Foucault (1988) diz que o poder disciplinador se materializa no próprio poder dizer, no poder fazer e age através de um código de condutas que permitem determinadas práticas que alimentam tanto o *status quo* quanto o mercado capitalista. A modernidade encontrou uma forma de exercer poder ao libertar os sujeitos das proibições que o mundo medieval o colocou. Logo, Foucault (1988) afirma que a vontade de verdade, sinônimo da verdade como um saber, estão relacionados ao ato explicativo através do discurso da ciência sobre o uso do corpo e a materialização desses poderes exercidos em nossas subjetivações. “Não beba água

---

<sup>34</sup> O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação (GREGOLIN, 2007, p. 16).

poluída”. É um enunciado que nos remete ao que devemos beber, o tipo, o modo, enfim, são indicações que em Foucault (1985) remetem aos manuais de conduta elaborados desde os gregos e desenvolvidos pelo discurso científico moderno para educar os corpos, nossas subjetivações e nossa forma de lidar com o corpo vivo/saudável. Há em Foucault (1985; 1988) uma compreensão de que não é só de repressão que os poderes se legitimam, eles se outorgam também no processo educativo, disciplinador e informativo.

A disciplina nem é um aparelho de Estado, nem uma instituição: ela funciona como uma rede que os atravessa sem se limitar a suas fronteiras; é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder; são métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade; é o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista. (MACHADO, 2006, p. 173).

A partir do trecho citado, percebe-se que Machado (2006) entende que o conceito de dispositivo em Foucault é trabalhado para demonstrar como os poderes se materializam. Ao associar a disciplina à dispositivo e este à métodos que “asseguram a sujeição constantemente de suas forças”, é possível identificarmos que o dispositivo é utilizado em Foucault para referir-se às posições de assujeitamento conduzidas pelos dispositivos. Em outras palavras, o dispositivo é trabalhado para demonstrar o poder em sua forma mais impositiva. É importante, portanto, entender que o conceito de dispositivo, mesmo que uma de suas características principais seja seu aspecto heterogêneo e funcionando em redes, tem o seu conteúdo diferente do de microfísica do poder. Trata-se de um conceito elaborado por Foucault para descrever o funcionamento, para traduzir o “como” os poderes se exercem de forma coletiva e individual.

O adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso com o objetivo de separar, comparar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça, pela primeira vez na história, a figura singular, individualizada do homem como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências do homem. (MACHADO, 2006, p. 176).

Machado (2006) afirma que Foucault entende que as técnicas disciplinares referem-se aos dispositivos que constituem os domínios sobre os cuidados de si e dos outros, aqueles contidos nos manuais de boas condutas que desde os gregos até os modernos se encarregaram

de admoestar, tanto no domínio da moral, quanto da ciência. Machado (2006) informa que a modernidade configurou as ciências humanas como as que definem o homem como produção do poder ao mesmo tempo em que ele é também objeto do saber, ele produz e exerce poder, mas também é um objeto nas mãos dos poderes, como a ciência, a escola, o Estado, por exemplo.

Foucault destina-se a chamar de dispositivos referindo-se às técnicas e mecanismos de controle políticos sobre as subjetivações dos sujeitos, que podem referir-se tanto aos aspectos econômicos quanto políticos, jurídicos com leis civis e morais. Para os linguistas e historiadores, Foucault (1972) foi mais específico e dedicou-se a criar um termo mais abstrato chamado de formações discursivas, referindo-se à um conjunto de enunciados que obedecem a uma mesma regra de formação. Já os dispositivos seriam a forma ou o meio pelos quais as formações discursivas conseguem se materializar. Para tornar mais detalhado o conceito de dispositivo, citarei um exemplo comum do nosso cotidiano: o machismo no século XX se materializa através de vários dispositivos, um deles era a desigualdade salarial entre homens e mulheres que ocupassem os mesmos cargos. Através deste exemplo podemos perceber que o dispositivo é o meio pelo qual as formações discursivas conseguem se tornar manifestas, os dispositivos tornam possíveis as indistincões entre discurso e prática no pensamento foucaultiano. Para Foucault, os discursos são as práticas discursivas. Não há em Foucault, como há na escola francesa de análise do discurso, uma distinção entre linguagem e materialidade. Para Foucault, a linguagem é uma materialidade e isto o faz, o que o coloca em diálogo com Lyotard, um autor considerado “pós-moderno” e que trabalha com o conceito de jogos de linguagem<sup>35</sup>. Essa indistinção (discurso e práticas discursivas) os colocam, para os materialistas, como pensadores “idealistas” e “neoconservadores”. O que considero um outro extremismo, uma vez que percebe-se que a compreensão dicotômica entre ideia e matéria não nos levou a um amadurecimento epistêmico e tampouco produziu autonomia científica em ambos os lados.

Logo, considera-se prudente a compreensão de que é necessário a reflexão sobre o fim das dicotomias, sobretudo, quando se destina a pensar em conceitos que buscam operacionalizar temas tão complexos como jornalismo que, nesta pesquisa, tem como

---

<sup>35</sup> Os jogos de linguagem serão, então, jogos de informação completa no momento considerado. Mas eles serão também jogos de soma não nula e, nesse sentido, as discussões não correrão o risco de se fixar jamais sobre posições de equilíbrio mínimos, por esgotamento das disputas, pois as disputas serão então constituídas por conhecimentos (ou informações) e a reserva de conhecimentos, que é a reserva da língua em enunciados possíveis, é inesgotável. Uma política se delineia na qual serão igualmente respeitados o desejo de justiça e o que se relaciona ao desconhecido. (LYOTARD, 2004, p. 120).

principal tese a de ser um dispositivo, de se comportar como um difusor dos princípios e do discurso da modernidade. Entende-se, então, o jornalismo como um dispositivo que proporciona, de forma singular, os eixos da verdade de determinada realidade, sendo, portanto, um espaço crucial de investigação histórica.

De acordo com Gregolin (2004), Foucault pode ser compreendido a partir de três fases:

1ª: Fase arqueológica - investiga os saberes que embasam a cultura ocidental;

2ª: Fase genealógica – analisa as articulações entre os saberes e os poderes a partir de uma genealogia do poder;

3ª: Fase do governo de si e dos outros – subjetivações a partir dos dispositivos de controle dos corpos.

Em um segundo momento de seu trabalho – chamado de genealogia do poder -, sua atenção voltar-se-á para as práticas do poder, para as relações que se estabelecem entre o saber e o poder. Foucault analisa, então, os dispositivos do poder nas sociedades disciplinares, as instituições desenvolvidas para controlar os corpos nas prisões, nas fábricas, nas escolas, etc. Em um terceiro momento, abordará as técnicas de si, a governamentalidade, os procedimentos de subjetivação que constituem, para os sujeitos, a ideia de identidade. (GREGOLIN, 2004, p. 57-58).

A partir do trecho de Gregolin, percebe-se que os dispositivos são além de heterogêneos, mutáveis. Para Gregolin (2004), os dispositivos seriam a manifestação das disciplinas que administram os poderes nas subjetivações dos sujeitos, por isso a autora enumera as instituições que disciplinam os corpos dos sujeitos, bem como seus códigos morais de conduta: prisão, fábricas, entre outros. Os dispositivos aparecem em toda a obra de Foucault, desde seus primeiros escritos como Foucault (1998) até suas últimas aulas compiladas pela coleção Ditos e Escritos, comportando-se muitas vezes como um conceito de difícil delimitação e compreensão. Diferente do conceito de formação discursiva, que o autor faz questão de definir suas arestas em Foucault (1972), os dispositivos podem ser compreendidos como uma estratégia de leitura sobre as condições de enunciação que visualizamos nas relações de poder. Ora são mecanismos e ferramentas, ora são instituições e personificações dos poderes. Leis e juízes são exemplos que traduzem a heterogeneidade do conceito de dispositivo, pois ele representa tanto o instrumento, quanto a personificação do poder. Além de representar ainda a instituição do poder, que de acordo com o exemplo citado, seria a própria concepção de justiça.



Os dispositivos não possuem um sentido apenas negativo, disciplinador no sentido doutrinador, mas também organizador e gestor da vida moderna e é este o sentido que Foucault (1979) busca explicar quando cria o conceito de biopoder, aquele poder exercido pelo Estado na vida biológica de uma sociedade, por exemplo, a obrigatoriedade da vacinação e todas as políticas de sanitização dos espaços e dos sujeitos. Contudo, Foucault (1979) refere-se de forma mais intensa aos dispositivos como sendo algo que cerceia liberdades, diferente do conceito de microfísica do poder que tem como objetivo dizer que o poder não é só torturante, mas que pode ser também emancipador. Há autores que tentam relativizar a formação discursiva predominante do uso do termo dispositivo em Foucault: Deleuze (1900) e Bertén (1999). Este último começa afirmando que Foucault escreveu um livro sobre lições que devemos obedecer.

Como sabemos, está na “genealogia”, monitora e castigante, o nascimento da prisão, em que existe um desenvolvimento rigoroso, metucioso e, notavelmente, proveitoso da noção de dispositivo. Quadrados de grade, ocupação e divisão do tempo, gerenciamento de viagens com monitoramento de todos os momentos, regulamentos exigentes, panópticos, investimentos no corpo, etc. Dispositivos disciplinares, normalização ao invés de repressão. É sobre mostrar o emaranhado de poder com conhecimentos “técnicos” e específicos: “construção de pinturas”, funcionalidade, “prescrição de manobras”, “imposição de exercícios”, “objetificação”, “computabilidade”, “monitoramento”, “observações”, “medições comparativas que têm o padrão para referência dos mecanismos científico-disciplinares”, etc. (BERTÉN, 1999, p. 34)<sup>36</sup>.

Percebe-se que ao afirmar que os dispositivos funcionam como normalização e não como repressão, Bertén (1999) nos deixa entender que os dispositivos servem para equilibrar e manter a ordem da vida em sociedade, algo bem parecido com o que Jacques Rousseau afirma através do conceito de contrato social: o cidadão deve abdicar de suas vontades individuais em nome do bem comum, da ordem coletiva e do cumprimento da lei. Então, percebe-se que Bertén (1999), mesmo informando que o panóptico descrito por Jeremy Bentham é um dispositivo (em *Vigiar e Punir* e em *Microfísica do poder* este termo é utilizado

---

<sup>36</sup> Comme on le sait, c'est dans la « généalogie », *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, qu'il y a une élaboration rigoureuse, minutieuse et remarquablement féconde, de la notion de dispositif. Quadrillage des espaces, occupation et découpage du temps, gestion des déplacements, surveillance de tous les moments, règlements tatillons, panoptique, investissement des corps, etc. Dispositifs disciplinares, normalisation plutôt que répression. Il s'agit de montrer l'intrication du pouvoir avec un savoir « technique » spécifique : « construction de tableaux », « prescription de manoeuvres », « imposition d'exercices », « objectivation », « fonctionnalité », « calculabilité », « surveillance », « observations », « mesures comparatives qui ont la norme pour référence », « mécanismes científico-disciplinares », etc. (BERTÉN, 1999, p. 34).

para demonstrar como o poder do Estado controla tudo e todos mesmo sem o preso conseguir ver quem o controla) que demonstra um poder que submete o sujeito ao cumprimento de uma pena, entende que o conceito de dispositivo em Foucault estabelece um sentido maior de normalização do que de repressão.

Por conta de sua característica peculiar, Foucault (1979) não se preocupa em dividir o dispositivo de um lado e o poder do outro, mas é necessário compreender que o autor utiliza a palavra dispositivo para definir a materialidade do poder em que uns se libertam para que outros se tornem presos. Tudo isso pode ser aplicado às mais diversas e heterogêneas relações de poder, o que nos permite compreender que dispositivo em Foucault tem um sentido referente às práticas das instituições do Estado-nação a partir do século XVIII como forma de gerenciamento da vida biológica dos sujeitos. Contudo, há ainda muita confusão entre os intérpretes de Foucault quando buscam definir o conceito de dispositivo: há uma tendência a entender dispositivo como sinônimo de poder.

Para Raffnsøe (2008), o dispositivo prescreve certos resultados, mas não pode garanti-los, não tem como atualizá-lo na forma de efeitos diretos de suas prescrições, mas é uma tendência. Foucault detalha que a rede de relações que compõe o dispositivo pode aparecer como “programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade” (FOUCAULT, 1996, p.244). Assim, é importante que se diga que dispositivo não se caracteriza apenas pela censura, mas acima de tudo, por aquilo que produz o que o autor chama de positividade. (ALZAMORA; ZILLER; ANDRÉA, 2017, p. 64).

Os autores acima recortaram um trecho de Foucault (1979) em que o autor descreve sobre a natureza das relações de poder, mas que os autores confundem com o conceito de dispositivo. Mais uma vez percebe-se a confusão conceitual que pode existir se não concentrarmos atenção para diferenciar a forma como o poder é exercido (dispositivo) das relações de poder propriamente ditas, da microfísica do poder. Os mecanismos do exercício do poder são traduzidos por Foucault como dispositivos justamente porque o autor busca denunciá-los, descrever as práticas de docilização dos corpos através de um discurso persuasivo, organizador e educativo das políticas públicas dos estados-nação.

Gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Ao nos concentrarmos em perceber as diferenças mais complicadas de serem apreendidas entre a forma como o poder é exercido do poder em sua materialidade, compreendemos que Foucault tem sua trajetória acadêmica marcada pela tentativa de desconstruir as formas de injustiça, as mais variadas formas de dominação e submissão dos sujeitos aos mais variados poderes: o patriarcalismo, o Estado, a educação, a medicina, entre outros poderes. Há ainda outro momento em que os autores da Comunicação dão, simplesmente, como sinônimo dispositivo e poder: “Vale ressaltar que os dispositivos não estão isolados. Berten (1999) destaca que o poder se dispersa em uma multiplicidade de dispositivos” (ALZAMORA; ZILLER; ANDRÉA, 2017, p. 65). Aqui é, facilmente, perceptível o quanto muitos autores tentam compreender a heterogeneidade do conceito foucaultiano, mas por ser deveras complexo, acabam não tendo a preocupação de perceber diferenças que parecem sem tanta importância, mas quando observamos a utilização do conceito de dispositivo para analisar determinado objeto empírico, percebemos o quão perverso pode ser uma simples relativização da formação discursiva presente no conceito de dispositivo: afirmar que dispositivo refere-se também à mecanismos de resistência do poder em Foucault pode proporcionar erros de compreensão tanto da trajetória de pesquisa do autor quanto de utilizá-lo de forma oportunista para designar um “pode tudo” que a relatividade proporciona. Agora será demonstrado, mais uma vez, a interpretação do termo dispositivo em Foucault como se referindo ao conceito de poder, no qual Foucault (1979) inaugura a compreensão de que este não é sempre cerceador das liberdades:

Os dispositivos surgem para responder a uma urgência em determinado momento histórico e sua sobrevivência ao longo do tempo depende da adaptação às condições sociais que estão, permanentemente, em alteração. **A mesma ação normativa que nomeia e/ou regulamenta determinados elementos traz em si resistências** e, assim, conforma demandas por rearranjos das práticas componentes do dispositivo. (ALZAMORA; ZILLER; ANDRÉA, 2017, p. 63).

Dar por sinônimo o termo dispositivo com microfísica do poder pode ocasionar consequências irreversíveis: por conta da falta de cuidado com a leitura da trajetória de um autor complexo, há uma tendência cada vez mais forte de utilizar o pensamento foucaultiano como desculpa para ações administrativas de cunho cada vez mais neoliberal, tendo em vista que o autor tem como um de seus objetivos, criticar o pensamento marxista. Tudo isso é bastante preocupante quando não conseguimos distinguir o conceito de dispositivo do de microfísica do poder. Foucault (1979; 1984; 1985) demonstra como o uso do termo

dispositivo é feito para designar práticas de submissão, admoestação, em um sentido de limitar as ações da vida biológica dos sujeitos. Nem sempre somos obrigados a incorporar determinadas subjetividades, temos a possibilidade de não aceitarmos determinadas normas educacionais, contudo, muitas vezes, simplesmente aceitamos como algo normal, comum, adequado. Quando não nos submetemos à uma norma do Estado-nação estamos realizando uma prática de liberdade traduzida em Foucault (1979) como uma microfísica do poder: todos exercem poder, ele não é de domínio exclusivo do Estado-nação. Os dispositivos são mecanismos heterogêneos, dizem respeito aos domínios discursivos em que as materialidades do poder são visualizadas como afirma Gregolin (2004). Então o que o dispositivo tem de diferente do conceito de microfísica do poder? O dispositivo é sempre o mecanismo através do qual o poder se materializa e o conceito de microfísica do poder vincula-se à materialidade do poder de forma ramificada em redes.

O dispositivo é a rede de relações que podem ser estabelecidas entre elementos heterogêneos: discursos, instituições, arquitetura, regramentos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, o dito e o não dito. O dispositivo estabelece a natureza do nexo que pode existir entre esses elementos heterogêneos. O dispositivo tem, assim, uma função estratégica. (CASTRO, 2009, p. 124).

Para Castro, o dispositivo em Foucault tem o sentido de promover um elo entre o eixo conceitual promovido em Foucault (1972) e Foucault (2001), essencialmente, no que diz respeito aos processos de exclusão promovidos pelas práticas discursivas, por isso em suas últimas palestras e obras ele fala de dispositivo da sexualidade, dispositivo de saber/poder, dispositivo disciplinar, entre outros. Mesmo compreendendo que o dispositivo tem um sentido gerenciador da vida moderna, como afirma Machado (2006) ao explicar o biopoder, os dispositivos são intensamente construídos por Foucault para materializar o seu pensamento como um saber de contra cultura e em favor dos oprimidos, assujeitados pelo processo de disciplinarização dos corpos no sentido mais amplo que esse termo possa ter. De acordo com Castro (2009), os dispositivos estão relacionados com os poderes e em Foucault eles são os meios que tornam possíveis a execução dos poderes. Então, entender o jornalismo como um dispositivo é colocá-lo na dimensão de ligação entre o saber e o poder.

Os dispositivos são também o elo entre o que faltava para Foucault diferenciar o que ele entendia por discurso e prática discursiva: “A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística. Relação de poder, não relação de sentido”.

(FOUCAULT, 1979, p. 05). Aqui ele esclarece que seu objetivo é criticar a ortodoxia dos linguistas e dos historiadores. Sua preocupação era demonstrar como os saberes construíam dispositivos para exercer os poderes, por isso a chave para compreender toda sua obra é pensar em relações de poder e não em relação de produção ou relação econômica como fixou Marx (1998). Sua preocupação em desconstruir o estruturalismo foi pelo intenso número de desigualdades, de torturas e violências extremas promovidas por este sistema de pensamento. Logo, não há como compreender dispositivo sem referirmo-nos ao eixo das relações de poder e da condição belicosa que Foucault (1979) nos informa acima, além de compreender que o autor entende os dispositivos como mecanismos que a modernidade construiu para executar as suas práticas discursivas, por isso ele é a união entre o que o marxismo separou de língua e matéria e no qual Foucault reivindica não haver tal separação. Foucault (1972) informa que as formações discursivas são a junção entre língua e poder, os discursos se manifestam nas materialidades: o feminicídio é um exemplo de materialização de determinada formação discursiva, por isso que para Foucault (1972) não existe uma separação entre língua e “ideologia”<sup>37</sup>, por exemplo, por isso ele afirma que a historicidade opressiva não é linguística, não se trata de um estudo da língua para resolver os problemas sociais que tanto nos afetam e, sim, das mais diversas desigualdades que permeiam os discursos ou práticas discursivas que ele entende por sinônimo. Logo, dispositivo é tido na obra de Foucault (1972; 1979) como esse instrumento que torna possível ter como sinônimo discurso e práticas discursivas, e isto é também o que distingue o pensamento de Foucault, no que diz respeito ao conceito de discurso, de autores como Fairclough (2001), Pêcheux (1995), Althusser (1987), que entendem formação ideológica diferente de materialidade ou de práxis. Então, por que utilizar o conceito de dispositivo para trabalhar o jornalismo enquanto objeto de estudo?

O jornalismo desempenha seu papel ideológico de reforçar também determinadas condições imaginárias de cidadania, preparando os indivíduos e as classes para a adesão ao sistema. Isso ocorre tanto através da produção de um conhecimento que coincide com a percepção positivista que emana espontaneamente das relações reificadas do capitalismo, como pela reprodução e ampliação dessa percepção, a fim de garantir que a universalidade conquistada pelo capital continue sob a égide do particular dos interesses capitalistas. (GENRO FILHO, 2012, p. 180).

---

<sup>37</sup> Sendo aqui utilizado de forma, meramente, didática, uma vez que Foucault rejeita o conceito e constrói o de formação discursiva.

A partir da análise de Genro Filho (2012) sobre o papel ideológico desenvolvido pelo jornalismo no sistema capitalista, podemos comparar com o objetivo de Foucault (1972) ao desenvolver o conceito de formações discursivas e, de forma mais próxima teoricamente, podemos citar o conceito de formação discursiva em Pêcheux (GREGOLIN, 2004) relacionado à formação ideológica. Genro Filho (2012) compreende o jornalismo como um conhecimento que produz ideologia e aqui ideologia está relacionada às desigualdades de classe. Em Foucault (1972), formações discursivas não referem-se apenas às desigualdades de classes, mas à toda estrutura dos sistemas de pensamento. Ao invés de reproduzir a compreensão de ideologia como consciência burguesa, Foucault (1972) desenvolve conceitos que operacionalizam as diversas formas de exclusão. Dispositivo também é um conceito que ele cria para dimensionar o mecanismo que operacionaliza as relações de poder entre os sujeitos e a sociedade. A importância de compreender o que Genro Filho (2012) entende por “condições imaginárias de cidadania” reforçadas pelo “papel ideológico” do jornalismo nos faz entender porque o autor entende o jornalismo como forma de conhecimento. Mesmo que Genro Filho (2012) não tenha entendido o jornalismo como um discurso e nem tenha tido acesso aos textos de Foucault, parece-nos que ele tem uma dimensão para além das desigualdades de classe quando compreende-o como forma de conhecimento cristalizada no singular. Este singular refere-se ao conjunto de domínios, de competências e habilidades que somente o jornalismo é capaz de desempenhar: a linguagem produzida como utilidade pública, sem dúvida, é uma das singularidades mais significativas deste dispositivo. E por que dispositivo? Porque dispositivo diz respeito à transporte, meio, intermediário ou como Revel (2005) entende, ferramenta.

O conceito de dispositivo funciona como um elemento que perpassa toda a obra de Foucault e que não tem uma obra específica em que ganha desenvolvimento conceitual como há com o conceito de discurso em Foucault (1972), com exceção de algumas explicações em entrevistas sobre a história da sexualidade em Foucault (1979):

**Alain Grosrichard:** Para você, qual é o sentido e a função metodológica deste termo: dispositivo?

Michel Foucault: Em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Em segundo lugar, em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes. Em terceiro lugar, o dispositivo funciona como um controle-dominação da loucura. (FOUCAULT; GROSRIKARD, 1979, p. 244).

Há no trecho acima um ponto de diálogo com o que Deleuze (1990) escreve, de forma mais delimitada, o conceito de dispositivo: sobre o dito e o não dito de Foucault (1979) e as curvas de visibilidade e enunciação. Tanto para um como para o outro, o dispositivo refere-se aos mecanismos de fazer falar, eles entendem o dispositivo como fazendo parte das redes de poder que estimulam este exercício de fazer falar. Retomando à compreensão a partir de Machado (2006) sobre sua ação de assujeitamento, é necessário entender que Deleuze (1990) e Foucault (1979) entendem os dispositivos com características heterogêneas, tanto podem fazer parte de enunciados científicos quanto morais, tanto à medida administrativa quanto ao aparato jurídico. Então, essas várias delimitações dos dispositivos é que fazem com que ele se constitua como algo heterogêneo. Contudo, há um aspecto a ser destacado em Foucault (1979; 1988): o dispositivo tem uma formação discursiva que se refere à disciplinarizações dos sujeitos, refere-se ao poder de uma forma que impõe e subjuga as subjetivações dos sujeitos. Então, Foucault refere-se ao dispositivo muito mais como uma forma de subordinação dos sujeitos à determinadas leis, instituições, códigos de conduta, do que a um aspecto relativizador dos poderes como pode ser encontrado em Deleuze (1990), por isso ele informa acima que o dispositivo funciona como um controle. Sobre este item, pode-se perceber que mesmo que Deleuze (1990) entenda que o dispositivo é constituído por linhas de forças, ele nos conduz a compreender que estas podem ser superadas ou que este poder não é apenas cerceador, opressor ou que impõe subjetividades ainda não contidas em determinados sujeitos.

[...] de esta línea, en la que un hombre libre puede mandar a otro, se destaca una muy diferente según la cual aquel que manda a hombres libres debe a su vez ser dueño de sí mismo. Son estas reglas facultativas de la dominación de uno mismo las que constituyen una subjetivación, autónoma, aun cuando ulteriormente esté llamada a suministrar nuevos saberes y a inspirar nuevos poderes. (DELEUZE, 1990, p. 157).

Aqui é explícita a tentativa de tornar a ideia de dispositivo exercendo um poder tanto opressor quanto libertário, que liberta de amarras e que possibilita a autonomia do sujeito sobre si mesmo. Há acima a descrição do conceito de dispositivo como tendo um aspecto relativista em sua essência, contudo, Foucault (1997; 2001) nos leva a compreendê-lo como uma forma de assujeitamento tal qual referiu-se Machado (2006) ao dar como sinônimo

disciplina e dispositivo<sup>38</sup>. Enfatizar essas sutis especificidades torna-se necessário uma vez que os conceitos de Foucault estão em demasia interconectados, mas é preciso delimitar algumas fronteiras tanto no que o autor quis dizer quando falou de microfísica do poder ou de como ele entende o poder, e quando ele fala sobre o dispositivo: há neste último uma tentativa de explicar de forma mais concreta como o poder se exerce e é aí que existe uma necessidade de colocar a palavra dispositivo ao lado de instâncias que gerenciam, controlam e guiam a vida moderna, como é o exemplo do dispositivo jurídico ou do código jurídico. Podemos ainda compararmos como os discursos científicos operacionalizam seus poderes: na pesquisa em jornalismo, tem-se os conceitos de critérios de noticiabilidade e valores notícias funcionando como um dispositivo que busca construir um discurso neutro para legitimarem-se enquanto saber válido, justificando sua existência na decisão das pautas como fazendo parte de um conjunto de códigos e normas, retirando, dessa forma, a tradição do jornalismo como um veículo de comunicação, meramente, comercial ou politiquero. Assim, é possível compreendermos não apenas o jornalismo como um dispositivo do discurso moderno e da modernização das cidades, mas percebe-se que a ciência dos jornais também necessitou construir seu discurso de neutralidade axiológica para analisar o fazer jornalístico como forma de legitimarem seus saberes como científicos.

O que eu gostaria precisamente de mostrar em relação a tudo que atualmente se diz respeito da liberação da sexualidade é que o objeto sexualidade é, na realidade, um instrumento formado há muito tempo e que se constitui como um dispositivo de sujeição milenar. O que existe de importante nos movimentos de liberação da mulher não é a reivindicação da especificidade da sexualidade e dos direitos referentes à esta sexualidade especial, mas o fato de terem partido do próprio discurso que era formulado no interior dos dispositivos de sexualidade. (FOUCAULT, 1979, p. 268).

Percebe-se que o autor delimita de forma bem específica que os dispositivos da sexualidade ou todos os saberes construídos historicamente para definir o uso do corpo, como e quando se deve realizar a atividade sexual (FOUCAULT, 1985; 1985), serviram para disciplinarizar e submeter os corpos aos ditames da ciência da sexualidade. Os séculos XIX e XX são referências do poder que o discurso científico das ciências médicas e biológicas forneceram para obter um corpo ativo sexualmente e ao mesmo tempo saudável. Contudo, toda essa liberalização do discurso sobre a “prática sexual correta” não funcionou para

---

<sup>38</sup> “Uma vez que a noção de *palavra de ordem* esteja atrelada a uma relação de poder, à realização como obrigação social, cessa toda disjunção entre ela e a noção de *dispositivos disciplinares*” (GOMES, 2003, p.58).



promover uma liberalização da prática sexual, pelo contrário, serviu muito mais para impor valores que definem o que é um “sexo correto e aceitável” em sociedade: pessoas casadas e heterossexuais. Estas sim, representam o discurso da modernidade sobre o uso do corpo de forma saudável. Logo, percebe-se que o conceito de dispositivo da sexualidade em Foucault (1979) possui o objetivo de dizer que eles são muito mais um mecanismo de sujeição e submissão do que pluralidade e liberdade.

A respeito do dispositivo, encontro-me diante de um problema que ainda não resolvi. Disse que o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que trata-se de uma certa manipulação das relações de força para desenvolvê-las, utilizá-las, etc... **O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a outra configuração de saber que dele nascem**, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentada por eles. Em *As palavras e as coisas*, querendo fazer uma história da episteme, permanecia em um impasse. Agora, gostaria de mostrar que o que chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a episteme, ou melhor, que episteme é um dispositivo especificamente discursivo. (FOUCAULT, 1979, p. 246).

Geralmente, quando se discute o conceito de dispositivo em Foucault, busca-se saber em que aspectos ele se diferencia do conceito de episteme e de discurso. Por conta desse caráter heterogêneo e das várias formas de referir-se ao conceito dentro de seus textos, o autor promove uma dúvida: os dispositivos são sempre materiais ou podem ser imateriais, ou ainda, refere-se sempre às instituições sociais? Em Foucault (1979, p. 247) tem-se: “Em relação ao dispositivo, não é muito importante dizer: eis o que é discursivo, eis o que não é”. Percebe-se que o autor não se preocupa em definir o que seria para o marxismo uma idealidade distinta de uma materialidade. Então os dispositivos são as estratégias utilizadas pelas instituições sociais para executarem o poder. O importante é percebermos que o dispositivo engloba quase toda a obra de Foucault para referir-se, principalmente, às suas pesquisas empíricas: o discurso científico da medicina psiquiátrica, da sexualidade e das instituições jurídicas, principalmente, em Foucault (1997; 1977; 1984; 1985; 2001).

Em muitas de suas falas, Gregolin busca pontuar que dispositivo na obra de Foucault não é um elemento específico, denotado de atenção como o é a projeção da perspectiva de formação discursiva (FOUCAULT, 1972), por exemplo. É só através de uma leitura macroespacial, e por que não dizer arqueológica da obra de Foucault, é que conseguiremos perceber o que o autor quer nos dizer com dispositivo. Em Gregolin (2007) tem-se o entendimento de que a mídia, e aqui de forma generalizada, sem nenhuma preocupação com o

campo científico do jornalismo e nem da comunicação, é um dos dispositivos textuais que circula em sociedade, ela o compreende como um dos mecanismos que permitem a circulação de significados, de produção de identidades e processos de subjetivações a partir da produção e veiculação de discursos historicamente condicionados. Gregolin (2007, p. 13), ao refletir sobre as possibilidades teóricas promovidas pela análise do discurso, conclui que a mídia funciona como um dispositivo que materializa as relações de poder através da linguagem: “[...] a análise do discurso pode delinear algumas relações que a mídia estabelece, interdiscursivamente, com outros dispositivos textuais que circulam na sociedade”. Aqui, a autora define a mídia como um dispositivo que aciona relações entre a sociedade. Ao analisar um acontecimento midiático, Gregolin (2007) conclui que a mídia é um dispositivo que estabelece relações de saber/poder, ensina a ler a política, ajuda a construir identidades, entre outros aspectos. Logo, ao analisar um evento jornalístico, que a autora chama de “mídia”, ela entende que esta é um dispositivo pela capacidade de acionar os poderes enumerados acima, sobretudo, o da formação e reprodução de identidades políticas.

“A mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma ‘história do presente’ como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento” (GREGOLIN, 2007, p. 16). Mais uma vez a autora destaca o conceito de dispositivo em Foucault relacionado aos poderes que ele é capaz de conduzir, parece-nos que Foucault utiliza em toda sua obra a palavra dispositivo sempre que ele precisa referir-se aos poderes, tanto cerceadores de liberdades, quanto aos promovedores da mesma, sobretudo, quando a palavra é utilizada em Foucault (1979) que é quando o autor emancipa e complexifica a ideia de poder. Para Gregolin (2007, p. 17), os poderes divididos em feixes “sintetizam e põem em circulação as vontades de verdade de parcelas da sociedade, em um certo momento de sua história”. Ora, nada mais são do que disputas de sentido, de locais de fala, de legitimação de discursos, de ciências, de métodos, de metodologias, entre outros. Todos eles em nítidas e complexas posições de poderes, desiguais, heterogêneos, multifacetados e cada vez mais difíceis de serem condensados em simples categorias analíticas, por isso é tão complicado definir o conceito de dispositivo, assim como é o de poder, pois Foucault fez questão de não os definir: “o poder não se conceitua, se exerce”. Estas e mais outras “máximas” do autor nos conduzem a perceber o quão fora da “estrutura” ou do “sistema” tradicional dos poderes Foucault quis que compreendessem a sua ideia de poder. Na sua maioria, o poder não está relacionado aos governantes, mas às formações discursivas que introjetamos em sociedade e que constituem isso que somos nós.

Como dispositivo social, a mídia produz deslocamentos e desterritorializações. Ao mesmo tempo, o trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre funções sociais básicas tradicionalmente desempenhada pelos mitos – a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos. Essas funções são asseguradas pela ampla oferta de modelos difundidos e impostos socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na ‘comunidade imaginada’. (GREGOLIN, 2007, p. 17).

O trecho citado é elucidativo ao compreender o dispositivo como algo que gera movimento, as mídias seriam dispositivos sociais por promoverem desterritorializações e estabelecimentos: essas formações discursivas que desenvolvemos através do que a autora chama de “dispositivo de etiquetagem” (GREGOLIN, 2007, p. 18), nos conduzem a determinados comportamentos, subjetividades, personalidades e modos de agir, elas constroem nossas imagens de si e dos outros, nos conduzem a imagens de nós e deles. Aqui, Gregolin (2007) entende o dispositivo agindo também como um configurador social, não apenas de execução de saberes, assim como o de etiquetagem também representa esse aspecto social de dispositivo. O importante na concentração de delimitar o que é e o que não é dispositivo é que não cheguemos a cansar da atividade reflexiva e, simplesmente ou facilmente, nos acostumemos, como tem feito a “moda acadêmica”, a dizer que tudo é dispositivo, ou, o que é ainda pior: considerar o conceito foucaultiano de dispositivo como sendo um mero aparato tecnológico relacionado à dispositivo midiático.

Em português, apesar da tradução cognata, o termo dispositivo atualmente encontra um contexto de utilização bem diverso do francês. Nos últimos anos, a palavra dispositivo tem sido usada em português de maneira relacionada à tecnologia, correspondente ao inglês *device*. Portanto, do ponto de vista linguístico, tanto a tradução dos textos do inglês, quanto o uso mais comum do termo dispositivo, têm dificultado que se discuta adequadamente o conceito. Nesse sentido, Tucherman (2005) lembra que, em Foucault, um dispositivo é um regime, não um equipamento. (ALZAMORA; ZILLER; ANDRÉA, 2017, p. 61).

Acima tem-se a tradução do termo em inglês (*device*), que refere-se ao uso americanizado do termo e por isso é tão bem utilizado em português (região em que a língua traduz o processo de colonização à que este país foi submetido) para referir-se aos aparatos tecnológicos do XXI. O importante dessas diferenciações quanto ao uso do termo e seu contexto geopolítico é porque ele traduz a concepção de mundo de cada uma das línguas traduzidas, a colonização desenvolvida pelos Estados Unidos de forma intensificada a partir

da Segunda Guerra Mundial em Portugal e no Brasil explica a utilização do termo relacionada à tecnologia. Enquanto isso, na França o termo é utilizado como um conjunto de regras de formação/regime discursivo que compõem determinada unidade discursiva, como explica o recorte acima, dispositivo não é um equipamento, mas sim um código pelo qual o poder se aplica.

Sobre este aspecto, Braga (2018, p. 03) problematiza a projeção que Foucault faz de dispositivo tentando estabelecer um diálogo com a comunicação e é, nesse sentido, que o autor fala de “tática cumulativa” em que “tudo pode fazer parte de um dispositivo”. Na comunicação tornou-se usual, moda e costume utilizar o termo dispositivo para referir-se às tecnologias de comunicação, por isso entende-se o quão necessário é delimitar as arestas referentes às perspectivas que este termo possui na obra de Foucault, sobretudo, no que concerne aos dispositivos o âmbito que eles possuem de mecanismos de controle social. Esse é um dos pontos fundamentais para a comunicação porque nos possibilita trafegar pelos conceitos díspares, tais como: tecnologia e comunicação, informação e comunicação, mediação e midiatização, técnicas de fazer falar e de fazer silenciar como informa Deleuze (1989). Braga (2018, p. 06) conclui que dispositivo tem uma proposta epistemológica e não conceitual, Foucault trabalha com dispositivo para produzir sua arqueologia dos saberes, rompendo, justamente, com o modelo de conhecimento meramente conceitual que se dissocia das relações de poder que se inserem no conteúdo dos conceitos. Aqui nesse momento é que se passa toda a crítica à Bachelard e Canguilhem que Foucault (1972) realiza e Machado (2006) analisa. É nesse sentido que Braga (2018) aponta algumas características que o termo dispositivo apresenta:

- a) Dispositivo como uma rede de conexões não pré-estabelecidas: as relações de poder que estão em constante transformação;
  - b) Dispositivo como critério entre verdade e falsidade;
  - c) Dispositivo como práticas concretas, mais complexo que a noção de episteme.
- (BRAGA, 2018, p. 06).

Braga (2018, p. 08) entende que dispositivo em Foucault estabelece “uma função estratégica dominante” em cada período histórico, os dispositivos sempre estão relacionados ao exercício do poder, por isso Revel (2005) compreende que Foucault entende dispositivos como mecanismos que promovem os atos e manifestações do poder.

Talvez, a partir desse trecho possamos pensar: em que aspectos dispositivos se distanciariam de aparelhos ideológicos do Estado? Ao complexificarmos cada vez mais o

conceito, percebemos o quanto é complicado delimitar algumas linhas de raciocínio a partir de Foucault, contudo, há alguns elementos que nos dizem sobre as diferenças entre Althusser (1987) e Foucault (1972): a diferença mais significativa não está relacionada aos efeitos produzidos pelos aparelhos e nem pelos dispositivos, pois, percebe-se, são bem parecidos, mas a especificidade reside no que diz respeito à instituição. Os aparelhos ideológicos são referentes às instituições gerenciadas pelo Estado-nação, enquanto que os dispositivos não, necessariamente, o são. A sexualidade é um dispositivo conceitual, a governamentalidade também, entre outros. Já os aparelhos ideológicos do Estado (escola, igreja, partido), são sempre institucionais. Essa diferença pode passar despercebida, contudo, nos diz muito sobre as diferenças significativas entre Foucault e Althusser ou Foucault e Marx. O próprio contexto de produção da obra de Michel Foucault nos possibilita entender porque o conceito de dispositivo não está fincado, necessariamente, a uma instituição: na década de 80 já havia um forte descrédito das instituições, sobretudo, dos partidos, sindicatos, igrejas, escolas e até do Estado, como sendo passaportes ou meios que nos conduziriam à emancipação humana. Há, a partir da queda do muro de Berlim, uma intensa desilusão não só das possibilidades de revolução socialista, mas também um crescente descrédito no poder de organização e eficiências dessas instituições.

O aspecto evidenciado acima é um tanto complexo, pois, muitas vezes, o pensamento de Foucault é interpretado como um niilismo mais acentuado do que o de Nietzsche, o que conduz a compreender Michel Foucault como contra o desenvolvimento da ciência ou como um sujeito desprovido de limites. A complexidade da associação do termo dispositivo à aparelhos ideológicos do Estado existe porque grande parte das citações de Foucault sobre este termo estão associadas às instituições do Estado-nação: a sexualidade, por exemplo, é utilizada como um conceito do discurso médico para disciplinar os modos de fazer, ser e pensar. Então, percebe-se que mesmo que o conceito de sexualidade em Foucault não se limite às instituições do Estado-nação, as relações de poder que esses dispositivos acionam acabam se materializando nas instituições estatais. Por conta da crítica feita à Marx e Engels (1998) sobre o que eles entendem como gerenciamento de Estado (como fase intermediária para a fase final e vitoriosa - modo de produção comunal), Foucault é sempre interrogado para dizer qual “modelo” seria o ideal.

Foucault: A questão “o que é o Estado” Lênin respondeu que era o órgão de repressão de classe. Resulta disso que o poder de saber como resistir à repressão recobre toda a questão do Estado. Ora, historicamente, o Estado apropriou-se da religião, da filosofia, do direito, dos costumes, mas toda essa problemática foi

varrida. A única questão colocada é a de saber como conduzir a luta de liberação das classes contra o órgão da repressão das classes. Por consequência, todos os problemas históricos e atuais que o Estado acarreta ficaram inexplorados. (FOUCAULT; YOSHIMOTO, 2010, p. 208).

Logo após esta explicação, o entrevistador percebe que estava “forçando” a enunciação de uma “receita para salvação” e compreende que era necessário encerrar a conversa, já que Foucault (1972) nunca quis ser reconhecido como teórico e muito menos como Messias: “R.Yoshimoto: Desculpe-me por tê-lo aborrecido com questões difíceis. Sou-lhe infinitamente reconhecido por sua paciência. Já me expressei suficientemente e ficaria feliz se pudesse concluir nossa conversa.” (FOUCAULT; YOSHIMOTO, 2010, p. 209). Percebe-se que Foucault sempre era interrogado e cobrado para criar um modelo de gestão do Estado que não fosse nem positivista e nem marxista. Há, principalmente nas aulas do final da década de 70 e no início da de 80, uma sensação de reflexão crítica sem a famosa “práxis”. Todos se perguntavam: “Mas e aí, Foucault? Já que o Estado de bem estar social nunca existiu, que a modernidade não conseguiu cumprir suas promessas iluministas, o que você sugere que façamos para mudar nossa realidade?”. Há esse questionamento na entrevista publicada no final de Foucault (1972) e também é comum encontrarmos entrevistas em que o autor se vê obrigado a enumerar um “roteiro da revolução social”. Contudo, Foucault (1979) informa que a teoria é uma prática, ele entende que só o fato de ter dedicado a sua vida inteira à desconstrução de totalitarismos no discurso científico, já é em si uma práxis, a partir de um referencial de crítica ao marxismo. O estranhamento reside, sobretudo, porque Marx e Engels (1998b) elaboram um guia ou passo a passo para a realização da revolução a ser feita na ditadura do proletariado. Então, percebe-se que Foucault passou sua trajetória acadêmica inteira tentando explicar que as dicotomias não obtiveram êxito em tempo algum, nem no período clássico e tampouco na modernidade.

Assim, torna-se necessário complexificar o conceito de dispositivo para diferenciarmos e apresentarmos as lacunas teóricas tanto do pensamento marxista como as de Foucault também. Dispositivo é um termo que remete-se aos principais enfrentamentos de Foucault com o Collège de France, mas principalmente com o partido comunista francês. Mesmo que Foucault não esteja tão distante de Althusser como esclarece Machado (2017), há diferenças significativas entre suas compreensões do que seria o Estado e de como ele deveria agir. Todas essas diferenças ficam acentuadas no conceito de ideologia, de formação discursiva e também de dispositivo não sendo sinônimo de aparelhos ideológicos do Estado, mas muito parecido em sua essência.

Após este ponto de diferenciação entre o pensamento foucaultiano e o marxismo, é necessário entender que Deleuze é, mesmo com todas as suas peculiaridades, o autor que mais dialoga com Foucault. Deleuze (1990) afirma que saber, poder e subjetividade em Foucault são conceitos que não possuem arestas definidas, se entrecruzam e dispositivo está sempre em Foucault relacionado a esses três pontos de forma heterogênea. Outro autor que trabalha com a ideia de dispositivo, mas que não cita Foucault em nenhum momento de seu texto é Charaudeau (2010, p.104-105):

O dispositivo é uma maneira de pensar a articulação entre vários elementos que formam um conjunto estruturado, pela solidariedade combinatória que os liga. Esses elementos são de ordem material, mas localizados, agenciados, repartidos segundo uma rede conceitual mais ou menos complexa. O dispositivo constitui o ambiente, o quadro, o suporte físico da mensagem, mas não se trata de um simples vetor indiferente ao que veicula ou de um meio de transportar qualquer mensagem sem que esta se ressinta das características do suporte. Todo dispositivo formata a mensagem e, com isso, contribui para lhe conferir um sentido. Seria uma atitude ingênua pensar que o conteúdo se constrói independentemente da forma, que a mensagem é o que é independentemente do que lhe serve de suporte. Entretanto, não há, como está consagrado na linguística e como o sabem e dizem todos os poetas, forma sem conteúdo, significante sem significado, mensagem sem suporte.

Patrick Charaudeau (2010) trabalha com o conteúdo mais específico que Foucault (1979) utiliza para descrever o dispositivo: suporte como sinônimo de ferramenta. Então, percebe-se que o autor acima dialoga em demasia com Foucault nos seguintes conceitos: dispositivo, discurso e enunciado. Charaudeau (2010) informa que dispositivo não é um simples transporte/mecanismo/ferramenta, ele é responsável pela formatação da mensagem, o que nos permite complexificar o dueto forma e conteúdo, além de trazer para o campo da pesquisa em comunicação a complexidade que existe entre o ensino de radiojornalismo e o de ética do jornalismo: não basta dizer que um é só técnica e o outro é só conteúdo, de acordo com Charaudeau (2010), a forma também define o conteúdo. Um exemplo dessa conclusão de Charaudeau é quando passamos a analisar o discurso do radiojornalismo, do telejornalismo, do jornalismo on line e do jornal impresso: cada um deles possui uma linguagem específica de acordo com o suporte midiático e com o público a que se destina. Percebam que as peculiaridades da linguagem não nos permitem simplesmente negar o ensino dos meios, mas nos convidam a perceber a dinâmica complexa que existe e que necessitamos compreendê-los (meios e mensagens) nessa relação dialógica.

Para Foucault (1991), os dispositivos representam, justamente, a institucionalização do saber e do poder nas subjetividades. Foucault (1972; 1979; 2001) pensa em dispositivo para

explicar como as práticas discursivas aparecem e permanecem através de leis civis, morais, do Estado, da ciência, entre outros instrumentos, como mecanismo de exercício do poder, por isso ele não se preocupa em conceituar o poder, tampouco dispositivo, porque são conceitos que se materializam na própria pesquisa empírica de Foucault, como Foucault (1997; 1998; 1988; 1984; 1985). O conceito de dispositivo é pensado tanto em Foucault como em Deleuze para dimensionar os efeitos do poder:

La dos primeras dimensiones de un dispositivo, o las que Foucault distingue en primer término, son curvas de visibilidad y curvas de enunciación. Lo cierto es que los dispositivos son como las máquinas de Raymond Rousset, según las analiza Foucault; son máquinas para hacer ver y hacer hablar. (DELEUZE, 1990, p. 155).

Para Deleuze (1990), Foucault compreende os dispositivos como ferramentas que possibilitam o ver e o dizer ou permitem aparecer as “curvas de visibilidade” e “curvas de enunciação”. Deleuze (1990) afirma que essas curvas são distintas, não possuem as mesmas formas e são heterogêneas, cada dispositivo estabelece seu regime de ação de acordo com os poderes que buscam acionar.

Considera-se que a frase mais explicativa sobre o conceito de dispositivo é esta: “são máquinas de fazer ver e fazer falar” (DELEUZE, 1990, p. 155). Aquilo que diz respeito justamente à configuração dos dispositivos enquanto instrumentos que acionam visibilidades e enunciabilidades e nisto residiria o conceito chave para se pensar em epistemologia da comunicação. A partir da exposição do ponto de diálogo entre Deleuze (1990) e Foucault (1979), pode-se deduzir que o eixo que viabiliza a comunicação entre estes dois autores: pensam os mecanismos que possibilitam o ir e vir, o poder ver e o poder dizer, o poder ouvir e o poder ser ouvido, o poder falar de si e dos outros. Quando Wolton (2011) afirma que informar não é comunicar ele está mencionando a necessidade básica que a comunicação exige para poder existir: o diálogo. Sem ele, não há comunicação. Quando Deleuze (1990) afirma que os dispositivos são máquinas de fazer ver e fazer falar ele refere-se ao poder que os dispositivos acionam, tanto quando agem de forma imperativa quanto dialógica e nisto reside a importância de pensar no termo como uma categoria para o pensamento comunicacional: em que aspectos os dispositivos comunicam e em que aspectos eles apenas informam? Os jornais informam? Formam? Conformam? Ou comunicam?

Parece-nos que o campo da comunicação e do jornalismo precisam sempre de uma atitude reivindicativa para existir enquanto saber, algo que não se percebe nas outras áreas das ciências sociais. Talvez, a condição de ciência social aplicada coloque tanto a comunicação e



o jornalismo, uma vez pensados enquanto campos científicos, em uma condição sempre de não-lugar, de um saber que não se encaixa em determinado objeto de estudo que dê legitimidade à locução “ciência social aplicada”. Parece-nos que não há uma congruência quando se pensa em teorias da comunicação, teorias do jornalismo, suas respectivas metodologias e os conceitos de ciência, nem de social, tampouco, do adjetivo “aplicada”. Muito além das indefinições teóricas, a reivindicação por um saber próprio, específico do campo da comunicação, representa uma luta política para legitimar-se no âmbito dos limiares de cientificidade dos quais nos explica Foucault (1972).

Dispositivo nos conduz a compreender que o jornalismo não realiza apenas uma função mediadora, mas também midiaticizadora das “relações reificadas pelo capitalismo” como entende Genro Filho (2012), ou, das relações de poder como entende Foucault (1979).

O jornalismo moderno possui não só um potencial crítico e revolucionário na luta contra o imperialismo e o capitalismo, mas um potencial desalienador insubstituível para a construção de uma sociedade sem classes. Ele permite, pela natureza mesma do conhecimento que produz, uma imprescindível participação subjetiva no processo de significação do ser social. (GENRO FILHO, 2012, p. 188).

Genro Filho (2012) entende o jornalismo como uma ferramenta capaz de promover a mudança social. Acima ele nos remete ao conceito de alienação em Marx e Engels (1998): o proletariado, por não ter acesso ao produto que fabrica, é separado do resultado de seu trabalho, em outras palavras, a alienação é separação da força produtiva do proletariado de sua possibilidade de consumo. A alienação desenvolvida por Genro Filho (2012) refere-se, ainda, às disfunções causadas pelo excesso de exploração do proletariado diante das relações de produção no modo de produção capitalista. Então, Genro Filho fala acima que o jornalismo tem por princípio educar a sociedade e, sobretudo, o proletariado, a respeito das mais variadas formas de exploração. A alienação aqui refere-se à apropriação dos valores do capitalismo introjetada na mente do proletariado. A partir desta compreensão, podemos identificar o trecho acima em diálogo com o que Foucault entende como resistência: quando Foucault (1979) informa que todo poder é passivo de resistência, ele nos informa que os dispositivos têm falhas e que em todo dispositivo há possibilidades de negação de determinados poderes que subjulgam as subjetivações dos sujeitos. Quando ele fala de heterotopias ele nos possibilita compreender que a modernidade criou utopias a partir das suas formações discursivas, mas que os sujeitos constroem suas heterotopias ou suas utopias distintas do discurso da modernidade, ele compreende que os poderes que os sistemas de pensamento

construíram vão além das materialidades. Esses poderes que se subjetivam nas mais complexas características humanas: os preconceitos, os fundamentalismos, as intolerâncias, o consumismo, a submissão aos padrões de comportamento, educação, condutas éticas e morais criadas com o objetivo de legitimar discursos construídos para manter determinada “classe”, como pensou Marx, ou para legitimar sistemas de pensamento que padronizam modos de ser e agir. A heterotopia é um conceito criado para materializar o pensamento pós-materialista de Foucault, não se refere à uma ordem metafísica de compreensão das desigualdades, ao contrário, representa a profundidade do poder que as formações discursivas possuem na definição de identidades. É nesse sentido que Genro Filho (2012) pode ser considerado um autor com perspectiva pós-estruturalista: não enxerga as desigualdades produzidas pelo discurso jornalístico apenas no âmbito material, mas entende que as formas de conhecimento também produzem imagens, imaginários e como o autor afirma, “formas reificadas pelo capitalismo”, padrões de conduta influenciadas pelo ritmo do capital ou da modernidade.

[...] ao abordar essa ‘disciplinarização’ das sociedades capitalistas, Foucault não enxerga os indivíduos como autômatos a aceitarem passivamente todas as determinações do poder. O que ele quer enfatizar é que a sociedade procurou um ajustamento cada vez mais controlado – cada vez mais racional e econômico – entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder (FOUCAULT, 1995). Se só houvesse a escravização, a submissão e a passividade, seria o fim da História. Para Foucault, apesar dessa disciplinarização, do controle e da vigilância contínua, nenhum poder é absoluto ou permanente; ele é, pelo contrário, transitório e circular. (GREGOLIN, 2003, p. 101).

A partir do trecho de Gregolin, percebemos que Foucault apesar de compreender as vicissitudes humanas, bem como as suas inúmeras desigualdades, não compreendeu o poder e suas manifestações apenas como forma de opressão, por isso seus conceitos como os de formação discursiva, arquivo, discurso, por exemplo, não possuem apenas um viés “negativo” ou “repressor”. Contudo, percebe-se que Gregolin (2003) não refere-se ao conceito de dispositivo em Foucault, mas ao de disciplina e poder. Há acima uma explicação da microfísica do poder, mas não refere-se ao termo dispositivo porque em Foucault ele estabelece a viabilidade do exercício do poder em sua forma de assujeitamento como foi explicado anteriormente. Foucault (1979) é uma entrevista em que o autor se distancia em demasia do marxismo justamente porque este último enxerga o poder como pertencendo apenas ao Estado ou àquilo que nos acostumamos a chamar de “sistema”. Em Foucault (1979) todos exercemos poder, todos temos poderes, cada um em proporções distintas e contextuais, por isso Gregolin (2003) afirma que para Foucault, nenhum poder é absoluto, nem o do

Estado, nem o da Igreja, nem o do capitalismo. Torna-se salutar deixar claro que o objetivo maior da obra de Foucault era romper com essa forma binária de enxergar o mundo, a política e as relações sociais. O contexto de produção da obra de Foucault é exatamente o de desconfiança e descrédito da bipolaridade que dividia o mundo entre esquerda e direita, como se estas categorias fossem suficientes para identificar lideranças políticas dos proletários e a segunda dos donos dos meios de produção.

A partir da compreensão do jornalismo enquanto dispositivo de saber/poder, qual seria o sentido de pensarmos em teorias e metodologias, em técnicas sofisticadas para pensar e fazer jornalismo se ainda não se conseguiu romper com o “jornalismo dos vencedores”? Parece-nos que o jornalismo ainda está longe de construir seu discurso sob a perspectiva dos excluídos. O jornalismo ainda é referência de uma verdade advinda de um imaginário coletivo, geralmente, das visões de mundo e, sobretudo, da visão hegemônica e preconceituosa desse imaginário, que coloca o diferente como o mal a ser extirpado.

Pensar no jornalismo como um dispositivo é compreendê-lo como uma instituição que se legitimou, historicamente, como uma ferramenta do poder. “O jornalismo é visto como um dispositivo que arquiteta o acontecimento com e no discurso, assegurando sua identificação.” (ANTUNES, 2008, p. 06). O poder do jornalismo pode ser identificado quando: transforma fatos em acontecimentos e, assim, delimita o que é de interesse público, o que é importante e que precisa ganhar visibilidade. O jornalismo transforma o fato em discurso sobre o mundo, sobre o vivido, é ele quem dá o sentido social dos fatos a serem considerados de interesse coletivo. Recorta determinada realidade e dá sentido a esta a partir de seus regimes de verdade (FOUCAULT, 1972). Há no jornalismo uma ordem dos discursos (FOUCAULT, 1996), aquilo que se pode dizer sobre determinado tema, em determinado tempo e espaço, por isso entende-se o jornalismo como dispositivo: por funcionar como um mecanismo em que os poderes se materializam através do seu discurso. Sendo discurso, é importante observar as possibilidades de análise e as diferenças dos modelos disponíveis.

### 3.2 ADELMO GENRO FILHO: UM PÓS-ESTRUTURALISTA?

O item em questão, sem dúvida, é o mais complicado de ser trabalhado por um pesquisador do movimento dos Annales. Contudo, Adelmo Genro Filho teve uma trajetória acadêmica singular e assustadora diante do que o autor pesquisou na década de 70 e 80. O

autor em questão será trabalhado nesta pesquisa como uma referência teórica que dialoga com o pensamento pós-estruturalista por ter realizado uma crítica tanto ao positivismo quanto ao marxismo, permitindo, que a ciência o investigue tentando compreender o posicionamento teórico de Genro Filho (2011) com alguns diálogos e duelos significativos.

Em Löwy (1994) há uma reflexão marxista sobre a impossibilidade da neutralidade axiológica na execução da ciência. Ao explicar o pensamento de Comte, Durkheimer e Max Weber, o autor apresenta os três modos como os clássicos pensaram as possibilidades de isenção do pesquisador diante da definição e construção do objeto de estudo investigado. Por isso, torna-se importante enfatizar a perspectiva que Löwy (1994) apresenta de Max Weber sobre a neutralidade axiológica: assume que há subjetividade no ato da escolha do objeto de estudo, contudo, há a necessidade de isentar-se de suas subjetividades na execução de seu exercício enquanto pesquisador para que a análise dos resultados obtidos tenha credibilidade. Contudo, Löwy (1994) assim como os pensadores pós-estruturalistas, consideram que todos saberes são permeados de poderes, subjetividades e subjetivações, individuais ou coletivas. É sob este aspecto que reside o objetivo desse subitem: compreender como o ideal da neutralidade axiológica, presente tanto no pensar quanto no fazer jornalístico, permearam a formação do objeto de estudo da teoria da notícia (TRAQUINA, 2004;2005), (SOUZA, 2002) e (SHOEMAKER e REESE, 1996) criticado por Silva (2009b). Sob este aspecto, é necessário refletir sobre o que Foucault entende sobre as relações entre o saber científico, as subjetivações do pesquisador e os usos sociais da ciência:

O objetivo da genealogia foi neutralizar a ideia que faz da ciência um conhecimento em que o sujeito vence as limitações de suas condições particulares de existência instalando-se na neutralidade objetiva do universal e da ideologia como um conhecimento em que o sujeito tem sua relação com a verdade obscurecida, velada pelas condições de existência. Todo conhecimento, científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são a base para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber. A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas às relações de poder que lhe constituem. Não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado e é apropriado por esse Estado, que dele se serve como instrumento de dominação, desvirtuando seu núcleo essencial de racionalidade, mas porque todo saber tem sua gênese em relações de poder. (MACHADO, 2006, p. 176-177).

Machado (2006) reitera a crítica ao humanismo encontrada em Foucault (1972), tendo em vista que reconhece que a investigação científica deve remeter-se às relações de poder e

não ao mapeamento do sujeito como referência micro<sup>39</sup> para se pensar o macro, são as relações de poder que definem tanto os objetos de conhecimento como os sujeitos sociais. Foucault (1972) não procura separar língua e ideologia para pensar no conceito de formações discursivas, tampouco, pensa na separação do conceito de discurso do de práticas discursivas, por isso não há em nenhuma obra de Foucault a preocupação de distinguir o que é ciência e o que é ideologia burguesa como há em Althusser (1987), até porque Foucault já entende como fato que a ciência é um produto das formações discursivas do mundo ocidental. Mas, o que Machado (2006) quer enfatizar acima é que todo conhecimento, científico ou ideológico, só pode ser compreendido a partir das suas condições de enunciação. Portanto, quando Foucault se propõe a pensar em uma arqueologia do saber não é para detectar o óbvio, que os saberes são portadores de ideologia, mas para informar que essa ideologia não é de domínio apenas de um grupo e sim que todos possuem poderes ou subjetividades. Todos invocam poderes, saberes, dizeres, ideologias. Portanto, o que se tem são mosaicos de saberes e, por isso, trata-se de uma arqueologia, de uma rede e não de uma vertente única e vertical de poder.

Ao compreender as formações discursivas que fundamentaram os primeiros estudos de comunicação e jornalismo, Genro Filho (2012) desenvolve uma metodologia que muito se parece com o conceito de desconstrução em Derrida (2004): a desconstrução não como destruição, mas como detalhamento das vertentes epistêmicas que circundam determinada teoria. Derrida (2004) esclarece que desconstrução está relacionada ao conceito de diferença, de estabelecer a possibilidade de pensar diferente das regras de formação que se legitimaram, historicamente, na história dos sistemas de pensamento ocidental. Há em Derrida (2004) e em Foucault (1972) um esforço em esclarecer que suas reflexões não se dão para o acúmulo de mais uma teoria para fazer parte da coleção do sistema de pensamento que se pretende hegemônico e faz questão de desestruturar os lugares estabilizados das teorias sociais, sobretudo, do marxismo elitista que predominou a partir da II Internacional, dentro do ambiente acadêmico. Nesse sentido, é possível estabelecer o diálogo entre a coragem metodológica de Foucault (1972), Derrida (2004) e, de forma mais intensa, em Genro Filho (2012), por se tratar de um autor latino-americano que, isoladamente, desconstruiu uma estrutura que buscou ser hegemônica no sistema de pensamento comunicacional ao importarem as teorias dos norte americanos e aplicarem ao objeto empírico do fenômeno noticioso.

---

<sup>39</sup> Um dos desafios da micro história é o de não perder de vista que a história de um indivíduo é constituída pelas relações de poder que este sujeito estabelece em sociedade, não existe história de ninguém que não tenha sido marcada pelas relações de poder que o circundam.

Genro Filho (2012) demonstrou, teoricamente, que as teorias da comunicação adotadas nos livros de teoria da comunicação no Brasil, funcionavam como aporte teórico para legitimar as práticas jornalísticas neoliberais que se estabeleceram no país, tornando o ensino de jornalismo uma narrativa da técnica para não discutir o problema da ética.

Nos EUA, depois da I Guerra, consolida-se a perspectiva funcionalista no estudo da comunicação social, alicerçada em estudos de natureza empirista que se utilizam de modelos formais e matemáticos. Essa corrente, que pretende atribuir-se uma impressão de imparcialidade e objetividade, passa a hegemonizar os estudos nesse campo nos EUA e também na América Latina. O desenvolvimento dos meios de comunicação e do próprio jornalismo são analisados como processos independentes em relação ao desenvolvimento global das forças produtivas e da luta de classes, apartados do movimento histórico em seu conjunto. (GENRO FILHO, 2012, p. 27).

O autor explica como se deu a inserção das teorias funcionalistas, sobretudo, a teoria da agulha hipodérmica e a teoria do espelho por serem as mais expressivas visões de mundo que serviram para legitimar o poder dos meios de comunicação, bem como legitimaram o desenvolvimento tecnológico como sinônimo de progresso e emancipação humana. Genro Filho (2012) esclarece as matrizes de sentido que fundamentaram o pensamento comunicacional, sobretudo, relacionado à sua forma de pensar o objeto de estudo do jornalismo: discute-se o formato, a linguagem, entre outros aspectos formais, em seguida, elegem-nos como o saber válido sobre a pesquisa em jornalismo e, conseqüentemente, excluem-se os saberes considerados “críticos” ou “reflexivos” sobre os efeitos dos discursos jornalísticos. Como já foi discutido no item anterior, essa crítica possui também certa flexibilidade, tendo em vista que muitos autores ao trabalharem com a linguagem de determinado meio de comunicação também acabam discutindo questões sociais em que se problematiza a comunicação realizando uma autocrítica.

É sobre o fundamento funcionalista que reside a tentativa de Genro Filho (2012) de elaborar uma teoria marxista para o jornalismo. A importância do pensamento de Genro Filho (2012) constitui-se na inovação teórica desenvolvida no período da ditadura militar, o que explica a coragem de desconstruir uma série de formações discursivas que pautaram o saber jornalístico no Brasil: o funcionalismo sendo aplicado em pesquisas que otimizaram o discurso jornalístico da ditadura militar e do capitalismo norte americano. Sobre o jornalismo, pensou Genro Filho (2012):

Que tais empresas sejam privadas e que as notícias sejam transformadas em mercadorias não é de se estranhar, pois, afinal, tratava-se precisamente do

desenvolvimento do modo de produção capitalista. Logo, desde o seu nascimento, o jornalismo teria de estar perpassado pela ideologia burguesa e, do ponto de vista cultural, associado ao que foi chamado mais tarde de ‘cultura de massa’ ou ‘indústria cultural’. (GENRO FILHO, 2012, p. 31).

No trecho citado podemos perceber a constatação que o autor faz da própria “natureza” ou “genealogia” do jornalismo: nasceu burguês, portanto, não é de se estranhar que seu discurso é voltado para atender aos interesses dos donos dos meios de produção. Contudo, o pensamento de Genro Filho (2012) não se limita a criar uma “teoria marxista do jornalismo”. Quando o autor ressignifica a perspectiva funcionalista de que o jornalismo seria uma forma social de conhecimento desenvolvida por Robert Park (1940), ele também amplia o escopo para pensarmos no que pode ser considerado como conhecimento válido. Sem ter tido acesso ao pensamento de Santos (1989), Genro Filho (2012) escreve em 1987 sobre a necessidade de valorizar o conhecimento produzido pelo jornalismo e não nega a capacidade que a sociedade tem de lê-lo criticamente. A contribuição de Genro Filho (2012) reside na possibilidade de pensarmos de forma ampliada o saber jornalístico, bem como a construção da pesquisa em jornalismo. Ao produzir uma crítica contundente ao funcionalismo, ao determinismo econômico e político no pensamento jornalístico, o autor abre espaço para podermos pensar em uma teoria pós-estruturalista do jornalismo.

Robert E. Park acaba definindo o conhecimento produzido pelo jornalismo como um mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no ‘status quo’, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente. O jornalismo teria, assim, uma função estritamente ‘positiva’ em relação à sociedade civil burguesa, tomada esta como referência universal. (GENRO FILHO, 2012, p. 54).

A partir do recorte acima, percebe-se o quanto o autor lutou contra o jornalismo acrítico, a singularidade que ele tanto acreditava existir no jornalismo enquanto instituição social era quando este realiza seu ofício de investigador e denunciador de práticas corruptas e de todo tipo de ilegalidade. Para Genro Filho (2012) a singularidade do jornalismo é percebida quando seu discurso trabalha questões que mudem, de fato, determinada situação de desigualdade. A crítica que o autor faz ao tipo de conhecimento que Robert Park desenvolve está voltado para a compreensão do jornalismo como conhecimento neutro ou como um relato fiel dos fatos. É a partir da interpretação do trecho citado que Genro Filho (2012) desconstrói o funcionalismo positivista e o economicismo marxista utilizados para interpretar o jornalismo: ao criticar os fundamentos da teoria do espelho como conhecimento estruturante e

ordenador das lógicas de dominação social. Quando o autor discute sobre a imparcialidade no jornalismo relacionada à um posicionamento de classe, ele estabelece um rompimento entre uma perspectiva funcionalista e estabelece os primeiros postulados de uma teoria pós-estruturalista para o jornalismo, sobretudo, porque ele não compreende o jornalismo apenas como uma ferramenta, essencialmente, econômica e nem de classes.

Para Genro Filho (2012), o jornalismo é uma forma singular de conhecimento em que podem ser visualizadas as contradições do capitalismo, mesmo compreendendo-o como um instrumento dos detentores do poder, ele compreende que o receptor estabelece e filtra os sentidos a partir de suas realidades específicas. O que Genro Filho (2012) nos transmite é um olhar autocrítico sobre o pensamento marxista clássico que entendeu a sociedade como uma “massa de manobra” e que considerou apenas o proletariado (e na obra de Marx o proletariado refere-se não a todos os trabalhadores, mas aos trabalhadores do partido comunista e dos sindicatos) como classe apta e capaz de realizar a revolução.

Genro Filho (2012) compreende o jornalismo como um instrumento de classe, mas amplia a perspectiva para compreendê-lo também como uma forma de conhecimento cristalizada no singular, em que o singular constitui a especificidade de descrever determinado acontecimento. Logo, percebe-se que pensar em jornalismo, sobretudo, no objeto de estudo do jornalismo, é problematizar a sua relação conflituosa entre capitalismo e necessidades sociais.

Ao reconhecer sua importância enquanto conhecimento que pode servir ao interesse público, o autor possibilita a elaboração não apenas de uma teoria, mas promove formações discursivas que nos permitem elaborar objetos de estudos para o jornalismo o compreendendo como um dispositivo cultural, elaborador das relações de poder em sociedade.

Todo relato jornalístico, toda notícia ou reportagem, reproduz os fatos através de uma complexa operação subjetiva. O resultado desse processo será, sempre, aquilo que podemos chamar de singular significativo, isto é, o produto de uma modalidade de apreensão subjetiva que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico, por isso um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito. (GENRO FILHO, 2012, p. 127-128).

Genro Filho (2012) considera que o saber jornalístico reside em características singulares, próprias ao conhecimento que ele produz sobre o jornalismo enquanto prática social. Para Genro Filho (2012), o singular representa a especificidade de determinado conhecimento, o equilíbrio entre o mito da neutralidade axiológica e a aceitação da



particularidade absoluta como constituinte da construção do saber. O autor considera a singularidade uma categoria útil para pensar o jornalismo por transitar e ultrapassar tanto o patamar do universal como do particular. “Para o jornalismo, a singularidade, além de não ser arbitrária é um ponto de chegada que coincide com a superação do particular e do universal, que sobrevivem enquanto significados no corpo da notícia e sob a égide do singular.” (GENRO FILHO, 2012, p. 168). Ao afirmar que o fato jornalístico não é trabalhado de forma isolada, o autor entende que a singularidade está na articulação singular que o jornalismo pode produzir ao descrever o particular e contextualizar a condição histórica em que determinado enunciado pôde existir.

Quando Genro Filho (2012) afirma que o jornalismo precisa estar baseado nas contradições sociais, ele nos informa que o estudo do jornalismo não pode residir apenas em um estudo dos meios para atender aos objetivos da pesquisa administrativa que se pretende neutra e imparcial. É sob este aspecto que também se encontram as divergências entre as interpretações de Genro Filho (2012) e a de autores marxistas clássicos: por conseguir visualizar um potencial de conhecimento no jornalismo *mainstream*, alguns segmentos do campo científico do jornalismo, o entendem como um autor que legitimou o “império da tecnologia”.

“Forma específica de conhecimento da realidade social.” (GENRO FILHO, 2012, p. 50). Ressignificando a perspectiva do autor, diríamos que o jornalismo se constitui em um discurso sobre determinada realidade social, não é o conhecimento da realidade social, mas de realidades sociais específicas. Eis o conceito de singularidade para Genro Filho (2012) quando este o entende como uma forma social de conhecimento. Por conhecimento, Genro Filho (2012) não se refere ao saber tradicional da ciência, mas à uma forma singular que traduz determinado recorte da realidade. É, nesta perspectiva, que se entende a necessidade de problematizar a imaterialidade do objeto de estudo do jornalismo, pois além de singular, ele também representa as vicissitudes humanas, suas tensões e modos de compreender a sociedade. Há no conceito de singularidade uma ruptura com a tradicional ideia de senso comum, bem como com a simplificação cartesiana do saber científico.

O estudo do jornalismo perpassa pela fronteira entre esses limiares de representação do real: a notícia e sua condição de enunciação. Genro Filho (2012) entende ainda que a singularidade do jornalismo perpassa pela compreensão de que ele não é apenas um instrumento de classe, mas também uma forma de conhecimento. E é neste sentido que se compreende a importância da iniciativa do autor de eliminar uma compreensão,

fundamentalmente, estruturalista sobre o exercício do jornalismo. O autor não rompe em sua essência com o marxismo, mas não é qualquer marxismo que o autor empreende. Talvez, pudéssemos associar o pensamento de Genro Filho (2012) com a atividade teórica desenvolvida por Hobsbawn (1995) pela iniciativa que ambos possuem de flexibilizar a rigidez das interpretações da ciência inspiradas no determinismo econômico. Há nos dois autores a possibilidade de pensarmos os dois objetos de estudo (jornalismo e história) a partir das piores características da humanidade: o desenvolvimento do saber para as exclusões do poder. Nas duas obras podemos compreender como estes dois dispositivos (jornalismo e história) foram utilizados, historicamente, para legitimar o status quo e manter as exclusões. Sobretudo em Hobsbawn (1995) tem-se uma extensa obra refletindo sobre as consequências do desenvolvimento tecnológico chamado pelo autor de “indústria da morte”. Contudo, mesmo permanecendo no marxismo de forma autocrítica, Adelmo Genro Filho (2011) deixou um legado incomparável para a pesquisa científica em jornalismo no Brasil ao compreendê-lo como uma atividade singular e que por isso necessitava ser configurado também como um objeto de estudo autônomo.

É verdade que a linguagem jornalística situa-se num ponto intermediário entre a linguagem científica e a linguagem comum. Mas isso não resolve o problema, já que nem toda a linguagem situada nesse terreno intermediário é jornalismo. Pode-se falar do jornalismo como uma forma de conhecimento porque, distinto da comunicação elementar e cotidiana, não se trata de algo espontâneo associado naturalmente à consciência individual e às relações externas imediatas de cada pessoa, mas de um processo que, socialmente, coloca complexas mediações objetivas, que implica uma divisão do trabalho. (GENRO FILHO, 2012, p. 137).

O recorte citado demarca uma preocupação constante do autor: estabelecer alguns parâmetros e características que o conhecimento do jornalismo proporciona. Uma vez que considera o conhecimento proporcionado por essa atividade como singular, Genro Filho (2012) entende que existe a necessidade de estabelecer alguns parâmetros éticos no exercício da profissão, entre eles o de atender à demanda da natureza do conhecimento que produz. A importância do conceito de singularidade reside no sentido que Genro Filho (2012) fornece ao jornalismo: não se trata de uma linguagem pautada no rigor científico da ciência, contudo, não pode ser produzido como um relato descompromissado em relação ao código de ética que rege o discurso jornalístico, tal como a obrigatoriedade de ouvir os dois lados da história. O autor nos informa sobre a responsabilidade do jornalismo e do jornalista na investigação e

apuração dos fatos, além de compreendê-lo como um componente que permite a visualização da divisão social de classes.

O fato de compreender o jornalismo como uma forma social de conhecimento e não como um aparelho ideológico do Estado, por exemplo, não significa que o autor rompe, em sua essência, com o marxismo. Ele critica, por exemplo, Medina (1978) que, segundo o autor, não entende o jornalismo como um produto do capitalismo e que talvez nem enxergue nesse instrumento um dispositivo de divisão de classes como o autor aponta no recorte citado. Genro Filho (2012), em outras palavras, afirma que mesmo Medina (1978) entendendo que a notícia faça parte de uma “indústria cultural” nos termos frankfurtianos, a autora não apresenta um viés marxista de interpretação do jornalismo, por isso a crítica.

Talvez, pudéssemos associar o pensamento de Genro Filho (2012) com a atividade teórica desenvolvida por Hobsbawn (1995) pela iniciativa que ambos possuem de flexibilizar a rigidez das interpretações da ciência inspiradas no determinismo econômico. Há nos dois autores a possibilidade de pensarmos em duas áreas de saber (jornalismo e história) a partir das características demasiada humanas da sociedade: o desenvolvimento do saber para as exclusões do poder. Nas duas obras podemos compreender como esses dois dispositivos (FOUCAULT, 1979) (jornalismo e história) foram utilizados, historicamente, para legitimar o *status quo* e manter as exclusões. É nesse contexto que Genro Filho (2012) produz uma crítica ao ideal de neutralidade jornalística na apuração da notícia.

Não há dúvida de que a chamada ‘objetividade jornalística’ esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas. Essa objetividade implica uma compreensão do mundo como um agregado de ‘fatos’ prontos e acabados, cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer ideologia ou concepção do mundo. Caberia ao jornalista, simplesmente, recolhê-los como se fossem pedrinhas coloridas. Essa visão ingênua, conforme já foi sublinhado, possui um fundo positivista e funcionalista. Porém, não é demais insistir, que essa ‘ideologia da objetividade’ do jornalismo moderno esconde, ao mesmo passo que indica, uma nova modalidade social do conhecimento, historicamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo e dotado de potencialidades que o ultrapassam. (GENRO FILHO, 2012, p. 197).

Neutralidade axiológica e objetividade jornalística são duas categorias presentes, constantemente, nas pesquisas em jornalismo. Talvez porque se constituam em conceitos que buscam se materializar, mas que dificilmente conseguem. Muito parecido com o conceito de democracia, cidadania, a objetividade jornalística é um princípio ético que norteia tanto o fazer jornalístico quanto o produzir ciência. Foi sob esta perspectiva que o funcionalismo legitimou-se enquanto teoria para pensar a comunicação de massa: a pesquisa administrativa

como garantia de isenção e credibilidade científica. Contudo, como Genro Filho (2012) nos informa, o ideal da objetividade jornalística, serviu, historicamente, para não considerar o jornalismo como uma forma de conhecer determinada realidade e de não entendê-lo como um discurso arquitetado, cuidadosamente, como vontade de verdade para legitimar-se enquanto discurso do poder. O que o autor propõem é algo bem parecido com o discurso de Cornu (1994): a neutralidade é impossível, contudo, há que se lutar sempre por uma justeza interpretativa, em outras palavras, só é jornalismo quando isso ocorre, do contrário, é um mero release de assessoria de imprensa.

A concepção ingênua de que o jornalismo, inevitavelmente, fragmenta o real e, em consequência, é necessariamente manipulatório e alienante, sequer consegue notar que a singularidade é uma dimensão objetiva da realidade e, além disso, que o singular também contém o particular e o universal. (GENRO FILHO, 2012, p. 218).

O autor não negava a capacidade de manipulação que o jornalismo possuía, contudo, ele não entende que ele se resumia à isto. Além de avançar na crítica marxista, sobretudo, na concepção frankfurtiana sobre os meios de comunicação enquanto equipamentos da indústria cultural, Genro Filho (2012) dedicou-se a elaborar uma teoria que ele chamou de marxista para entender o jornalismo que abriu caminho não para pensá-lo a partir de uma teoria da notícia, mas como uma atividade cujo objeto de estudo poderia ser identificado com a teoria social, por isso a maioria de seu referencial teórico são das obras de Marx e dos sociólogos que o interpretaram. Quando o autor evidencia o conceito de singularidade, ele distancia o jornalismo dos outros meios de comunicação como também define a especificidade do seu objeto de estudo para além do estudo das técnicas.

Pensar a partir de Genro Filho (2012)<sup>40</sup> em uma especificidade do objeto de estudo do jornalismo é bem diferente da proposta de Groth (2009) que buscou uma especificidade do jornalismo exclusivamente identificando suas peculiaridades como distintas dos estudos das ciências sociais, evidenciando que o objeto de estudo do jornalismo reside nas características dos meios. Genro Filho (2012), ao contrário, ao dedicar-se aos conceitos de universal,

---

<sup>40</sup> É pesada a crítica que os autores marxistas fazem por Foucault não ter apresentado um roteiro prático para realizar a revolução socialista, contudo, isso não quer dizer que suas reflexões não possam promover transformação social. A pesquisa em questão tem certo cuidado em dialogar a perspectiva marxista de Genro Filho com a foucaultiana por conta de uma série de equívocos, a maioria deles impulsionado por forte posicionamento ideológico, em relação às obras de Foucault, principalmente quando o associam com um teórico do neoliberalismo, entre outros absurdos. No final de Foucault (1972) ele até explica que não foi tão otimista quanto Marx e Engels (1998) que criaram uma ‘teoria’ para a revolução, ele afirma que escreveu uma visão de mundo, se quiserem produzir ou entender como revolucionário, é uma questão de ponto de vista.

particular e singular, delimita o estudo do jornalismo como sendo parte de uma leitura das desigualdades sociais e nisso reside sua principal contribuição em termos de pensamento marxista com uma perspectiva pós-estruturalista.

Mas, podemos nos perguntar, o pós-estruturalismo não veio para criticar até o marxismo? Sim! Mas, não qualquer perspectiva marxista. Ao entender o jornalismo como uma forma de conhecimento, Genro Filho (2012) rompe com a perspectiva do determinismo econômico e passa também a entender o jornalismo como uma das leituras possíveis da realidade, o que nos possibilita a não fixar essa leitura apenas em um âmbito econômico, mas também cultural. Genro Filho (2012) não teoriza sobre um poder cultural exercido pelo jornalismo, mas de um poder de criar conhecimentos, sentidos, discursos que podem materializar várias formações discursivas e é sob este aspecto que a peculiaridade teórica de Genro Filho (2012) se torna um ponto de partida para pensarmos nas bases teóricas utilizadas para se pensar o jornalismo.

O leitor pode se perguntar ainda: mas Genro Filho (2012) não afirma que a singularidade do jornalismo reside na sua capacidade de promover a transformação social ou o que Marx (1998) chamou de práxis<sup>41</sup>? E Foucault (1972) não diverge desta configuração?

---

<sup>41</sup> “O conceito de práxis na pedagogia crítica opera da mesma forma que a noção de Karel Kosik, apesar de não existirem ligações diretas entre Freire e Kosik. O argumento de Kosik de que a práxis transformadora é dialética baseia-se na perspectiva da teoria e prática como uma unidade em vez de apenas vagamente ligadas nas tentativas da humanidade de explicar e mudar a realidade” (KOSIK, 1976, p. 136). Na verdade, qualquer esforço para separar a teoria da prática no marxismo, negligencia os próprios argumentos de Marx na sua crítica de Feuerbach, pois ele fornece declarações intransigentes sobre a natureza da atividade revolucionária como atividade histórica “prático-crítica” que une interpretação e automudança (MARX, 1994). É por isso que Kosik é brigado a refutar a noção de práxis que é fortemente baseada na prática humana e em uma primazia da prática sobre a teoria (muitas vezes instrumentalizando a teoria no processo) nos estudos materialistas (KOSIK, 1976, p. 135). Ele estabelece que a práxis é um modo de ser que “permeia totalmente o todo do homem” (KOSIK, 1976, p. 137, ênfase no original). A práxis não é uma atividade isolada, mas uma atividade do ser, a prática e a teoria devem formar uma unidade dialética para não forçar à humanidade a escolha de um sobre o outro. Enquanto a prática que domina a teoria pode estagnar devido à incapacidade de reconhecer a reificação, a teoria que domina a prática impede a realização da subjetividade da humanidade: ambas as fontes de desequilíbrio iriam travar a transformação positiva da realidade. Descobertas revolucionárias só são possíveis desde que a teoria e a prática informem-se mutuamente, porque “o homem conhece a realidade na medida em que ele constitui uma realidade humana e age primordialmente como um ser prático” (KOSIK, 1976, p. 9, ênfase no original). Portanto, é de fundamental importância que a teoria possa ser pensada como construção sobre a cognição e não na contemplação. A perspectiva da práxis como uma relação dialética entre teoria e prática em um movimento transformador da realidade é fortemente baseada em Marx, uma vez que refuta a interpretação materialista ortodoxa da práxis que vê o pensamento apenas como uma influência orientadora sobre a atividade material prática da humanidade. Pelo contrário, Marx argumenta que a afirmação da humanidade no mundo objetivo é composta de todos os sentidos, incluindo o pensamento (MARX, 2011, p. 133). A pedagogia crítica estabelece que a práxis é humanização e que a humanização só pode ter lugar na práxis se for para evitar uma mistificação excessivamente otimista do potencial humano. Os seres humanos só autoafirmam sua capacidade progressiva quando eles transformam a consciência e a realidade concomitantemente”. (FERNANDES, 2016, p. 492-493). Para os leitores de Marx, a práxis representa a aplicação do pensamento teórico deste autor, é a mudança da sociedade a partir das teorias marxistas. Contudo, para os seguidores de Marx, a práxis ou a revolução em

Sim! Eles divergem neste aspecto. Mas, isso não torna Genro Filho um autor estruturalista, tampouco invalida a transformação promovida no campo de pesquisa do jornalismo ao romper com o determinismo econômico quando disse que o jornalismo é uma forma social de conhecimento. Acredita-se que essa pluralidade de perspectivas promova, de fato, uma democratização de vozes no pensamento pós-estruturalista e era isso mesmo o que Foucault (1972) tanto desejava: não queria uma doutrina científica, mas um olhar que libertasse os sujeitos para criarem suas próprias teorias e metodologias.

Genro Filho (2012) também critica a categoria de universal do pensamento clássico marxista, uma vez que este, materializado tanto nos conceitos de modos de produção quanto na sua aplicabilidade para compreender o jornalismo, esta universalidade é inatingível e desconecta o trabalhador ou o receptor das suas relações de produção, o autor informa que mesmo pretendendo ser universal [e aqui está a diferença de sentido do conceito de universalidade pensado por Groth (2011)], o jornalismo precisa ser compreendido em sua singularidade: descreve o particular a partir do contexto singular em que o jornal está inserido.

O marxismo se pautou no método racionalista como forma de se constituir e de se legitimar como ciência capaz de concorrer e superar a teoria positivista. Contudo, desenvolveu basicamente o mesmo método racionalista do positivismo, sobretudo, no que diz respeito ao objetivo de se tornar uma teoria universal. Quando Marx divide a História em modos de produção ele faz o mesmo que a historiografia positivista fez ao dividir a História em temporalidades que pressupõem a mesma linha evolutiva dos modos de produção: Idade Antiga/Modo de Produção Asiático e Escravista; Idade Média/Modo de Produção Feudal; Idade Moderna/Modo de Produção Capitalista; Idade Contemporânea/Modo de Produção em transição revolucionária para o Socialismo e em seguida para o Comunismo. Estas divisões, tanto pelo viés positivista quanto pelo marxista, tinham como objetivo tornarem-se um molde para compreender todas as fases de desenvolvimento da história de forma universal, como se em todos os espaços geográficos este sumário evolutivo tivesse ocorrido no mesmo ritmo e com as mesmas características.

A própria ideia de totalidade, na acepção dialética marxista, implica um todo estruturado que se desenvolve e se cria, e não na simples pressuposição holista de que o todo é superior à soma das partes. Ora, se o todo se desenvolve e se cria, sendo por isso uma totalidade dialética, isso envolve contradições internas. (GENRO FILHO, 2012, p. 72).

---

prática, só existe a partir da teoria marxista e é neste essencialismo que reside a lacuna no que concerne ao conceito de revolução, transformação social e aplicação da teoria no seu cotidiano.

O pensamento de Genro Filho (2012) evidencia uma crítica à perspectiva universalista de forma totalitária tanto do marxismo quanto no jornalismo feito nos moldes positivistas que afirma que seus conteúdos contemplariam toda a humanidade de uma só vez. Quando o autor acima desenvolve a categoria de universalidade é para explicar que o jornalismo se pretende universal mesmo descrevendo situações particulares de forma singular. Logo, Genro Filho (2012) compreende as contradições internas existentes na razão de ser do jornalismo por compreendê-lo como uma forma de conhecimento que se pretende universal e que traduz as desigualdades de classe.

O que explica a realidade não é a totalidade sistêmica e sim a totalidade concreta, não é a informação e sim a práxis. Essas são as categorias que expressam o axioma teórico fundamental para desvendar o mundo e suas conexões mais gerais. A práxis expressa a síntese mais profunda da relação entre o homem e o universo na medida em que capta tanto a diversidade como a unidade. (GENRO FILHO, 2012, p. 77-78).

O autor acima busca explicar que o mais importante para o jornalismo não é a informação, mas o uso que se faz dela, é compreender o potencial de transformação do ser e da sociedade que o jornalismo possui. Se porventura pudéssemos pensar em um diálogo entre Genro Filho (2012) e Foucault (1972), poderíamos identificá-lo na crítica à perspectiva positivista e universalizante pretendida pelo pensamento marxista/leninista. Foucault (1972; 2011) mesmo em alguns momentos compactuando com Althusser (1987) de algumas críticas ao marxismo como quando se juntam contra o humanismo de Teilhard de Chardin e Sartre, possui diferenças significativas no que diz respeito ao conceito de formação ideológica e formação discursiva. Neste sentido, pensarmos na postura política dos dois autores (Genro Filho e Foucault) é antes de tudo, um exercício de diálogo pela necessidade da tolerância do que a simples especialização em análise do discurso jornalístico. Em que ponto nos diferenciamos daquilo que tanto criticamos? Este é o incômodo gerado pelos dois autores por assumirem uma postura pós-estruturalista ao produzirem uma autocrítica, porque denunciaram o quão positivista eram os postulados do marxismo ortodoxo.

Há uma cultura externa, transplantada com finalidades manipulatórias, que dá às massas apenas uma ilusão de integração universal. Eis o quadro simplista da dependência cultural, que acaba jogando a dimensão ideológica do antagonismo entre proletariado e burguesia para segundo plano, favorecendo o projeto de uma cultura nacional independente – autenticamente popular. (GENRO FILHO, 2012, p. 123).

Genro Filho (2012) critica pensadores latino-americanos que, de certa forma, se apropriam de algumas perspectivas relativistas do pensamento pós-estruturalista para camuflar as desigualdades sociais. Esta é a crítica que ele promove sobre Mattelart (1981), pois considera que a ideia de “dar voz ao povo” representava uma justificativa para legitimar as desigualdades sociais a partir da linguagem do próprio povo: quando a televisão exibe novelas que denunciam as desigualdades sociais em seu enredo e logo em seguida mostra uma boa partida de futebol, revela o quão arquitetado é o discurso midiático, tendo em vista que terminar a programação do horário nobre com futebol é uma forma de demonstrar que os problemas serão amenizados ou uma simples estratégia de anestésiar a realidade exposta na novela. Tudo isto produziu, em certo sentido, o silenciamento das desigualdades sociais, funcionando como uma política do pão e circo. Também podemos pensar na própria estrutura dos telejornais: começam com problemas e encerram com uma notícia de futebol em que o Brasil vence a copa do mundo. Essa também tem sido a crítica feita ao conceito de mediação em Martín-Barbero (2015): a mediação criando uma ilusão otimista de que os meios de comunicação dialogam com as reais necessidades sociais. Aqui se estabelece um dos aspectos principais de crítica ao pensamento pós-estruturalista: o neoliberalismo, em alguns momentos, se apropria do conceito de micropoderes para legitimar-se enquanto sistema mais evoluído, dando a ilusão de que vivemos em uma democracia digital, entre outros aspectos. A ilusão construída pelo conceito de mediação ou de que os meios conseguem mediar relações sociais de forma até mais democrática ou mais sinceras do que as relações face a face, nos vendem e constroem padrões de consumo de tecnologias da informação cada vez mais mecânicas e superficiais, o que limita o desenvolvimento e até a existência da mediação através dos meios.

No âmbito das teorias da comunicação, tem-se o que Machado (2014) chama de “mito da mediação”, quando o relativismo nos induz a aceitar que estamos todos inclusos ao nos conectarmos no ambiente virtual. Há nessa perspectiva não apenas uma leitura para se inserir no paradigma “hipermoderno” como se autores como Foucault, Derrida, Deleuze, acreditassem e defendessem tal formação discursiva. Autores como Wood (1999) simplesmente deduziram que o pensamento foucaultiano existente em Foucault (1979) representava um relativismo absoluto. Tal dedução se fez com o objetivo de desconfigurar o real sentido da obra de Foucault, não há qualquer tentativa de diálogo, de fato, com o que esse autor propõe em seu conceito principal. Tudo que autores como Foucault, Derrida e Deleuze mais criticaram foi a tentativa de totalização do poder pelo âmbito da cultura ocidental,



materializadas na política neoliberal. Contudo, sem o dogmatismo marxista dos partidos comunistas, esses autores pensaram em teorias que libertassem os sujeitos inclusive da necessidade de classificação e afiliação como garantia de “autoridade para fazer a revolução e ciência”. Há no pensamento pós-estruturalista, de forma intensa, uma necessidade de desconstruir os micropoderes dos partidos que, através do mito da representatividade, aprovam leis civis e trabalhistas de acordo com as exigências do capital. Portanto, percebe-se não apenas um diálogo teórico entre Foucault (1972) e Genro Filho (2012) como também político: ambos foram silenciados em seus locais de fala por terem a coragem de desconstruir as epistemes que se pretenderam hegemônicas na formação do pensamento ocidental.

Quando Foucault (1972) rompe com a oposição ideia/matéria, ele o faz a partir do conceito de discurso: os discursos são as práticas discursivas. Não há em Foucault uma divisão entre práxis e ideologia. Foucault (1972) entende que não existe discurso que não se torne também uma prática discursiva e que esta divisão só legitima a desigualdade entre aquele que “pensa” e aquele que “trabalha”, como se pensar não fosse um trabalho.

O papel do intelectual não é mais o de se colocar um pouco na frente ou um pouco de lado para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da verdade, da consciência, do discurso. É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. (FOUCAULT, 1979, p. 71).

Uma das principais rupturas que Foucault (1972) produz com a dialética hegeliana e a sua apropriação pelo materialismo histórico dialético é essa separação rígida entre o que seria uma ideia e uma prática. Foucault (1979) vai informar porque ele se preocupa tanto com o poder dos intelectuais, porque eles tendem a supervalorizar a teoria em detrimento de outras atividades e acabam materializando o discurso medieval de que pensar é mais “honrado” do que trabalhar. Para Foucault (1979), a atividade de pensar é material.

Não creio que possamos opor crítica e transformação, a crítica “ideal” e a transformação “real”. Uma crítica não consiste em dizer que as coisas não são bem como são. Ela consiste em ver em que tipos de evidências, de familiaridades, de modos de pensamento adquiridos e não refletidos repousam as práticas que aceitamos. É preciso se libertar da sacralização do social como a única instância do real e parar de considerar como vã essa coisa essencial na vida humana e nos relacionamentos humanos, quero dizer, o pensamento. (FOUCAULT; ÉBIRON, 2010, p. 356).

O trecho acima revela o quão polêmico foi o autor ao romper com o binarismo ideia e matéria. Aqui ele demonstra como a apologia ao materialismo, tanto do positivismo quanto do marxismo, geraram exclusões, preconceitos e padrões de vivência pautados em arbitrariedades. Ao afirmar que não existe de um lado uma crítica perfeita e de outro uma mudança real, ele descreve como não se pode dividir a sociedade entre os que pensam e os que agem. Para Foucault (2010), pensar é uma forma de ação transformadora de determinada realidade. Percebe-se que para o autor não existe a perspectiva de compreender que o discurso é uma coisa e a prática é outra: os discursos são práticas discursivas, são materialidades também e nisso difere do conceito de discurso em Althusser (1987) e em toda a linha de análise do discurso francesa, pautada no marxismo, que sempre separou infraestrutura de superestrutura. Quando ele amplia o olhar para pensar em relações de poder e não em relação de classes, há uma superação da dicotomia rico/pobre, ou, como pensou o marxismo, entre os donos dos meios de produção e os detentores das forças produtivas. Foucault (1979) entende que o poder se dá em rede, em micro feixes de poder, onde todos vigiam e controlam todos, onde as desigualdades são muito mais latentes no âmbito simbólico. E aqui reside a ruptura com a perspectiva do materialismo histórico. Para Foucault (1972), os discursos ou as práticas discursivas se dão a partir das condições de enunciação e de existências, elas são sempre definidas historicamente. Foucault (1972) não compreende a “práxis” dissociada dos códigos que definem os sistemas de pensamento. O autor que traduz de forma mais aproximada o pensamento de Foucault no campo da comunicação, no Brasil, é Braga (2001), em que o autor afirma que a comunicação só pode ser pensada a partir do contexto sócio histórico em que ela é produzida, com o objetivo de não pensarmos a comunicação ou o jornalismo como simples estudo do desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação.

Se o conhecimento fosse reflexo do ordenamento material da realidade, a informação seria, efetivamente, apenas o ‘ordenamento del reflejo’. A consequência na sociedade humana seria uma perfeita unidade entre os processos de direção e informação. Entretanto, não é isso o que ocorre. Essa unidade, aliás, só pode ser concebida abstratamente pela cibernética do ponto de vista da manipulação dos sistemas, pois exige duas condições que, a rigor, são concebíveis apenas abstratamente: a fixidez qualitativa do sistema e, além disso, a subsunção absoluta das partes no todo. Com relação à sociedade, entretanto, essas condições não são sequer concebíveis, à medida que significam a negação da existência histórica da humanidade. Não só a comunicação social é empobrecida, como o jornalismo é integralmente desqualificado e condenado, inexoravelmente, à função manipulatória. (GENRO FILHO, 2012, p. 86).

No trecho citado, Genro Filho (2012) critica a teoria do espelho que prevê que o jornalismo é a descrição exata da realidade e também critica a teoria behaviorista que entende que o jornalismo teria este “poder manipulador” sobre as massas acríticas. É sob este aspecto que percebemos a diferença entre os pensadores frankfurtianos (Adorno e Horkheimer), que compreenderam os meios de comunicação como produtores de uma cultura, essencialmente, alienante e provedora de uma desconjuntura social; e Genro Filho (2012), em que é possível perceber, pelo trecho citado, que não compreende o poder do jornalismo nos extremos, pois o entende não só como instrumento de manipulação, mas também como uma forma social de conhecimento capaz de promover transformação social. Logo, mesmo reconhecendo que o jornalismo é uma ferramenta de classe, Genro Filho (2012) entende que mesmo assim, o jornalismo é capaz de promover uma singularidade através de seu relato que nos possibilita entender o real. Logo, nem reflexo, nem superpoderoso, o jornalismo é compreendido como um discurso na perspectiva foucaultiana ou como Genro Filho (2012) afirma: uma forma social de conhecimento cristalizada no singular.

Ao pensarmos nas contribuições teóricas dos frankfurtianos para o campo da comunicação e do jornalismo precisamos compreender o contexto de produção destas teorias. Em meados do século XX os frankfurtianos foram estimulados por um momento, essencialmente, diferente, novo e acelerado de desenvolvimento das tecnologias da comunicação. O aspecto “velocidade” é fundamental para compreendermos o teor de rejeição que eles assumiam diante da “tecnologização da produção cultural”, pois a velocidade sob a qual estamos habituados não era um hábito ou algo comum para o período. Logo, a condição de susto, bem como as consequências do movimento ludista, são aspectos a serem considerados ao buscar compreender o teor da crítica aos meios de comunicação que passam a ser conhecidos como de “massa” pela sua produção em série e de forma expandida.

Contudo, é preciso considerar que a interpretação funcionalista dos frankfurtianos sobre a ideia de massa referida aos receptores, foi, sem dúvida, prejudicial para começarmos um processo de transformação dos discursos dos meios de comunicação. Ao potencializar os conteúdos midiáticos e diminuir o poder de autonomia e consciência crítica dos cidadãos, os frankfurtianos, assim como os funcionalistas, superestimaram o poder das mídias, legitimando cada vez mais a força do capitalismo diante dos modos de sobreviver em sociedade. A partir desta interpretação, os frankfurtianos legitimaram não apenas o pensamento de Lasswell, mas também da teoria da agenda setting que compreende que os meios de comunicação pautam os assuntos discutidos em sociedade. De forma geral, parece-nos que as teorias da comunicação,

sobretudo, as que se destinaram a pensar nos efeitos dos meios, conduziram-nos a construir uma compreensão de um poder que nem sempre corresponde à realidade executada pelos mesmos. Até porque esse “poder” é medido de forma bastante fragmentada, que nem sempre pode ser deduzido de maneira exata: como definir que determinado candidato venceu as eleições devido à propaganda política ou pela sua publicidade em jornais? O índice de audiência não representa a adesão aos discursos produzidos, ele representa algo muito mais complexo. Então, desta forma, a manifestação do poder dos meios de comunicação é percebida de uma maneira sempre diluída em inúmeras possibilidades e que não pode ser pensada de modo determinista, pois o fenômeno comunicacional não possibilita a realização uma “medição exata”, matematicamente calculável, do poder que os meios exercem.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após alguns apontamentos, problematizações e conclusões, descreverei algumas considerações finais sabendo da impossibilidade de se chegar à uma verdade absoluta, hegemônica ou universalizante (MOTA, 2004). Contudo, é possível descrever alguns pontos sobre a importância do pós-estruturalismo, do pensamento de Foucault e da desconstrução derridiana para uma contribuição à legitimação da teoria do jornalismo como um saber autônomo, como se propôs nesta pesquisa. Ao tentarmos compreender o jornalismo através de seus mecanismos de manutenção do poder, de sua ordem e regularidade discursiva, passamos a entender a complexidade humana, suas relações sociais com os meios de comunicação, as possíveis mediações e as consequentes mediações presenciadas na contemporaneidade.

Ao percorrer a bibliografia do campo da comunicação e do jornalismo, percebeu-se, logo de início, uma certa escassez de material referente à uma abordagem pós-estruturalista que trabalhasse com a articulação ou o uso das pesquisas em jornalismo como ponto de partida para seus pressupostos. A revisão conceitual mostrou que é muito comum o emprego ou a referência da pesquisa de viés pós-estruturalista, principalmente inspirada nos pressupostos de Michel Foucault, para a análise de determinados objetos empíricos, sobretudo, por quem utiliza a Análise de Discurso. Percebe-se, dessa forma, um silenciamento de pesquisas que possuem o jornalismo como objeto de estudo a partir de um referencial pós-estruturalista na área da comunicação, sendo encontrado em demasia reflexões teóricas de viés funcionalista, marxista clássica e culturalista.

Então, é necessário ressaltar que nas décadas de 60, 70 e 80 a França já vivia momentos de desenvolvimento educacional e tecnológico pelos quais até hoje o Brasil não conseguiu atingir, sobretudo, no que diz respeito ao processo de democratização da comunicação e em relação ao acesso à educação formal de seus habitantes. Como falar, então, de pós alguma coisa, tanto de estruturalismo ou modernidade, se, sequer, vivenciou-se os mesmos estágios de modernidade e modernização que pudéssemos equipará-los com o francês? Talvez, pela ampla utilização do conceito de modernidade tardia (GIDDENS, 1991), do qual muitos pesquisadores da comunicação no Brasil compartilham, não exista tanta pesquisa específica desta área no pensamento foucaultiano, tendo em vista o receio em simplesmente importarem mais uma teoria e aplicarem ao campo da comunicação como uma nova teoria. São indícios que podem explicar o silenciamento e a pouca existência da perspectiva pós-estruturalistas no campo da comunicação no país. No Brasil, as principais

referências do pensamento pós-estruturalista francês no campo da comunicação e do jornalismo são: Maíra Gomes (2003); Juremir Machado (2014) e José Luiz Braga (2018).

Partiu-se, então, para o desenvolvimento desta pesquisa, do entendimento de que o objeto de estudo do jornalismo constitui-se cada vez mais complexo, diverso e plural, uma vez que o campo de pesquisa científica do jornalismo já realizou a crítica necessária referente à condição tecnicista da pesquisa em jornalismo, enfim, que ela não se reduza a uma investigação dos meios. Há que se investir cientificamente em teorias do jornalismo. Existem muitas pesquisas que analisam o jornalismo, porém, poucas delas entendem o jornalismo como objeto de estudo. Esta tese propõe, então, como pressuposto, a compreensão do jornalismo a partir do pós-estruturalismo ao entendê-lo como o olhar que mais contempla o binômio jornalismo e poder. A contribuição é, portanto, a de entender o jornalismo como um dispositivo da modernidade que atua mediando, mas sobretudo, midiaticizando informações.

Compreendendo que a missão de concluir uma pesquisa é sempre complexa, redutora diante de toda a reflexão feita anteriormente, é também uma atividade que requer a construção e o fechamento de um ciclo de objetivos definidos inicialmente. Nesse sentido, tenta-se delimitar alguns pontos, aspectos, e não conclusões, na medida que se entende que uma pesquisa em teorias do jornalismo, pela idade recente deste objeto de estudo, é, em certa medida, uma reflexão em desenvolvimento. Contudo, estas poucas palavras nos exigem um exercício de síntese que é pertinente para o término não da discussão temática, mas das leituras feitas sobre os principais problemas que envolvem a pesquisa em teorias do jornalismo. Desta forma, pode-se enumerar alguns resultados ou indícios:

a) Há um entendimento de que as teorias do jornalismo são as teorias da notícia. Há, ainda, poucos autores como Silva (2009b) que criticam esta similaridade e reivindicam a concentração da pesquisa científica do jornalismo na construção de seu objeto de estudo;

b) Predomina, dessa forma, uma perspectiva utilitarista da pesquisa em jornalismo, se estuda o jornalismo a partir de sua materialidade fenomênica para atender às demandas das empresas de comunicação jornalística (tanto quando fazem uma crítica das práticas discursivas do jornalismo como quando concordam com a filosofia do jornal);

c) O fato de considerarem por teoria do jornalismo apenas ao que estabelece Traquina (2004) como teoria do jornalismo colocam os estudos sobre a sociologia das profissões, a questão da verdade no jornalismo, ética no jornalismo e temas voltados para a sociologia do jornalismo como um todo em uma condição de menor importância, acabam ficando à margem do que se entende por teoria, logo, com menos incentivo à pesquisa;

d) Na medida em que critica tanto a perspectiva positivista quanto a marxista ortodoxa, pode-se entender Genro Filho (2012) como um autor pós-estruturalista, um autor que rompe com a divisão do jornalismo como de informação/opinião e também com a perspectiva do determinismo econômico na definição da notícia;

e) Conclui-se que autores como Cornu (1994), Genro Filho (2012) e Wolton (2004; 2011) estão mais próximos de uma teoria do jornalismo com alguns resquícios do pós-estruturalismo, contudo, não são consideradas como pesquisas sobre teoria, acabam sendo compreendidas como um simples “pensamento” sobre o jornalismo, ficam relegados à condição de um saber específico dentro do jornalismo como discutindo a importância da internet para o jornalismo, o marxismo e sua influência no fazer jornalístico e a questão da verdade. O fato é que, só é teoria aquilo que o país imperialista define o que é e o que não é teoria, este é o fato mais significativo para pensarmos nos resultados obtidos com esta revisão bibliográfica;

f) A principal característica positivista de Traquina (2001; 2004; 2005) é a de entender o jornalismo com um quarto poder, fato este que diverge de uma interpretação pós-estruturalista que compreende que desde o XXI o jornalismo vem se descentralizando e perdendo poder como é possível perceber em Anderson et al. (2013) e em Wolton (2004, p. 220);

g) Para Traquina (2001) a teoria estruturalista do jornalismo é representada por Stuart Hall. Em alguns momentos de seu texto, Traquina (2001) chega a associar os estudos culturais à teoria estruturalista. Bem diferente do que Stuart Hall (2009) considera suas pesquisas: há aqui uma nítida fundamentação teórica voltada para um lugar de fala pós-colonial ou decolonial, portanto, pós-estruturalista;

h) Esta tese propõe, então, como perspectiva teórica, a compreensão do jornalismo a partir do pós-estruturalismo ao entendê-lo como o olhar que mais contempla o binômio jornalismo e poder.

Após descrever os resultados obtidos com a revisão bibliográfica sobre o campo científico do jornalismo, sobre as teorias do jornalismo e a sua condição de subcampo da comunicação, torna-se necessário indicar algum caminho ou “solução” para a superação das dificuldades encontradas a partir desta pesquisa. Contudo, antes de tentar elaborar um roteiro para a salvação, cabe a mim, pesquisadora que entende que o jornalismo precisa ser pensado muito mais como um problema social do que como uma ciência aplicada (à serviço das

redações dos jornais), explicar que não existe caminho correto, perfeito ou ideal a ser seguido. O que tentou-se demonstrar a partir da pesquisa é que o jornalismo “esbarra” quando o aspecto é desenvolvimento teórico pela sua ênfase no entendimento de que a ciência jornalística deve ser feita para otimizar os produtos jornalísticos: foca-se na técnica e silencia-se questões teóricas relacionadas aos poderes que envolvem o discurso da comunicação jornalística midiaticizada. “Não existe teoria da comunicação sem uma teoria da sociedade” (WOLTON, 2004, p. 62). Ora, o autor informa que o problema da teoria da comunicação, e estendendo aqui o problema também para a pesquisa sobre teoria do jornalismo, está na falta de foco nos problemas enfrentados em sociedade. “Digamos que a dificuldade teórica da comunicação é inversamente proporcional à onipresença desta na vida cotidiana. Como se a banalização, com seu arsenal cada vez maior de ferramentas, acabasse com a reflexão”. (WOLTON, 2004, p. 116). Neste sentido, percebeu-se que mesmo pesquisas que tem foco em denunciar alguns problemas enfrentados na redação, produzidas através da sociologia dos emissores, possuem lacunas fundamentais sobre os problemas macros enfrentados na produção, divulgação e consumo do discurso jornalístico: as questões das relações de poder entre emissores, financiadores, editor e sociedade ainda estão camufladas pelo discurso da técnica, das rotinas produtivas, do ethos jornalístico, dos critérios de noticiabilidade, dos valores notícias e do entendimento de que o jornalismo possui um local super poderoso.

A pergunta que fica é: será que com toda a midiaticização das relações sociais pelas redes sociais, há como pensarmos em uma teoria do quarto poder e do gatekeeper? De acordo com Anderson et al. (2013), o jornalismo já não possui mais tanto poder e tampouco o jornalista. Há cada vez mais uma pulverização no domínio das falas informativas, com a popularização das tecnologias de comunicação, ampliou-se a “voz do povo”, todos podem divulgar seus vídeos com informações jornalísticas nas redes em tempo real, às vezes até mais rápido que os desenvolvidos meios de comunicação, o que acabou tanto por democratizar o tipo de informação, quanto o viés dado pelas informações passou por um processo cada vez mais plural e diverso. Então, entende-se que há que se superar a ideia do jornalismo comercial como detentor de um quarto poder e também a do jornalista como tendo o poder de decidir o que entra e o que sai do jornal. É a partir destas conclusões que sugeriu-se um olhar pós-estruturalista sobre o jornalismo, uma compreensão de que há uma tendência cada vez mais intensa à apreender que o poder é exercido de forma pulverizada. “O papel da teoria, hoje, parece-me justamente este: não formular a sistemática global que repõe tudo no lugar, mas analisar a especificidade dos mecanismos de poder, balizar as ligações, as extensões, edificar



pouco a pouco um saber estratégico”. (FOUCAULT, 2010, p.251). A partir desta reflexão, entende-se que a teoria do jornalismo não precisa estabelecer um protocolo do que deve ou não deve ser estudado em jornalismo, mas de funcionar como uma referência para se refletir sobre o papel social do jornalismo, enfim, entender que o jornalismo não é um “quarto poder”, mas que também não deve ser silenciada as relações de poder que ele consegue definir através de seus discursos. Há sim uma especificidade ao analisarmos jornais e essa singularidade reside em reconhecer suas características de mediador, mas também de midiaticizador de um “modo de vida” a ser seguido. A modernidade proporcionou cada vez mais uma pulverização do domínio da palavra e o jornalismo é a prova disso com a presença do midiativismo, do jornalismo cidadão, entre outras iniciativas sociais que buscam democratizar o domínio da palavra.

Logo, concorda-se com Wolton (2004, p. 73): “A comunicação é muito menos uma questão de racionalidade, de organização de relações sociais, do que de imaginário, de representação e de símbolos”. É a partir dessa compreensão do conceito de comunicação que entende-se que o jornalismo funciona como um dispositivo da modernidade.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- ALZAMORA, Geane; ZILLER, Joana; D' ANDREA, Carlos. Mídia e dispositivo: uma aproximação à luz de Michel Foucault. *In*: LEAL, B. S.; CARVALHO, C. A.; ALZAMORA, G. (org.). **Textualidades Mediáticas**. 1. ed. Barcelona: UOC, 2017.
- ANDERSON, C.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 5, ano 2, São Paulo, p. 30-89, abr./maio/jun. 2013.
- ANTUNES, Elton. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. **Contemporânea**. v. 6, n. 1. Salvador: UFBA, jun. 2008.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **Filosofando: uma introdução à filosofia**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1995.
- ARIÈS, Philippe. A história das mentalidades. *In*: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A história nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- BARROS, Laan Mendes de. Para que pesquisar? Comunicação: uma ciência social aplicada. *In*: LOPES, Maria Immacolata Vassallo (org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 55-67.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.
- BERTÉN, Andre. Dispositif, médiation, créativité: petite généalogie. *In*: **Hermès**, n. 25. Paris: Institut des sciences de la communication/CNRS, 1999/3. p. 33-46.
- BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. The political field, the social science field, and the journalistic field. *In*: BENSON, R.; NEVEU, E. **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity Press, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. *In*: FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrrel (org.). **Campos da comunicação: caracterização, problematização e perspectivas**. Paraíba: UFPB, 2001.

BRAGA, José Luiz. Comunicação: disciplina indiciária. *In*: COMPÓS, 16., 2007, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UTP, 2007.

BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault: os arranjos disposicionais e a comunicação. *In*: COMPÓS, 27., Belo Horizonte, 2018. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2018.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2016.

CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina. **A escrita da história 2**. São Paulo: Escala Educacional, 2010.

CARR, Edward Hallet. **O que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CASADEI, Eliza Bachega. **Jornalismo e ressignificação do passado: os fatos históricos nas notícias de hoje**. Curitiba: Appris, 2012.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

CRITCHLEY, Simon. Déconstruction et communication: quelques remarques sur Derrida et Habermas. *In*: RAMOND, Charles. (org.). **Derrida: la déconstruction**. Paris: Presses Universitaires de France, 2005.

DE FLEUR, M.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias da Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? *In*: FOUCAULT, Michel. **Filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990. p. 155-161.

DERRIDA, Jacques. **Positions**. 6. ed. Paris: LesÉditions de Minut, 1972.

DERRIDA, Jacques. Cogito e a história da loucura. *In*: DERRIDA, Jacques; FOUCAULT, Michel. **Três Tempos sobre a História da Loucura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã: diálogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DERRIDA, Jacques. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jhon L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**. São Paulo: Editora Nobel, 1995.

FERNANDES, Bruno Rafael Duarte. **A Teoria Clássica do Gatekeeper e do Newsmaking na Rádio: o caso da RDP**. 2011. Relatório de Estágio (Mestrado em Jornalismo) - Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011.

FERNANDES, Sabrina. Pedagogia crítica como práxis marxista humanista: perspectivas sobre solidariedade, opressão e revolução. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 135, abr./jun. 2016.

FERRARA, Lucrécia D' Alessio. Epistemologia da comunicação: além do sujeito e aquém do objeto. *In*: LOPES, Maria ImmacolataVassallo (org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 55-67.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Eu Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault**. 5. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A História da Loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

FOUCAULT, Michel. Resposta a Derrida. *In*: DERRIDA, Jacques; FOUCAULT, Michel. **Três Tempos sobre a História da Loucura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1982-1983)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel; YOSHIMOTO, R. Metodologia para o conhecimento do mundo: como se desembaraçar do marxismo. *In*: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Coleção Ditos e Escritos, VI).

FOUCAULT, Michel; ÉRIBON, D. É importante pensar? *In*: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Coleção Ditos e Escritos, VI).

FOUCAULT, Michel; LINDUNG, I. Entrevista com Michel Foucault. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos, VII).

FOUCAULT, Michel; MERQUIOR, J.G.; ROUANET, S. P. Entrevista com Michel Foucault. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (Coleção Ditos e Escritos, VII).

FOUCAULT, Michel; HASUMI, S. Da arqueologia à dinástica. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia Poder-Saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a. (Coleção Ditos e Escritos, IV).

FOUCAULT, Michel; HASUMI, S. Poder e saber. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia Poder-Saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012b. (Coleção Ditos e Escritos, IV).

- FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia Poder-Saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012c. (Coleção Ditos e Escritos, IV).
- FOUCAULT, Michel; FELLOUS, G. A filosofia estruturalista permite diagnosticar o que é “a atualidade”. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história do pensamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (Coleção Ditos e Escritos II).
- FOUCAULT, Michel; RAULET, G. Estruturalismo e pós-estruturalismo. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. (Coleção Ditos e Escritos, II).
- FRANCISCATO, Carlos E. As fronteiras do campo do jornalismo: uma análise a partir da notícia como objeto de estudo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 22., Salvador, 2013. **Anais [...]**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.
- GIDDENS, Anthony. Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura. *In*: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (org.). **Teoria Social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Edusp, 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. *In*: GREGOLIN, M. R. (org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e reprodução de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.
- GROSRICHARD, Alain; FOUCAULT, Michel. Não ao sexo rei. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GROTH, Otto. Tarefas da pesquisa da ciência da cultura. *In*: MAROCCO, B.; BERGER, C. (org.). **A Era Glacial do Jornalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006. v. 1, p. 183-306.
- GROTH, Otto. **O Poder cultural desconhecido**: fundamentos da ciência dos jornais. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

GUARALDO, Tamara de Souza Brandão. Aspectos da pesquisa norte-americana em comunicação: primeira metade do Século XX. **Biblioteca Online de Comunicação**, São Paulo, 2007. Disponível em: [www.bocc.uff.br](http://www.bocc.uff.br). Acesso em: 26 fev. 2019.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial: pensando no limite. *In*: SOVIK, Liv (org.). **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico e dialético**. São Paulo: Global, 1983.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

IRRERA, Ozario. Foucault e a questão da ideologia. *In*: AVELINO, Nildo; VACCARO, Salvo. (Orgs.). **O pensamento político de Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2018.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas**: de Parsons aos contemporâneos. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia. *In*: LEAL, Bruno Souza; VAZ, Paulo Bernardo (org.). **Jornalismo e acontecimento**: percursos metodológicos. Florianópolis: Insular, 2011. v. 2.

LEE, Alison; PETERSEN, Alan. Análise do discurso. *In*: SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. (org.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

LE GOFF, Jacques. **Para um novo conceito de Idade Média**: tempo, trabalho e cultura no Ocidente. Lisboa: Editorial Estampa, 1979.

LE GOFF, Jacques. **A bolsa e a vida**: economia e religião na Idade Média. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. Reflexividade e relacionismo como questões epistemológicas na pesquisa empírica em comunicação. *In*: BRAGA, José Luiz; LOPES, M. I. V.; MARTINO, Luiz Claudio (org.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MACHADO, Juremir. O pensamento contemporâneo francês sobre a comunicação. *In*: HOHLFELD, A.; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (org). **Teoria da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

MACHADO, Roberto. “Por uma Genealogia do Poder”. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. XIV.

MACHADO, Roberto. **Foucault**: a ciência e o saber. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MACHADO, Roberto. **Impressões de Michel Foucault**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da comunicação e das mídias**. São Paulo: Editora Senac, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2013.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MARTINO, Luiz Sá. Dos “fundamentos científicos” à “teoria da comunicação”: uma controvérsia epistemológica nas origens da área. **Revista Comunicação e informação**, Goiânia, v. 21, n. 3, p. 107-122, out./dez. 2018.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MATTELART, Armand. **La comunicación massiva em el processo de liberación**. México: SigloVientiuno, 1981.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MATOS, Olgária. A filosofia francesa no Brasil: a pragmática da leitura humanista. *In*: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). **Do positivismo à desconstrução**: ideias francesas na América. São Paulo: Edusp, 2004.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia**: um produto à venda. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.



MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, Lisboa, 1997. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MEDITSCH, Eduardo. Profissão derrotada, ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, 2010.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. *In*: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Padrelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Editora Insular, 2010 b.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MENESES, Ramiro Délio Borges de. A desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. **Universitas Philosophica**, v. 60, n. 30, p. 177-204, enero/jun., 2013.

MOTA, Carlos Guilherme. Ecos da historiografia francesa no Brasil: apontamentos e desapontamentos. *In*: PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América**. São Paulo: Edusp, 2004.

MOTTA, Luiz Gonzaga. De um a outro paradigma: continuidades e discontinuidades da pesquisa em jornalismo no Brasil e América Latina. **Brazilian Journalism Research**, v. 9, n. 1, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2009.

PARK, Robert. A Notícia como Conhecimento. *In*: STEINBERG, Charles. **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1940.

PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni Puccinelli. **Semântica e discurso**. Campina, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Acontecimento jornalístico e história. *In*: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Padrelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Editora Insular, 2010.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pós-estruturalismo e desconstrução nas Américas. *In*: PERRONE-MOISÉS, Leyla (org.). **Do positivismo à desconstrução: ideias francesas na América**. São Paulo: Edusp, 2004.

QUIROGA, Tiago. **Pensando a episteme comunicacional**. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

KLAPPER, Joseph T. Os efeitos da comunicação de massa. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

REESE, Stephen D.; SHOEMAKER, Pamela J. **Mediating the message**: theories influences on mass media content. USA: Longman Publishers, 1996.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROCHA, Cássio Bruno Araújo. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. **Cadernos Pagu**, v.43, p.507-516, julho-dezembro de 2014.

ROSSETI, Regina. Verdade e racionalidade comunicativa em Habermas. *In*: FILOCOM, 10., 2010, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2010.

SALANSKIS, Jean-Michel. **Derrida**. Tradução de Carlos Dubois. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

SANTIAGO, Silviano. A explosiva exteriorização do saber. *In*: LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Dispositivo: um aporte metodológico para o estudo do discurso. *In*: SOUSA, Katia Menezes de; PAIXÃO, Humberto Pires da (org.). **Dispositivos de poder/saber em Michel Foucault**: biopolítica, corpo e subjetividade. São Paulo: Intermeios; Goiânia: UFG, 2015.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento**: o papel da informação nos países em crescimento. Rio de Janeiro: Bloch Editôres, 1970.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos de gênero. Tradução de Ana Carolina E. C. Soares. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Gislene. Sobre a imaterialidade do objeto de estudos do jornalismo. **Revista E-Compós**, Brasília, v.12, n. 2, maio/ago. 2009.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando? **Revista Matrizes**, ano 3, n. 1, p. 197-212, 2009.

SILVA, Renatho Andriolla da. **O conceito de práxis em Marx**. 104 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SISCAR, Marcos. **Jacques Derrida**: literatura, política e tradução. São Paulo: Autores associados, 2012.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

STEINBERGER, Margarethe Born. A ética do jornalismo latino-americano na geopolítica da pós-modernidade. *In*: DOWBOR, Ladislau. *et al.* (org.). **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

STEINBERGER, Margareth Born. **Discursos geopolíticos da mídia**: jornalismo e imaginário internacional da América Latina. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

STRAUSS, Claude Levis. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. I, A árvore da liberdade.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. II, A maldição de Adão.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. III, A força dos trabalhadores.

TRAQUINA, Nelson. As Notícias. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: Questões, Teorias e “Estórias”. 2. ed. Lisboa: Veja, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004. v. 1.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005. v. 2.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TUCHMAN, Gaye. A Objetividade como Ritual Estratégico. *In*: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: teorias, questões e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1999.

VACCARO, Salvo. O pensamento político de Foucault: da ethopoiesis à ethopolítica. *In*: AVELINO, Nildo; VACCARO, Salvo (org.). **O pensamento político de Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2018.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília: EDUNB, 1982.

VOGEL, Daisi; MEDITSCH, Eduardo; SILVA, Gislene (org.). **Jornalismo e acontecimento**: tramas conceituais. Florianópolis: Insular, 2013. v. 4.

VOLVELLE, Michel. A história e a longa duração. *In*: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. **A história nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLENSTEIN, Immanuel *et al.* **Para abrir as ciências sociais** – Comissão Gulbenkian para a reestruturação das ciências sociais. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

WEAVER, W. A teoria matemática da comunicação. *In*: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

WOLF, Mauro. **Teoria da comunicação de massa**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

WOLTON, Dominique. **Penser la communication**. Flammarion: Champs, 1997.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação**. Brasília: Editora da UnB, 2004.

WOLTON, Dominique. **La otra mundialización**: las batallas contemporáneas por la diversidad cultural. Barcelona: Editorial Gedisa, 2009.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulinas, 2012.

WOOD, E. M. O que é a agenda “pós-moderna”? *In*: WOOD, E. M.; FOSTER, J. B. (org.). **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. p. 7-22.